

A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL:

**CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS
E LABORAIS NA REGIÃO SUL E NO
DISTRITO FEDERAL**

ORGANIZAÇÃO
LEONARDO CAVALCANTI
TÂNIA TONHATI
DELIA DUTRA
MARCIO DE OLIVEIRA



A IMIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E LABORAIS NA REGIÃO SUL E NO DISTRITO FEDERAL

REALIZAÇÃO:

OBMigra
Observatório das
migrações internacionais



Conselho Nacional
de Imigração | CNIG



PARCEIROS:

LAEMI



Coordenação Geral
de Imigração | CIGIG

Ministério do
Trabalho e Previdência Social



AGRADECIMENTOS

Esta obra não poderia ser realizada sem a colaboração voluntária e eficiente dos haitianos e haitianas que, generosamente, cederam seus tempos para explicar os seus projetos e trajetórias migratórias, através das entrevistas semi-estruturadas e dos grupos focais, durante a realização do trabalho de campo. O nosso reconhecimento, agradecimento e admiração a todos esses imigrantes é abrangente e intensa. Agradecemos a Organização Internacional das Migrações (OIM), aos órgãos do Ministério do Trabalho: Conselho Nacional de Imigração (CNIg); Coordenação Geral de Imigração (CGI) e ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), por ter tornado viável esse estudo. E ainda, agradecemos a equipe de pesquisadores que trabalharam, no Paraná e no Distrito Federal, de forma tenaz e com elevada capacidade acadêmica na execução do trabalho de campo, análise dos dados e elaboração dos textos. Sem a junção do esforço coletivo dos diferentes atores aqui supracitados não seria possível à finalização da presente pesquisa.

SUMÁRIO

CAPITULO I	INTRODUÇÃO	06
CAPITULO II	NOTAS METODOLÓGICAS	10
	<i>Dina Araújo, Délia Dutra, Vitor Camargo, Nathalia Vince, Marcio de Oliveira</i>	
CAPITULO III	OS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: FORMAS DE ENTRADA, PERMANÊNCIA E REGISTROS	24
	<i>Tânia Tonhati, Leonardo Cavalcanti, Antônio Tadeu de Oliveira</i>	
CAPITULO IV	OS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: A EMPREGABILIDADE DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	40
	<i>Tânia Tonhati, Leonardo Cavalcanti, Túila Botega, Antônio Tadeu de Oliveira</i>	
CAPITULO V	HAITIANOS NO PARANÁ: DISTINÇÃO, INTEGRAÇÃO E MOBILIDADE	64
	<i>Márcio de Oliveira</i>	
CAPITULO VI	A HISTORICIDADE DA (E)MIGRAÇÃO INTERNACIONAL HAITIANA. O BRASIL COMO NOVO ESPAÇO MIGRATÓRIO	85
	<i>Márcio de Oliveira</i>	
CAPITULO VII	VIAJANTES DO CARIBE: POSICIONANDO BRASÍLIA NAS ROTAS MIGRATÓRIAS HAITIANAS	107
	<i>Gustavo Dias</i>	
CAPITULO VIII	MIGRANTES HAITIANOS E MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL. UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	121
	<i>Delia Dutra</i>	
CAPITULO IX	A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NA INTEGRAÇÃO DOS/AS HAITIANOS/AS NO BRASIL	133
	<i>Lúcia Maria de Assunção Barbosa, Mirelle Amaral de São Bernardo</i>	
CAPITULO X	CONSIDERAÇÕES FINAIS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E LABORAIS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA	144
	<i>Leonardo Cavalcanti, Tânia Tonhati</i>	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O número de pessoas que se deslocam atualmente ganhou uma proporção tão elevada que alguns autores, como Castles e Miller (1993), sugerem que vivemos na era das migrações. Os movimentos migratórios se inserem como um processo inerente às grandes mudanças internacionais, fazendo com que países caracterizados pela imigração se transformem, em pouco tempo, em países exportadores de mão de obra ou vice-versa. Além disso, alguns países observam o crescimento, nas suas cidades e estados, da chamada “cultura de migração” e como os seus PIBs estão diretamente dependentes das remessas dos emigrantes¹. Outras áreas do globo se tornaram lugares de trânsito ou país de acolhida para populações migrantes. O fenômeno migratório possui, na contemporaneidade, uma complexidade sem precedentes na história recente das migrações (PORTES, 2012; CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015).

Na atualidade, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados, influenciados, sobretudo, pela crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, a qual afetou de forma substancial a Europa e o Japão. Desde esta crise econômica, há uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil (SOLÉ, CAVALCANTI e PARELLA 2011).

Desde o início da presente década, o Brasil vem recebendo fluxos migratórios diversificados. De acordo com Silva (2011), se alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro, nas últimas décadas, com a emergência da crise econômica mundial de 2008, em que os países emergentes não foram tão afetados como os países desenvolvidos, houve um aumento e diversificação dos fluxos imigratórios para o Brasil. Assim, outros fluxos, como os imigrantes haitianos, começam a fazer parte de uma presença, aparentemente, permanente da imigração latino-americana no Brasil (ROSA, 2012; HANDERSON, 2015; SILVA, 2015).

Ademais, os dados atestam que o Brasil se coloca atualmente como destino de fluxos migratórios dentro da região latino-americana, o que levou o país a retomar a sua “tradição imigratória que estava mais ou menos estancada desde o pós-guerra” (SOUCHAUD, 2010: 50).

Assim, atualmente o país se confronta com a recepção de novos e diversificados fluxos migratórios. Os dados da *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) demonstram um aumento do número de imigrantes formalmente empregados nos últimos anos, passando de 69.015 em 2010 a 155.982 em 2014, o que representou um crescimento de 126,01% entre 2010 e 2014 (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015). Entre os chamados *novos fluxos* destaca-se o caso dos haitianos. Esse grupo de imigrantes vem crescendo de forma exponencial. De fato, como já mostrado no relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) do ano de 2014, os imigrantes haitianos passaram no curto espaço de três anos (entre 2011 e 2013) a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015).

¹ Em países como El Salvador, Honduras e Haiti as remessas dos emigrantes chegam a superar 20% do PIB desses países (Parella e Cavalcanti, 2013).

Além de ocupar a primeira posição no mercado de trabalho formal, os haitianos também compõem o único grupo de imigrantes que é amparado pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que “dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti” e tem caráter humanitário. Com essa resolução, qualquer haitiano que comprove residência no Haiti e não tenha antecedentes criminais pode solicitar o visto permanente ou de reunião familiar para residir no Brasil por razões humanitárias.

Nesse contexto de novos fluxos imigratórios e, especialmente da presença haitiana no país, esta pesquisa teve como escopo elaborar um diagnóstico sobre a inserção desses imigrantes na Região Sul e no Distrito Federal. Para alcançar os objetivos do estudo, foi aplicado um desenho metodológico multimétodo, que consiste na utilização de diferentes técnicas de coleta de dados que são complementares, como o são a abordagem quantitativa e qualitativa (CRESWELL & PLANO-CLARK, 2007). Por um lado, o estudo quantitativo explorou dados secundários gerados pelos organismos oficiais, com a finalidade de analisar as formas de entrada, registro e empregabilidade dos haitianos no Brasil, utilizando como ferramenta de apoio os seguintes softwares estatísticos: SPSS e R. O estudo quantitativo realizado a partir de fontes secundárias permitiu elaborar um perfil dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

Os dados quantitativos foram elaborados a partir das seguintes bases de dados: do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essas bases possuem as seguintes informações:

- A base do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) contém as informações sobre as autorizações concedidas a estrangeiros no Brasil. O CNIg aprecia situações especiais ou casos não apreciados na Resoluções Normativas vigentes.

- O Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCRE) é uma base de dados de registros administrativos do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Ministério da Justiça, que tem por objetivo cadastrar todos os estrangeiros com vistos de entrada no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso devem comparecer, num período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional de Estrangeiro.

- A base do Ministério das Relações Exteriores (MRE) possui dados sobre a emissão de vistos para nacionais haitianos em diferentes postos consulares.

- A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todas as empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que abrange o território nacional, podendo ser desagregada até o nível municipal. Além disso, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, servindo como insumo na elaboração de políticas públicas de emprego e renda, sendo também muito utilizada pelos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos etc.). Ao analisar os dados da RAIS, utilizamos o critério de movimentação e não de estoque. Assim a informação sobre imigrantes no mercado de trabalho formal levou em consideração a quantidade de estrangeiros que em algum momento do ano teve algum vínculo empregatício formal.

Conforme previsto, a pesquisa também explorou dados qualitativos abarcando questões que são de difícil tratamento pela pesquisa quantitativa². Com o objetivo de delimitar geograficamente a pesquisa qualitativa, os lugares escolhidos foram o Paraná e o Distrito Federal. A escolha do Paraná deve-se ao fato de ter sido a unidade da federação que teve,

² Os caminhos da pesquisa e todo o processo do trabalho qualitativo foram amplamente descritos e analisados nas notas metodológicas da presente obra, no capítulo II.

depois Santa Catarina, o maior incremento relativo da admissão dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro em 2014 (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015). Além de ser uma região que conta com poucos estudos sobre os novos fluxos migratórios apesar de ter uma tradição histórica na recepção de migrantes (OLIVEIRA, 2015). Por outro lado, a escolha do Distrito Federal - como argumentado nas notas metodológicas - se deu por ser uma região que pode ser considerada um polo silencioso de atração de migrantes internacionais que fogem ao perfil altamente qualificado requerido pelas organizações internacionais e representações diplomáticas sedeadas na capital do país (DUTRA, 2013). Dessa forma, há uma lacuna nos estudos sobre a imigração internacional em geral e, especificamente, o caso dos latino-americanos, para a região, ainda que o Distrito Federal tenha apresentado um crescimento no número de imigrantes superior à média nacional na década de 2000 (IBGE, 2010).

Desse modo, optamos por uma pesquisa multi-situada, procurando identificar comparativamente o “contraste de contextos”, nos termos de Collier (1994), que consiste na aproximação de dois ou mais casos - buscando por em evidência suas similitudes e diferenças recíprocas-, a partir do trabalho de campo com imigrantes haitianos residentes em áreas que apresentam importantes contrastes de contextos.

A coleta de dados qualitativos foi realizada através de entrevistas em profundidade e da realização de grupos focais. As pessoas entrevistadas foram selecionadas segundo critérios de acessibilidade e heterogeneidade, a partir do sexo e da inserção no mercado de trabalho. A pesquisa procurou abordar de forma equânime o recorte de gênero, distribuídas pelos tipos de trabalho desempenhado, acreditando que o fenômeno migratório é atravessado por tal clivagem (DUTRA, 2013).

Assim, a matriz tipológica do estudo qualitativo foi elaborada a partir da heterogeneidade, com o intuito de abarcar a diversidade dos projetos migratórios, não sendo representativa em termos probabilísticos, mas em critérios de heterogeneidade do coletivo estudado. O número real de entrevistas foi determinado a partir do elemento de saturação nos termos de Bertaux (1976), na medida em que as observações de novos casos não façam mais que confirmar o que já está estabelecido e as variações sejam de menor importância. Isto foi, pois, o ponto de saturação que nos permitiu, na prática, decidir o número final das entrevistas.

O material coletado, através de entrevistas em profundidade, grupos focais e observação participante, contou com a análise de pesquisadores consolidados e oriundos de distintas áreas disciplinares. Assim a pesquisa tem olhares sociológicos, antropológicos, linguísticos, demográficos, entre outros. Dessa forma, o presente estudo não se caracteriza por ser uma obra construída a partir de uma única disciplina acadêmica. Entendemos que os deslocamentos das pessoas no contexto das migrações internacionais contemporâneas não são limitados a uma mudança física, exclusiva da ocupação territorial. De acordo com Sayad (1998), o espaço do deslocamento é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, culturalmente, politicamente, entre outros. Nesse sentido, o itinerário epistemológico dos estudos migratórios é também um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, ciência política, entre outras (Sayad, 1998).

A presente obra foi dividida em dez capítulos, sendo a introdução o primeiro capítulo e a conclusão o décimo. No segundo capítulo é descrita todos os caminhos da pesquisa, com as notas metodológicas, especialmente da pesquisa qualitativa realizada nas cidades de Curitiba, Londrina e Brasília. O terceiro e o quarto capítulos analisam as formas de entrada e registros e inserção laboral dos haitianos no país, na Região Sul e no Distrito Federal, respectivamente. O quinto capítulo examina a inserção dos imigrantes nas cidades de Curitiba e Londrina. No sexto, sétimo, oitavo e nono capítulos os autores abordam diferentes aspectos da imigração haitiana, como rotas estabelecidas pelos imigrantes, uso da língua, análise de gênero e motivações para efetuar o projeto migratório no Brasil.

REFERÊNCIA

- BERTAUX, Daniel. Histoires de vies – ou récits de pratiques? Méthodologie de l’approche biographique en sociologie. Paris: rapport au Cordes, 1976.
- CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia. A Inserção dos imigrantes no mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília 2015.
- CASTELS, Steven.; MILLER, Mark and HAAS, Hein. *The age of migration international population movements on the modern world*. Hong Kong: Macmillan, 1993.
- COLLIER, David (1994), “El método comparativo: dos décadas de cambios”, en: Sartori, Giovanni y Leonardo Morlino La comparación en las ciencias sociales. Madrid, Alianza Editorial, pp. 51-79.
- CRESWELL, John; CLARK, Plano. *Designing and conducting Mixed Methods Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007.
- DUTRA, Delia. Migração internacional e trabalho doméstico – mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- HANDERSON, Joseph. Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. *Tese de doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.
- IBGE, Censo 2010. Sobre o Censo. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo#>. Acesso em 12 de Março de 2015.
- OLIVEIRA, Marcio de. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 799-817, 2015.
- PARELLA, Sònia.; CAVALCANTI, Leonardo. Remesas monetarias y “sociales” de los inmigrantes latinoamericanos residentes en España. In: Antonieta Delpino; Roll; Biderbost. (Org.). *Claves para la comprensión de la inmigración latinoamericana en España*. 1ed. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2013, v. , p. 165-196.
- PORTES, Alejandro. Tensions that Make a Difference: Institutions, Interests, and the Immigrant Drive. *Sociological Forum* Vol. 27 (Sept. 2012):563-78.
- ROSA, Renata. D M. Brasil e Haiti: uma equação imperfeita? Um estudo sobre haitianos na região norte do Brasil. In: ROSA, Renata e ÁVILA, Carlos Federico Dominguez. (Org.). *Democracia, desenvolvimento e cidadania no Brasil: a construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas*, Curitiba/ Paraná: CRV, 2: 197-206, 2012.
- SALA, G. A. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. *Migraciones Internacionales*, vol. 1, núm. 15, julio–diciembre, 2008.
- SILVA, Sidney. Migração Internacional recente no Amazonas: o caso dos hispanoamericanos. *Contexto Internacional* (PUCRJ), 33: 155-178, 2011.
- SILVA, Sidney. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos? REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. 1ª edição. São Paulo, Edusp. 1998.
- SOLE, Carlota, CAVALCANTI, Leonardo, PARELLA, Sona. *La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España*. Madrid: Observatório Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.
- SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: Ferreira, A. P. et al. (Ed.). *Deslocamentos e reconstruções da experiência imigrante*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.267-292.

CAPÍTULO II

NOTAS METODOLÓGICAS

Dina Araújo¹
Délia Dutra²
Vitor Camargo³
Nathalia Vince⁴
Marcio de Oliveira⁵

INTRODUÇÃO

O objetivo central da presente pesquisa foi explorar a inserção dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro, assim como, entender melhor as particularidades e dificuldades enfrentadas por esse novo fluxo migratório. Esse capítulo, portanto, discute a metodologia que adotamos para atingir tal objetivo. O campo de pesquisa foi desenvolvido inspirado no conceito de *ob portus*⁶. Por se tratar de uma atividade investigativa, não partimos a campo sabendo exatamente aonde chegaríamos, ou seja, com conclusões previamente elaboradas. Antes, abrimos nossas velas para cada vento, e ao abri-las foi possível navegar no ofício de investigar em direção ao lugar seguro, este lugar na pesquisa foi a descoberta. Não estamos aqui afirmando que foi uma atividade isenta de desafios, e sim ressaltando o posicionamento otimista frente a estes e como os ventos soprados, mesmo aqueles que nos pareciam hostis, fizeram o campo de pesquisa oportuno.

Nesse sentido, entendemos que toda pesquisa que define seu ponto de partida como a oportunidade de descobrir sempre considera o próprio processo como um desafio. A troca que se estabelece com o Outro a ser investigado, que por sua vez nos interpela, demanda mais do que conhecimento específico de técnicas de pesquisa. Demanda do/a pesquisador/a uma atitude de estar aberto/a para o novo e desconhecido, e assim lidar com situações que a melhor escrita sobre metodologia ou tema a ser investigado não pode prever. Isto, pois a *relação de pesquisa* é antes uma *relação social* (BOURDIEU, 1993), da qual o objetivo é o conhecimento, ela não pode ser simplesmente entendida como um procedimento metodológico, ela exige *criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente [...] entre o conhecimento e a ignorância* (GOLDENBERG, 2004. p.13).

Quando nossa inquietação como pesquisadores passa por querer conhecer e compreender o outro, temos que recorrer às nossas próprias referências para flexibilizá-las e entendermos melhor essa outra ‘verdade’. Esse processo permite pensarmos em nós

¹ Mestranda do Centro de Pesquisa sobre as Américas (CEPPAC)/Universidade de Brasília e pesquisadora e coordenadora de apoio do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

² Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) em Estudos Comparados sobre as Américas, CEPPAC/Universidade de Brasília. Pesquisadora do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais) e do LAEMI (CEPPAC/UnB).

³ Mestre em Direitos Humanos e Cidadania (2015), pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) de 2014 a 2015.

⁴ Mestra pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília. Pesquisadora do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais).

⁵ Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

⁶ Oportunidade é uma palavra que tem origem no latim, sua etimologia une o prefixo ob-, "em direção a" à palavra portus, "porto de mar". *Ob portus* era o nome com o qual, na antiguidade, os romanos batizavam os ventos que os levariam para o porto que se queria chegar.

mesmos e nossas próprias certezas. Entendemos que nossa relação não é neutra, e sim dotada de sentidos que só podem ser acionados de acordo com nossas subjetividades e com o contexto em que nos encontramos. De forma que nossa atividade não é apenas a *“experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos”* (CLIFFORD, 1998. p. 43).

A investigação nas ciências sociais implica, portanto, em observar uma realidade social dinâmica e imprevisível como o ser humano (IANNI, 1998). Por isto, esta área de conhecimento considera seu objeto de estudo multifacetado, ou seja, partimos do pressuposto de que a realidade social é composta por várias dimensões. Desse modo, devemos compreendê-la por perspectivas diferenciadas, o que é fundamental para evitar a compreensão insipiente de determinado fenômeno. A adoção de mais de uma técnica de pesquisa para o trabalho de investigação social é condizente com a pluralidade de leituras de uma realidade. Ou seja, a realidade social oferece espaço suficiente para utilizar os pontos fortes dos métodos qualitativos e quantitativos, uma metodologia multimétodo (VERD PERICÁS e LÓPEZ ROLDÁN, 2008), na qual nos apoiamos, a fim de utilizar técnicas de pesquisa que são complementares, e se desenvolvem com a junção das potencialidades encontradas na abordagem quantitativa e qualitativa.

As práticas investigativas já desenvolvidas em torno da mobilidade humana e das migrações internacionais constata que esse campo de estudos, sobretudo, é dinâmico e multifacetado (ARANGO, 2000). A imigração haitiana para o Brasil e o aumento desse fluxo nos últimos ratifica tais características e corrobora com a teoria desenvolvida neste campo de estudo. Afinal quem poderia supor, há cinco anos, que a riqueza desse fluxo desembocaria em terras brasileiras? Crê-se nesta riqueza, pois por se tratar de um fluxo denso e com magnitude não observada para qualquer nacionalidade nas últimas décadas, permite refletir na sociedade brasileira questões sobre cultura, raça, gênero, identidade, política migratória, legislação, entre outros.

O objetivo do presente texto é analisar alguns dos aspectos que marcaram essa atividade, num esforço de pensar sentidos para as interações que o campo proporcionou, bem como avaliar seus impactos nos resultados, nos dados que pudemos coletar a partir dessa experiência. Dedicamo-nos, a partir de agora, a compartilhar o processo de coleta de dados propiciado pela perspectiva quantitativa e qualitativa.

O CAMPO

QUANTITATIVO

Durante os meses de março a dezembro de 2015, empreendeu-se a coleta dos dados quantitativos e qualitativos no âmbito da pesquisa **“A inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro”**. No âmbito quantitativo foram analisadas diversas bases de dados provenientes de registros administrativos. Foi utilizado os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social⁷ (MTPS), a partir das informações sobre as autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que indicam a presença de imigrantes no mercado formal brasileiro. Analisamos, também, as bases do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e os dados de Solicitações de Refúgio, no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF), que compõem os dados oriundos do Ministério da Justiça (MJ). Por fim, os dados do Ministério

⁷ Até 2015 esta pasta era intitulada Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

das Relações Exteriores (MRE) sobre a concessão de vistos a haitianos nas repartições consulares⁸.

A análise quantitativa da pesquisa não teve a pretensão de unificar ou comparar as já mencionadas bases com vistas a um diagnóstico unificado. Pelo contrário, o objetivo principal foi utilizá-las como fonte de informações para delinear um perfil da presença dos imigrantes haitianos no Brasil e, ajudar a melhor entender as regiões selecionadas para a pesquisa. Tal análise contribuiu para lançar perguntas para o campo qualitativo.

QUALITATIVO

GATEKEPPERS OU INFORMANTES-CHAVES

O campo qualitativo dessa pesquisa foi realizado no Distrito Federal, entre março e junho de 2015, e no estado do Paraná, particularmente nos municípios de Curitiba e Londrina, entre julho e setembro de 2015. A escolha por tais localidades foi diversa e distinta. O enfoque no Distrito Federal se deu por ser uma região que pode ser considerada um polo silencioso de atração de migrantes internacionais que fogem ao perfil altamente qualificado requerido pelas organizações internacionais e representações diplomáticas sediadas na capital do país (DUTRA, 2013). Dessa forma, há uma lacuna nos estudos sobre a imigração internacional em geral e, especificamente, o caso dos latino-americanos, para a região, ainda que o Distrito Federal tenha apresentado um crescimento no número de imigrantes superior à média nacional na década de 2000 (IBGE, 2010). Já a escolha das regiões sul, mais especificamente Curitiba, se deu pelo alto número de imigrantes haitianos nessa localidade. Curitiba está entre os principais municípios com maiores registros de imigrantes haitianos inseridos no mercado formal de trabalho nessa região do Brasil, no período de 2011-2014 (RAIS, 2015). Desse modo, acreditamos que lançar um olhar para esses dois diferentes contextos enriqueceria a compreensão sobre esse novo fluxo migratório.

A entrada no campo tanto em Brasília como em Curitiba foi através de instituições estabelecidas no trabalho com imigrantes, as quais funcionaram como nossos *gatekeeper* ou ‘informantes-chave’ (BISOL, 2012). Em Brasília, a nossa primeira saída a campo nos levou para o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o qual passou a ser parceiro em nossa tarefa no Distrito Federal. O IMDH é a principal instituição que se ocupa da acolhida de imigrantes no Distrito Federal e vem trabalhando de forma intensiva com esse grupo de imigrantes, colaborando com preenchimento de documentação, procura de moradia, trabalho e demais serviços por eles prestados. A entrada de campo no estado do Paraná foi facilitada pela Pastoral do Imigrante em Curitiba, Projeto Cáritas (Curitiba e Londrina), Projeto Hospitalidade e Curso de Português para Estrangeiros, realizados por professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Cada uma dessas entidades colaborou voluntariamente com a pesquisa, seja cedendo locais para entrevistas, seja nos apresentando trabalhadores haitianos.

Após os primeiros contatos facilitados por essas instituições coube a nós, iniciarmos a aproximação e desenvolvê-la a fim de alcançarmos outros imigrantes e não ficarmos restritos a essa rede vinculada a essas instituições apenas. Assim começamos o campo a partir da técnica da bola de neve, que pode ser entendida como,

8 A descrição com detalhes dessas bases de dados estão amplamente descritas na introdução. Para informações sobre a limpeza, codificações, potencialidades e limitações desses registros administrativos ver Quintino et al (2015).

[...] uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. (BALDIN e MUNHOZ, 2011: 332).

Essa técnica é regularmente utilizada quando a investigação é sobre uma *população oculta*, de forma que ao conhecer um membro desta comunidade é mais provável que este, e não o pesquisador identifique outros membros, ‘*o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas*’ (BALDIN e MUNHOZ, 2011:333). A aproximação da população investigada ocorreu com o objetivo de se aplicar, além da observação participante, as técnicas de entrevista semiestruturada e grupo focal.

Uma vez realizada a entrada no campo, a partir dos contatos dos imigrantes, passamos a selecionar os possíveis entrevistados a partir do critério de acessibilidade e heterogeneidade, com o intuito de garantir uma maior diversidade dos entrevistados, em termos de grau de escolaridade, sexo, lugares de origem, rotas e projetos migratórios, inserção no mercado de trabalho, entre outras variáveis.

DIFICULDADES DE APROXIMAÇÃO E CONCESSÃO DAS ENTREVISTAS

A tarefa de acessar o grupo de haitianos era sabida previamente como difícil, já que devido a várias dificuldades enfrentadas por esse grupo, esse se mostrava em alguns casos resistente a colaborar com o tipo de atividade que propúnhamos, por exemplo, conceder entrevistas. Tal resistência foi reportada por nossos *gatekeeper* como um desdobramento da chegada dos haitianos no Brasil, que gerou muito tumulto, nem sempre justificável, na sociedade e, sobretudo foi explorado pela mídia brasileira de forma especulativa. Foi reportado pelos nossos *gatekeepers* e depois pelos próprios haitianos os jornalistas descontextualizaram suas declarações ou as de amigos e conhecidos, o que gerou repercussão em seu círculo social, onde eram cobrados por terem dito determinadas coisas em público. Principalmente quando suas declarações eram usadas para construção de uma imagem estereotipada dos imigrantes haitianos. Outro fator mencionado como desconforto para conceder entrevistas foi a percepção de que os brasileiros pouco ou nada conhecem do Haiti e, assim, tinham apenas uma imagem negativa de sua terra natal.

Em alguns relatos ouvimos queixas sobre perguntas – consideradas ignorantes – que lhes eram feitas pelos brasileiros, como por exemplo, se havia luz elétrica ou água encanada no Haiti. Essas imagens negativas, segundo eles, eram reforçadas pelos meios de comunicação, em especial pela imprensa. As reclamações eram comumente direcionadas a um imaginário que os brasileiros têm sobre o Haiti, adjetivado em sua totalidade como país pobre que produz uma população pobre. Outras manifestações dos haitianos apelavam para as belezas naturais do país e para a língua francesa como indicativo de educação formal.

É válido retomar as observações de Sayad (1998) ao problematizar uma relação de poderes entre países, utilizando a relação Argélia/França, a partir de critérios políticos e econômicos. Segundo ele, os países dominantes produziram apenas estrangeiros e os países dominados, imigrantes. Ele considera ainda que um estrangeiro oriundo de um país dominante imigrando permanentemente para outro país, seria considerado ‘estrangeiro’. Observa-se, a partir deste autor, a desqualificação conferida ao imigrante. O imigrante nasce ao transpor as fronteiras e a identidade que surge nesse deslocamento é estigmatizada. Segundo Goffman (1981) estigma é um atributo profundamente depreciativo, entende que:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças. (GOFFMAN, 1991: 08).

Não era a primeira vez que muitos de nossos interlocutores foram abordados para dar entrevistas, como a maioria já trazia um bom nível de saturação quanto ao procedimento, e alguns, como já citamos anteriormente, colecionavam experiências ruins nesse sentido. Não é de surpreender que alguns tenham mesmo declinado em conceder as entrevistas. Em alguns casos, recorrer a uma pessoa de referência, da sua confiança, que eram os informantes-chave do campo de pesquisa, funcionava como um vínculo para que a entrevista acontecesse. Em outros casos, nem mesmo esse recurso foi suficiente para quebrar a barreira.

Grande parte dos entrevistados foram primeiro acessados por contato telefônico. Ligar para esses números, explicar o objetivo da pesquisa e marcar um encontro foi uma etapa desafiante. A língua foi um fator que colaborou para a tensão nesta interação e as conversas ao telefone eram cheias de incompreensões. Muitos dos imigrantes que tivemos acesso estavam a aprender o português o que dificultava nossa comunicação. Às vezes não conseguíamos compreender se a resposta era positiva ou negativa e começávamos a tentar falar em poucas palavras pedindo um encontro. Outros nos colocavam para falar com outra pessoa próxima para traduzir a mensagem, algum amigo que já tivesse melhor o domínio da língua portuguesa. Algumas entrevistas foram possíveis de se desenvolver em francês.

Para alguns contatos utilizamos a estratégia de escrever uma mensagem antes do contato telefônico, sempre nos referindo à pessoa que nos indicou para ganhar confiança, o que trouxe alguns resultados positivos, pois sempre que ligava em seguida sabiam melhor do que estávamos falando. Outra estratégia foi pedir às pessoas que estavam nos concedendo entrevista a falar por telefone com aqueles que elas haviam indicado e explicar o que queríamos e depois ligávamos. A nossa presença nos locais em que eles frequentavam também possibilitou uma interação mais fluida.

A língua como a primeira barreira a se transpor, revelou uma característica importante entre os entrevistados, o espanhol como segunda ou terceira língua, onde a maioria se apoia para manter a comunicação com brasileiros. Durante as entrevistas observamos que essa língua foi aprendida durante projetos migratórios que fizeram em países de língua espanhola. Isso foi absolutamente corrente dentre aqueles que emigraram para a República Dominicana ou para algum outro país hispanófono antes de emigrar para o Brasil, caso inclusive daqueles que transitaram por Peru ou Equador, geralmente, mas também Argentina, Chile e Venezuela. De forma que os percalços que a língua poderia trazer foram muitas vezes utilizados como tática para adentrar a perguntas referentes à rota migratória realizada antes de chegar ao Brasil ou ainda abordar experiências mais longas antes de investir na imigração para o Brasil.

Outro aspecto importante a se ressaltar neste primeiro momento das interações é a questão de gênero que se mostrou um ponto interessante a se considerar já na tentativa de aproximação.

As imigrantes haitianas que melhor nos receberam não estavam com os maridos vivendo no Brasil. Já aquelas que residiam com o cônjuge explicavam que os maridos não gostavam que elas falassem com entrevistadores. Algumas mencionavam entrevistas que os maridos haviam feito e que segundo elas “não havia dado em nada” para suas vidas, o que de certa forma explica o fato de, inicialmente, termos poucos contatos de mulheres e de esses contatos serem de mulheres que não estavam com os seus companheiros no Brasil.

Essa característica nos remete a pensar outro fator de relevância revelado logo no início do campo, a demanda de contrapartidas. A noção de que a relação que propúnhamos era desigual, na medida em que só nós, pesquisadores, teríamos algo a ganhar com o processo, foi mais um fator de ruído neste momento. Os pedidos de contrapartida foram os mais variados. Desde exemplos mais materiais, como dinheiro, puro e simples, ou aparelhos de televisão, passando por empregos para o próprio entrevistado ou para parentes e amigos, até pedidos de ajuda na empreitada de outros amigos ou parentes que também tentam migrar para o Brasil. Em alguns casos, esses pedidos surgiam de forma bastante espontânea, *como parte da relação que ali se estabelecia. Não eram exigências, em alguns casos inferimos que a carência maior era de informação sobre a sociedade em que se inseriam. Em outras situações, o tom foi mais próximo de uma cobrança, até moral em certo sentido. Estes, bastante raros e mais extremos, talvez se explicassem pela conjugação de fatores de resistência. Quando a questão da contrapartida se somava à saturação anteriormente comentada, produzia frases como: “A gente tá cansado de saber como isso funciona. Você vai fazer a entrevista, e depois vai receber, é seu trabalho. A gente não recebe nada, pra gente não muda nada, não melhora nada.”* Isso dito por um pedreiro de 34 anos, desempregado há meses na ocasião da entrevista, que ele concedeu. Por fim, observamos certo cansaço em conceder entrevistas aliado à falta de perspectiva, em termos práticos para suas vidas e problemas, da pesquisa em si. Da mesma forma, ficou claro que as atuais condições econômicas do país com reflexos sobre o mercado de trabalho tornou o contato mais difícil. Entre o tempo “perdido” em conceder entrevistas, e talvez se comprometer em respostas sem interesse pessoal, e as necessidades cotidianas. Todavia, em nenhuma das oportunidades a questão da contrapartida, ou a falta dela, impediu que a entrevista de fato acontecesse. Como pesquisadores das ciências sociais, entendemos que os retornos imediatos e tangíveis da pesquisa estão primeiramente direcionados a nós mesmos, no entanto, assim concordamos com Günther (2003) que,

Comunicar resultados e/ou facilitar o acesso a eles é forma importante de recompensar os respondentes. Se a ‘conversa com um objetivo’ foi suficientemente interessante para que o participante mantivesse o nível de atenção, os resultados — apresentados em linguagem não acadêmica — também serão. Além do mais, na hipótese de os resultados provocarem reflexão ou conscientização entre os respondentes sobre o tema da pesquisa, os resultados conterão uma semente para possível melhoria da vida dos respondentes, numa dada temática. (GÜNTHER, 2003: 05).

O processo inicial de aproximação fluiu com mais facilidade ao abordarmos interlocutores com quem já havíamos mantido contato pessoal antes de propor a entrevista, o que ocorreu com aqueles frequentadores dos espaços que passamos a aplicar a observação participante, entre estes, culto e curso de português, de forma que aproximação foi desenvolvida de maneira mais espontânea.

Por se tratar de um campo de diversidade cultural (BISOL, 2012), desenvolvemos as técnicas de pesquisa nos valendo das premissas que a prática etnográfica sugere. ECKERT e ROCHA (2008) informam que esta prática pressupõe uma inter-relação entre pesquisador e pesquisado, requer uma convivência minimamente prolongada e utiliza algumas técnicas de pesquisa para compor-se, como a observação direta, conversas formais e informais, entrevistas não diretivas entre outras. Trata-se de um exercício de observação e escuta. Implica que o pesquisador desloque-se de sua própria cultura para se posicionar no interior do fenômeno observado. O conhecimento é voltado para a figura do outro, buscamos através da alteridade conhecer o outro. O que é possível a partir da interação com esse outro, o que requer certa habilidade para participar da vida dele. É necessária uma sensibilidade emocional para compreender que a realidade não é transparente, observar principalmente as regularidades e alterações de um fenômeno e compreendê-lo pra além daquilo já colocado por discursos legitimado por estruturas de poder. Com bases pressupostos empreendemos a aplicação das técnicas de pesquisa.

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA

A utilização de técnicas de entrevista é pertinente à pesquisa quando se faz necessário coletar falas que revelem perspectivas de pessoas envolvidas internamente ou a pequena distância do tema de interesse científico. Ela é definida como uma interlocução entre, pelo menos, dois atores. Sendo um deles o pesquisador, o outro, o pesquisado, podendo assumir alguns formatos específicos. Segundo Sampieri et al. (2006), as entrevistas semiestruturadas se apoiam em um roteiro de assuntos e questões previamente elaborado em conformidade com os objetivos da pesquisa e no decorrer da conversa o pesquisador tem liberdade de introduzir mais questões tal qual o assunto vá se desenvolvendo a fim de apurar com maior precisão informações que considerar relevante para os propósitos da investigação. Bourdieu (1993) entende que a entrevista pode ser uma prática espiritual, de forma que o entrevistado possa,

[...] converter o olhar ao esquecer-se de si. Gerando uma autoanálise provocada e acompanhada. Aproveita as interrogações dirigidas a si para “realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar [...] experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas.” (BOURDIEU, 1993. p.705).

Durante as entrevistas notamos que estavam engasgadas algumas palavras, desta vez não por falta da fluência em português, senão, a partir da compreensão imediata da língua, refletir e revisitar conteúdos que lhes são tão caros. As dificuldades no Brasil, a saúde e preocupação com os filhos e com a família no Haiti, a instabilidade financeira e o conhecimento raso sobre país de destino constituíram temas que afetavam as emoções do entrevistado, manifestadas por uma alteração na voz, um sorriso, um abaixar da cabeça ou uma lágrima.

Foram realizadas 37 entrevistas semiestruturadas no Distrito Federal e 33 no estado do Paraná. Dividimos o grupo dos entrevistados entre mulheres imigrantes, homens imigrantes e atores intermediários, estes são indivíduos que possuem atuação direta sobre a inserção dos imigrantes na sociedade destino. Assim foram realizadas 90 entrevistas, destes entrevistados 70 são haitianos e 20 atores intermediários no Distrito Federal e no Paraná. Para o Distrito Federal, o Varjão do Torto foi o principal bairro, mas também foram percorridas as cidades de São Sebastião, Ceilândia, Paranoá, Gama, Guará, Estrutural e Águas Claras. E no Paraná as entrevistas foram realizadas em Londrina e Curitiba. Abaixo, um quadro geral e simplificado do perfil de haitianos entrevistados.

Quadro perfil haitianos entrevistados Geral								
	Total	Estado civil				Idade Média	Situação Trabalho	
		Sol	Cas	Sep	Viu		Empr	Desemp
Homens	47	31	15	1	0	33	36	11
Mulheres	23	3	17	1	2	37	17	6
Totais	70	34	32	2	2	35	53	17

Quadro perfil haitianos entrevistados no Distrito Federal								
	Total	Estado civil				Idade Média	Situação Trabalho	
		Sol	Cas	Sep	Viu		Empr	Desemp
Homens	23	13	10	0	0	33	16	7
Mulheres	14	1	10	1	2	44	9	5
Totais	37	14	20	1	2	39	25	12

Quadro perfil haitianos entrevistados no Paraná								
	Total	Estado civil				Idade Média	Situação Trabalho	
		Sol	Cas	Sep	Viu		Empr	Desemp
Homens	24	18	5	1	0	32	20	4
Mulheres	9	2	7	0	0	29	8	1
Totais	33	20	12	1	0	31	28	5

A questão linguística perpassa toda a experiência desse campo, do primeiro contato até as transcrições. No entanto, poucos foram os casos em que essa dificuldade chegou a atrapalhar realmente a interação. Sem o intermédio do aparelho telefônico, com a possibilidade de gestos e expressões faciais, contato direto, a comunicação frequentemente completava-se. Na grande maioria dos casos, mesmo que eles apresentassem dificuldades para se expressar no idioma, a compreensão do português foi satisfatória e muitas vezes intercalada por conversas em língua francesa. As entrevistas foram realizadas em local indicado pelo entrevistado, geralmente o local de conforto, priorizou-se agir desta forma afim de que o entrevistado não se sentisse intimidado por fatores externos. Assim elas ocorreram próximo ao local de trabalho, quando os encontros aconteciam na saída do expediente; locais públicos como padaria, lanchonete ou shoppings; nas instituições parceiras da pesquisa; ou ainda em suas próprias residências.

Dois objetos também desempenharam um papel importante nas interações, sobretudo na forma de dificuldade e gerador de desconfiança: o gravador e o termo de consentimento. Os entrevistados, mesmo aqueles estudantes acostumados com as atividades universitárias, mostraram-se relutantes em conceder entrevistas e, em muitos casos, em assinar o “termo de consentimento”. Essa relutância tem diversas razões. Dentre as mais importantes: incapacidade de compreender o objetivo da pesquisa e receio do uso que será feito das respostas.

O gravador apareceu em algumas entrevistas como um possível gerador de desconforto e desconfiança, mas também como um fator que levava os entrevistados a refletir e elaborar com mais cautela as informações que revelavam. Para além dos casos de entrevistados que se recusaram a falar com o gravador ligado, e eles ocorreram, apesar de não representarem a maior parte, o objeto sobre a mesa recomendava aos entrevistados certos cuidados. Já para outros não era visto como intimidação. Recorremos ao uso do gravador, pois entendemos que “o registro das respostas repercute diretamente no sucesso da coleta de dados” (BRITTO e FERES, 2011. p. 247). Na maioria dos casos, quando o uso deste não foi consentido realizamos anotações durante as entrevistas.

A estratégia ética para pesquisa qualitativa costuma ser a utilização de acordos que revelem as intenções do pesquisador e garantam anonimato aos pesquisados. No caso de entrevistas formais e grupos focais, o acordo firmado é convencionalmente chamado de termo de consentimento livre e esclarecido. O documento era sempre um ponto de tensão, fato que já antecipávamos ao pensar o processo das entrevistas. Desse modo, ele era sempre apresentado ao fim da conversa, e era sempre acompanhado de uma breve explicação que objetivava, não só explicar do que se tratava, mas também, desfazer possíveis desconfianças do que se faria daquela assinatura.

Diniz (2008) acredita que a utilização deste termo não deve ser feita livremente de problematizações. A distância de posições entre o investigador e os sujeitos investigados pode representar a replicação de estruturas de poder sobre participantes da pesquisa. Há casos em que os sujeitos estão desapossados de condições psicoafetivas para a devida compreensão do papel do investigador social e do trabalho pretendido, fazendo com que

sua aceitação em participar da pesquisa decorra de sentimentos como medo, gratidão, esperança em receber algo pragmático em retorno e assim por diante. Reforçando a orientação ética de respeitar as vulnerabilidades atreladas aos pesquisados, a autora postula que a formalidade ética deve ser tomada de forma fluida, levando em conta as características de cada grupo estudado caso a caso:

Apesar de nenhum pesquisador ser capaz de atestar a eficácia simbólica do processo de consentimento informado em pesquisas de altíssimo risco (...), estudos pós-consentimento contestam a tese de que seja possível informar plenamente os participantes em condição de extrema vulnerabilidade. (DINIZ, 2008. p. 421).

Pensando nisso, contávamos também, não só com o documento em português, mas com uma versão em “créole”, a fim de que os entrevistados pudessem compreender melhor a pesquisa e assinar o termo. Para além das entrevistas semiestruturadas também utilizamos da técnica de observação participante, a qual discutiremos na seção seguinte.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Usualmente a observação participante é empregada na intenção de promover o encurtamento da distância entre o retrato estatístico e os sujeitos de pesquisa. Munido de tal acervo técnico, é possibilitado ao pesquisador obter informações que se revelam na relação estabelecida entre pesquisados em seus contextos de ação rotineira, ou seja, em seus ambientes de vida. Minayo (2010) define a observação participante como:

Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (MINAYO, 2010. p.70).

A rede de contatos que fomos alcançando nos levou a alguns espaços de socialização da comunidade haitiana. Os contatos que melhor desenvolvemos permitiu-nos o acesso às suas casas, convite que partiu dos entrevistados de forma que pudemos acessar, em alguns casos, um pouco de seu cotidiano e interação com vizinhança e familiares. Alguns desses contatos propiciaram conhecer igrejas protestantes. No Distrito Federal, por exemplo, encontramos ouve uma igreja que cede determinado horário à comunidade haitiana para que o culto seja ministrado em “créole” e no Paraná também foi encontrada uma igreja, igualmente protestante, que ministra cultos nesta língua, algumas vezes por semana.

As redes religiosas são geralmente eficazes no acolhimento e na obtenção de emprego para esses imigrantes. Portanto, frequentes foram as declarações sobre o bom acolhimento oferecido pelas igrejas, e sobre o suporte ofertado por elas na vida cotidiana, alguns indicavam que se sentiam em família devido à atenção e cortesia dessas instituições. A solidariedade e o bom acolhimento foram reportados como uma constante. Alguns entrevistados afirmaram que ir à igreja era uma forma de encontrar amigos e fazer novos, em especial fazer amizade com os brasileiros. A prática religiosa revelou-se o principal local de integração, de socialização e de lazer para praticamente todos os entrevistados.

O campo realizado em Brasília, por exemplo, revelou o culto em “créole” como fruto da articulação entre os haitianos e a comunidade local. A igreja situada no Varjão atraía cerca de 30 haitianos, aqui a representação feminina já era mais expressiva. O culto inicia por volta das 15h aos domingos. Não observamos a presença de outros brasileiros. Assim

os haitianos chegavam e após cumprimentarem as pessoas, eles ajoelhavam-se de frente para o banco (de costas ao altar), fechavam os olhos e faziam uma oração de cabeça baixa. O culto começava, quando uma pessoa distribuía fotocópia de músicas e partes da bíblia, a parte inicial sempre com muita música todas em “créole” ou francês, as quais cantavam com o rosto voltado para cima, olhos fechados e muita emoção. A palavra do dirigente do culto era sempre bem calorosa e muitas vezes enquanto ele falava as pessoas falavam juntas como em uma oração individual, em voz alta, dirigida aos céus.

Assim pudemos observar uma prática íntima de sua espiritualidade e reparamos que a prática religiosa também era um importante elemento do cotidiano. Muitos dos entrevistados reportavam apoiar nas palavras do culto, para suportar e superar a vida difícil no Brasil. Ressaltando que só podiam contar com Deus em suas vidas, e orar para reunir a família e ter uma vida melhor.

Ainda nas primeiras semanas de campo, passamos a acompanhar aulas de português para estrangeiros. O curso de português, visitado em Brasília e no Paraná, eram ministrado voluntariamente, e não era cobrada nenhuma taxa dos imigrantes. Apesar de ser aberto para todas as nacionalidades, observamos a predominância dos haitianos. Em Brasília, entre 10 a 15 haitianos frequentavam a Casa São José, no Varjão, espaço cedido através do IMDH. Ocorre regularmente na tarde dos sábados com exceção para as semanas que tem feriado. Poucos dos frequentadores residem na mesma cidade e a passagem era cedida pelo sistema de passe-livre que, em Brasília, é propiciado para os estudantes comprovadamente matriculados em um curso, o que é possível, pois o projeto está vinculado às atividades da Universidade de Brasília (UnB). Por se tratar de uma atividade de extensão os imigrantes já estavam habituados com a presença de brasileiros, graduandos da universidade, de forma que o nosso ingresso, num primeiro momento, foi interpretado com essa imagem. Findada a primeira aula, apresentamos o nosso interesse naquela atividade, sobre o qual o professor responsável já tinha ciência. Passamos a observar e participar das aulas, sempre dispostos a fazer as mesmas atividades que os imigrantes, a troca propiciada por este espaço foi oportuna.

O campo realizado no Paraná permitiu-nos conhecer os cursos de português para estrangeiros oferecidos pelas Universidades Federais, Universidade Federal do Paraná, UFPR, e Universidade Federal Tecnológica do Paraná, UTFPR, pelas instituições católicas (Pastoral e Cáritas) e pela Casa Latino-Americana (CASLA). Segundo nos relataram as professoras da UFPR responsáveis pelo projeto “Português Brasileiro para Migração Humanitária”⁹. O objetivo principal do curso era ensinar português dentro de uma perspectiva humanista e envolvia cinema, leitura, dia da bandeira do Haiti e a palavra de ordem era “*somos todos migrantes*”.

Em suma, identificamos que a preocupação central dos imigrantes que fazem o curso é dominar o português com o objetivo de conseguir emprego. Todavia, em algumas dessas aulas não era necessariamente o aprendizado do português que os conduziam até aquele espaço, visto que não estavam sempre atentos a exposição das aulas e sim a possibilidade de encontrar (um) *outro* familiar. Havia poucas mulheres frequentando o curso, os homens eram maioria. Para além, das entrevistas semiestruturadas e da observação participante realizamos um grupo focal no Distrito Federal e outro no Paraná.

⁹ O curso é oferecido gratuitamente conta com a estrutura do Centro de Línguas (Celin) da UFPR. Além das aulas, há atividades de passeios e de integração, como a Festa Junina, que presenciamos. Há uma página no facebook, com explicações do projeto e diversos depoimentos de haitianos que vivem no Brasil. <https://www.facebook.com/pbmi>

GRUPO FOCAL

Gondim (2003) entende grupos focais como:

(...) Uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. [...] A premissa é a de que os pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação, o discurso ideológico das relações macrosociais. Eles seriam, pois, uma forma de desvelar estes processos de alienação e torna-lo consciente para os participantes. (GONDIM, 2003:151-152).

Dessa forma, a principal diretriz por trás da realização de um grupo focal é a de produzir uma situação na qual membros do grupo pesquisado empenhem-se em discursar e debater suas opiniões sobre temas sugeridos pelos pesquisadores. O foco dessa técnica é captar os procedimentos de formação de opinião, procurando compreender as dinâmicas envolvidas nesse processo cognitivo, como a maneira com a qual os membros pesquisados elegem conjuntos de valores, ideologia e emoções conexas aos temas propostos pelos investigadores sociais (GONDIM, 2003).

Reunir um grupo de pessoas para conversar sobre sua inserção no mercado de trabalho não foi uma tarefa fácil. O tempo dos imigrantes é extremamente precioso, eles estão sempre ocupados e procuram sempre uma forma de obter rendimentos. Isso porque muitos entre eles, além de se manter no país, ainda enviam remessas para a família no Haiti. Eles estão ocupados durante a semana e final de semana a possibilidade de se fazer uma hora extra é sempre bem-vinda para maximizar os ganhos. SAYAD (1998), no primeiro capítulo de *A imigração*, afirma que o imigrante existe para o trabalho, de forma que a expressão imigrante trabalhador é redundante. Não estamos afirmando que a imigração só é manifesta por questões laborais, no entanto observamos que a necessidade de se obter rendimentos perpassa todos os projetos migratórios, inclusive aqueles impulsionados por questões humanitárias.

Foram realizados dois grupos focais, um em Brasília e outro em Curitiba. Em Brasília, para realizar esta atividade com um número ideal de pessoas, o domingo de manhã foi eleito como esse espaço de tempo no qual seria possível reunir os participantes, esse era o horário em comum disponível entre eles. Esta atividade foi realizada na Universidade de Brasília e participaram 2 mulheres e 6 homens. Alguns não se conheciam e foram aos poucos se soltando, a conversa que tinha duração prevista de 1h30 a 2h, ultrapassou esse tempo.

No Paraná, o grupo focal foi realizado, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, com 14 haitianos, sendo 3 mulheres e 11 homens. O grupo manteve-se reunido por duas horas e vinte nove minutos, e discutiu os mesmos temas presentes nos questionários individuais.

A língua poderia se tornar uma problemática, mas como planejávamos que a conversa fluísse naturalmente, contamos com a participação do professor da Universidade Federal do Amapá (UFAP), também haitiano, Joseph Anderson, para o grupo focal realizado em Brasília. E no Paraná contamos com a colaboração de dois haitianos na figura de animadores e o conhecimento dos brasileiros em francês possibilitou a compreensão do “créole”, língua mais utilizada nesta ocasião. De forma que a conversa fluiu naturalmente, e os imigrantes puderam se apoiar na língua nativa.

Após esclarecimento da atividade e consentimento dos participantes, o registro do grupo focal foi feito por meio de gravação de imagem e áudio. Assim como as entrevistas, a conversa aqui produzida foi transcrita e traduzida com intuito de ser um instrumento

passível da análise de conteúdo.

Este capítulo destinou-se a apresentar a metodologia de pesquisa utilizada para a produção dos dados, logo mais, discutidos. Ademais ocupamo-nos aqui em compartilhar não só as ferramentas elencadas para construção do campo como também compartilhar qual a compreensão que tínhamos sobre essas técnicas, pelas quais nos orientamos, e ainda apresentar uma visão geral do terreno onde aportamos. Dedicamo-nos, nesta parte, a dividir com o leitor as águas turvas nas quais aventuramo-nos, ou seja, algumas dificuldades enfrentadas e como foi possível superá-las. Em suma relatamos aqui as técnicas utilizadas e os procedimentos para uma justa aplicação destas. O resultado do conjunto dessas experiências foi analisado nos capítulos a seguir.

REFERÊNCIA

- ARANGO, Joaquín (2000). *Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración*. En: Revista Internacional de Ciencias Sociales, No 165, septiembre, pp. 33-47
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação -Educere. Curitiba, 2011. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>
- BOURDIEU, Pierre. *Compreender*. Em: Bourdieu (org.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes. 9ª ed. 2012 [1993].
- BRITTO, A. F. J.; FERES, N. J. *A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos*. Evidência. Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.
- CLIFFORD, James. *Sobre a autoridade etnográfica*. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- DINIZ, Débora. *Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios*. In: Ciência & Saúde Coletiva, 13(2): pp.417-426, 2008.
- DUTRA, Delia. *Migração internacional e trabalho doméstico – mulheres peruanas em Brasília*. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Etnografia: saberes e práticas*. Revista Iluminuras, v.9, n.21 (2008).
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* Tradução: Mathias Lambert Data da Digitalização: 2004. Data Publicação Original: 1891. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record. 8ª ed. 2004 [1997].
- GONDIM, Sônia M. Guedes. *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. In: Paidéia, 12(24): pp.149-161, 2003.
- GÜNTHER, H. *Como Elaborar um Questionário* (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2003.
- IANNI, Octavio. *As ciências sociais na época da globalização*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 13, n. 37, p. 33-41, June 1998.
- IBGE, Censo 2010. Sobre o Censo. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo#>. Acesso em 12 de Março de 2015.

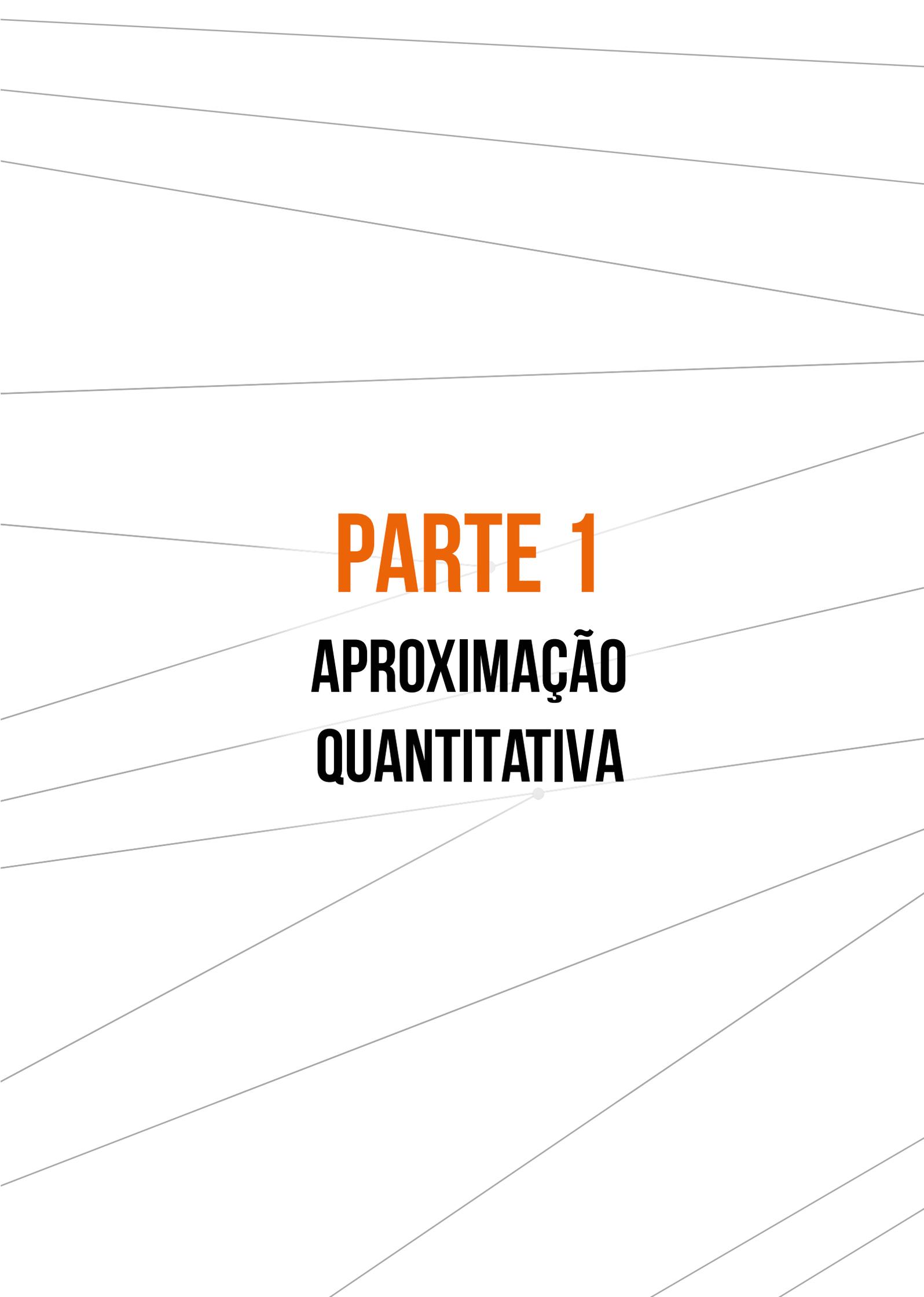
MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

QUINTINO, Felipe.; PEREIRA NETO, Erique. e OLIVEIRA, A. Tadeu. *Notas Metodológicas*. In: Cavalcanti, L. Oliveira, T.; Tonhati, T. Dutra, D. (Org) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLADO, Carlos Fernández; e LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 3ª ed, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. 1ª edição. São Paulo, Edusp. 1998.

VERD PERICÁS, Joan Miquel e LÓPEZ ROLDÁN, Pedro. *La eficiencia teórica y metodológica de los diseños multimétodo*. Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales, 2008.



PARTE 1
APROXIMAÇÃO
QUANTITATIVA

CAPÍTULO III

OS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: FORMAS DE ENTRADA, PERMANÊNCIA E REGISTROS.

*Tânia Tonhati¹
Leonardo Cavalcanti²;
Antônio Tadeu de Oliveira³*

INTRODUÇÃO

O objetivo central do presente capítulo é apresentar uma análise sobre a imigração haitiana no Brasil a partir dos dados encontrados em diversos registros administrativos. Esse capítulo, especificamente, aborda os dados dos registros administrativos, que informam sobre as formas de entrada, permanência e registro no Brasil utilizado por esse grupo de imigrante. Para cumprir com tais objetivos foram utilizados os dados oficiais do Governo Federal brasileiro, oriundos de diversas bases de dados dos órgãos responsáveis pela gestão migratória nacional. Os dados aqui apresentados são provenientes dos registros administrativos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a concessão de vistos aos haitianos nas repartições consulares. E, ainda, os dados de Solicitações de Refúgio, no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF), que compõem os dados oriundos do Ministério da Justiça (MJ) e a base de dados do Ministério do Trabalho (MT)⁴, como por exemplo, os dados referentes às autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Por fim, as bases do Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCRE), também do Departamento de Polícia Federal (DPF), Ministério da Justiça (MJ).

As análises do presente capítulo não tiveram a pretensão de unificar ou comparar as já mencionadas bases com vistas a um diagnóstico unificado, uma vez que cada uma apresenta suas particularidades, potencialidades e limitações (OLIVEIRA, 2015). Pelo contrário, o objetivo principal é delinear um perfil da presença dos imigrantes haitianos no Brasil e entender como se dá os processos de entrada, permanência e registro a partir dos registros oficiais, que possuem singularidades, porém são relevantes fontes de informações para melhor entendermos a imigração haitiana no contexto brasileiro⁵.

Sendo assim, o presente capítulo foi dividido em duas partes, a primeira apresenta os dados das diversas formas de entrada e permanência dos imigrantes haitianos observados a partir da análise dos registros administrativos oficiais acima mencionados, e na segunda parte apresentamos os dados referentes aos haitianos já registrados no país. Os dados aqui abrangem o período de 2000 a 2015 variando de acordo com a base de dados.

¹ Doutoranda da Universidade de Londres, Goldsmiths College, pesquisadora e coordenadora executiva do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

² Professor da Universidade de Brasília e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

³ Doutor em Demografia, pesquisador do IBGE e coordenador de estatística do Observatório das Migrações Internacionais.

⁴ Até 2015 esta pasta era intitulada Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, posteriormente no final de 2015 passou a ser nomeado Ministério do Trabalho e Previdência Social, e em maio de 2016 tornou-se Ministério do Trabalho.

⁵ Para esclarecimentos sobre a limpeza e codificação dessas bases de dados ver Quintino et al (2015).

VINDO PARA O BRASIL: FORMAS DE ENTRADA E PERMANÊNCIA

Atualmente, os imigrantes haitianos destacam-se por sua presença quantitativa nas diferentes bases de dados do Governo brasileiro e, em âmbito qualitativo, vêm desafiando as políticas públicas nos diferentes níveis da gestão governamental. Os imigrantes desta nacionalidade utilizam de diferentes formas de mobilidade para chegar e se registrar no Brasil. Neste capítulo observamos as diferentes formas oficiais utilizadas pelos imigrantes para entrar e permanecer no país. Assim, o presente estudo identificou as seguintes formas de entrada e permanência no país: 1) visto por razões humanitárias expedidos nos consulados brasileiros, especialmente em Porto Príncipe e Quito; 2) Solicitação de refúgio, principalmente daqueles imigrantes que entraram pelo Estado do Acre, e 3) Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Essas foram as principais formas encontradas para a formalização desses imigrantes em território nacional.

SOLICITAÇÃO DE VISTOS NOS CONSULADOS BRASILEIROS EM PORTO PRÍNCIPE (HAITI) E QUITO (EQUADOR)

A solicitação e autorização de vistos para nacionais haitianos pelo governo brasileiro está amparada pela Resolução Normativa (RN) nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que “*dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti*”⁶. Tal concessão tem caráter humanitário, e foi concedida devido às dificuldades enfrentadas por esse país em decorrência do terremoto de 2010 e das subseqüentes crises humanitárias que se desdobraram, como por exemplo, no mesmo ano o surto de cólera, que matou mais de 8.000 pessoas. E, ainda, em 2012, os furacões, Issac e Sandy, que atingiram o país, vindo a destruir a produção agrícola, principal fonte de recursos econômicos da população. (ver HANDERSON, 2015; FERNANDES e CASTRO 2014, para entender as motivações desse processo migratório).

A solicitação do visto humanitário deve ser feita no Haiti, em Porto Príncipe, ou em outros países identificados como países de trânsito, como República Dominicana (São Domingos), Equador (Quito) e Peru (Lima), antes de ingressarem no território brasileiro. As repartições consulares brasileiras no exterior, cuja competência é do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ficaram responsáveis pelos procedimentos, autorização e confecção dos vistos.

Deste modo, através da análise detalhada dos dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o presente estudo constatou que entre os anos de 2012 e maio de 2016 foram emitidos no total 48.361 vistos, sendo 88% de vistos permanentes e 12% de reunião familiar, como demonstra os números da tabela 1.

⁶ Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F05451F014F413CB5A61180/RN%2097%20-%20consolidada%20pelas%20RNs%20102%20-%20106%20-%20113%20%20e%20117.pdf>. Acesso em 30/04/2016.

Tabela 1: Número total de vistos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 2012 e 2016

Tipo de Visto	2012	2013	2014	2015	2016*	Total
Permanente	1201	5296	8494	15468	11940	42399
Reunião Familiar	186	1000	1694	2039	1043	5962
Total	1387	6296	10188	17507	12983	48361

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

* No ano de 2016 foram considerados somente os dados até maio.

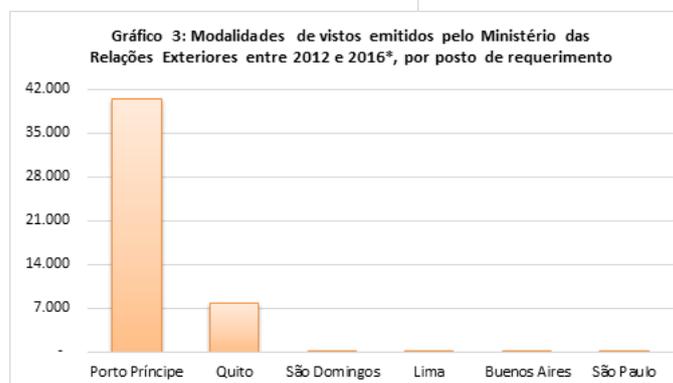
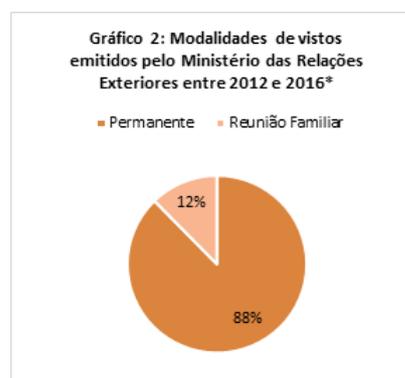
Por meio da tabela 2, pode-se notar a predominância de vistos emitidos no posto consular em Porto Príncipe (83%), logo em seguida, Quito, no Equador, com 16% dos vistos emitidos. Com um número menor de vistos emitidos seguem os postos de São Domingo (República Dominicana), com 0,3% e de Lima (Peru) com 0,1% dos vistos emitidos.

Tabela 2: Número total de vistos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por posto de requerimento, entre 2012 e 2016*

Posto de Requerimento	2012	2013	2014	2015	2016*	Total
Embaixada do Brasil em Porto Príncipe	1.387	5.045	7.020	13.923	12.975	40.350
Embaixada do Brasil em Quito	-	1.139	3.138	3.536	2	7.815
Embaixada do Brasil em São Domingos	-	112	2	32	6	152
Embaixada do Brasil em Lima	-	-	24	16	-	40
Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires	-	-	3	-	-	3
Escritório de Representação do MRE em São Paulo	-	-	1	-	-	1
Total	1.387	6.296	10.188	17.507	12.983	48.361

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

* No ano de 2016 foram considerados somente os dados até maio.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016

* No ano de 2016 foram considerados somente os dados até maio.

VISTOS EMITIDOS EM PORTO PRÍNCIPE (HAITI)

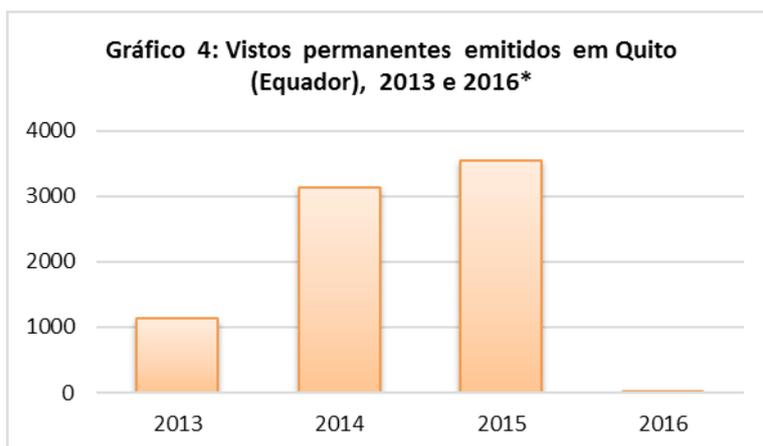
Do total de vistos emitidos, 83% foram emitidos pelo consulado brasileiro de Porto Príncipe, no Haiti (tabela 2). Sendo que 85% foram na modalidade de visto permanente e o restante na modalidade reunião familiar. Como resultado dessa análise foi possível observar que, na sua maioria, os vistos foram solicitados e concedidos entre os anos de 2014 e 2016.

Tabela 4: Número total de vistos permanentes emitidos em Quito (Equador), 2013 e 2016⁷

Tipo de Visto	2013	2014	2015	2016*	Total
Permanente	1106	3036	3402	1	7545
Reunião Familiar	33	102	134	1	270
Total	1139	3138	3536	2	7815

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

* No ano de 2016 foram considerados somente os dados até maio.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

* No ano de 2016 foi considerado somente os dados até maio.

Para além dos vistos solicitados em Consulados brasileiros em Porto Príncipe e em Quito notamos que a demanda de haitianos para entrar em território nacional foi maior que a capacidade administrativa de concessão de vistos. Tal fato levou a um fenômeno pioneiro no Brasil, a solicitação de refúgio como tática migratória. Esse *'efeito inesperado'* (MASSEY e PREN, 2012) acarretou em diversos desafios à gestão pública em suas diferentes instâncias (municipal, estadual e federal). Como resultado encontramos o surgimento de um grande debate midiático ao redor do tema (COGO e SILVA, 2015; TÉLÉMAQUE, 2012), o que acelerou e fortaleceu a discussão sobre a necessidade de uma nova legislação, de políticas públicas e de um olhar atento para os novos contornos das migrações internacionais no Brasil (REIS, 2011, SICILIANO, 2013, CAVALCANTI, 2015). A seguir demonstramos os dados referentes às solicitações de refúgio.

⁷ Nos documentos analisados não foi encontrado nenhuma referencia a visto de união familiar solicitado no Consulado de Quito, Equador.

SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO A POLÍCIA FEDERAL (PF)

De acordo com a ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - (2014)⁸ o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, dentre eles a Convenção das Nações Unidas de 1951, que rege sobre o Estatuto dos Refugiados e do seu Protocolo de 1967. Além de integrar as principais convenções internacionais sobre o refúgio, o Brasil promulgou, em julho de 1997, a sua própria lei de refúgio (lei nº 9.474/97). O pedido de refúgio, geralmente, é feito à Polícia Federal nas regiões de fronteira, mas a decisão sobre a concessão compete ao Ministério da Justiça (MJ), que o faz através do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Esse que foi criado pela lei do refúgio brasileira e é um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça (MJ), o qual avalia os pedidos de refúgio e formula políticas para refugiados no país.

Na atual pesquisa foram encontrados diversos indicadores do uso da solicitação de refúgio, como uma tática migratória utilizada pelos haitianos para dar entrada, permanecer e trabalhar (com carteira de trabalho) no Brasil. Tal tática foi reportada em entrevistas qualitativas, como poderá ser observado nos demais capítulos deste documento, assim como através da análise da base de dados da Polícia Federal (PF/MJ), que registra as solicitações de refúgio. Entre os anos de 2010 e 2014 foram feitas 34.887 solicitações de refúgio por haitianos junto à Polícia Federal, das quais 83% foram demandadas nos anos de 2013 e 2014, como demonstra a tabela 3. Já o gráfico 4 apresenta o crescimento exponencial dessas solicitações por parte desses nacionais nos últimos quatro anos.

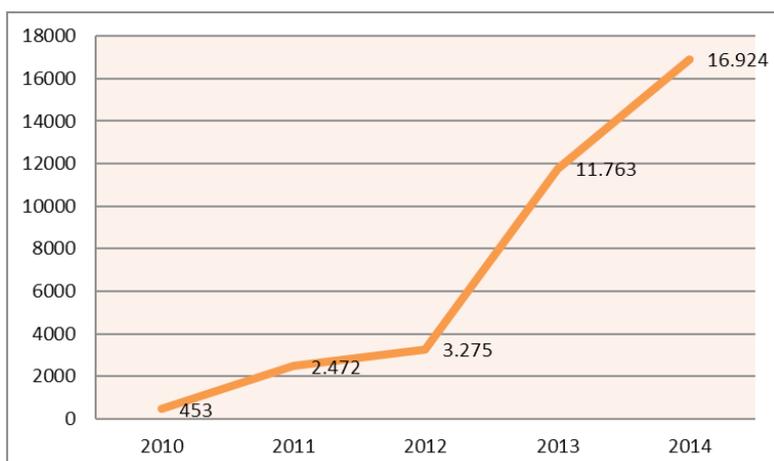
Tabela 3: Número de solicitações de refúgio de haitianos, segundo sexo, por ano de solicitação, 2010-2014

Sexo	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Masculino	263	1.791	2.597	9.733	13.001	27.385
Feminino	85	328	595	1.963	3.917	6.888
Ignorado	105	353	83	67	6	614
Total	453	2.472	3.275	11.763	16.924	34.887

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Solicitação de Refúgio, 2015.

⁸ Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso: 10/04/2015.

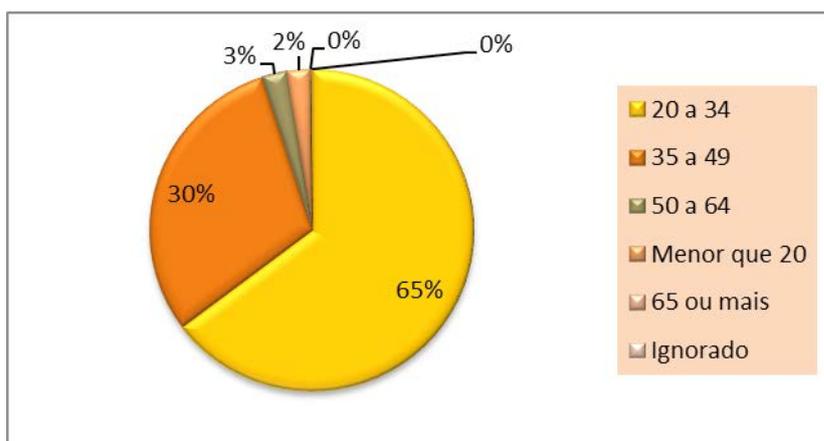
Gráfico 4: Número total de solicitações de refúgio de haitianos, por ano de solicitação, 2010-2014



Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Solicitação de Refúgio, 2015.

Portanto, considerando o Sistema de Solicitação de Refúgio do Departamento de Polícia Federal o perfil dos imigrantes haitianos era de 78,4% homens e 19,7% mulheres. Outra informação importante refere-se à distribuição etária. A maior parte (65%) dos haitianos solicitantes de refúgio tinha entre 20 e 34 anos ou entre 35 e 49 anos (30%), isto é, são pessoas com idade ativa para inserção no mercado de trabalho. Apenas 2% dos haitianos eram menores de 20 anos, e 3% têm idade acima dos 65 anos. Isso demonstra a tendência dessa imigração ser de caráter, sobretudo laboral, devido à baixa presença de crianças e idosos. O gráfico 5 demonstra a somatória dos anos de 2010 a 2014 das faixas etárias e representa as faixas nas quais os haitianos tiveram maior concentração.

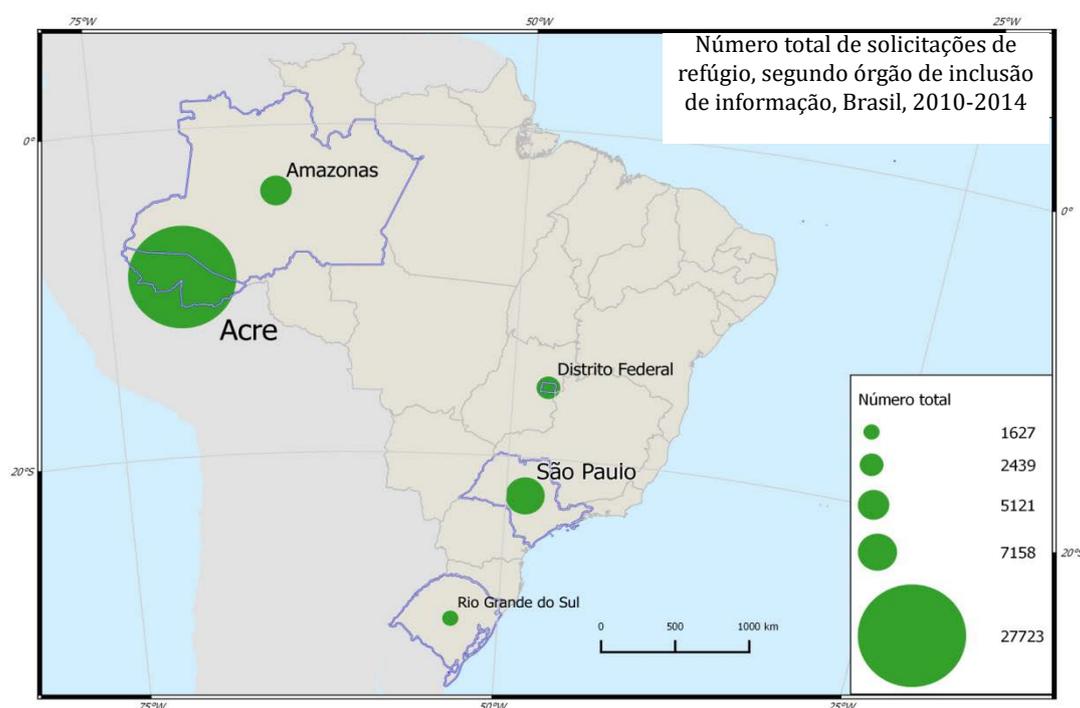
Gráfico 5: Somatório do número de solicitações de refúgio de haitianos, segundo a faixa etária, de 2010-2014



Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Solicitação de Refúgio, 2015.

Saber a localização geográfica das Unidades do Departamento de Polícia Federal que receberam as solicitações de refúgio também foi um importante resultado desse estudo, pois possibilitou avançar no conhecimento sobre as regiões por onde os imigrantes haitianos deram entrada no país⁹. Os dados apontam para uma grande concentração nos estados do Acre, de São Paulo e do Amazonas, os quais compreenderam 90% do total de pedidos feitos entre 2010 e 2014. Aquele com maior demanda foi o do Acre, com 25.723 solicitações, seguido de São Paulo, com 7.158, e do Amazonas, com o número de 5.121. Tal resultado foi relevante para esse estudo, pois reforça a tese da entrada de haitianos por terra e do uso da solicitação de refúgio como forma de entrar, permanecer e trabalhar no Brasil.

Mapa 1: Número total de solicitações de refúgio, segundo órgão de inclusão de informação, 2010-2014



Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Solicitações de Refúgio, 2015.

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema de Solicitação de Refúgio, 2015.

Nesse sentido, devido ao alto número de haitianos que utilizaram a solicitação de refúgio como forma de entrada, mas que não atendem aos requisitos de refúgio¹⁰, gerou um *'efeito inesperado'* dessa imigração e foram necessárias diversas medidas excepcionais dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da migração internacional no Brasil. Dentre elas destacam-se duas medidas:

⁹ Estes dados apontam para os locais em que a solicitação de refúgio foi dada entrada e não necessariamente o local em que os imigrantes haitianos residem.

¹⁰ Para saber mais sobre o instituto do refúgio e as políticas adotadas pelo governo brasileiro, ver JUBILUT, Líliliana Lyra. Enhancing refugees' integration: new initiatives in Brazil. Forced Migration Review, v. 35, 2010, p. 46-47.

1. A primeira foi à criação do *Humanitarian Visa Application Centre*, em Porto Príncipe no Haiti, para a ampliação do sistema de concessão de vistos humanitários. Tal medida que foi tomada em 2015, em uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹¹. (BRASIL, 2015).
2. A segunda foi à concessão de residência permanente por razões humanitárias aos haitianos que solicitaram refúgio, mas não enquadravam dentro dos requisitos para serem considerados refugiados¹². De acordo com o documento publicado pela ACNUR (2014) os nacionais do Haiti, que chegaram ao Brasil desde o terremoto de 2010, e solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado ao entrarem no território nacional, tiveram seus pedidos encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), uma vez que o CONARE não reconheceu, que esses nacionais se enquadravam dentro dos pilares do refúgio. Deste modo, coube ao CNIg a avaliação e autorização da concessão dos vistos de residência permanente por razões humanitárias aos haitianos, e a emissão dos vistos foi realizada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) através da Resolução Normativa (RN) 97¹³.

Na seção a seguir apresentamos os dados referentes a essa segunda medida.

AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é um dos órgãos responsáveis pela gestão da política migratória no Brasil, criado em 19 de Agosto de 1980 pela Lei n° 6.815, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, esse passou por diversas fases e reformulação ao longo dos anos (CANTO, 2015). Atualmente, o CNIg é um órgão colegiado, quadripartite, vinculado ao Ministério do Trabalho (MT), que conta com o apoio administrativo da Coordenação Geral de Imigração (CGI).

O CNIg é composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, totalizando 20 membros, entre conselheiros e observadores. Ao CNIg cabe formular políticas públicas para migração, coordenar e orientar as atividades de imigração, incentivar estudos relativos ao tema, e, ainda, estabelecer e atuar por meio de resoluções normativas, resoluções administrativas e resoluções recomendadas. Além disso, o Conselho também analisa e delibera sobre processos que não estão contemplados na Lei ou em RNs já existentes (TONHATI, 2015).

Sendo assim, no período de 2011-2014 foram concedidas 9.492 autorizações pelo Conselho Nacional da Imigração (CNIg) para haitianos. Dentro dessa série histórica o ano de 2012 registrou maior índice cerca de 50% do total. No entanto, no ano de 2015 o Ministério do Trabalho e Previdência Social e da Justiça assinaram em 11 de novembro um ato conjunto dando a 41.632 haitianos o visto de permanência. Tal medida foi tomada com o objetivo de regularizar a situação migratória dos haitianos que solicitaram refúgio, mas não estavam em condição de refugiados. Desse modo, observamos um crescimento exponencial no número de autorizações concedidas em 2015, no entanto, isso não significa

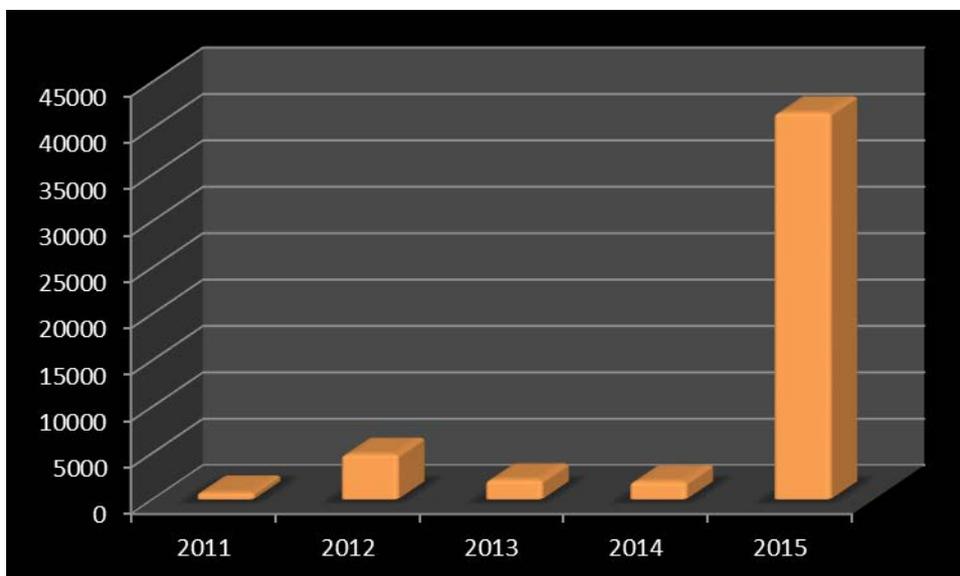
¹¹ Informações disponível em <http://haiti.iom.int/iom-opens-brazil-humanitarian-visa-application-centre-haiti>. Acesso em: 15/04/2016.

¹² Segundo Soares (2011:1) “o refugiado é definido pela Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiado como a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao seu Estado”.

¹³ Informações disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/Trabalhoestrangeiro/listadepermanencia.pdf>. Acesso em: 12/03/2016

que essas pessoas entraram no país em 2015. De fato, muitos desses imigrantes já estavam no país desde 2010, mas só tiveram sua situação migratória definida em 2015. O gráfico 6 demonstra esse crescimento em 2015, devido a essa resolução entre os ministérios.

Gráfico 6: Número de autorizações concedidas a haitianos, 2011- 2015



Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Com relação às Resoluções Normativas, as autorizações concedidas entre 2011 e 2015 foram, principalmente, com base na RN nº 27, de 1998, que *disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração*. Já a RN nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que identificou razões humanitárias na migração de haitianos ao Brasil após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 ocorridos no Haiti também foi relevante, mas devido a sua competência ser do Ministério das Relações Exteriores (MRE) os dados não se encontram nessa base de dados. Assim sendo, 99,9% das autorizações entre 2011 e 2015 foram concedidas com base na resolução 27¹⁴, como demonstra a tabela 4.

Tabela 4: Número de autorizações concedidas a haitianos, segundo Resolução Normativa, 2011-2015

Resolução Normativa	2011	2012	2013	2014	2015	Total
RN 27	708	4.824	2.068	1.890	41.632	51.122
RN 77	-	1	1	-		2
Total	708	4.825	2.069	1.890	41.632	51.124

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

¹⁴ Informações disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/Trabalhoestrangeiro/listadepermanencia.pdf>. Acesso em: 15/04/2016.

Com relação ao perfil demográfico observamos que nesta base de dados também se percebe uma predominância de imigrantes do sexo masculino (69%) em relação à do sexo feminino (19%) na série histórica 2011-2015. Deve ser ressaltado que esta análise fica prejudicada em função do elevado percentual de sexo não informado nas autorizações concedidas em 2015.

Tabela 5: Número de autorizações concedidas a haitianos, segundo sexo, 2011-2015

Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Masculino	585	3.989	1.630	1.541	27.326	35.071
Feminino	123	836	439	349	7.969	9.716
Não Informado	-	-	-	-	6.337	6.337
Total	708	4.825	2.069	1.890	41.632	51.124

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Entre os anos de 2011 e 2015, 30.805 autorizações foram concedidas para haitianos com idade entre 20 e 34 anos e 13.318 para aqueles entre 35 e 49 anos. Predominando, portanto, autorizações concedidas a haitianos em idade laboral.

Tabela 6: Número de autorizações concedidas a haitianos, segundo idade, Brasil 2011- 2015

Idade	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Menor que 20	14	58	68	44	1.202	1.386
20 a 34	483	3.166	1.411	1.046	24.355	30.461
35 a 49	176	1.044	532	411	9.037	11.200
50 a 64	15	68	31	36	709	859
65 ou mais	1	11	10	341	26	389
Não Informado	19	478	17	12	6.303	6.829
Total	708	4825	2069	1890	41.632	51.124

Fonte: Conselho Nacional de Imigração/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

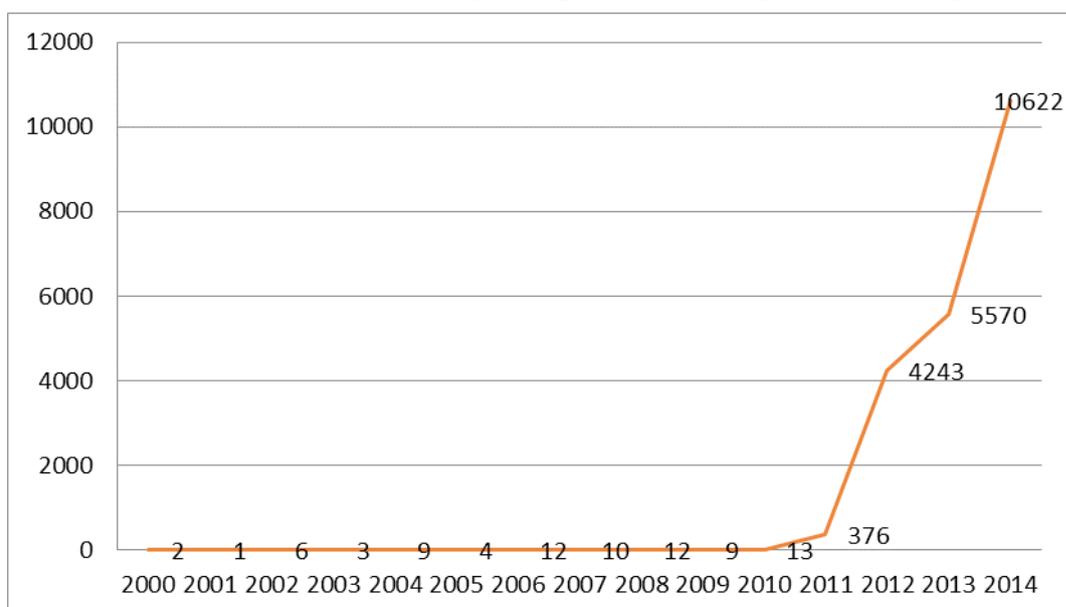
Após a entrada no país e regularização da situação migratória seja através do visto humanitário conseguidos nos Consulados brasileiros em Porto Príncipe ou Quito, ou através do visto humanitário concedido no Brasil através da autorização do CNIg, cabe ao imigrante haitiano se registrar na Polícia Federal (PF). Os dados apresentados abaixo ainda não contemplam as autorizações de novembro de 2015, já que ficou estabelecido que o registro junto a PF pode ser solicitado no prazo de até 01 (um) ano a contar da publicação da listagem das autorizações concedidas. Portanto, os dados abaixo representam a série histórica de 2000 a 2014.

OS HAITIANOS REGISTRADOS NO BRASIL

O Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro (SINCRE) é um registro administrativo do Departamento de Polícia Federal (DPF) que tem por objetivo cadastrar todos os estrangeiros com vistos de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso, temporário ou permanente, devem comparecer, num período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). A partir daí é construído o cadastro que permitirá, posteriormente, além do controle da presença dos estrangeiros no território nacional, a emissão da carteira de identidade do estrangeiro (CIE) (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2015).

Segundo Cavalcanti et al (2015: 116) os haitianos foram a quinta nacionalidade em importância no volume de estrangeiros registrados pelo SINCRE, entre os anos de 2000 e 2014 (20.892). Esse coletivo foi superado apenas pelos bolivianos (50.357), chineses (25.543), portugueses (21.788) e argentinos (21.445). Observamos, ainda, que houve um crescimento exponencial nos registros a partir de 2011, o qual não apresentou diminuição nos anos seguintes, como demonstra o gráfico 8.

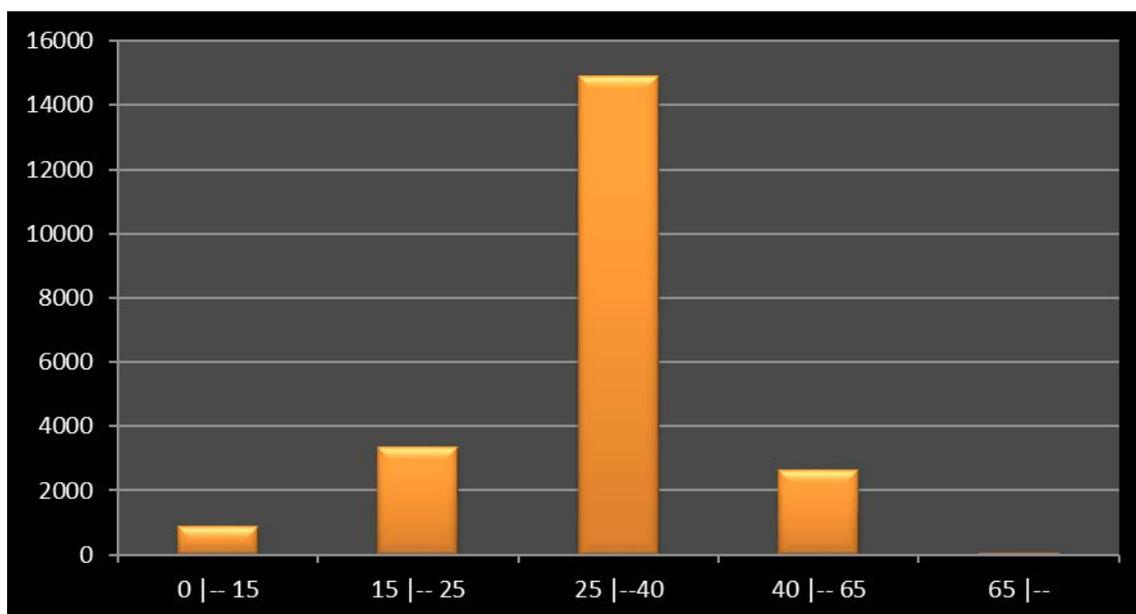
Gráfico 8: Número de haitianos com registros permanentes, segundo ano de registro, 2000-2014



Fonte: Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros, 2015.

Em relação ao perfil demográfico dos haitianos que se registraram 75%, no total de 15.596, foram homens, enquanto apenas 5.296 foram mulheres. E, novamente, nos grupos de idade, quase não se nota a presença de crianças e de idoso. Portanto, observamos mais uma vez que essa imigração foi composta, majoritariamente, por indivíduos em idade laboral, de 25 a 39 anos.

Gráfico 9: Número de haitianos com registros permanentes, segundo grupos de idade, 2000-2014

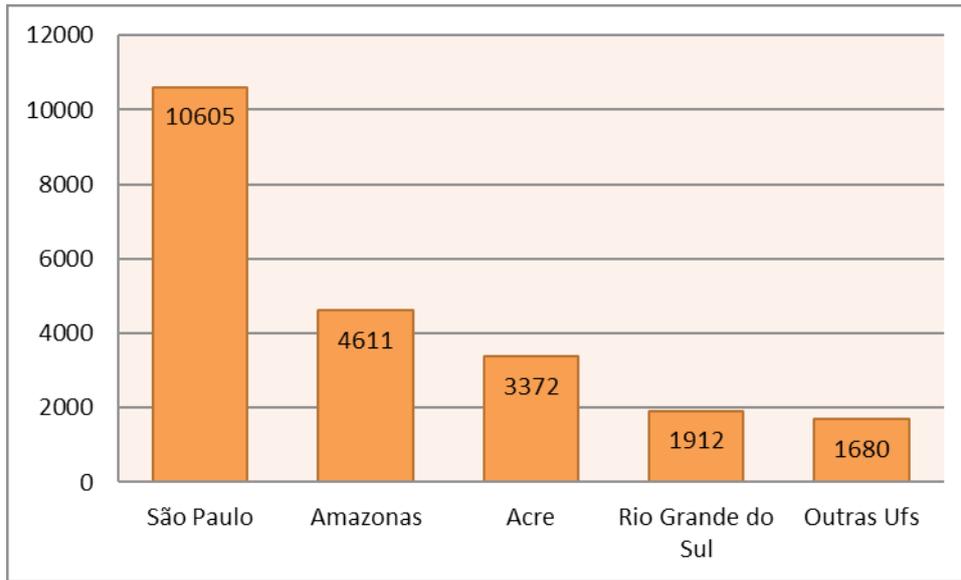


Fonte: Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros, 2015.

Através dessa base de dados podemos ainda observar que o coletivo haitiano com registros permanentes foi formado basicamente por indivíduos solteiros (74%). O número de casados atingiu a marca de 23%, os demais 3% estava distribuído entre divorciados e viúvos.

Essa base de dados nos forneceu ainda mais insumos com relação a informações sobre os caminhos e táticas migratórias adotadas pelos haitianos. Os dados do gráfico 10 demonstram as principais Unidades da Federação, que os imigrantes declaram que deram entrada no país. Podemos observar que a maioria dos imigrantes haitianos entrou no país por São Paulo (47%), e então podemos especular que tal entrada se deu pela via aérea através do aeroporto internacional, e que muitos que fizeram tal caminho possuíam o visto humanitário obtido em Porto Príncipe e/ou em consulado brasileiro num país terceiro. No entanto, chama a atenção o alto número de imigrantes que deu entrada no país pelos estados do Amazonas (22%) e Acre (15%), regiões em que a entrada foi feita de forma terrestre. Tal dado reforça a tese de que os imigrantes utilizaram esse caminho como uma alternativa para entrar no país e muitas das vezes como vimos anteriormente solicitaram refúgio nessas localidades.

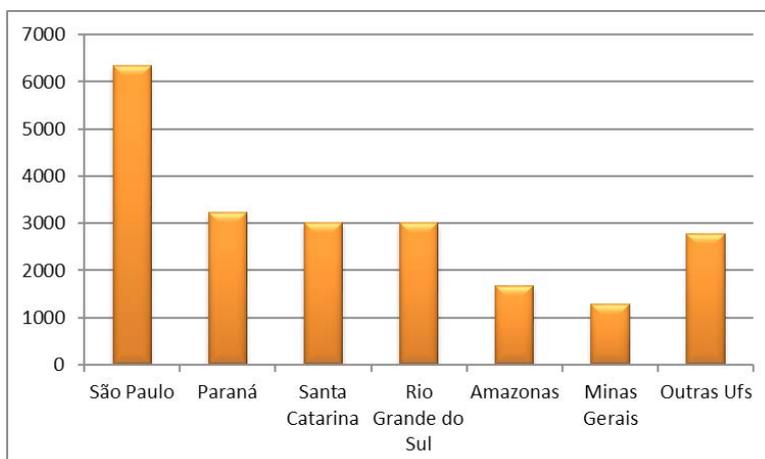
Gráfico 10: Número de haitianos com registros permanentes, segundo UF entrada, Brasil, 2000-2014.



Fonte: Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros, 2015.

Já quando focamos nossa análise no local de residência declarado quando fazem o registro, notamos que há uma grande diferença entre os estados de entrada e residência. Podemos afirmar que os haitianos que migraram para o Brasil também realizaram movimentos internos rumo aos estados do Sudeste (particularmente São Paulo) e Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em menor medida, Minas Gerais e Amazonas. O Gráfico 11 demonstra essa mobilidade rumo ao Sul do país, que pode ser explicada pela busca de trabalho nessas regiões consideradas com maior oferta em certos nichos do mercado de trabalho, como veremos no próximo capítulo desse documento.

Gráfico 11: Número de haitianos com registro permanente, segundo Unidade da Federação de residência, por ano de registro, Brasil, 2000-2014.



Fonte: Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito, o objetivo principal do presente capítulo foi apresentar uma análise sobre as formas de entrada, permanência e registro no Brasil utilizado por pelos haitianos, a partir dos dados encontrados em diversos registros administrativos do governo federal. Apesar de reconhecermos as limitações dos registros administrativos e de advogarmos pela necessidade de aprofundamento qualitativo para melhor entendermos os caminhos e táticas utilizadas por esses imigrantes, assim como, as motivações para migrarem e dificuldades no percurso e na inserção na sociedade brasileira, acreditamos que os dados dos registros administrativos aqui utilizados nos permitiram desenhar *insights* sobre as formas de entrada e permanência utilizadas pelos imigrantes. Observamos que há diversas formas de entrada e permanência no país, como o visto humanitário emitido nos Consulados brasileiros no exterior, e/ou a tática de solicitação de refúgio. E, ainda, devido a essa demanda migratória notamos que como *'efeitos inesperados'* da imigração haitiana foi necessário um desdobramento de medidas, ações e políticas públicas para adequar o Brasil a esses novos fluxos. Portanto, para além de entender as formas de entrada e registros de permanência no Brasil é necessário avançar com as pesquisas, tanto qualitativas, quanto quantitativas, sobre esse coletivo para que possamos melhor compreender a sua inserção na sociedade brasileira seja essa no âmbito laboral e também nas diferentes formas de integração.

REFERÊNCIAS

- ACNUR (BRASIL). *Refúgio no Brasil: uma análise estatística, de janeiro de 2010 a outubro de 2014*. 2014. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso: 13/03/2016
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ata da III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg realizada em 08 de Abril de 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/cni/atas.htm>. Acesso em: 29 de Setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ata da IV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg realizada em 13 de Maio de 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/cni/atas.htm>. Acesso em: em 29 de Setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ata da VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg realizada em 12 de Agosto de 2014. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/cni/os_imigrantes_no_mercado_de_trabalho_formal_perfil_geral_na_serie_2010-2014_a_partir_dos_dados_da_rais_147_atas.htm. Acesso em: 29 de Setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ata da VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg realizada em 16 de Setembro de 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/cni/atas.htm>. Acesso em: 29 de Setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ata da X Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg realizada em 12 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/cni/atas.htm>. Acesso em: 29 de Setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução Normativa nº 27 de 25 de Novembro de 1998. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucoes-normativas.htm. Acesso em: 29 de Setembro de 2015.

ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9430>. Acesso em: 12 de Março de 2016.

TÉLÉMAQUE, Jenny. *Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações*. Monografia. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2012.

TONHATI, Tânia. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). In: . In: Cavalcanti, L. Oliveira, T.; Tonhati, T. Dutra, D. (Org) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2015.

CAPÍTULO IV

OS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: A EMPREGABILIDADE DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

*Tânia Tonhati¹
Leonardo Cavalcanti²;
Tuíla Botega³;
Antônio Tadeu de Oliveira⁴*

INTRODUÇÃO

A movimentação dos trabalhadores imigrantes formalmente empregados no Brasil passou – de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁵ – de 69.015, em 2010, para 155.982, em 2014, o que representou um crescimento de 126,01% entre 2010 e 2014. Quando desagregamos os dados em variações anuais obtemos que: 2011/2010 a variação foi de 15,52%, 2012/2011 de 19,04%, 2013/2012 de 26,82% e 2014/2013 de 29,60%. Os dados apontam que o Brasil teve um aumento contínuo e equilibrado do contingente de imigrantes no trabalho formal no país durante o primeiro quinquênio da presente década (DUTRA, 2015b).

Ademais, os dados atestam que o Brasil se coloca atualmente como destino de grande parte dos fluxos migratórios dentro da região latino-americana, consolidando-se, com isso, no cenário das migrações internacionais contemporâneas como país receptor de imigrantes. Entre as diferentes nacionalidades latino-americanas no país, os imigrantes haitianos, em 2013, passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015a). Se em 2010, somente 23 haitianos estavam empregados no mercado de trabalho formal, em 2014 esse coletivo não somente se consolidou como a principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro, mas também foi a nacionalidade que mais admissões teve no ano de 2014 e 2015 (CAVALCANTI, OLIVEIRA E TONHATI, 2015b).

Portanto, esse capítulo é dedicado exclusivamente a uma análise aprofundada sobre a inserção laboral dos haitianos no Brasil, tendo como foco especificamente o Distrito Federal e os Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O enfoque nas regiões selecionadas se justifica, primeiramente, pelo fato da Região Sul do Brasil abrigar 55% dos imigrantes haitianos que estão inseridos no mercado formal de trabalho no Brasil, no período de 2011-2014 (CAVALCANTI, OLIVEIRA E TONHATI, 2015b). Por outro lado, o Distrito Federal é uma região que pode ser considerada um polo silencioso de atração

¹ Doutoranda em Sociologia da Universidade de Londres, Goldsmiths College, pesquisadora e coordenadora executiva do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

² Professor da Universidade de Brasília e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

³ Mestre pelo Centro de Pesquisa e Estudo sobre as Américas (CEPPAC), e pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

⁴ Doutor em Demografia, pesquisador do IBGE e coordenador de estatística do Observatório das Migrações Internacionais.

⁵ Ao analisar os dados da RAIS, utilizamos o critério de movimentação e não de estoque. Assim a informação sobre imigrantes no mercado de trabalho formal levou em consideração a quantidade de estrangeiros que em algum momento do ano teve algum vínculo empregatício formal.

de imigrantes internacionais, que fogem ao perfil altamente qualificado requerido pelas organizações internacionais e representações diplomáticas sedeadas na capital do país (DUTRA, 2013). Dessa forma, há uma lacuna nos estudos sobre a imigração internacional em geral e, especificamente, o caso dos latino-americanos, para a região, ainda que o Distrito Federal tenha apresentado um crescimento no número de imigrantes superior à média nacional na década de 2000 (IBGE, 2010). Portanto, são escassas as pesquisas empíricas específicas que analisam a inserção laboral e socioeconômica de imigrantes internacionais nessa localidade (DUTRA, 2013).

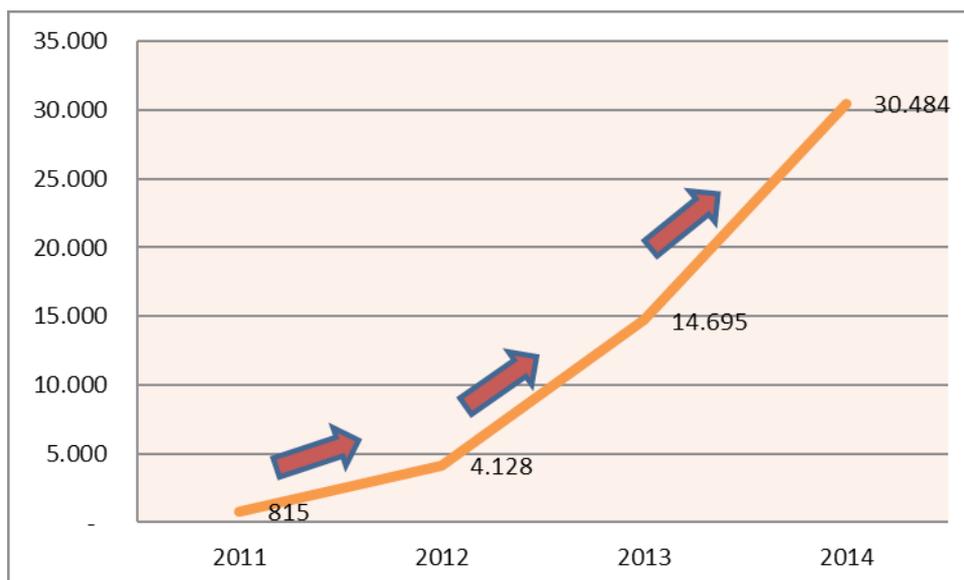
Sendo assim, apresentaremos nesse capítulo uma análise que busca retratar o perfil demográfico do trabalhador haitiano no mercado formal de trabalho no Brasil e as suas principais características laborais, em nível nacional e estadual, com foco no Distrito Federal e na Região Sul do país, e para tal utilizamos os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) como fonte dos dados, de 2011-2014.

PERFIL DEMOGRÁFICO: SEXO, IDADE, COR/RAÇA E ESCOLARIDADE DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO.

O PANORAMA NACIONAL

Segundo os registros administrativos da RAIS, no período de 2011 a 2014, foram registrados 50.122 imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil. Percebemos que no primeiro ano da série histórica analisada havia poucos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro, o que foi se intensificando durante os anos seguintes, atingindo 30.484 imigrantes haitianos em 2014. Dessa forma, foi possível notar um aumento bastante significativo de 37 vezes no número de imigrantes haitianos no Brasil no período de 2011-2014.

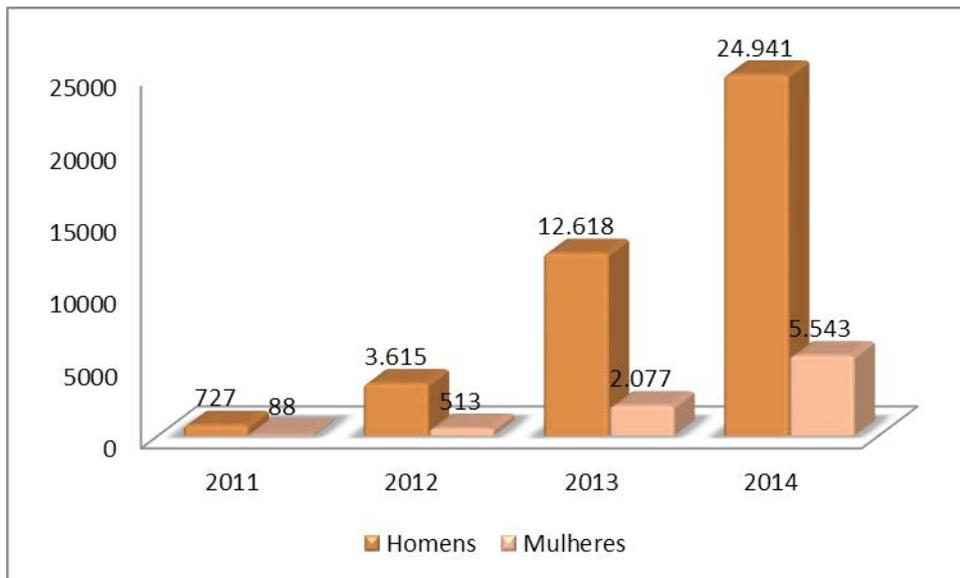
Gráfico 1: Total de imigrantes haitianos no Brasil com vínculo no mercado formal de trabalho, Brasil, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

No período analisado, a proporção média de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, segundo o sexo, foi de: 84% de homens e 16% de mulheres. Levando em conta a taxa média de crescimento em todo o período, pela variável sexo, percebemos que houve uma tendência no crescimento no número de trabalhadoras haitianas. Entretanto, o caso dos haitianos também se enquadra no perfil de outros grupos imigrantes de mão de obra predominantemente masculinizada (Dutra, 2015).

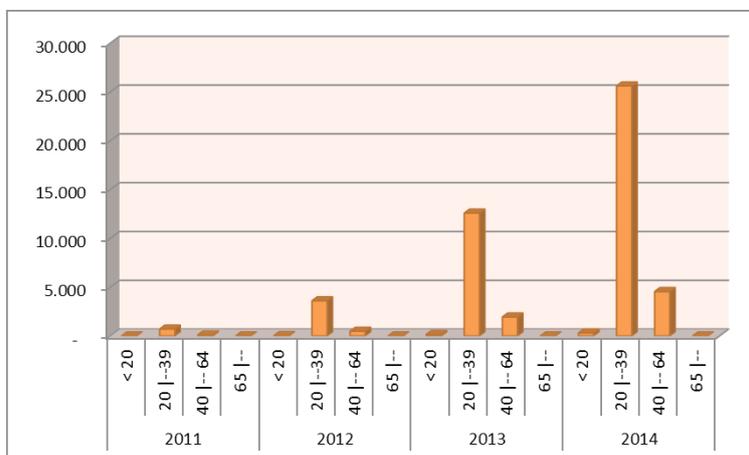
Gráfico 2: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo o sexo, Brasil, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Já com relação ao perfil etário dos haitianos, o gráfico 10 demonstra uma concentração nos grupos de idade de 20 a 39 anos em toda a série histórica, em sequência, a faixa etária que com maior concentração foi a de 40 a 64 anos. Notamos, assim, que os haitianos que migraram para o Brasil estão concentrados na faixa etária considerada de maior produtividade e desejável pelo mercado de trabalho.

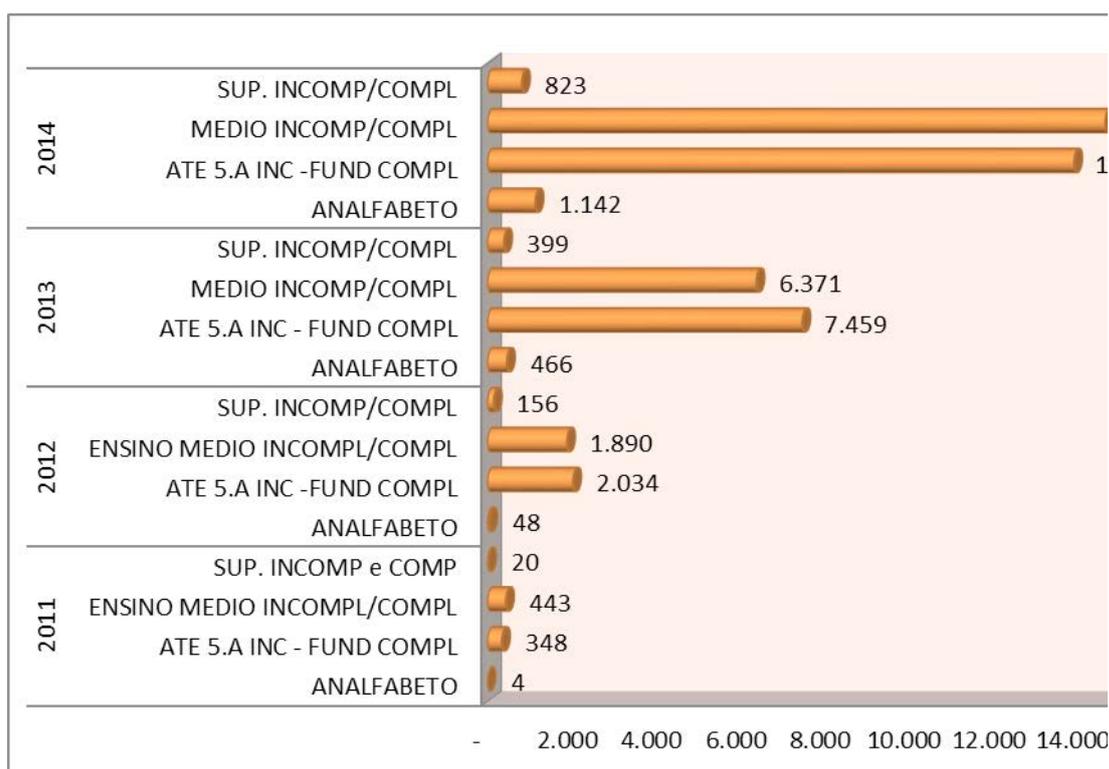
Gráfico 3: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a idade, Brasil 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Essa base de dados traz ainda a variável cor/raça e, portanto, foi possível identificar que a grande maioria dos haitianos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro foi declarada, já que a RAIS é declarada pelo empregador, como sendo da cor/raça preta. É importante observar que essa informação teve um grande número de não identificados, algo não encontrado nas outras variáveis dessa base de dados. Tal fato pode indicar uma dificuldade de empregador para indicar a cor/raça do empregado. Esse é um ponto que necessita de pesquisas mais aprofundadas para que possamos melhor entender essa particularidade.

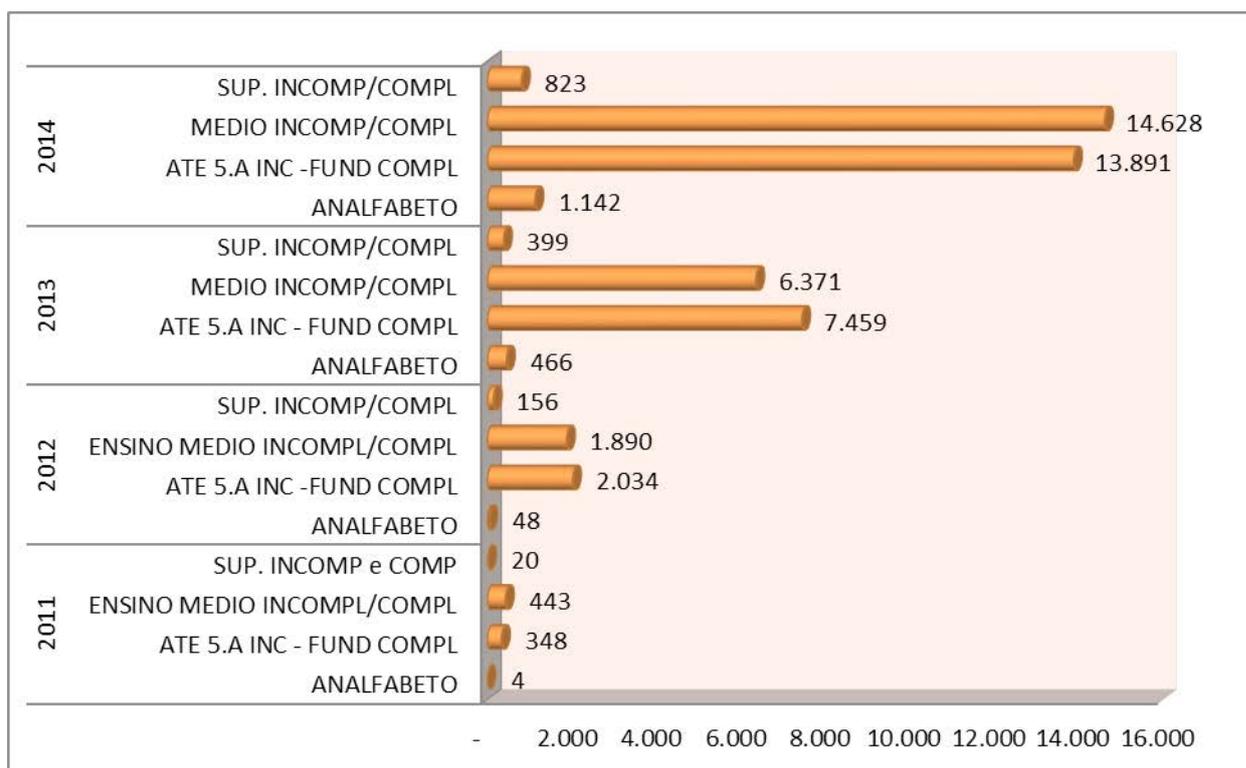
Gráfico 4: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo cor/raça, Brasil 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Outro aspecto fundamental que nos auxiliou para caracterizar o perfil dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro foi a variável escolaridade. Através da análise dessa variável notamos que no total da série histórica a maior parte dos haitianos empregados no mercado formal de trabalho possui até o 5º ano e/ou fundamental completo (47.3%) e ensino médio completo ou incompleto (46%).

Gráfico 5: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a escolaridade, Brasil 2011-2014



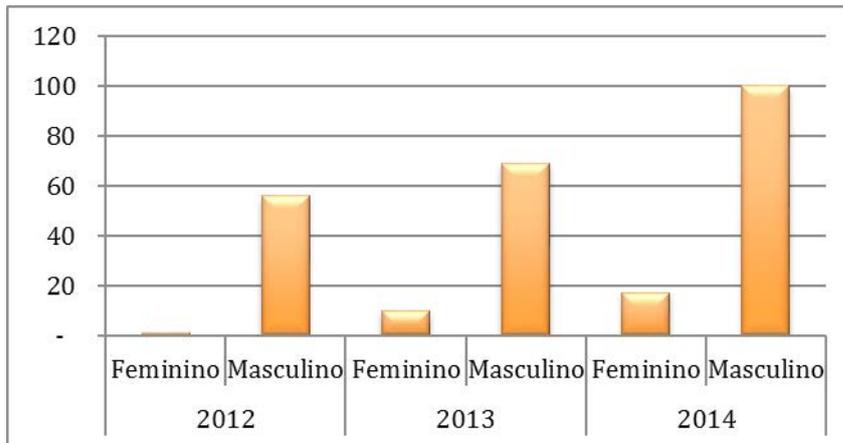
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Sendo assim, o perfil demográfico do imigrante haitiano no mercado de trabalho formal brasileiro é majoritariamente de homens, em idade considerada economicamente ativa entre 20 e 39 anos e com escolaridade médio-baixa, predominando o ensino fundamental e médio. O perfil encontrado no Distrito Federal, assim como, na Região Sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram semelhantes ao do perfil nacional. Na seção a seguir demonstraremos os dados referentes a essas localidades.

DISTRITO FEDERAL: PERFIL DEMOGRÁFICO DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

De acordo com os dados da RAIS foram registrados no mercado de trabalho formal do Distrito Federal 253 imigrantes de nacionalidade haitiana de 2012 a 2014. Em 2011 não houve nenhum haitiano registrado no mercado de trabalho do DF. Portanto, apresentaremos os dados referentes de 2012 a 2014. Sendo que desse total a maioria foi registrada em 2014, representando 117, o equivalente a 46%.

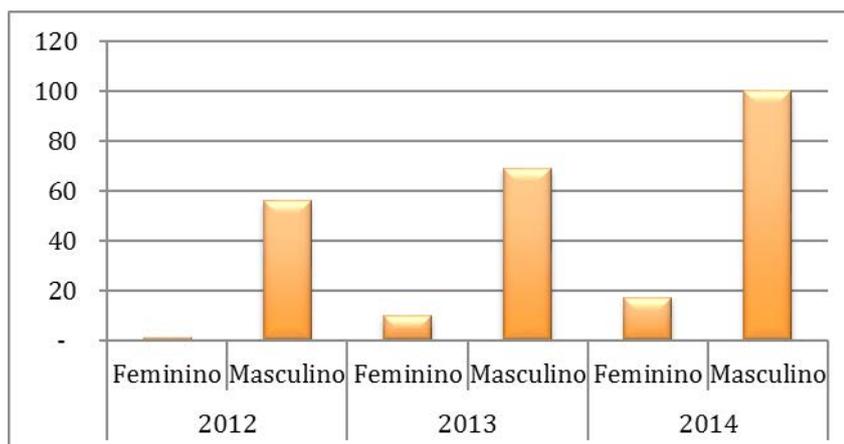
Gráfico 6: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo a escolaridade, DF, 2012-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Seguindo a tendência nacional, do total de 253, 89% eram homens e apenas 11% mulheres. Essa enorme diferença pode ser observada em todos os anos da série histórica aqui analisada. Tal como notamos no gráfico 7 a seguir.

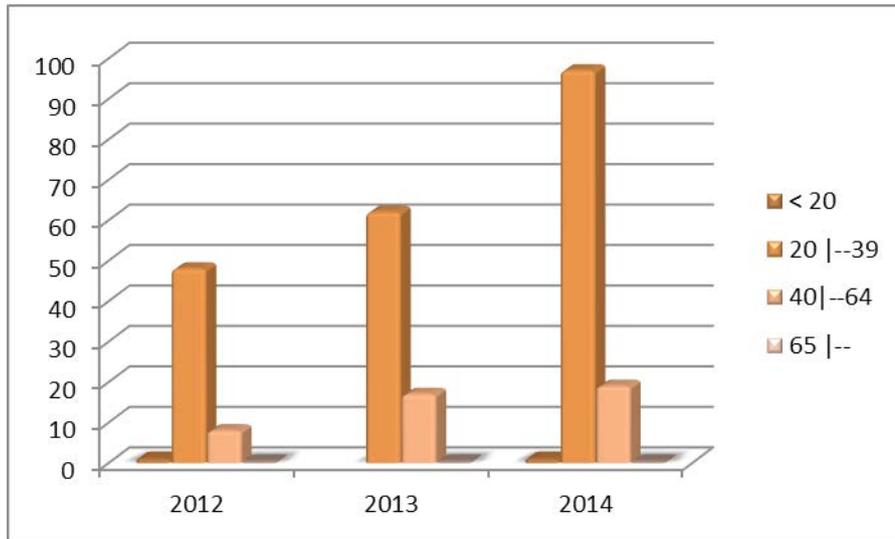
Gráfico 7: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo sexo, DF, 2012-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015

Com relação a variável idade, também o Distrito Federal teve a maior parte dos haitianos concentrados na faixa etária entre 20 a 39 anos de idade (81%), como foi à tendência nacional.

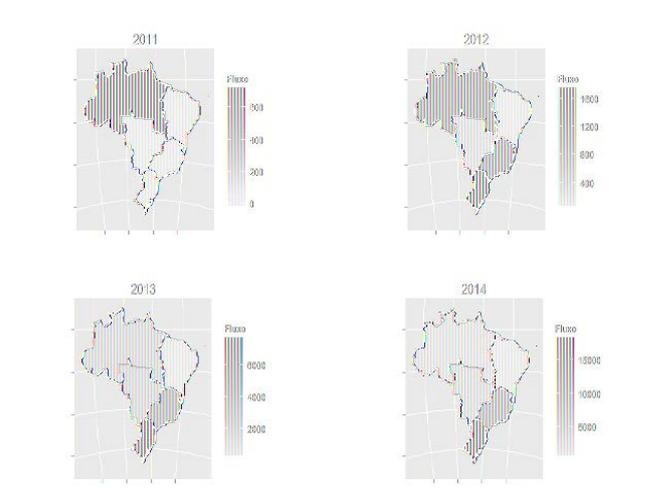
Gráfico 8: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de idade, DF, 2012-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

E, finalmente, com relação ao perfil demográfico dos trabalhadores haitianos no Distrito Federal houve também a predominância dos trabalhadores com nível de escolaridade considerada médio-baixa, já que se constatou a presença de analfabetos (10) e as maiores concentrações foram de trabalhadores com nível fundamental incompleto (84) e completo e de nível médio incompleto e completo (152). Observamos um nível muito baixo de trabalhadores dessa nacionalidade com nível superior (5).

Gráfico 9: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo escolaridade, DF, 2012-2014

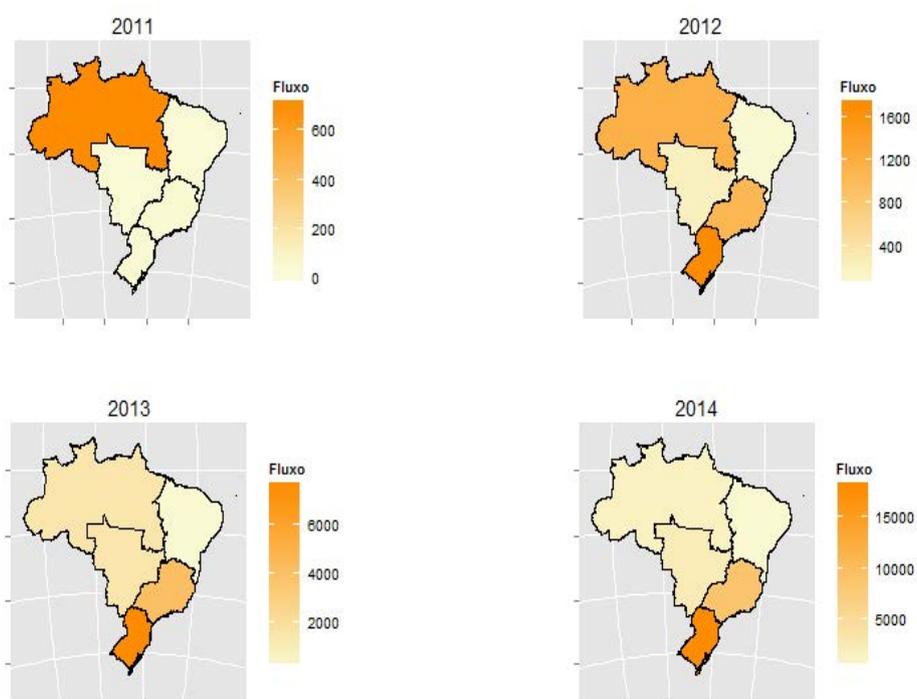


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015

REGIÃO SUL- PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: PERFIL DEMOGRÁFICO DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL.

Ao contrário do que observamos com relação ao Distrito Federal, a imigração haitiana para a Região Sul do país apresentou grandes e significativos números e ganhou dimensões de debate no âmbito político e midiático brasileiro. Os números encontrados na base de dados da RAIS expressam bem a concentração dessa imigração para essa região e, também, nos traz a dimensão de seu crescimento. Se, a partir de 2011, havia uma maior concentração de imigrantes haitianos no Norte do Brasil, ao longo dos anos esta tendência foi se modificando e, em 2014, foi possível perceber um novo cenário: uma maior concentração na Região Sul do país, que passou a compreender 55% (27.460) dos imigrantes haitianos. Como é possível observar através dos mapas a seguir, houve uma imigração interna dos haitianos em direção ao sul do país na busca por trabalho:

Mapa 1: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação, Brasil, 2011-2014

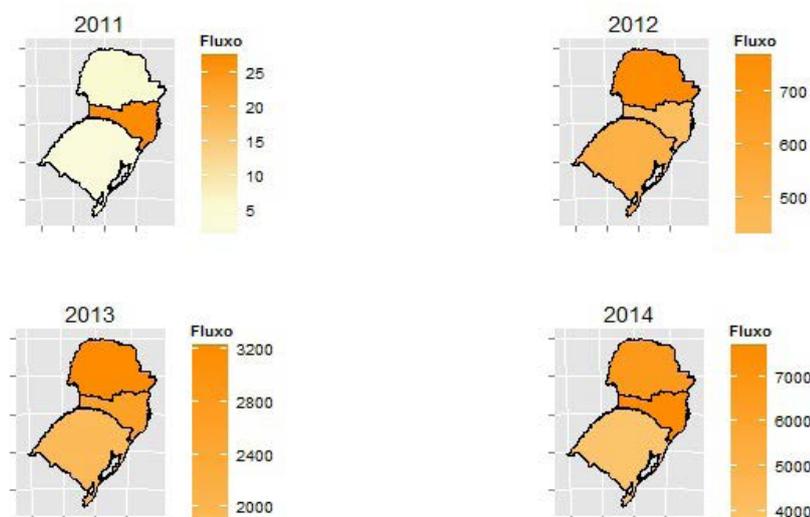


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Segundo os dados da RAIS, foram registrados 27.486 imigrantes haitianos nos Estados da Região Sul do Brasil no período de 2011 a 2014. Sendo o estado de Santa Catarina como a maior concentração (10.707), seguido de perto pelo Paraná (10.651) e o Rio Grande do Sul (6.128). Os três estados da Região Sul apresentaram um crescimento constante no número de imigrantes haitianos incorporados ao mercado de trabalho. Tal crescimento se deu desde 2011, mas observamos que houve um crescimento mais significativo entre os anos de 2012 e 2013. Em 2012, no Paraná, por exemplo, havia 778 haitianos no mercado formal de trabalho e esse número passa para 3.220, em 2013, e segue a tendência de crescimento em 2014, passando para 6.647. Tal crescimento também foi observado em

Santa Catarina, que em 2012 empregava 427 haitianos, em 2013 2.597 e 7.656 em 2014. O Rio Grande do Sul apesar de em números absolutos ter empregado menos haitianos, em termos de crescimento seguiu a mesma tendência dos outros estados da Região Sul, empregando em 2012 apenas 515, e, em 2013, mais que dobrou esse número, passando para 1.863 e, em 2014, dobrou o número de 2013, chegando a 3.748 haitianos no mercado formal de trabalho gaúcho.

Mapa 2: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por Unidades da Federação, Região Sul, 2011-2014

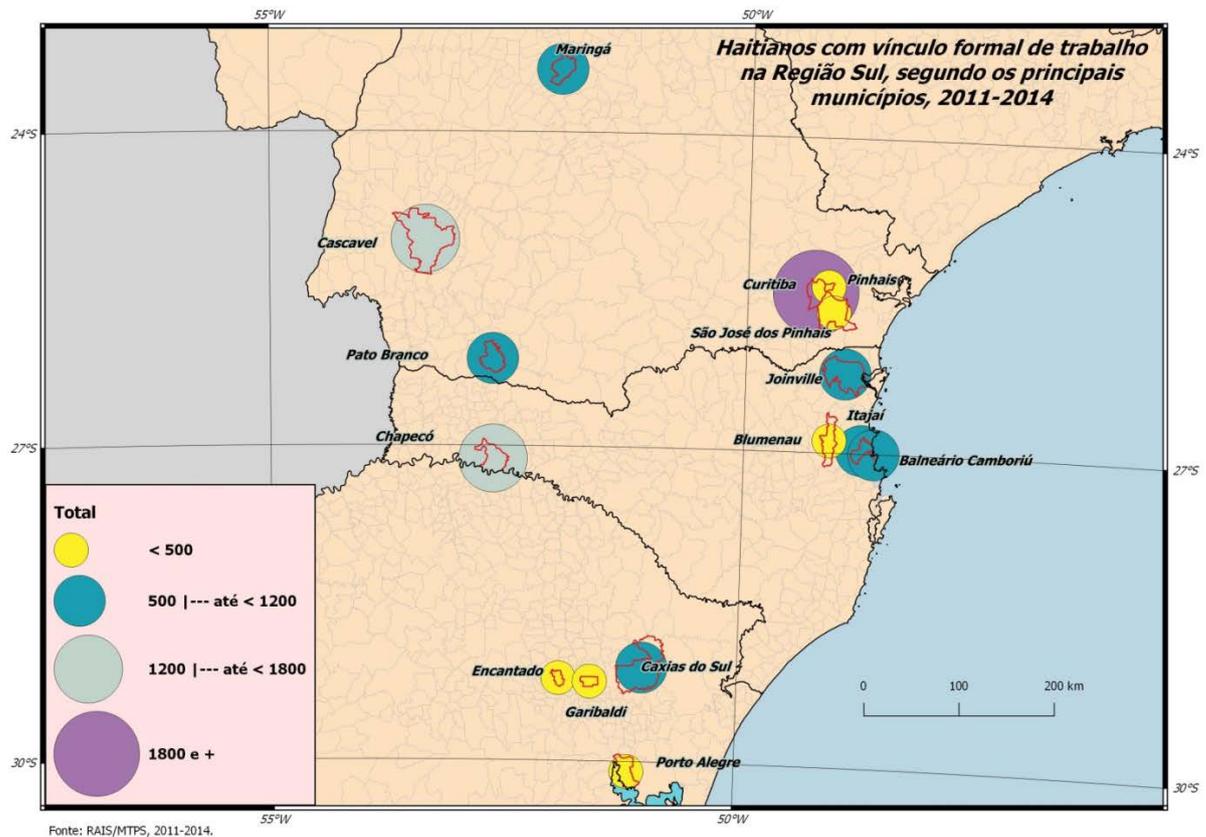


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Outra informação de forte relevância que a base de dados da RAIS nos permite observar são os principais municípios da Região Sul, que mais empregaram haitianos na série histórica de 2011 a 2014. Portanto, na somatória dos anos Curitiba⁶, no Paraná, aparece como o município que mais empregou haitianos, no total foram 3.385. Outro município importante do Paraná foi Cascavel com 1.515 e Maringá e Pato Branco com 897 e 758 respectivamente. Santa Catarina teve o segundo município, Chapecó (1.535), que mais empregou haitianos ficando atrás apenas de Curitiba no Paraná. Itajaí e Balneário Camboriú foram municípios que também se destacaram na contratação de haitianos, 1.172 e 1.086 respectivamente. Já no Rio Grande do Sul, o primeiro município foi Caxias do Sul, o qual ficou na sexta posição entre os municípios da Região Sul, atrás de Balneário Camboriú. Caxias do Sul empregou um total de 1.025, depois se destacou Porto Alegre com 647 e Garibaldi e Encantado com 554 e 552, respectivamente.

6 Curitiba foi o município escolhido por esse estudo para trabalho de campo qualitativo.

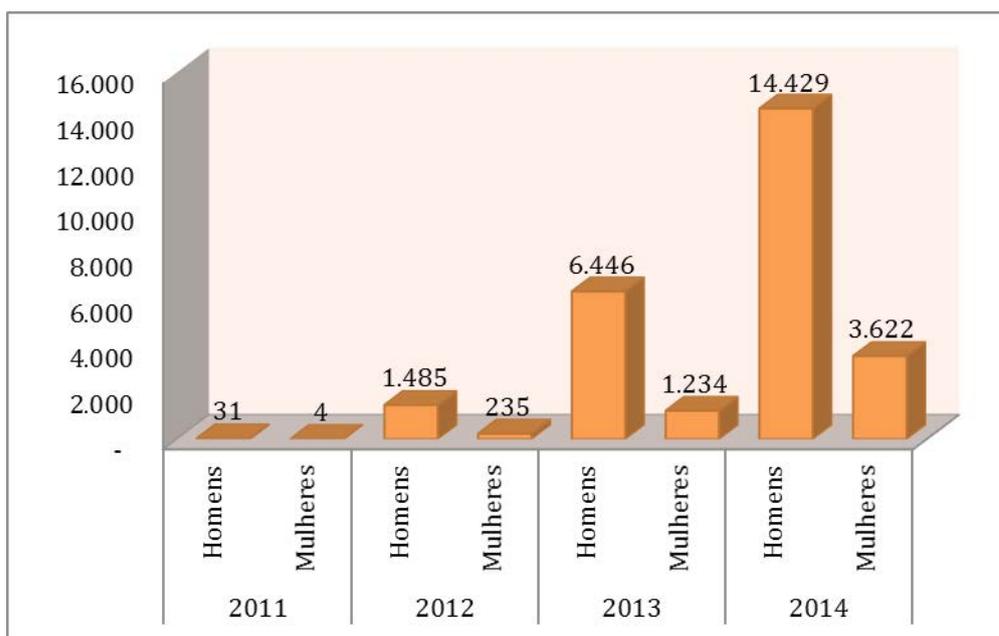
Mapa 3: Distribuição de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho na Região Sul, segundo os principais municípios, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Passamos agora para analisar mais especificamente o perfil demográfico encontrado na Região Sul. Quando olhamos para a divisão por sexo observamos que segue a tendência nacional, onde há uma forte presença de homens haitianos, e um crescimento de 465 vezes, de 2011 a 2014. Notamos, ainda, um crescimento significativo e contínuo no número de mulheres haitianas incorporadas no mercado de trabalho formal brasileiro. Tal fato pode ser observado, pois em 2011 havia apenas 4 mulheres e esse número cresce para 3.622 em 2014, ou seja, um aumento de 905 vezes.

Gráfico 10: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo sexo, Região Sul, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Se olharmos de forma particularizada para cada estado desta região veremos que os três seguem essa tendência, de predominância da mão de obra masculina de haitianos e um crescimento da mão de obra feminina. O estado do Rio Grande do Sul foi o que proporcionalmente mais empregou mulheres na série histórica de 2011 a 2014, (19%) da força de trabalho haitiana. Na sequência, tivemos o Paraná com 18% e Santa Catarina com 17%. Na tabela abaixo é possível observar essas tendências em números absolutos.

Tabela 1: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, por sexo, segundo PR, SC e RS, 2011-2014.

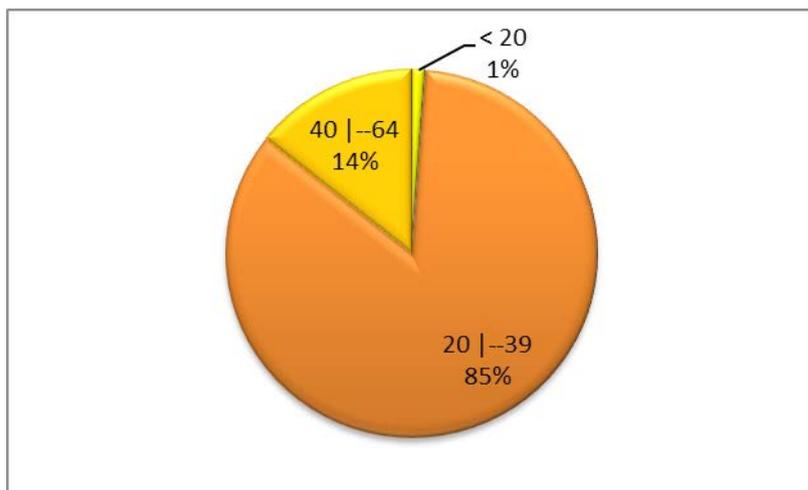
Sexo	2011		2012		2013		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PR	4	2	654	124	2.679	542	5.298	1.349
SC	25	2	388	39	2.217	379	6.183	1.473
RS	2	-	443	72	1.550	313	2.948	800

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

A informação sobre a faixa etária dos haitianos na Região Sul segue o padrão nacional,

sendo que 85% estão na faixa etária de 25 a 39 anos e 14% na faixa entre 40 a 64 anos. Nas faixas etárias de menor de 20 anos e maior de 65 anos, o número de haitianos se mostrou extremamente baixo na somatória de toda a série histórica. Com relação a cada estado em particular, vimos que esses seguem a mesma tendência, sendo em todos os três casos aproximadamente 84% dos trabalhadores haitianos concentrados na faixa etária de 25 a 39 anos.

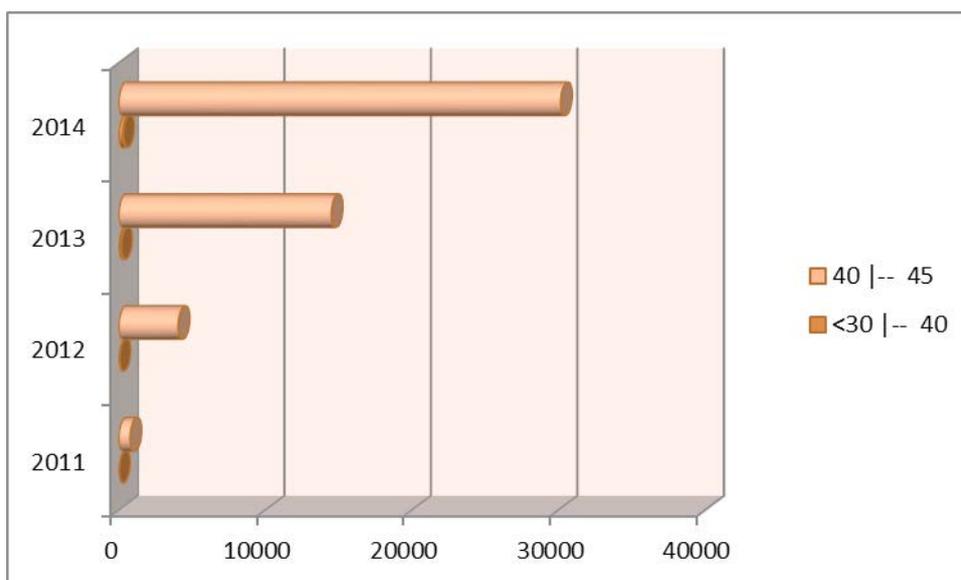
Gráfico 11: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa etária, Região Sul, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Por fim, no que se refere à escolaridade dos imigrantes haitianos registrados no Sul do Brasil pela RAIS, no período de 2011 a 2014, notamos um maior predomínio no nível de ensino médio e no ensino fundamental em todos os Estados, o que reflete o cenário nacional. Entretanto, chama atenção o fato de que em Santa Catarina se encontra um número maior de analfabetos quando comparado aos outros Estados. Fato esse que seria importante uma análise qualitativa mais aprofundada.

Gráfico 12: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo escolaridade, PR, SC e RS, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

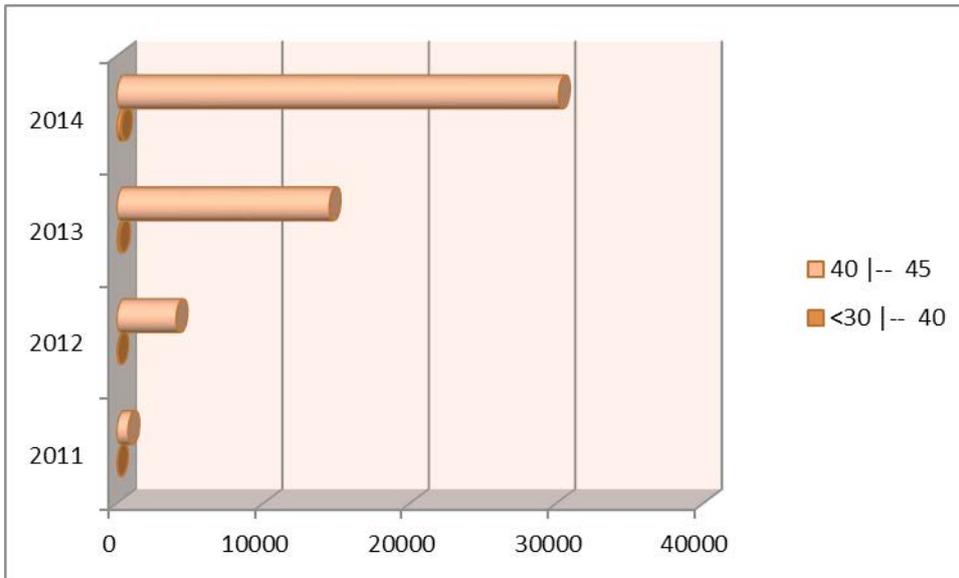
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS LABORAIS: HORAS TRABALHADAS, FAIXAS DE RENDA, ATIVIDADE ECONÔMICA.

A presente seção adentra nas particularidades do mercado de trabalho. Para tal, a partir da análise da RAIS, focamos nossa investigação em três variáveis que consideramos centrais para melhor caracterizar e entender a inserção laboral dos haitianos no Brasil, em geral, e no Distrito Federal e estados do Sul, individualmente. Portanto, a seguir apresentamos os dados baseado nas seguintes variáveis: horas trabalhadas, faixas de renda e atividade econômica.

O PANORAMA NACIONAL

Em âmbito nacional, observamos que tanto homens quanto mulheres realizam predominantemente jornada de trabalho variando entre 40 e 45 horas semanais. No total da série histórica analisada, 49.596 haitianos, entre homens e mulheres, estavam na faixa de horas trabalhadas de 40 a 45 horas e apenas 526 trabalhavam menos de 30 ou igual a 30 e 40 horas semanais. Portanto, observamos que esses imigrantes realizam longas jornadas de trabalho. Como demonstra o gráfico 13, que expõe bem a predominância dos haitianos na faixa de máxima de hora semanal trabalhada permitida pela legislação brasileira.

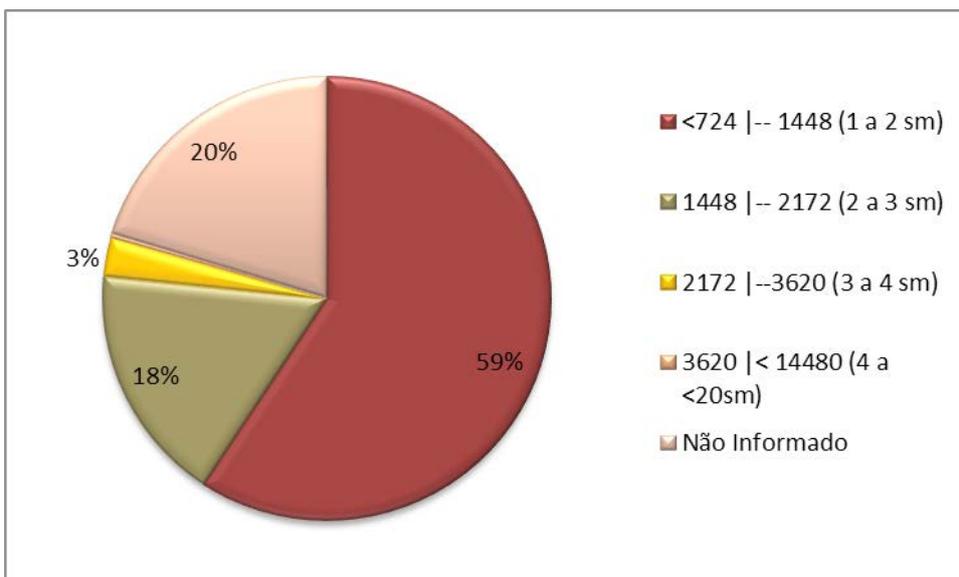
Gráfico 13: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo horas semanais trabalhadas, Brasil, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Apesar de trabalhar longas horas e estarem na faixa de horas máxima permitida, quando observamos a faixa de renda que concentra esses trabalhadores, notamos que esses se encontram na faixa mais baixa, ou seja, recebem de um a dois salários mínimos mensais. Na somatória da série histórica, vimos que 59% dos haitianos estão na faixa de renda de 724 a 1.448, 18% ganham entre 2 a 3 salários mínimos e apenas 3% recebem o equivalente a 3 a 4 salários mínimos. Na faixa de renda entre 3.620 e 14.480 ou mais foram registrados apenas 168 haitianos.

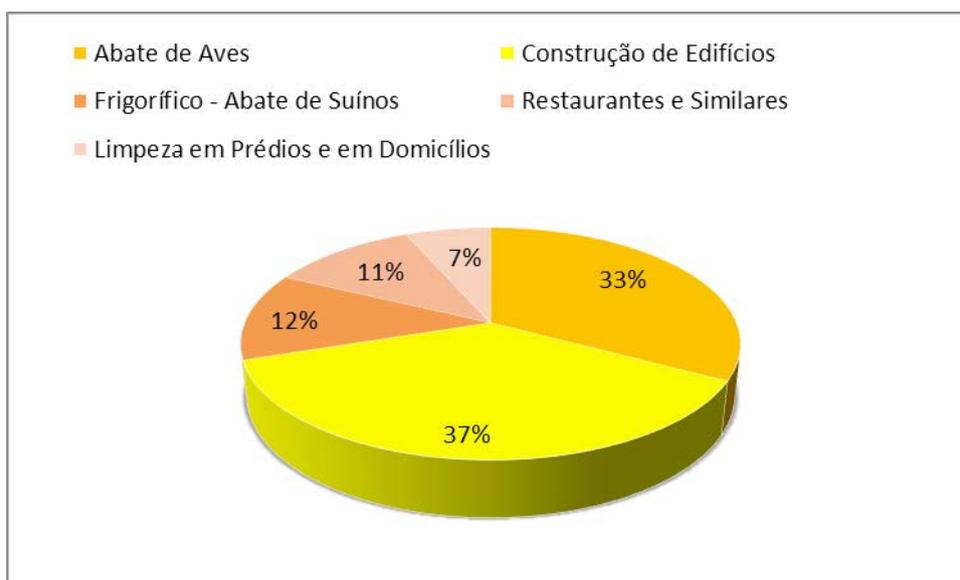
Gráfico 14: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda e salário mínimo, Brasil, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

No intuito de melhor entender essa diferença entre horas trabalhadas e faixa de renda, buscamos analisar em que atividade econômica os imigrantes haitianos estão sendo inseridos dentro do mercado de trabalho brasileiro. No total de homens e mulheres, a atividade econômica que mais empregou haitianos entre os anos de 2011 e 2014 foi a construção de edifícios (total de 5.935), na sequência tivemos Abate de Aves (total de 5.263) e em terceiro lugar Frigorífico - Abate de Suínos (total de 1.966).

Gráfico 15: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo atividade econômica, Brasil, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Outra importante informação que obtivemos, quando cruzamos atividade econômica e sexo, foi perceber que o Abate de Aves foi a atividade econômica que mais empregou mulheres (total de 1.312 na série histórica aqui analisada). Já para os homens, a principal atividade econômica foi a construção de Edifícios. Com relação a mulheres também foi possível notar um crescimento, de 2013 em diante, na atividade econômica de limpeza em prédios e em domicílios. Em países do *'norte global'*, como Estados Unidos e países da Europa ocidental, tal nicho de mercado é predominantemente ocupado por mulheres imigrantes (ver PARRENAS, 2001; HOSCHCHILD, 2002; PADILLA, 2007; PEDONE e ARAÚJO, 2008). No Brasil, não podemos afirmar que essa seja uma tendência com a mesma dimensão. No entanto, observamos que esse é um nicho de mercado mais receptivo a mulheres imigrantes que aos homens imigrantes. Como podemos notar nas tabelas a seguir, que trazem os números das principais atividades econômicas exercidas pelas haitianas e haitianos no Brasil.

Tabela 2: Mulheres imigrantes haitianas com vínculo formal de trabalho, segundo principais

atividades econômicas, Brasil, 2011-2014

Principais Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	Total
	Mulheres	Mulheres	Mulheres	Mulheres	
Abate de Aves	-	68	328	916	1.312
Restaurantes e Similares	10	45	211	664	
Limpeza em Prédios e em Domicílios	2	19	200	452	930
Frigorífico - Abate de Suínos	-	10	90	254	673
Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares	2	10	62	229	354
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, Supermercados	-	10	66	182	303
					258

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Tabela 3: Homens imigrantes haitianas com vínculo formal de trabalho, segundo principais atividades econômicas, Brasil, 2011-2014.

Principais Atividades Econômicas	2011	2012	2013	2014	Total
	Homens	Homens	Homens	Homens	
Construção de Edifícios	145	631	1.947	3.080	5.803
Abate de Aves	-	199	1.218	2.534	
Frigorífico - Abate de Suínos	-	57	476	1.079	3.951
Outras Obras de Engenharia Civil não	22	49	356	508	1.612
Especificadas Anteriormente					935
Restaurantes e Similares	12	46	199	614	871

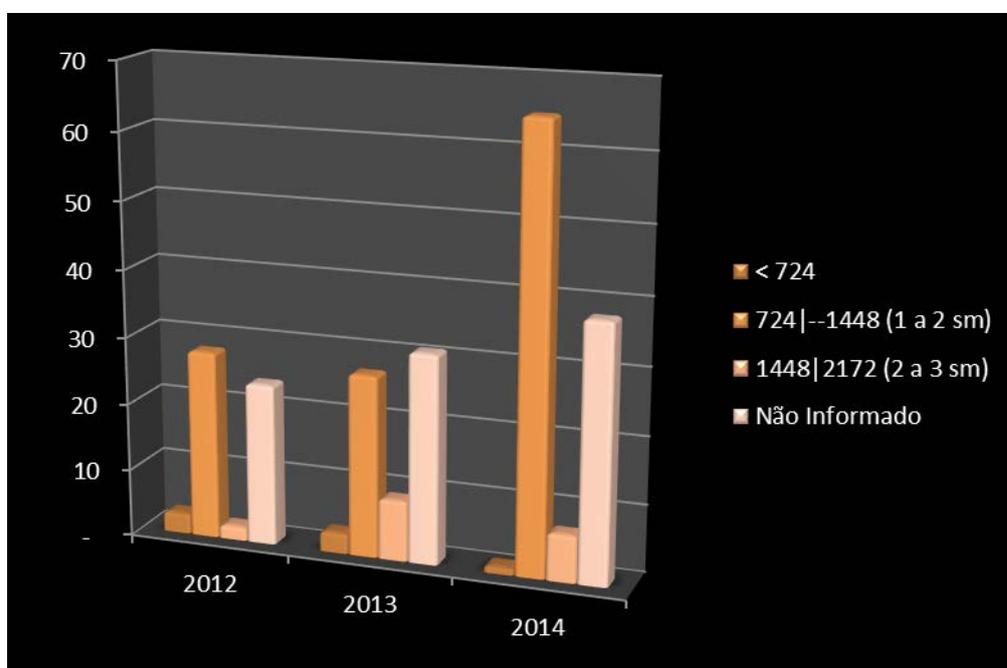
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Em suma, as principais características laborais dos haitianos no panorama nacional são de longas jornadas de trabalho, variando, predominantemente, entre 40 a 45 horas e com uma remuneração mínima concentrada em 1 a 2 salários mínimos. Esse coletivo vem sendo incorporado no mercado de trabalho brasileiro em atividades econômicas como abate de aves, que empregou tanto homens como mulheres, abate de suínos e construção de edifícios com maior concentração masculina, e o setor de restaurantes e limpeza de prédios e domicílios que se destacou pelo crescimento na empregabilidade de haitianas. Na seção a seguir iremos analisar como essas tendências se desdobram no Distrito Federal e nos estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do país.

DISTRITO FEDERAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS LABORAIS DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Como vimos em seção anterior, o número de haitianos no mercado de trabalho formal do Distrito Federal foi de 225 homens e 28 mulheres, na série histórica de 2012 a 2014, já que em 2011 não houve registro de nenhum trabalhador haitiano nessa localidade. Com relação ao número de horas trabalhadas, tanto homens como mulheres, se concentraram exclusivamente na faixa de horas de 40 a 45 horas semanais, ou seja, trabalhavam o máximo de horas permitido pela legislação brasileira. Quando analisamos a faixas de renda que os haitianos empregados no Distrito Federal, percebemos que seguem a tendência nacional, portanto, sendo que 47% estão na faixa de renda 724-1.448, o equivalente a um ou dois salários mínimos.

Gráfico 16: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda e salário mínimo, DF, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Com relação à atividade econômica no DF, diferentemente da tendência nacional, não apareceu o abate de aves nem de suínos como atividades econômicas. Nessa localidade os haitianos foram empregados, em sua maioria, na construção de edifícios, 32% do total na série histórica. Nessa atividade foram contratados majoritariamente homens. Já as mulheres foram empregadas, principalmente, em restaurantes e similares. Diferentemente do observado em âmbito nacional, no DF não foi encontrada nenhuma haitiana no trabalho de limpeza de prédios ou doméstico. Na tabela a seguir, podemos observar as três principais atividades econômicas nas quais os haitianos se inseriram no mercado de trabalho formal do DF.

Tabela 4: Total imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais atividades econômicas, DF, 2012-2014

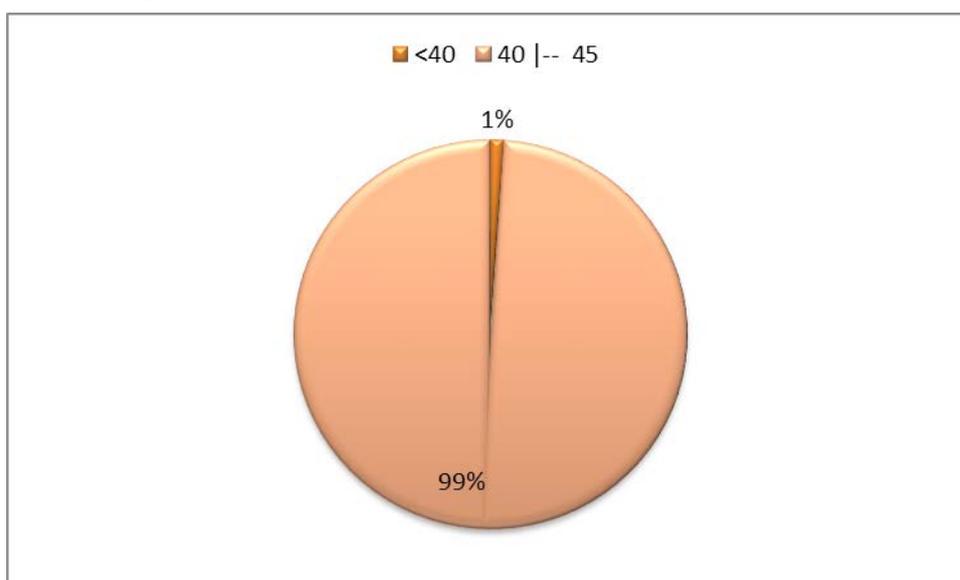
Atividade Econômica	2012-2014		
	Total	Mulheres	Homens
Construção de Edifícios	81	4	77
Manutenção e Reparação de Equipamentos e Produtos não Especificados Anteriormente	39	0	39
Restaurantes e Similares	22	10	12

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

REGIÃO SUL- PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS LABORAIS DOS HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL.

Os haitianos no mercado de trabalho formal da Região Sul, assim como, a tendência nacional e do DF trabalham majoritariamente na faixa máxima de horas semanais trabalhadas de 40 a 45. Isso não se alterou durante a série histórica de 2011 a 2014 e tanto homens como mulheres se enquadram 99% nessa faixa de horas semanais, como mostra o gráfico 20. E, de forma particular, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul seguem a mesma tendência, com cada um empregando 99% dos haitianos na faixa de 40 a 45 horas semanais.

Gráfico 17: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo horas semanais, Região Sul, 2011-2014

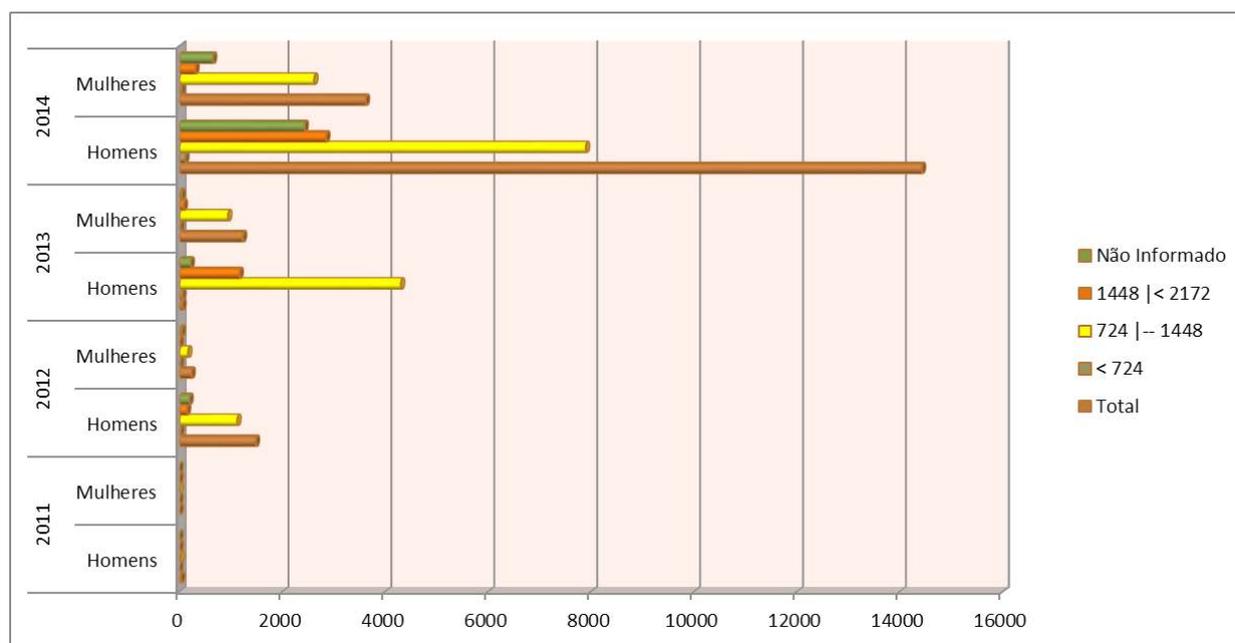


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

No que se refere à remuneração, a Região Sul segue a tendência encontrada nacional-

mente e no DF. Observamos que a maioria dos haitianos se concentra na faixa de renda entre R\$724,00 e R\$ 1.448 e na de R\$ 1.448 a R\$ 2.172, em toda série histórica. Portanto, a grande maioria dos haitianos se enquadra como recebendo entre um a dois salários mínimos. Também foi possível notar que tanto homens quanto mulheres encontram-se nessa faixa de renda, como demonstra o gráfico 18.

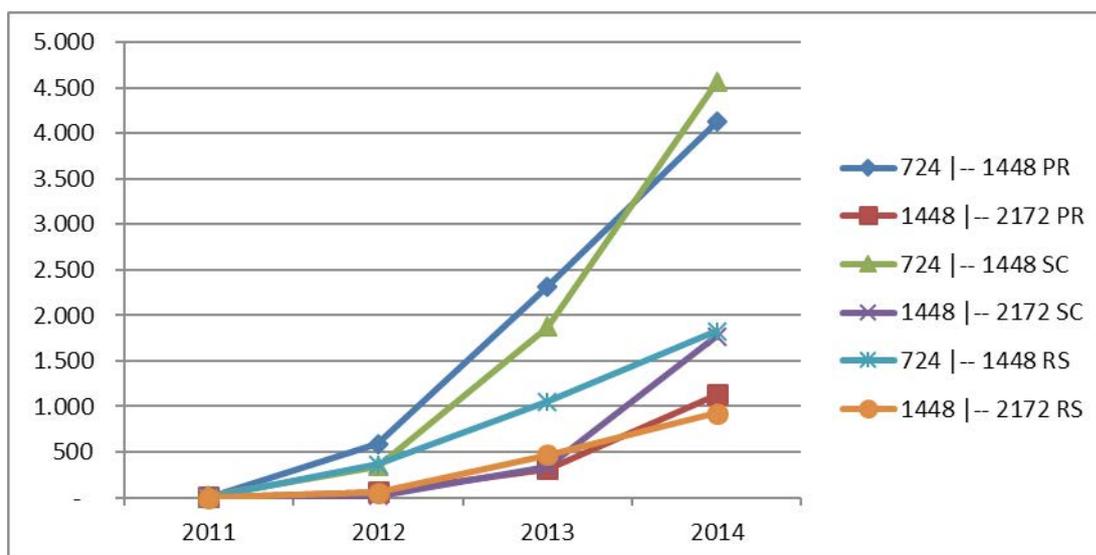
Gráfico 18: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda, por sexo, Região Sul, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

De forma específica, temos que, no Estado do Paraná, 66% dos haitianos, empregados no mercado formal de trabalho, têm remuneração na a faixa de renda de 724 a 1.448 e outros 14% na faixa de 1.448 a 2.172. Portanto, os haitianos ganham, em sua maioria, entre 1 e 2 salários mínimos. Já em Santa Catarina, 63% dos haitianos estão na faixa de renda de 724 a 1.448, ao passo que 19% estão na faixa de 1.448 a 2.172. O Estado do Rio Grande do Sul segue a mesma tendência, tendo 53% na faixa de R\$ 724 a 1.448 e 24% na de 1.448 a 2.172. O Gráfico abaixo ilustra a variação dos estados nas duas principais faixas de renda ocupada por esses imigrantes. Em suma, portanto, quando olhamos de forma particular para cada estado da Região Sul do país, temos que 80% (8.531) dos haitianos empregados no Paraná recebem entre 724 e 2172. Em Santa Catarina o número é de 83% (8.932) e no Rio Grande do Sul de 76% (4.690).

Gráfico 19: Total de imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo faixa de renda, PR, SC e RS, 2011-2014



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

No que se refere à atividade econômica na Região Sul, temos uma maior incidência de imigrantes haitianos trabalhando nos seguintes segmentos: Abate de aves (17%); Construção de Edifícios (10%), Restaurantes e Similares (6%). Na tabela 5, podemos ver as dez principais atividades econômicas realizadas pelos haitianos na Região.

Tabela 5: Total imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho, segundo principais atividades econômicas, PR, SC E RS, 2011-2014

Atividade Econômica – Total de 2011-2014	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Abate de Aves	2910	1013	971	4894
Construção de Edifícios	998	1031	836	2865
Restaurantes e Similares	535	917	347	1799
Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados	242	493	186	921
Fabricação de Produtos de Carne	160	382	126	668
Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	196	227	83	506
Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares	231	179	122	532
Frigorífico - Abate de Suínos	163	177	121	461
Limpeza em Prédios e em Domicílios	205	165	176	546

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

No Paraná, as mulheres se concentram, primeiramente, no abate de aves (629), em segundo, restaurantes e similares (280) e, em terceiro, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (121). Já os homens no Paraná estavam mais concentrados também no abate

de aves (2.281), seguido por construção de edifícios (970), restaurantes e similares (255) e fabricação de móveis de madeira (178). No Rio Grande do Sul, notamos que as mulheres também estão majoritariamente empregadas no abate de aves (337), em segundo lugar aparece o abate de suínos (171) e, em terceiro, restaurantes e similares (70). Já os haitianos estão em sua maioria no abate de suínos (665), depois no abate de aves (634), e, finalmente, em terceiro lugar, na construção de edifícios (333). Já em Santa Catarina as mulheres seguem empregadas, em sua maioria, no abate de aves (248), em seguida restaurantes e similares (219) e no abate de suínos (119). Os homens em Santa Catarina estão empregados, primeiramente, na construção de edifícios (1.021), em seguida no abate de suínos (798) e de aves (765).

Desse modo, observamos que com relação às características laborais os haitianos em âmbito nacional, no Distrito Federal e nos estados do Sul do país trabalham longas jornadas de trabalho, recebendo remuneração de um a dois salários mínimos. E desenvolvem, em sua maioria, principalmente na Região Sul, onde estão mais concentrados, atividades laborais consideradas insalubres, como o abate de aves e suínos. Portanto, são necessários estudos que se aprofundem no âmbito das razões da grande empregabilidade de imigrantes nesses setores, assim como, uma maior compreensão de suas condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traçou um perfil dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho formal no Brasil a partir do registro administrativo – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho (MT). Apesar das dificuldades em se trabalhar a migração internacional, a partir dos registros administrativos oficiais, entendemos que se trata de uma importante fonte de informação e com grande potencial para aprofundar o conhecimento e atualizar os dados sobre esse fenômeno, tanto a nível nacional, quanto a nível local, seja para a Região Sul, seja para o caso do Distrito Federal. Além disso, assumimos que tais resultados têm seu potencial explicativo, já que vão corroborar com vários resultados e análises da fase qualitativa, conforme será apresentado nos outros capítulos desta coletânea.

Portanto, o objetivo central desse capítulo foi dar destaque à relação migração-mercado de trabalho, apesar dos movimentos migratórios não ocorrerem exclusivamente por questões laborais, o que implicaria uma limitação analítica, já que as pessoas também migram por outros motivos como, por exemplo, reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores, a inserção laboral tem sido um forte determinante na mobilidade humana. Portanto, é preciso ressaltar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado do trabalho (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015).

Podemos ainda, em suma, inferir que dentro do contexto de novos fluxos migratórios para o Brasil, particularmente, o caso dos haitianos, os dados da RAIS, referentes ao período de 2011-2014, nos ajudam a delinear um perfil desses imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho a nível nacional e que se replica, na maior parte das vezes, quando analisamos especificamente os dados do Distrito Federal e da Região Sul do país. Observamos que há uma predominância de homens jovens, na idade considerada mais produtiva para o trabalho, com nível educacional médio-baixo e que trabalham cerca de 40 e 45 horas semanais, recebendo uma renda entre R\$724,00 e R\$ 1.448 e de R\$ 1.448 a R\$ 2.172. Esses desempenham atividades nos setores de construção de edifícios; abate de aves; frigorífico – abate de suínos; restaurantes e similares; e limpeza em prédios e em domicílios.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília 2015a.
- CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, A. Tadeu.; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015b.
- CODEPLAN. A dinâmica migratória na área metropolitana de Brasília – AMB – entre 1991 e 2010. *Demografia em foco*, v. 6. CODEPLAN: 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/>. Acesso em: 28/08/2015
- DUTRA, Delia. *Migração internacional e trabalho doméstico – mulheres peruanas em Brasília*. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- DUTRA, Delia. Os imigrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010-2014, a partir dos dados da RAIS. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D. (Org.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015a.
- DUTRA, Delia.; ALMEIDA, Sandro. de; TONHATI, Tânia.; PALERMO, Gabrielle. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. *Cadernos OBMigra*, v. 1, n. 2, 74-135, 2015b.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. *Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas*. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997.
- HOCHSCHILD, Arlie. R. Love and gold. In B. Ehrenreich & Hochschild, A. R. (Eds.), *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. New York: Metropolitan, 15-30, 2002.
- IBGE, Censo 2010. Sobre o Censo. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo#>. Acesso em 12 de Março de 2015.
- MARGOLIS, Maxime. *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- OLIVEIRA, A. Tadeu. R. Relacionamento e complementariedade entre as bases de dados analisadas. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília, 2015.
- OLIVEIRA, A. Tadeu. R; CAVALCANTI, Leonardo. *Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra*. II Seminário Imigração e Emigração Internacional no Cenário de Mudanças Globais no Início do Século XXI: migração qualificada e demandantes de refúgio (apresentação). Belo Horizonte: PUCMINAS, junho de 2015.
- PADILLA, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In J. M. Malheiros (Ed.), *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 113-135, 2007.
- PARRENAS, Rachel. *Servants of Globalization: women, migration and domestic work*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

PEDONE, Claudia. e GIL ARAUJO, Sandra. Maternidades transnacionales entre América Latina y el Estado español. El impacto de las políticas migratorias en las estrategias de reagrupación familiar. In Solé, C., Parella, S. & Cavalcanti, L. (Eds.) *Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones*. Documentos del Observatorio permanente de la inmigración de España 19, 149-177, 2008.

REIS, Rosana.; SALES, Teresa. Emigração e (I)mobilidade Residencial: Momentos de Ruptura na Reprodução/Continuidade de Segregação Social no Espaço Urbano, In *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 167-186, 1999.

SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez Editora 1999.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade, 2001.

SOLE, Carlota., CAVALCANTI, Leonardo., PARELLA, Sona. *La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España*. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.

PARTE 2

ANÁLISE QUALITATIVA OS HAITIANOS NO BRASIL: O CASO DO PARANÁ E DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO V

HAITIANOS NO PARANÁ: DISTINÇÃO, INTEGRAÇÃO E MOBILIDADE

Márcio de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

A imigração haitiana é sem dúvida a principal novidade desse início de século XXI no Brasil. Em 2010, havia 69.015 trabalhadores estrangeiros no país. Em 2014, esse número já era de 155.982, um aumento de 226%. Os imigrantes haitianos no Brasil, que eram apenas 815 em 2011, passaram para 30.484 em 2014, um aumento de 256%, bem acima do grupo que surge em segundo lugar, os colombianos, cujo aumento foi de 61% para o mesmo período, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)². No ano de 2014, do total de 33.557 admissões no mercado de trabalho brasileiro, 17.577 eram de haitianos, de longe o grupo mais importante, bem à frente do grupo de senegaleses que apareciam em segundo lugar, com apenas 2.830 admissões, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)³. Em termos proporcionais, a República do Haiti aparecia ainda como o principal país em termos de Carteiras de Trabalho emitidas para estrangeiros entre 2010 e 2014, com 26% do total, sendo que apenas no ano de 2014, esse número foi ainda maior: 37% do total. O estado do Paraná conheceu, proporcionalmente, crescimento no número de trabalhadores estrangeiros ainda maior do que aquele observado no país como um todo. Em 2010 havia 3.660 trabalhadores estrangeiros no estado. Em 2014, esse número havia saltado para 9.731, um aumento de 265,8%. Em 2011, havia no Paraná apenas 6 haitianos com vínculo formal de trabalho. Em 2012, eram 778 em 2012, 3.221 em 2013, alcançando 6.647 em 2014, um aumento de mais de 1.774 vezes em apenas 4 anos!⁴

A presença de haitianos despertou o interesse de bom número de pesquisadores. Em suas pesquisas, esses pesquisadores passaram a examinar de perto tanto a origem desse fluxo migratório quanto as condições de vida e trabalho encontradas no Brasil, além de estudos sobre temas diversos como, por exemplo, a história do Haiti e sua relação com as potências coloniais (França e EUA), ou ainda sobre aspectos específicos da cultura haitiana, tais como as questões linguística e religiosa (VALLER FILHO, 2007; RODRIGUES, 2008; ROSA, 2010; CONTIGUIBA e PIMENTEL, 2012; 2015; CAISSE, 2012; COSTA, 2012; CAFFEU e CUTTI, 2012; LOQUIDOR, 2013; ZEFERINO, 2014; CASTRO e FERNANDES, 2014; PERES, 2015).

Esses trabalhos, embora comprovem a consolidação do campo de estudos, não o esgo-

¹ Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (Brasil). A pesquisa de campo contou com a participação dos pesquisadores Bruna Singh, Douglas Marques e Tamara Zazéra Resende.

² Os dados estão disponíveis em www.rais.gov.br

³ Os dados estão disponíveis em www.trabalho.gov.br/delegacias/pr/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged

⁴ Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Anual de Empregado e Desempregado e Carteira de Trabalho em CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (orgs.) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/>

tam. Os dados relativos aos custos do trajeto migratório ao Brasil e o perfil socioeconômico dos migrantes residentes em diversas cidades brasileiras, segundo pesquisa coordenada por Peres (2015), indicam preliminarmente que estamos diante de grupo específico e distinto do padrão corrente da sociedade haitiana⁵. De maneira geral, apresentam grau de escolaridade e renda maior do que a média do cidadão haitiano. Contudo, não há ainda estudo específico que tenha examinado o quão distinto é esse grupo. Não há tão pouco estudo que tenha buscado relacionar as características socioeconômicas dos imigrantes haitianos ao conjunto de suas práticas sociais, tais como suas atividades de integração (formas de organização social, lazer, práticas culturais e religiosas, etc.), ou ainda suas expectativas, seja em relação à sociedade brasileira em geral, seja em relação ao desejo de permanecer definitivamente no Brasil. O trabalho aqui apresentado tenta suprir essa lacuna, utilizando como referencial teórico, a teoria da ação proposta por Pierre Bourdieu (1930-2002). Segundo Bourdieu (1979; 2000), estruturas sociais e *habitus* (as disposições de classe) influenciam as estratégias dos atores, sejam eles migrantes ou não. É de se supor assim que tanto as práticas sociais e culturais quanto a capacidade de integração desse imigrante haitiano residindo hoje no Brasil devem revelar aspectos dessas estruturas e desses *habitus* de classe. Através da análise de um grupo de haitianos residindo no estado do Paraná, relacionamos *habitus*, estruturas e estratégias. Concretamente, procuramos identificar características econômicas e culturais distintivas, relacionando-as em seguida às práticas integradoras e às perspectivas futuras a partir de uma série de dados colhidos em entrevistas.

As análises apresentadas aqui dizem respeito à pesquisa realizada nas cidades de Curitiba e Londrina (estado do Paraná) entre os meses de julho e setembro de 2015. Foram entrevistados 33 imigrantes haitianos, sendo 24 homens e 9 mulheres, com idade média de 30 anos, entre casados e solteiros, com ou sem filhos⁶, como apresentado abaixo (quadro 1).

Quadro 1 – Haitianos entrevistados por sexo e estado civil.

Sexo	Nº	Estado Civil				Média de Idade
		Casado	Solteiro	Separado	com filhos*	
H	24	5	18	1	10	32,4
M	9	7	2	-	8	29,3
TOTAL	33	12	20	1	18	30,8

Fonte: Pesquisa de campo

*Quatro homens solteiros declararam ter filhos que ficaram no Haiti

HAITIANOS NO PARANÁ: RAÍZES

A importância atual de imigrantes no chamado *Brasil Meridional* (estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) parece resgatar o papel que essa região desempenhou na história da imigração para o Brasil⁷, como se pode ver no quadro abaixo.

⁵ Analisamos abaixo os dados colhidos pela pesquisa nacional coordenada por Peres (2015).

⁶ Segundo dados da RAIS (2014), há no Paraná 6.647 trabalhadores haitianos com vínculo formal, sendo 5.298 homens e 1.349 mulheres. 5650 deles (85%) tem idade variando entre 20 e 40 anos.

⁷ Em 1913, o Brasil está dividido em cinco 'brasis', a saber: Brasil Setentrional, Brasil Norte-Oriental, Brasil Central, Brasil Oriental e Brasil Meridional. O estado de São Paulo fazia parte então do Brasil Meridional. Esta divisão durou até 1942, quando os antigos 'brasis' foram transformados em 7 regiões. Mas em 1970, nova mudança para as atuais 5 regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em relação a 1913, duas grandes diferenças: a passagem do estado de São Paulo do então Brasil Meridional para a atual Região Sudeste e a passagem do estado da Bahia que estava no Brasil Oriental para a atual Região Nordeste.

Quadro 2 - População Estrangeira No Brasil Meridional (BM), 1900-1920

Ano/Estado	1900	1920
São Paulo		
População total	2.282.279	4.592.188
Pop estrangeira	529.187	833.709
Pop estrangeira/Pop total (%)	23,18	18,15
Pop estrangeira SP /Pop estrangeira Brasil (%)	41,37	52,42
Paraná		
População total	327.136	685.711
Pop estrangeira	45.134	63.110
Pop estrangeira/Pop total (%)	13,79	9,20
Pop estrangeira Pr /Pop estrangeira Brasil(%)	3,52	3,97
Santa Catarina		
População total	320.289	668.743
Pop estrangeira	32.146	32.138
Pop estrangeira/Pop total (%)	10,03	4,80
Pop estrangeira SC /Pop estrangeira Brasil (%)	2,51	2,02
Rio Grande do Sul		
População total	1.149.070	2.182.713
Pop estrangeira	140.854	154.623
Pop estrangeira/Pop total (%)	12,25	7,08
Pop estrangeira RS /Pop estrangeira Brasil (%)	11,01	9,72
Pop estrangeira Brasil Meridional	747.321	1.083.580
Pop estrangeira total	1.279.063	1.590.378
Pop estrangeira BM/Pop estrangeira Brasil (%)	58,41	70,13
Brasil (pop total)	17.318.556	30.635.605
Pop estrangeira Brasil/Pop total Brasil (%)	7,38	5,19

Fonte: Realizado pelo autor a partir de dados do IBGE (1900-1920).

O quadro histórico acima mostra que a população de estrangeiros em cada um dos estados da região sul era maior do que 10% da população total em 1900. Esse percentual decaiu em 1920 devido, entre outros fatores, a naturalização forçada prevista em lei⁸. Em que pese isso, a proporção de estrangeiros no Brasil Meridional cresceu nas duas primeiras décadas do século XX. Era de pouco mais de 50% do total em 1900, mas ultrapassou 70% em 1920, em uma região cuja superfície é de aproximadamente 800.000 km², ou seja, menos de 10% do território nacional. Em resumo, em 1920, 7 em cada 10 estrangeiros – cálculo que excluía filhos e netos de imigrantes e de estrangeiros naturalizados - residia em algum estado do sul do Brasil, o que permite afirmar que a imigração no Brasil foi um fenômeno bem mais regional do que se imagina.

A imigração atual, tal como a imigração histórica, não se encontra dispersa em território nacional de forma homogênea. Em 2011, 1.459.433 estrangeiros residiam no Brasil. O

⁸ Com efeito, a partir de 1902, o Decreto nº 904 (12/11/1902), regulamentou a naturalização dos estrangeiros. Em seu artigo primeiro, considerou brasileiros todos os nascidos no Brasil mesmo que de pais estrangeiros e, no seu artigo quarto, todos aqueles que não haviam declarado, até 24 de agosto de 1891, o “ânimo de conservar a nacionalidade de origem [...]”. Assim dispondo, esse decreto findou por naturalizar à revelia e diminuiu o número de estrangeiros no país. Ver Iotti (2001: 487-489).

estado de São Paulo abrigava praticamente a metade deles, com 749.932 estrangeiros ou 51,32% desse total. O estado do Rio de Janeiro aparecia em segundo lugar, com 302.317 (20,71%) enquanto que o estado do Paraná, com 74.470 estrangeiros, surgia na terceira posição em números absolutos, com 5,1% desse total. Em sentido inverso, apenas 135.572 estrangeiros, ou 9,28%, residiam nas regiões norte e nordeste do Brasil. Ontem como hoje, a maior parte dos imigrantes concentra-se nos estados das regiões sudeste e sul, ou seja, no Brasil Meridional de outrora acrescido dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Tendo em vista esses dados, seria possível comparar os atuais fluxos migratórios ou o perfil dos atuais migrantes àqueles do passado?

Historicamente, a imigração que se dirigiu ao estado de São Paulo situa-se no interior da “crise do Brasil rural”, cujo ápice foi a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas fazendas de café (MARTINS, 1973). Não obstante esse fato, ela não se limitou aos espaços rurais. Bertonha (1999), Biondi (2010) e Hall (2010) afirmam que o movimento operário brasileiro que se desenvolveu na cidade de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX foi claramente um produto da imigração italiana. Por outro lado, a imigração alemã, polonesa e mesmo parte da imigração italiana que se dirigiu para os outros estados do sul do Brasil não manteve relações diretas com a crise do café ou com o fim da escravidão. Italianos, alemães, espanhóis, poloneses ou ucranianos que se estabeleceram no sul do Brasil foram atraídos pela oferta de terras e pela esperança de tornarem-se proprietários rurais. Ao final dos anos 1930, os imigrantes atraídos, pelos diversos mecanismos oficiais, aqueles camponeses europeus preferencialmente católicos, ditos “brancos, camponeses e resignados”, haviam contribuído na transformação da estrutura econômica, social e fundiária desses estados, além de terem literalmente criado novos povoados urbanos ou migrado para suas capitais, como foi o caso do Paraná.

O presidente do Paraná entre 1875 e 1877, Lamemha Lins (1845-1881), estabeleceu como política de incentivo à imigração o apoio financeiro a cada imigrante, além de ter conduzido o processo de organização de diversas colônias agrícolas, nos arredores da cidade de Curitiba. Tendo por lastro experiências pouco exitosas de instalação de imigrantes em regiões distantes das áreas mais povoadas, seu objetivo foi aproximar a nova comunidade de imigrantes e sua produção dos centros consumidores, com o claro objetivo de estancar a crise alimentícia de então. Assim fazendo, conseguiu direcionar ao estado pequena parte dos grandes fluxos migratórios na virada dos séculos XIX ao XX. Até o ano de 1911, aproximadamente 83 mil imigrantes europeus adentram ao estado, instalando-se em colônias mantidas tanto pelo governo federal quanto pelo governo local, fenômeno similar ao ocorrido nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A concentração atual de estrangeiros nas regiões sul e sudeste não apresenta paralelo algum com aquela imigração histórica. Se os fatores de expulsão, hoje como ontem, continuam a explicar a saída de cidadãos de seus próprios países, a escolha do Brasil como destino migratório pouca ou nenhuma relação guarda com os fatores históricos. O Brasil não é mais um país despovoado, não padece de crise alimentícia, nem é necessariamente atrativo para imigrantes. Além disso, não há hoje nenhum tipo de estímulo (estadual ou federal) aos imigrantes. Porém, se a realidade brasileira e sua política migratória modificaram-se radicalmente em um século, o mesmo não pode ser dito do projeto que anima os imigrantes. Os haitianos entrevistados declararam de forma unânime que a emigração tem origem na situação social e econômica do Haiti assim como a imigração histórica foi provocada por fatores internos aos países europeus e asiáticos. Num e noutro caso, são os fatores de expulsão que explicam a partida.

O Haiti apresenta, ainda, um fator socioeconômico e cultural estrutural: a representação bastante disseminada no seio de sua sociedade, sobre os impasses do país em relação a seu futuro. “*O Haiti é um país que anda para trás! Eu diria que todos os jovens haitianos querem sair do Haiti*” (Entrevistado nº 27, Mulher, 28 anos, Ensino Médio completo, 1,5 anos no Brasil, cuidadora). “*Não há perspectiva no Haiti. Queria ganhar muito dinheiro*”

(Entrevistado nº 26, Homem, 32 anos, Ensino Médio completo, 6 meses no Brasil, eletricista). Além das questões cultural e econômica que se misturam, problemas de segurança pública e a instabilidade política foram também evocados como razões de partida. A destituição do presidente do Haiti, a coordenação brasileira da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)⁹, o “visto humanitário” concedido pelo governo brasileiro (sobre o qual retornamos abaixo), a rota latino-americana que se abriu nos últimos anos (a possibilidade de migrar para Argentina ou Chile a partir do Brasil), todos esses fatores se somaram à restrição das possibilidades de emigração para a França, EUA e Canadá, fatos que também foram evocados como outras causas de partida, especialmente para o Brasil.

Resumidamente, a falta de trabalho e/ou de perspectivas futuras é a principal causa da partida. Contudo, a possibilidade de continuar estudando ou mesmo matricular-se em algum curso superior no Brasil foi declarada em diversas oportunidades, revelando, aqui também, o alto capital escolar dos entrevistados. “*Eu morava na República Dominicana há seis anos. Eu estudava [...] Eu saí porque achei que eu ia conseguir estudar, que ia ser melhor.*” (Entrevistada nº 19, Mulher, Ensino Médio incompleto, 7 meses no Brasil, faxineira). “*Eu decidi mudar porque quero outra experiência. Queria fazer um mestrado em comunicação, tudo isso.*” (Entrevistado nº 12, Homem, 27 anos, Ensino Superior completo, 1 ano e 7 meses no Brasil, garçom). De maneira geral, portanto, os entrevistados afirmaram que no Haiti há escolas, públicas ou particulares, até o Ensino Médio, mas não há garantia de bons empregos e salários condizentes para os mais escolarizados.

O impacto do terremoto¹⁰ foi importante, por vezes decisivo na decisão de migrar, mas não necessariamente o principal fator, inclusive porque ele não atingiu o país como um todo nem com a mesma intensidade. “*Lembro bem do terremoto, mas não foi a causa da migração*” (Entrevistado nº 29, Homem, 22 anos, Ensino Médio completo, 2 anos no Brasil, promotor de vendas). “*Para mim não porque venho de Gonaíves e lá o problema principal são as enchentes*” (Entrevistado nº 7, Homem, 26 anos, Ensino Médio completo, 1 ano e 2 meses no Brasil, lixador). De fato, todos os haitianos entrevistados que vieram da cidade de Gonaíves, de maneira unânime, fizeram referências às enchentes que tradicionalmente assolavam a cidade, como principal razão de partida¹¹.

A busca de trabalho e de melhores condições de vida está na origem das migrações e, em 100% dos entrevistados, é a principal razão evocada. Partir parece uma questão de tempo e de oportunidade, embora seja também uma decisão que amadurece ou que surge, como foi o caso do Brasil. Cabe entender, assim, como essa razão principal combina-se com outras, pontuais e individualmente importantes, como o incentivo de algum familiar somado à existência de recursos próprios ou familiares, o que as transforma no fator decisivo da escolha do momento da migração. “*Foi meu irmão que falou para eu vir para o Brasil. [Ele] morava nos Estados Unidos. [...] mandou dinheiro para eu vir.*” (Entrevistado nº 18, Homem, 30 anos, Ensino Médio incompleto, 1 ano 4 meses no Brasil, diarista em marmoraria). “*Era a minha vez, minha irmã mora na França, já tinha saído. Queria ir para lá, mas não deu.*” (Entrevistado nº 27, Mulher, 28 anos, Ensino Médio completo, 1,5 anos no Brasil, cuidadora).

⁹ A MINUSTAH foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio (Ministério da defesa, disponível em <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em 27/02/2016)

¹⁰ O terremoto não modificou a posição dos EUA e da França, que não recusaram o status de refugiados demandado pelos haitianos, ao contrário do Brasil. De certa forma, portanto, o terremoto colocou o Brasil na rota das migrações haitianas. Ver ainda Godoy (2011), Thomaz (2013), Pinto (2014) e Zeferino (2014).

¹¹ Como mostramos abaixo, a variedade de razões para a migração explica-se também pelo perfil socioeconômico dos entrevistados, em especial pelo alto grau de escolaridade.

Os dados colhidos nas entrevistas confirmam que migrar é, efetivamente, um elemento estrutural na sociedade haitiana. Trata-se, porém, de prática social que se atualiza e/ou se intensifica ao sabor de acontecimentos circunstanciais. Segundo Handerson (2015), diversos são os termos em língua *créole* para descrever todos os tipos de migrantes e suas atitudes correntes, tais como migrar para enviar recursos ao país, migrar, mas não (conseguir) enviar, migrar para retornar, etc. Em nenhum caso entrevistado, porém, o Brasil foi apresentado como o primeiro destino de migração. Por ordem de prioridade, os haitianos pensam em migrar para os Estados Unidos, para o Canadá ou para a França. A possibilidade de migrar para o Brasil surgia apenas após as frustradas tentativas de migrar para esses países. Como então surgiu o destino Brasil? “*Ouvi falar do Brasil através de amigos na República Dominicana*”. (Entrevistado nº 23, Homem, 35 anos, Ensino Fundamental completo, 1,5 anos no Brasil, pedreiro diarista). “*Eu nunca tinha pensado em vir para o Brasil, mas meu objetivo era estudar em um país de economia forte, como o Brasil, os Estados Unidos ou o Canadá*.” (Entrevistado nº 11, Homem, 29 anos, formado em direito, 2 anos no Brasil, garçom)¹². “*Porque o país dava visto e abriu suas fronteiras, permitindo o trabalho legal. Um país que dá visto de trabalho deve ser um país rico*”. (Entrevistado nº 29, Homem, 22 anos, Ensino Médio Completo, 2 anos no Brasil, promotor de vendas). “*Antes de imigrar, sabia do acordo do Haiti com o Brasil, sabia que poderia ter visto, que os haitianos migram sem problemas*.” (Entrevistado nº 33, Homem, 39 anos, Ensino Médio completo, 1 ano e 3 meses no Brasil, vendedor). “*Ouvi falar de várias pessoas que o Brasil era um bom país para conseguir emprego e trabalhar*”. (Entrevistado nº 5, Homem, 47 anos, Ensino Médio incompleto, 1 ano e 3 meses no Brasil, pedreiro). As respostas revelaram a importância, no projeto migratório, da educação e da riqueza presumidas do Brasil, que se somaram às condições legais oferecidas. Migrar para o Brasil parece assim ter sido uma oportunidade surgida de forma imprevista, mas que atingiu, sobretudo, indivíduos que já possuíam médio ou elevado capital cultural e/ou educacional, certo conhecimento migracional (próprio ou familiar). Esses indivíduos pensavam a migração como projeto pessoal de ascensão econômica, fato que confirma suas características de distinção social.

O incentivo legal criado pelo governo brasileiro não produziu o fluxo migratório haitiano para o Brasil, mas foi decisivo para seu crescimento, como mostram os dados apresentados na introdução desse livro. Em janeiro de 2012, através da Resolução nº 97, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) criou o chamado “visto humanitário”, cujo objetivo foi admitir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil. Permitindo-lhes trabalhar legalmente, alegou-se então que o país não poderia “dar as costas” ao Haiti¹³. As razões dos imigrantes oscilaram entre o pouco conhecimento e a crença na potencialidade do país, passando pelo imprevisível jogo amistoso que a seleção brasileira de futebol disputou em Port-au-Prince, em agosto de 2004¹⁴. Tudo isso encontrou terreno fértil no estrutural desejo de progresso individual, via emigração.

A escolha de Curitiba como destino migratório ocorreu uma vez no Brasil e foi motivada pela presença de amigos ou parentes trabalhando na cidade. “*Tinha amigos que já estavam aqui, falavam que tinha emprego*.” (Entrevistado nº 25, Mulher, 36 anos, Ensino Fundamental completo, 2 anos no Brasil, cozinheira). “*Amigos disseram para ir para Curitiba*.” (Entrevistado nº 31, Homem, 39 anos, Ensino Fundamental incompleto, 1,6 anos no Brasil, empacotador). “*Havia vários membros da minha família aqui no Brasil, Curitiba. Todos falavam bem do Brasil*.” (Entrevistado nº 28, Homem, 30 anos, Ensino Médio in-

¹² Esse entrevistado segue o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Paraná, recebendo ainda uma *bolsa-permanência* no valor de R\$ 400,00/mês.

¹³ A validade inicial dessa resolução foi de 2 anos, mas o visto foi prorrogado por mais 12 meses ainda em 2013. A validade expirou em outubro de 2015 e o visto foi novamente renovado por mais 12 meses.

¹⁴ Esse jogo ficou conhecido como o “jogo da paz” porque deveria marcar uma grande campanha pelo desarmamento no país.

completo, 2 anos e 2 meses no Brasil, desempregado).

Em alguns casos, a escolha de Curitiba foi motivada pela presença de padres ou outros representantes da Pastoral do Imigrante nas cidades de Rio Branco (AC) ou Manaus (AM), portas de entrada de muitos migrantes. Com efeito, através de contatos com outras pastorais das regiões sudeste e sul, esses representantes incentivaram a migração para o sudeste e sul do Brasil, onde, segundo eles, havia maior oferta de postos de trabalho e também onde havia sedes da pastoral do migrante às quais eles poderiam se dirigir em busca de acolhimento e ajudas diversas¹⁵. No caso de Curitiba, enfim, pesou o quase inexistente desemprego na cidade à época, impulsionado pelas obras relacionadas à Copa do Mundo e ao nível de atividades da economia local¹⁶.

Concluindo, seja na migração histórica, seja na atual, são os fatores locais de atração que direcionam o fluxo: no passado, a oferta de terras e trabalho; no presente, a crença na oferta de postos de trabalho bem remunerados e a possibilidade de estudos. O sucesso do projeto migratório, contudo, parece ser o resultado de um concurso de circunstâncias nos quais os tipos de capitais já adquiridos têm forte impacto, como veremos mais tarde.

HABILIDADES LINGÜÍSTICAS E GRAU DE ESCOLARIDADE:

A DISTINÇÃO

No clássico “A Distinção”, Pierre Bourdieu (1930-2002) afirmou:

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social¹. (BOURDIEU, 2006, p.9).

Se, como afirmou o sociólogo francês, as preferências culturais estão associadas “ao nível de instrução e à origem social”, poder-se-ia deduzir que as práticas sociais dos imigrantes haitianos no Brasil mantém correspondência com o capital escolar adquirido antes de migrar e com o perfil socioeconômico de cada um deles.¹⁷ Vejamos.

HABILIDADES LINGÜÍSTICAS

A língua corrente da grande maioria da população haitiana é o *créole* (BENTOLILA, 1981; CAISSE, 2012). A totalidade da população haitiana fala *créole* enquanto que apenas os escolarizados apresentam algum grau (pequeno ou elevado) de conhecimento da

¹⁵ A Pastoral do Migrante em Curitiba, conforme verificado na pesquisa de campo, recebe diariamente em torno de duas dezenas de haitianos em busca de emprego. Concentra a maior parte de oferta de postos de trabalho, não apenas do Paraná, mas também de várias cidades de Santa Catarina. Além disso, presta serviços de assistência jurídica e atua como fiador na locação de imóveis. Conta ainda com último fator de atração de imigrantes haitianos: é coordenada por um padre haitiano.

¹⁶ Segundo dados da PNAD (continua/IBGE), no ano de 2014, a taxa de desemprego na cidade girou em torno de 3,5% enquanto que a média nacional era de 6,2%. Ao final de 2015, a taxa havia subido para 6,5% enquanto que a média nacional estava em 8,9%. A Região Metropolitana de Curitiba apresentava taxas levemente inferiores, com 3,1% em 2014 e 6,1% em 12/2015. Note-se ainda que, segundo dados do IBGE para 2013, Curitiba era a 5ª cidade mais rica do Brasil em termos absolutos e a 11ª em renda per capita.

¹⁷ É o que Bourdieu (2000: 256) chama de “Teoria da prática ou, mais exatamente, do modo de geração das práticas.”

língua francesa. Dados de 1981 revelam que somente de 15 a 20% da população falava o francês, o que correspondia aos indicadores de escolarização básica ou elementar, apesar do esforço realizado pela Reforma Besnard¹⁸.

O aprendizado do francês é função da permanência nos bancos escolares. Contudo, o grau de escolaridade não reflete necessariamente o grau de conhecimento da língua francesa, por duas razões. Primeiro porque a língua corrente utilizada no seio das famílias ou nas conversas informais continua sendo o *créole*. Em função da organização do sistema de ensino, falar uma segunda língua, no caso o francês, é prova quase incontestada de escolarização formal. Segundo, porque ter sido alfabetizado em francês e/ou cursado algumas séries do Ensino Médio não significa necessariamente dominá-lo. Isso depende, sobretudo, da necessidade profissional ou do interesse em realizar estudos superiores, seja no Haiti, seja em algum outro país francófono. Em resumo, embora as informações públicas no Haiti, país oficialmente bilíngue, estejam sempre escritas nas duas línguas, ao final dos ciclos escolares, o uso do francês diminui ou acaba totalmente.

O domínio do francês é tanto uma oportunidade de ascensão quanto uma forma de distinção social: abre as portas do universo escrito e da escolarização superior. De toda a imprensa haitiana, apenas dois jornais são editados em *créole*. Nas universidades, os conteúdos são dispensados em francês, assim como nas universidades francesas, que acolhem estudantes haitianos. O uso da língua francesa tornou-se mesmo um claro sinal de distinção social: *“Em nossa família, nós, os irmãos, falávamos em francês em casa para nos distinguir, em nosso bairro, mesmo que todos [no bairro] soubessem que nossa família tinha elevado grau de escolarização. Mas é melhor falar bem créole do que falar mal francês”*. (Entrevistado nº 22, Homem, 26 anos, universitário, 10 meses no Brasil, garçom). Em resumo, falar francês distingue. É o elemento que indica ascensão social e, na maior parte dos casos, econômica.

Por outro lado, o conhecimento da língua espanhola é consequência do percurso migratório: todos os que falam espanhol, além de francês e *créole*, haviam migrado para a República Dominicana (8 dentre os 10 casos observados). Enfim, o conhecimento do inglês parece igualmente funcionar como forma de distinção, como elemento de empregabilidade e, eis a hipótese, como capital de mobilidade. Todos os que declaram falar inglês pretendiam inicialmente migrar para os Estados Unidos ou para o Canadá.

No universo pesquisado, afora as línguas francesa, espanhola e inglesa, excluindo desse cômputo a língua portuguesa, não houve menção a nenhuma outra língua estrangeira falada ou compreendida (Quadro 3).

Quadro 3 – Haitianos segundo a Habilidade Linguística.

Língua/Sexo	Apenas o Créole	Cr e Fr	Cr e Esp	Cr, Fr e Esp	Cr, Fr e Ingl*	Cr, Fr, Esp e Ingl	TOTAL
H	1	9	1	7	2	4	24
M	-	6	-	3	-	-	09
TOTAL	1	15	1	10	2	4	33

Fonte: Pesquisa de campo

*Desses dois casos, um declarou ainda conhecer um pouco de latim.

Em síntese, considerando que i) 60% da população haitiana é iletrada, ii) apenas 20% das crianças em idade escolar estão efetivamente matriculadas e, iii) o ensino público

¹⁸ Desde a Reforma Besnard, 1975-1977, o *créole* tornou oficialmente, ao lado do francês, língua de aprendizagem nos 5 primeiros anos. Contudo, 10 anos após sua implantação, 90% dos professores não compreendiam o crioulo escrito. Além disso, nas escolas, faltavam material didático de apoio, livros, etc.

atende apenas a 20% da população, o grupo pesquisado (apenas um dos entrevistados não dominava outra língua além do *créole*), pode ser considerado um grupo oriundo dos estratos mais elevados da sociedade haitiana e detentor de elevado capital escolar.

ESCOLARIDADE

O grau de escolaridade explica inteiramente o conhecimento, ainda que parcial, da língua francesa e, por vezes, o conhecimento da língua inglesa também. O caso do espanhol, como dito, é fruto de migrações anteriores. Contudo, em termos de capital escolar *stricto sensu*, encontramos grande variedade no universo pesquisado, conforme mostrado abaixo (Quadro 4).

Quadro 4 – Haitianos, segundo grau de escolaridade

Grau Escol/	Iletrado	Ensino Funda comp/incom*	Ensino Médio Incom	Ensino Médio Compl	Ensino Médio comp + Form. Técnica	Ensino Sup. Incompl	Ensino Sup. Compl	Total
H	1	3	4	7	3**	2	4	24
M	-	-	3	4	1	-	1	09
Total	1	3	7	11	4	2	5	33***

Fonte: Pesquisa de campo

*Desses três casos, dois declararam ter cursado integralmente o Ensino Fundamental.

**Fizeram curso técnico no Brasil.

*** Quatro de nossos entrevistados estavam cursando o curso de português oferecido pela UFPR.

No grupo pesquisado, 22 entrevistados afirmaram ter pelo menos o Ensino Médio completo. Cinco deles concluíram o ensino superior. “100% dos haitianos que vivem em Curitiba e região são classe média”. (Entrevistado nº 22, Homem, 26 anos, universitário, 10 meses no Brasil, garçom). A afirmação parece confirmar os dados escolares e a habilidade linguística. Soa condizente também com o custo do deslocamento até o Brasil: cerca de US\$ 2 mil.

A falta de empregos no Haiti foi a resposta geral, com algumas nuances. Não há empregos no Haiti e quando há, não são bem pagos. Localmente, para sobreviver, os haitianos se valem das estratégias clássicas: pequenos trabalhos sazonais, serviços diversos, venda de artigos em lugares públicos, ajuda de parentes, etc. O tipo e nível da atividade econômica no Haiti faz com que o projeto migratório seja considerado sempre uma possibilidade necessária. Como a grande maioria de nossos entrevistados iniciou e/ou concluiu o ciclo médio, a mais importante razão que os levaram a não prosseguir os estudos após essa fase está na falta de empregos condizentes à formação. Migrar parece ter se tornado assim uma opção que se consolida ano a ano quanto maior é o grau de escolaridade. A escolarização é um incentivo à migração e não o contrário, o que explica o perfil socioeconômico do universo pesquisado. Três haitianos, hoje regularmente matriculados nos cursos de Matemática, Administração e Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), confirmaram isso. A entrada em uma universidade pública e a possibilidade eventual de obtenção de uma bolsa – em qualquer das modalidades previstas, bolsa-trabalho, bolsa-permanência, etc. – é real. Um haitiano empregado que receba ainda R\$ 400,00 por mês como bolsista não apenas se beneficia individualmente, mas envia uma mensagem extremamente positiva à comunidade: é possível estudar gratuitamente no Brasil e mesmo ser pago por isso!

Além dos cursos universitários, três outros entrevistados afirmaram ter feito cursos téc-

nicos de curta duração no Brasil oferecidos pelo “Sistema S”, a saber: curso de porteiro (o que resultou em sua contratação como porteiro de um edifício residencial), curso de vendedor de imóveis (trabalhando como autônomo) e curso de garçom (o que também resultou em contratação, mas não em diferença salarial). Em cada um desses casos, saliente-se tanto a obtenção da informação quanto a efetiva realização dos cursos são práticas sociais que correspondem ao perfil socioeconômico elevado do universo pesquisado.

MERCADO DE TRABALHO

Comparando o perfil socioeconômico do grupo pesquisado com os dados nacionais colhidos por Peres (2015), observamos grande semelhança: 82,5% dos efetivamente pesquisados declaram 8 ou mais anos de estudo contra 87,8% em nosso universo. Isso demonstra que o universo pesquisado é coerente com o conjunto dos haitianos hoje residentes no Brasil. Demonstra ainda que, efetivamente, trata-se de grupo distinto socialmente falando. Contudo, em termos de mercado de trabalho, esse elevado capital cultural tende a não se materializar.

Quadro 5 – Haitianos empregados e desempregados

	Empregado*	Desempregado atualmente já tendo trabalhado regularmente	Total
Homem	20	4	24
Mulher	07	1	09
Total	28	5	33

Fonte: Pesquisa de campo

*No conjunto dos empregados, cinco afirmaram que estão realizando serviços temporários de forma autônoma ou em arranjos trabalhistas não declarados.

O número de haitianos atualmente desempregados foi proporcionalmente importante: cinco (15%) em um grupo de 33 indivíduos. Esse número é ainda mais elevado na pesquisa de Peres (2015): 29,7%. Todos os haitianos empregados e registrados ganham em torno de R\$ 1.000,00 líquido (R\$ 980,00 a R\$ 1.100,00), exatamente os mesmos valores da média nacional¹⁹. Há, porém, salários que variam de R\$ 700,00 por mês (portanto, inferior ao mínimo regional, no caso dos diaristas sem registro legal em carteira de trabalho), até os casos da indústria onde foram declarados salários entre R\$ 1,7 mil e R\$ 2,5 mil, incluindo aí as horas-extra.

Em relação aos tipos de trabalho do grupo pesquisado por ramo de atividade, temos a situação seguinte (Quadro 6).

Quadro 6 – Haitianos empregados por ramo de atividade

Ramo de ativid.	Garçons de restaurantes	Indústria e Constr. Civil	Comércio e vendas	Serviços em geral	Total
Homem	4	8	3	6	21
Mulher	-	1	-	6	07
Total	4	9	3	12	28*
Total (%)	12,12	27,27	9,09	36,36	

Fonte: Pesquisa de campo

*Do total de 33 entrevistados, excluímos os 6 que estavam desempregados no momento da entrevista.

¹⁹ Segundo dados do CAGED (2014), a média salarial dos estrangeiros no Brasil era, em 2014, de R\$ 1001,00 por mês.

Em relação aos principais ramos de atividades, Peres (2015) apresenta o quadro seguinte.

Quadro 7 – Haitianos captados em pesquisa segundo o ramo de atividade no Brasil

Ramo de atividade	N	%
Indústria	24	8,6
Comércio	45	16,1
Prestação de serviços	57	20,4
Construção Civil	49	17,6
Limpeza Pública	3	1,1
Estudante	14	5,0
Desempregado	83	29,7
Não sabe/ não respondeu	4	1,4
Total	279	100

Fonte: PERES, 2015.

Assim como na pesquisa nacional, o setor de serviços (somado ao setor de limpeza pública) surge em primeiro lugar, com 21,5% na pesquisa nacional, e também em primeiro na pesquisa paranaense, com 48,48% do total de entrevistados. Em seguida, os setores da indústria e construção civil somados: 26,2% na pesquisa nacional contra 27,27% no grupo paranaense pesquisado. Nem a pesquisa nacional nem a pesquisa paranaense encontraram trabalhadores ocupando funções superiores. Segundo dados da RAIS para o ano de 2014, contudo, 0,57% dos trabalhadores com carteira registrada no Paraná (38 entre 6.647) encontravam-se distribuídos nas classificações de “dirigentes e gerentes” (11), “professores de ciências e intelectuais” (1) e “técnicos e professores de ensino médio” (26). Os trabalhadores de “apoio administrativo” somaram 6,1% (409 em 6.647) do total. Em resumo, não há correspondência entre as práticas sociais – obtenção de emprego qualificado – e o capital escolar e cultural adquirido antes da migração. Como explicar isso? O funcionamento do setor de restauração apresenta uma possível resposta ao aparente paradoxo.

Nos restaurantes de Curitiba, regra geral, os homens são garçons enquanto que as mulheres trabalham, de forma quase invisível, nas cozinhas. O trabalho de garçom é apreciado quando os patrões descobrem as habilidades linguísticas, além da pontualidade e rapidez no exercício da função²⁰. No setor da restauração, o domínio das línguas francesa e/ou espanhola é um importante diferencial na qualidade do serviço prestado, e isso foi ainda mais importante durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. O salário fixo nesse ramo - mínimo regional da categoria - é de R\$ 1.070,33. Contudo, a partir do acordo assinado pelo sindicato da categoria no ano de 2015, os estabelecimentos ficaram desobrigados de acrescentar o percentual de 10% sobre o valor da fatura, como taxa de serviço. Conforme constatado *in loco*, alguns estabelecimentos continuaram a incluir a taxa de serviço na conta (os clientes sendo então obrigados a pagá-la), outros não. Nesse último caso, fica a critério dos clientes adicionar a taxa à fatura final. A partir dessa realidade, uma das situações encontradas foi a seguinte: “*Me chamam quando o cliente fala espanhol ou francês, ficam nervosos, mas nunca me deixam fechar a conta nem levar a máquina [para pagamento com cartão]*” (Entrevistado nº 32, Homem, 27 anos, Ensino Superior incompleto, 3 anos no Brasil, garçom). O resultado disso é que mesmo tendo atendido o cliente, o trabalhador haitiano não recebia a taxa de serviço. Em outro restaurante, o garçom nunca podia atender os clientes da parte interna (coberta), onde as contas são maiores. Nos dois casos, oscila-se entre uma forma de exploração evidente – direcionar a taxa de serviço a outro garçom – e outra forma velada, direcionar o traba-

²⁰ A pontualidade e a competência do trabalhador haitiano foram alguns dos elogios mais comuns comentados pelos empregadores durante o trabalho de campo.

lhador para o atendimento de clientes das áreas externas, onde normalmente consomem menos. Por situações como essa, em que a competência profissional conta, mas não é formal e/ou contratualmente reconhecida, o capital escolar dos imigrantes haitianos não tem se traduzido em vantagens salariais, à exceção da própria manutenção do emprego.

O perfil socioeconômico e o capital escolar dos imigrantes haitianos podem estar servindo ainda a outra finalidade. Analisando os dados do CAGED, a pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações (Universidade de Brasília)²¹ indica que durante o ano de 2014 e primeiro semestre de 2015, “todas as Unidades da Federação apresentaram balanços positivos na admissão de imigrantes no trabalho formal em 2014, com destaque para os Estados do Sul do país” (CAVALCANTI, 2015: 142). Segundo observações durante o trabalho de campo realizado, nota-se que há menos oferta de postos de trabalho em Curitiba e região em favor de outras localidades do Paraná. Enquanto que no ano de 2014, a cidade Curitiba registrava 1.835 admissões para apenas 908 demissões, no primeiro semestre de 2015 a situação se inverteu: foram 519 admissões para 908 demissões. As ofertas de postos de trabalho diminuíram na capital e região, mas continuam ainda importantes no interior do estado, no ramo de abates de frangos e em algumas indústrias exportadoras, exatamente como mostram os dados gerais da RAIS²². Já segundo os dados do CAGED, as cidades como Cascavel no interior do Paraná contabilizam 316 admissões para 195 demissões no primeiro semestre de 2015. Isso pode estar relacionado às indústrias exportadoras (frango, móveis, etc.) que têm lucrado com a depreciação cambial. A crise econômica tem afetado desigualmente os estados brasileiros, com vantagens nítidas para os setores exportadores. Tem afetado menos os trabalhadores estrangeiros em relação aos nacionais, o que pode estar demonstrando que a qualidade (em termos de capital cultural e escolar) desse grupo contribua para manutenção de seus empregos.

INTEGRAÇÃO SOCIAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

As imagens negativas sobre o Haiti e também sobre os próprios haitianos, veiculadas pelos meios de comunicação, em especial pela imprensa escrita (TÉLÉMAQUE, 2012)²³, são efetivamente um freio à integração social mais ampla. A inexistência de imagens positivas reduz os haitianos à condição única de “imigrantes pobres”, egressos de país mais pobre ainda. O incômodo com as imagens negativas produz dois comportamentos. De um lado, a vontade de mostrar outra realidade. De outro, a vontade de partir. No intuito de compreender as perspectivas futuras, foram analisados os elementos que revelam os processos de integração e as perspectivas futuras.

Dos 33 entrevistados, nove afirmaram que pretendem voltar, nenhum deles, contudo, tendo agendado uma data para tanto. A razão disso encontra-se na relação entre o preço da passagem e o salário recebido.

Quero ir embora com minha mulher, mas como comprar a passagem ganhando R\$ 1.000,00 por mês? Estou preso no Brasil. O Brasil dá prá entrar e não dá prá sair. (Entrevistado nº 23, Homem, 35 anos, Ensino Médio completo, 1,5, anos no Brasil, diarista em obra pública).

Sair, contudo, não significa necessariamente retornar ao Haiti. Migrar para o Chile surgiu como perspectiva em dois casos e três outros entrevistados afirmaram que o retorno ao Haiti seria apenas uma ponte para a migração futura rumo aos Estados Unidos. Os dados de Peres (2015) apresentam realidade semelhante, como se pode ver no quadro abaixo, onde encontramos 84,61% das respostas de mesmo tipo.

²¹ A esse respeito, ver dados do Observatório das Migrações Internacionais em www.acesso.mte.gov.br/obmigra/home.htm

²² Dados apresentados na primeira parte desse documento.

²³ A esse respeito, ver igualmente, nas referências, Resenha da Imprensa Haitiana no Brasil.

Quadro 8 - Migrantes Haitianos Captados em pesquisa de campo segundo lugar para onde pretendem se mudar

Lugar para onde pretende se mudar	N
Estados Unidos	22
Brasil	6
França	5
Canadá	4
Chile	1
Inglaterra	1
Total de casos válidos	39

Fonte: PERES, 2015.

No total de casos válidos acima, mais da metade (22 ou 56,4%) pretendem migrar para os EUA, confirmando esse país como o destino historicamente preferido dos haitianos. Migrar, como dito, apresenta-se como elemento estrutural na sociedade haitiana.

Não obstante as dificuldades e a depreciação cambial, 24 entrevistados do grupo pesquisado (72,7%) afirmaram que permanecerão no Brasil contra 15,38% na pesquisa de Peres (2015). Permanecer não significa, contudo, dizer que estão satisfeitos com o momento atual do país. Dos 33 entrevistados, ninguém convidaria ou estimularia qualquer haitiano a migrar para o Brasil. As exceções de praxe dizem respeito ao desejo de alguns em trazer filhos e/ou cônjuge. Não obstante esse tipo de avaliação, relatos esperançosos em relação à vida atual e futura foram comuns.

Saí do Haiti e vim para o Brasil para buscar melhores condições de vida. É a primeira vez que saio do Haiti. (Entrevistado nº 2, Mulher, 28 anos, Ensino Médio incompleto, 3 anos no Brasil, doméstica).

Não [quero voltar]. Quero fazer família, construir tudo e ficar aqui no Brasil com meus direitos se tudo der certo. (Entrevistado nº 4, Homem, 34 anos, Ensino Médio completo, 5 anos no Brasil, porteiro).

Quando tiver dinheiro, volto ao Haiti apenas para visitar. Gosto muito do Brasil e do povo brasileiro. Fui muito bem acolhido. (Entrevistado nº 16, Homem, 30 anos, Ensino Fundamental incompleto, 4 anos no Brasil, desempregado.)

Eu não penso em mudar agora. Não vou. Eu gosto de Londrina. Gosto daqui. (Entrevistado nº 18, Homem, 30 anos Ensino Médio incompleto, 7 meses no Brasil, diarista).

Eu vim para estudar. Voltar para o Haiti não é uma opção. Vou trazer minha família para morar em Curitiba. (Entrevistado nº 32, Homem, 27 anos, Ensino Superior incompleto, 3 anos no Brasil, garçom).

As afirmações acima traduzem a ambiguidade em experimentar uma situação difícil, mas que, comparativamente, ainda é percebida como melhor. Assim, as perspectivas futuras são positivas.

As atividades de lazer são fortes indicadores do grau de integração e de interação com membros da sociedade brasileira. Apenas dois entrevistados, ambos residentes em Londrina, afirmaram que tem (frequentam a casa e jogam futebol com) amigos brasileiros. No geral, ter amigos brasileiros, fazer passeios ou coisas do tipo, é bastante incomum. “No Brasil não dá para fazer amigos.” (Entrevistado nº 5, Homem, 47 anos, Ensino Médio incompleto, 1 ano e 3 meses no Brasil, pedreiro). Os contatos resumem-se ao local de tra-

balho, embora sejam vistos como simpáticos. De forma geral, o grau de integração social é baixo e as atividades de lazer muito limitadas. O mais importante local de integração e de sociabilidade é um só: os cultos religiosos. Os dados de Peres (2015) confirmam isso, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 9 - Migrantes Haitianos captados em pesquisa de campo segundo atividades exercidas aos finais de semana

O QUE VOCÊ FAZ NOS FINAIS DE SEMANA?	N	%
Vai à Igreja	106	38,0
Fica em casa	104	37,3
Visita compatriotas	26	9,3
Passeia no Shopping	10	3,6
Passeia com a família	8	2,9
Vai ao cinema	2	0,7
Trabalha todos os dias	2	0,7
Outros	18	6,5
Não sabe/ não respondeu	3	1,1
Total	279	100

FONTE: PERES, 2015.

Em resumo, o grau de integração dos haitianos à sociedade brasileira é baixo. Em termos gerais, é uma aspiração que se situa ainda a meio caminho entre o desejo de ficar e à adaptação às novas práticas cotidianas, bastante mediadas pela frequência aos cultos religiosos. A relação com a comida brasileira, o tipo de música (haitiana e/ou brasileira) salva no celular, os amigos brasileiros e mesmo a sensação de ser um pouco brasileiro foram algumas das questões investigadas. De maneira geral, nos celulares, há muita música haitiana. Escutar músicas haitianas é visto, sobretudo, como ato de proximidade à cultura haitiana e aos familiares. Os dados colhidos aproximam-se da tese de Portes *et al.* (2008), segundo a qual a integração é obra da segunda geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os haitianos gostam do excesso, dos carros grandes, dos celulares de US\$ 1.000,00. A aparência e o status tem grande papel na sociedade haitiana. (Entrevistado nº 27, Mulher, 28 anos, Ensino Médio completo, 1,5 anos no Brasil, cuidadora).

Em nossa família, nós, os irmãos, falávamos em francês em casa para nos distinguir [...] ²⁴. (Entrevistado nº 22, Homem, 26 anos, universitário, 10 meses no Brasil, garçom).

Tem-se aqui o exemplo clássico de *habitus*, tal como descrito por Bourdieu (2000). Trata-se de uma disposição que explica regularidades sociais. Os haitianos “*gostam do excesso, dos carros grandes*”. Praticam a distinção. Por isso, mesmo não sendo necessário o uso da língua francesa no ambiente doméstico, onde não há razão para distinguir-se, a língua é usada por tratar-se de um *habitus*, ou seja, de uma disposição que explica as regularidades e práticas sociais. Emigrado, o indivíduo continuará a seguir suas disposições e a se distinguir. Como no novo país, os códigos de distinção não apresentam diferença em relação ao ambiente original, não apenas o uso da língua francesa surgiu mais rapida-

²⁴ Tem-se aqui o exemplo clássico de *habitus*, ou seja, uma disposição que explica regularidades sociais. Assim, mesmo não sendo necessário o uso da língua francesa no processo distintivo, ela é usada por tratar-se de um *habitus*, ou seja, uma disposição que explica as regularidades sociais. O interessante é pensar assim que, uma vez emigrado, o indivíduo continuará a seguir suas disposições e a se distinguir.

mente – muitos entrevistados apreciando exprimir-se em francês – mas também passou a existir a sensação de proximidade social e cultural que, muito provavelmente, facilitará os processos de integração.

Por outro lado, deve-se refinar a análise incorporando características próprias a um país histórica e culturalmente acostumado à emigração. “*Mesmo os ricos pensam em partir. Mentalité d’évadé, qui ne se contente pas de la réalité nationale ou de son territoire. Muitos tem dupla nacionalidade.*”²⁵ (Entrevistado nº 29, Homem, 22 anos, Ensino Médio Completo, 2 anos no Brasil, promotor de vendas). “*Minha irmã tinha emigrado para a França fazia alguns anos. [] Como somos só nós duas, não quis deixar minha mãe sozinha. Agora há uma prima. Mas, mesmo com tristeza, minha mãe incentivou a partir.*” (Entrevistado nº 27, Mulher, 28 anos, Ensino Médio completo, 1,5 anos no Brasil, cuidadora.) Mesmo admitindo que a “mentalidade de evadido” seja corrente no seio da sociedade haitiana, apenas alguns parecem efetivamente saber como realizar essa “mentalidade”, ou seja, sabem como migrar. Aos capitais social e cultural, deve-se pensar assim num tipo **capital de mobilidade** (KULAITIS & OLIVEIRA, 2015) – pessoal ou familiar – igualmente adquirido socialmente. Os códigos distintivos facilitam à integração. Mas, caso isso não seja suficiente ou caso o indivíduo não se sinta confortável no novo país, ele pode continuar migrando. Daí a importância da dupla nacionalidade e/ou a experiência de uma migração anterior, própria ou compartilhada por um membro próximo da família, como o caso acima relatado do Entrevistado nº 27.

Na pesquisa realizada, investigamos as preferências religiosas. As filiações religiosas declaradas refletiram o mundo de crenças mais largamente aceito – catolicismo e protestantismo. Mais interessante ainda foi verificar que o voduísmo – religião legal no Haiti – não foi declarado, porque “incompreendido” fora dos círculos sociais haitianos, embora, segundo depoimentos, tratar-se de prática cultural inerente à cultura do país. Aqui, uma vez mais, a disposição adquirida funciona como possibilidade de escolha daquilo que vai ser declinado ao pesquisador e aquilo que é escrupulosamente omitido.

De maneira geral, os processos migratórios e de integração mostraram clara relação com os capitais e as disposições (*habitus*), tal como apontado por Bourdieu. Talvez seja o caso ainda de pensar na pluralidade das formas sociohistóricas do ator e da ação e nas variações individuais das disposições, como propõe Lahire (2001; 2004; 2005), para explicarmos à aparente idiosincrasia de certos percursos migratórios.

As consequências dessa migração para o Brasil são ainda difíceis de se prever. Com base na situação atual, dois cenários apresentam-se. No primeiro deles, com a volta do crescimento econômico, os trabalhadores haitianos com elevado capital cultural vão se qualificar rapidamente, lograr melhores postos de trabalho e melhores salários; eles investirão em percursos educacionais, tanto para si quanto para seus filhos, tenderão a permanecer e se integrar definitivamente, ampliando a diversidade social brasileira. O segundo cenário indica uma retomada mais lenta e instável do crescimento econômico. Se isso se confirmar, os trabalhadores mais qualificados tenderão a partir, seja para países vizinhos, seja para os países centrais, o que de fato ocorreu nos anos de 2015 e no atual de 2016, para o Chile, por exemplo²⁶. Nesse caso, apenas os últimos haitianos que chegaram, que já demonstram menor capital cultural do que aqueles da primeira leva (anos 2011-2014), permanecerão, não por vontade própria, mas por falta de condições de retorno. Seus percursos educacionais serão mais limitados, o que os aproximará dos estratos mais baixos da sociedade brasileira, reforçando estigmas preexistentes.

²⁵ Em francês no original (Tradução livre: “Mentalidade de fugitivo, que não se contenta com a realidade nacional”).

²⁶ Descobrimos recentemente que um de nossos entrevistados, então empregado em um açougue em Curitiba, encontra-se hoje no Chile. Segundo conversas mantidas com seus ex-colegas brasileiros, ele está contente com o novo país e com o melhor salário.

Nota-se enfim uma tendência a migração interna no Brasil, das grandes para as pequenas e médias cidades dos estados do sul do Brasil, onde os serviços (aluguel, transporte, saúde, escola, etc.) são mais acessíveis e baratos. Nesses outros Brasis menos violentos e difíceis do que aqueles das grandes cidades, esses migrantes internos começam a descobrir inúmeras vantagens em viver no interior e em pequenas cidades. Caso a oferta de postos de trabalho volte a aumentar, o fluxo migratório haitiano retomará muito provavelmente para essas novas localidades, com benefícios tanto para os atores econômicos, quanto para as sociedades interioranas em geral, que se tornarão mais diversas. A volta do crescimento econômico beneficiará, é de se supor, os trabalhadores mais produtivos e mais qualificados. Como boa parte dos Haitianos no Brasil tem esse perfil, serão beneficiados. Isso, é claro, enquanto as condições jurídico-legais de acolhimento se mantiverem. Mas essa discussão fica para outro momento.

REFERÊNCIAS

- ACHILLE, Théodore E. *Les Haïtiens et la double nationalité*. Montréal: Editions du Marais, 2007.
- ALBA, Richard e NEE, Victor. Rethinking assimilation theory for a new Era of immigration. *International Migration Review*, v. 31, p. 826-74, 1997.
- ANGLADE, Georges. *Espace et liberté en Haïti*. Montréal: ERCE, 1982.
- AVILA, Fernando. B. de. *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956.
- AUDERBERT, Cédric. *La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.
- BASTIDE, Roger; MORIN, Françoise e RAVEAU, François. *Les Haïtiens em France*. Paris: Ed. Mouton – la Haye, 1974.
- BENTOLILA, Alain, GANI, Léon. Langues et problèmes d'éducation en Haïti. *Langages*, v. XV, n. 61, p. 117-127, 1981.
- BLANC-CHALEARD, Marie-Claude. *Histoire de l'immigration*. Paris: La Découverte. Col Repères, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP/ZOUK, 2006.
- _____. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133-161, 2004.
- _____. *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de Trois Études d'Éthnologie Kabyle*. Genebra: Librairie Droz, 1972.
- _____. La Maison ou le monde renversé. In: BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuits, p. 441 – 459, 1980.
- _____. *Le sens pratique*. Paris : Les Éditions Minuit, 1980.
- _____. *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions Minuit, 1964.
- _____. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, p. 69-72.
- _____. *Raisons pratiques*. Sur la théorie de l'action. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

_____. *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BRAUM, Pedro. *Rat pa kaka: Política, desenvolvimento e violência no coração de Porto príncipe*. Tese de Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social (MN), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BRITO, Angela X. de. *Habitus de migrante: um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial*. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, p. 431-464, 2010.

BULAMAH, Rodrigo C. *O cultivo dos comuns: parentesco e práticas sociais em Milot, Haiti*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

CAFFEU, Ana P. e CUTTI, Dirceu. Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar. *Travessia. Revista do Migrante*, v. XXV, n. 70, p.107-114, 2012.

CAISSE, Peter T. *A vitalidade linguística dos crioulos do Haiti e da Luisiana*: Campinas, SP, 2012.

CÂMARA, Irene P. de L. (1998). *Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CARVALHO, José A. M. de e SALA, Gabriela A. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 25, n.2, p. 287-304, 2008.

CASAGRANDE, Melissa M. e GEDIEL, José A. P. A migração haitiana recente para o Brasil: bases teóricas e instrumentos político-jurídicos. *Moções. Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 4, n. 8, p. 97-110, 2015.

CASTRO, Maria da C. G de e FERNANDES, Duval (coord). Projeto Estudos sobre a migração haitiano ao Brasil e diálogo bilateral, 2014. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/252-projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral>. Acesso em: 20/07/2015.

CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago, 1892-1961*, 2001.

CHIARELLO, Leonir Mario (org.). *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina: Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México*. Nova York: Scalabrini International Migration Network, 2011.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: Comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. *Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 125, p. 23-32, 2014.

COLLARES, Ana C. M, NORONHA, Cláudia L. A de e VILELA, Elaine M. Migrações e trabalho no Brasil. Fronteiras étnico-raciais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 87, p. 19-43, 2015.

CONTIGUIBA, Geraldo C. & PIMENTEL, Maria L. Deslocamento populacional contemporâneo, língua e história: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil. In FERNANDEZ, Vanessa P. R. & GATTAZ, André. *Imigração e imigrantes. Uma coletânea interdisciplinar*. Salvador: Editora Pontocom, p. 181-20, 2015.

_____. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. *Travessia. Revista do Migrante*, v. XXV, n. 70, p.99-106, 2012.

COSTA, Gelmino A. Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora!. *Travessia. Revista do Migrante*, v. XXV, n. 70, p.91-97, 2012.

COSTA-LASCAUX, Jacqueline. (1996). L'immigration, de l'exil à l'exclusion. In PAUGAN, Serge. *L'exclusion. L'état de savoirs*. Paris: Ed de la Découverte, pp. 158-171.

DeGRAFF, Michel. *Kreyòl Ayisyen, or Haitian Creole ('Creole French')*. Disponível em <http://web.mit.edu/linguistics/people/faculty/degraff/degraff2007hc-ccs.pdf>>. Acesso em: 09/02/2013.

DERRIDA, Jacques *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DE WIND, Josh e PORTES, Alejandro. A Cross-Atlantic Dialogue: The Progress of Research and Theory in the Study of International Migration. *International Migration Review*. V. 38, n. 3, p. 828-851, 2004.

DOSSE, François. *Le pari biographique. Écrire une vie*. Paris : La Découverte, 2005.

DOYTCHEVA, Milena. *Le Multiculturalisme*. Paris: La Découverte, 2ª ed, 2011.

FAINSTAT, TYLER, NOAL, Débora da S. e VÉRAN, Jean-François. (2014). Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos Haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 4, p. 1007-1041, 2014.

FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp.

FRANGUIADAKIS, Spyros. Le réseau Tibérius Claudius à Lyon : l'obligé de l'étranger et le militantisme désincarné, In J. Ion (éd.), *L'engagement au pluriel*, Saint-Etienne, PUSE, pp. 48-66, 2001.

FRÉTIGNÉ, Cédric. *Sociologie de l'exclusion*. Paris: L'Harmattan, 1999.

GABEIRA, Fernando. *A parte brasileira da diáspora haitiana*. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-parte-brasileira-da-diaspora-haitiana,707339,0.htm>. Acesso em: 26/09/2012.

GREEN, Nancy. O Tempo e o Estudo da Assimilação. *Revista Antropológicas*. Dossiê Imigração, n. 25, p. 23-48, 2008.

GREEN, Nancy e WEIL, François. *Citoyenneté et émigration. Les politiques du départ*. Paris : Ed EHESS, 2006.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guina Francesa*. Tese de Doutorado. Programa de Antropologia Social (Museu Nacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

HEINE, Jorge Heine et VERLIN. Modes de gouvernement en Haïti après le séisme de 2010. *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 75, p. 15-23, 2014.

IDOETA, Paula Adamo. *Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate*. São Paulo, Brasil, Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120111_haitianos_imig_pai.shtm Acesso em: 04/08/2015.

IOTTI, Luíza H. (org.) *Imigração e colonização. Legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado; Caxias do Sul: EDUSC, 2001.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KULAITIS, Fernando e OLIVEIRA, Márcio de. Imigrantes brasileiros no Québec: entre Integração e Mobilidade. *Sociologias*, v. 17, n. 39, p. 248-275, 2015.

LAHIRE, Bernard. *La culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004.

_____. *L'homme au pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris: Armand Colin/Nathan, 2001.

_____. *Portraits sociologiques, dispositions et variations individuelles*. Paris: Armand Colin, 2005.

- LEITE, Ilka B. *Negros no sul do Brasil*. Ilha de Santa Catarina: Letras contemporâneas, 1996.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: UNESP, 2001.
- LOMBART, Marie, KEVIN, Pierrat e REDON, Marie. Port-au-Prince : un « projectorat » haïtien ou l'urbanisme de projets humanitaires en question. *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 75, p. 96-123., 2014.
- LOUIDOR, Wooldy E. (2013). Uma história paradoxal. In. Haiti por si: a reconquista da independência roubada. Adriana Santiago (Org.). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.
- MACAGNO, Lorenzo. *O dilema multicultural*. Curitiba: Ed da UFPR, 2014.
- MAGUIRE, Robert. Priorities, Alignment & Leadership: Improving United States' Aid Effectiveness in Haiti. *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 75, p. 59-78, 2014.
- MARTINIELLO, Marco, REA, Andrea, TIMMERMAN, Christiane e WETS, Johan (Eds.). *Nouvelles migrations et nouveaux migrants en Belgique – Nieuwe Migraties en Nieuwe Migranten in België*. Gent: Academia Press, 2010.
- MARTINS, José R. Vieira. *A diáspora haitiana: da utopia à realidade*. Foz de Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014.
- MASSEY, Douglas S. *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- MATOS, Cristina. Migrações: decisões individuais e estruturas sociais. *SOCIUS Working Papers*, ISEG, n. 5, 1993.
- MAZZELA, Sylvie. *Sociologie des Migrations*. Paris: PUF. Coll. Que sais-je?, 2014.
- MÉTRAUX, Jean-Claude. *La migration comme métaphore*. Paris: La Dispute, 2011.
- MICELI, Sérgio. Biographie et cooptation. Etat actuel des sources pour l'histoire sociale et politique des élites au Brésil. In *Cahiers du Brésil Contemporain*. Numéro organisé par Mônica R Schpun. Paris: MSH, n° 47/48, p. 9-19, 2002.
- MINCHOLA, Luí A. B e REDIN, Giuliana. Proteção dos refugiados na declaração de Cartagena de 1984: Uma análise a partir do caso dos Haitianos no Brasil. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 4, n. 1, p. 4-30, 2013.
- MORAES, Pedro R. B. de e SOUZA, Marcilene G. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: n° 13, nov., p. 7-16, 1999.
- NOIRIEL, Gerard. *État, nation et immigration*. Paris : Ed Belin (Collec. Folio histoire), 2001.
- OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprensa local. *Cadernos CERU*, v.23, n. 2, p.175-202, 2012.
- _____. De la Double colonisation au préjugé : Polonais dans le sud du Brésil. *Migrations Société*. v. 21, n. 123-124, p. 289-304, 2009.
- _____. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 799-817, 2015.
- PEDONE, Cláudia. *Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios*. UNED – *Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*. n. 19, p. 101-132, 2010.

- PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro- sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, ISEG, n. 11, 2004.
- PERAZZO, Priscila F. *Prisioneiros da Guerra. Os « Súditos do Eixo » nos campos de concentração brasileiros (1940-1945)*. São Paulo: Humanistas/Imprensa Oficial do Estado, 2009.
- PERES, Roberta (coord.). *De norte a sul: imigração haitiana no Brasil. Diagnóstico de Pesquisa de Campo*. Campinas: NEPP/UNICAMP, 2015.
- PINTO, Sônia R. *A Migração de Haitianos para o Brasil e Os Usos da Razão Humanitária*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
- PIRES, Rui P. *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Lisboa: Celta Editora, 2003.
- PONTIEUX, Sohie. *Le Capital Social*. Paris : La Découverte. Coll. Répères, 2006.
- PORTES, Alejandro. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In KRITZ, Mary M. *et al.* (Ed.). *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, p. 279-297, 1981.
- _____. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In PORTES, Alejandro (Ed.). *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*. New York: Russel Sage Foundation, p. 1-41, 1995.
- PORTES, Alejandro e József BÖRÖCZ. Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. *International Migration Review*, v. 28, n. 3, p. 606-630, 1989.
- PORTES, Alejandro e RUMBAUT, Rubén G. *Legacies: the story of immigrant second generation*. Berkeley: University of California Press/Russel Sage Foundation, 2001.
- PORTES, Alejandro *et al.* Filhos de imigrantes nos EUA hoje. *Tempo Social*. v. 20, p.13-50, 2008.
- RAMOS, Jair de S. *O Ponto da Mistura: Raça, Imigração e Nação em um Debate da Década de 20*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/UFRJ, 1994.
- RAVENSTEIN, Ernest G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 52, part II, p. 241-301, 1889.
- REA, Andrea e TRIPIER, Marise. *Sociologie de l'immigration*. Paris: La Découverte, 2003.
- ROSA, Renata de M. Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República dominicana. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/ REMHU*, Brasília, v. XVIII, n. 34, p. 99-112, 2010.
- RESENHA DE IMPRENSA HAITIANOS NO BRASIL, 2010-2013. Disponível em <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.
- RODRIGUES, Luiz C. B. *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- RODRIGUES, Viviane M. Migrantes haitianos no Brasil: mitos e contradições. Disponível em: http://actacentifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_MozineRodriguezV.pdf. Acesso em: 5/03/2015.
- RYGIEL, Philippe. *Le temps des migrations blanches. Migrer en occident (1840-1940)*. Paris: Aux lieux d' être, 2007.
- SÁ, Patrícia R. C. de. As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos laços

relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. *Cadernos Observatórios das Migrações*, v. 1, n. 3, p. 99-127, 2015.

SHAMSIE, Yasmine. La construction d'un parc industriel dans l'arrière-pays rural d'Haïti. Quelques observations sur le partenariat État-société et les capacités de l'État. *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 75, p. 79-96, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. *L'immigration ou les paradoxes de l'alterité. L'illusion du provisoire*. Paris : Ed Raisons d'Agir, v. 1, 2006.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Rio de Janeiro: *Mana*, (3/1), p. 95-131, 1997.

SILVA, Sidney A. da. Aqui começa o Brasil: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In SILVA, Sidney A. da (Org.). *Migrações na PanAmazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec

Editora, p. 300 – 321, 2012.

_____. Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. *Urbanities*, v. 3, n. 2, p. 3 – 18, 2013.

SOARES, Weber. Análise de redes e os fundamentos teóricos da migração internacional. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 21, n. 1, p.101-116, 2004.

TAKEUCHI, Márcia Y. *O perigo amarelo. Imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanistas/FAPESP, 2008.

TÉLÉMAQUE, Jenny. *Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações*. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

THERME, Pierre. Haïti 2003-2012 : les mouvements de contestation populaire face aux logiques de l'aide Une « interpellation plébéienne » ?

Cahiers d'Amérique Latine, n. 75, p. 125-146, 2014.

THOMAZ, Diana. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. *Primeiros Estudos - Revista de Graduação em Ciências Sociais*, 4, p. 131-143, 2013.

TODD, Emmanuel. *Le destin des immigrés. Assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales*. Paris : Ed du Seuil, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Pourrions-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris: Fayard, 1997.

TURNER, Terence. Anthropology and Multiculturalism: What is anthropology that multiculturalists should be mindful of it? *Cultural Anthropology*. v. 8, n. 4, p. 411-429, 1993.

VALLER FILHO, Wladimir. O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VERLIN, Jan. Haïti, État failli, Etat (à)reconstruire. *Cahiers d'Amérique Latine*, n. 75, p. 25-40, 2014.

VIEIRA, Rosa. *Itinerâncias e governo: a mobilidade haitiana no Brasil*. Dissertação de Mestrado, IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

WENDER, Catherie W. de. *La question migratoire au XXIe siècle*. Paris: SciencesPo Les Presses. 2ª ed, 2013.

ZEFERINO, Marco A. P. *Os Haitianos à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e da Soberania Estatal: deslocados ou refugiados ambientais?* Dissertação de Mestrado, Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), 2014.

CAPÍTULO VI

A HISTORICIDADE DA (E)MIGRAÇÃO INTERNACIONAL HAITIANA. O BRASIL COMO NOVO ESPAÇO MIGRATÓRIO

Joseph Handerson¹

Desde a fundação do Haiti como colônia francesa, a mobilidade e a migração – mesmo tendo sido forçada – estiveram presentes com a vinda dos milhares de escravizados africanos através do comércio transatlântico. Posteriormente, a peculiaridade e o contexto singular da luta pela independência – entre 1793 e 1803 – coincidente com a libertação dos escravizados, teria constituído uma nova cultura de *marronnage*, de mobilidade e de migração². Os principais estudos sobre a história da emigração haitiana, geralmente não dão ênfase aos descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e aos *mûlatres* (mulatos) considerados como parte da elite e proprietários de terras, que mandavam seus filhos, desde o final do século XVIII, e também, posteriormente, no século XIX, após a Independência do Haiti, para realizar seus estudos na França. Foram inúmeros escritores, advogados e médicos haitianos formados na França³.

Nesse sentido, os trabalhos de Rayford Logan, professor afro-americano da Howard University são muito úteis. O autor trata da educação no Haiti dizendo: “*Devido a esta falta do sistema de ensino, os mulatos ricos iam frequentemente à França, onde várias possibilidades estavam às suas disponibilidades*” (LOGAN, 1930, p. 407). A título de ilustração, o *Dictionnaire Historique de la Révolution Haitienne (1789-1804)* apresenta 80 biografias

¹ Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com Doutorado Sanduíche pela École Normale Supérieure (ENS) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenador do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados – PAMER pela UNIFAP. handersonj_82@yahoo.es

² *Marronnage* vem da palavra espanhola *cimarronada* e refere-se ao fenômeno iniciado no regime colonial quando os africanos e seus descendentes escravizados na Ilha São Domingo fugiam dos trabalhos forçados e das condições dramáticas impostas pelo sistema colonial (HANDERSON, 2010). Os fugitivos eram denominados de *marron*. Até os dias atuais no Haiti se usa a palavra *marron* para os haitianos que estão fugindo em escala regional ou (trans)nacional por alguma situação associada à política, ao jurídico, à feitiçaria do vodu, às brigas entre familiares e amigos. As pessoas costumam dizer: *Entèl nan maron*, fulano está fugindo, ou *Entèl nan kache* (fulano está se escondendo). A palavra *marronnage* está articulada à mobilidade das pessoas, isto é, o deslocamento de um lugar para outro e também associada à categoria de diáspora (HANDERSON, 2015a). Nem sempre as pessoas acusadas de *marron* se consideram como tal, por mais que, de fato, possam estar no *marronnage* pelas razões evidenciadas, entre outras. Se a pessoa está em outro país como República Dominicana, quando volta ao Haiti, para as pessoas que ficaram e não a haviam visto durante o tempo de *marronnage*, ela pode ser chamada de diáspora pelo fato de ter ido residir em outro país por um tempo e depois voltado ao Haiti. No entanto, isso deve ser nuançado, porque, quando as pessoas sabem que o motivo da viagem é para se esconder em outro território, ele estava no *marronnage*, deixando de ser considerado e chamado de diáspora. Assim como o termo “refugiado” possui conotação ambígua e pejorativa, no Haiti, os termos *marronnage* e *marron* também são ambíguos e possuem suas nuances.

³ Boa parte dos mulatos que iam estudar na França quando voltavam à colônia se engajava no processo da Revolução Haitiana, como Vincent Ogé e Jean-Baptiste Chavannes. Ver os trabalhos de Dominique Rogers (2003) e M. Auguste (1995). Segundo Anténor Firmin (1885, p. 112-113), “No Haiti, encontramos mais de vinte mulatos, doutores em medicina da faculdade de Paris”. Jean Casimir (2009) faz um mapeamento e mostra, do século XIX à primeira metade do século XX, mais de 18 intelectuais haitianos com algum cargo político no Haiti, que também estudaram na França, dentre eles, Anténor Firmin (1850-1911), Louis-Joseph Janvier (1855-1911).

somente de personalidades históricas designadas como mulatos e mostra que somente essa categoria de sujeitos foi beneficiadas com uma formação na França naquela época (MOÏSE, 2003).

Este trabalho considera um novo espaço (trans)nacional da mobilidade haitiana, isto é, o Brasil. Interessa destacar, que um dos primeiros grandes fluxos da chegada de pessoas de nacionalidade haitiana ao Brasil se data em janeiro de 2010, no entanto, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há registro da presença de haitianos no país, desde a década de 1940⁴, mesmo que seja em menor proporção do que atualmente (HANDERSON, 2015a, HANDERSON, 2015b).

O texto está organizado em três eixos analíticos e metodológicos: 1) o primeiro trata de uma abordagem sucinta da historicidade da mobilidade haitiana no mundo, privilegiando os espaços (trans)nacionais, onde há uma tradição migratória de pessoas de nacionalidade haitiana desde a primeira metade do século XX⁵. Nessa parte, utilizo fontes históricas e a literatura acadêmica sobre as diásporas haitianas no mundo; 2) o segundo mostra a gênese de um dos primeiros grandes fluxos – em janeiro de 2010 – da chegada de haitianos ao Brasil, a partir dos dados etnográficos da minha pesquisa de tese de doutorado⁶; 3) o terceiro privilegia a presença haitiana em Brasília, Capital do Brasil, através dos dados da investigação realizada em 2015, pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)⁷.

QUATRO GRANDES FLUXOS MIGRATÓRIOS

Do início do século XX até os dias atuais, os processos de mobilidade internacional haitiana podem ser resumidos em quatro grandes fluxos em períodos diferentes. Alguns territórios como a República Dominicana, Estados Unidos, França e algumas ilhas caribenhas (Bahamas, Martinica, Guadalupe) e Guiana Francesa têm uma permanência importante nessas diferentes configurações da (e)migração⁸.

⁴ Segundo os dados do IBGE, há registro, em 1940 de 16 pessoas de nacionalidade haitiana no Brasil, em 1950, 21, em 1960, cresceu para 159, em 1970, 90, em 1980, o número subiu para 127, em 1991, 141 e em 2000, caiu para 15. Já no ano de 2015, os haitianos eram estimados entre 60 a 65 mil no país (Ver HANDERSON, 2015b).

⁵ De acordo com os dados do Congresso Mundial Haitiano (CMH) do ano de 2005, em Nova York (incluindo Nova Jersey) os haitianos são estimados em 1 milhão; em Miami, 750.000; em Boston, Chicago e Los Angeles, 150.000; no Canadá, 120.000; na França, 100 mil, incluindo os Departamentos Ultramar, na República Dominicana, 750.000; em Cuba, 400.000 e nos demais países da América Latina, 75.000, além daqueles instalados na África e na Ásia (Cahier nº 1, p. 16. janeiro 2005. Montreal).

⁶ Esses dados fazem parte da minha tese de doutorado sobre “*Diaspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*” (2015), defendida no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho de campo se concentrou, numa primeira etapa, na Tríplice Fronteira e em Manaus; entre janeiro e março de 2012, numa segunda, no Suriname (Paramaribo) e na Guiana Francesa (Cayenne), de março a maio de 2013 e numa terceira, no Haiti (Fonds-des-Nègres e Pernerle) em julho desse mesmo ano.

⁷ A pesquisa do OBMigra foi realizada, entre o mês de março a junho do ano de 2015. Fiz parte da equipe como pesquisador colaborador. Além da realização de 29 entrevistas com 14 haitianas e 23 haitianos – algumas em dupla ou trio – residentes em diferentes localidades do Distrito Federal, em junho do mesmo ano, foi organizado também, um grupo focal na Universidade de Brasília (UNB) com duas haitianas e sete haitianos.

⁸ Vale salientar que no século XIX, após a independência do Haiti, houve um processo de imigração no país de pessoas de diversas nacionalidades, particularmente os afro-americanos que se mudaram dos Estados Unidos para o Haiti sob o Presidente Jean Pierre Boyer. Entre estes últimos, alguns retornaram à América do Norte devido aos problemas socioculturais com os haitianos. Nesse período, no qual o Haiti era considerado a Pérola das Antilhas, alguns dominicanos cruzavam a fronteira para trabalhar no Haiti, saíam de Dajabón (República Dominicana) para ir a cidade fronteiriça Ouana-minthe, localizada no norte do Haiti.

O primeiro grande fluxo de (e)migração de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1934) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. Como desde o final do século XIX e o início do século XX, o crescimento das indústrias americanas de cana-de-açúcar no Caribe, particularmente em Cuba e na República Dominicana produzira uma escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações de ambos os países, essa lacuna fora preenchida, em larga medida, pelos camponeses haitianos enquadrados em políticas específicas e temporárias: “de 30.000 a 40.000 haitianos, chamados *braceros*, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931” (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009, p. 36). Em 1928, legalmente foi proibido trazer mais trabalhadores haitianos para as plantações, mas continuaram chegando até 1961 à província de Oriente, em Cuba para trabalhar em plantações de café. Em 1944, eram estimados em mais de 80.000, a maioria deles originária do sul do país.

Na República Dominicana, “os censos afirmam um total de 28.258 haitianos em 1920 contra 52.657 em 1935” (idem, p. 37). O processo migratório em direção a esses dois países caribenhos deve ser compreendido no contexto da conjuntura geopolítica da ocupação americana em ambos os países. Também, por causa da primeira guerra mundial e pelo fato de o Haiti representar, na época, um lugar estratégico para evitar a instalação alemã na região, dada a forte presença econômica que a Alemanha tinha no país caribenho.

Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimando-se entre 6.000 a 30.000. O massacre era claramente racista e anti-haitiano (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009)⁹.

O segundo fluxo de (e)migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano. No plano cultural, no Governo Élie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. Na década de 1950, a elite haitiana mandava seus filhos estudarem nos Estados Unidos e alguns dos agricultores que já haviam residido em Cuba ou na República Dominicana viam os Estados Unidos como uma nova possibilidade para emigrar¹⁰.

A partir da década de 1960, sob a ditadura de François Duvalier (1957- 1971), foi reconfigurada a emigração haitiana em termos de amplitude, composição e orientação dos fluxos das pessoas oriundas de diferentes camadas sociais, gerações e regiões, como mostra Cédric Audebert nos seus trabalhos.

⁹ As relações entre os dois países pioraram a partir de 1986, quando o Governo de Joaquín Balaguer assumiu a presidência, autorizando a deportação de todos os haitianos indocumentados, menores de 16 anos e os que tinham mais de 60 anos de idade. Aproximadamente 35.000 foram repatriados, além dos que saíram por conta própria pelo medo de serem deportados. O Governo dominicano foi denunciado várias vezes por organizações internacionais como Americas Watch, ACNUR, Organização Internacional do Trabalho (OIT); por instituições religiosas, associações de migrantes e a própria Organização das Nações Unidas (ONU) por violações dos direitos humanos, particularmente pelas condições precárias de trabalho, de vida e pela problemática da nacionalidade dos descendentes de migrantes haitianos indocumentados nascidos no território dominicano, sem direito à nacionalidade reconhecida pelo Governo, mesmo sendo garantida pela Constituição do país. Sobre discriminação dos haitianos na República Dominicana, particularmente nos *bateys* (plantações de açúcar), ver os trabalhos de Samuel Martínez (2011).

¹⁰ Em 1940, os haitianos eram aproximadamente 5.000, particularmente em Nova York (ICART, 1987, p. 37).

A autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (AUDEBERT, 2012, p. 26-27).

Nas décadas de 1960 e 70, a maioria deles era formada por profissionais e intelectuais instalados em Nova York. Depois, a presença haitiana com esse perfil se estendeu para Boston, Chicago, Miami, Montreal e Quebec no Canadá¹¹ e em países africanos francófonos, particularmente Senegal, Benin e República do Congo. A instalação da ditadura provocou um duplo efeito: 1) o surgimento da repressão política generalizada nos meios urbanos e rurais com a criação da milícia “Voluntários da Segurança Nacional”, conhecida popularmente por *Tontons Macoutes*; 2) a degradação acentuada das condições de existência do conjunto das camadas sociais da população.

No tangente à região caribenha, segundo Ermitte St. Jacques (2011, p. 96): A “migração haitiana para Bahamas iniciou em meados da década de 1940, quando as empresas ligadas à agricultura e as madeireiras começaram o recrutamento para atender a escassez da mão de obra nesses setores de trabalho. Depois de esforços de recrutamentos iniciais, trabalhadores haitianos começaram a migrar por conta própria”. Na década de 1950, os pescadores do norte e noroeste do Haiti alcançavam Bahamas, Grand Turck e Caicos por curtas temporadas em embarcações precárias construídas pelos próprios viajantes. Nas décadas de 1960 e 70, muitas pessoas originárias do meio rural, da classe baixa, começaram a se instalar nas referidas ilhas caribenhas tornadas espaços migratórios haitianos.

Audebert (2012, p. 49) mostra que “os estrangeiros ocupam 30% dos 28.000 empregos não qualificados da economia bahamiana, particularmente nos setores de turismo, construção civil e agricultura”. Os haitianos são estimados entre 40.000 a 70.000 nas Bahamas, incluindo os supostos indocumentados e os filhos nascidos na ilha que somente aos 18 anos têm o direito de solicitar a nacionalidade bahamiana. Desde 1963, as autoridades do país iniciaram a prática de deportação de haitianos indocumentados. Nas últimas décadas, a média de deportação deles atingiu 6.000 anualmente.

Coincidentemente, no mesmo ano, em 1963, chegaram os primeiros haitianos à Guiana Francesa com Blan Lily – como era apelidado o francês Lucien Ganot, dono de uma usina no Vilarejo de Pernerle no sul do Haiti – para trabalhar nas plantações de bananas no Departamento ultramarino¹². Tal acontecimento explicaria o porquê, na Guiana, da forte presença de haitianos originários do sul e sudeste do país. Muitos dos já residentes na Guiana aproveitavam para ir à França. Nessa mesma década, alguns já instalados na Martinica e em Guadalupe, foram ao Suriname trabalhar em indústrias de plantações de banana. Posteriormente, o país tornou-se um lugar de trânsito para alcançar a Guiana Francesa (LAËTHIER, 2011b; HANDERSON, 2015a).

¹¹ Desde a década de 1930, alguns estudantes haitianos, particularmente seminaristas e agrônomos iam para Quebec realizar os estudos. Durante a década de 1950 e início de 60, houve mudanças no perfil migratório: eram músicos que levavam os ritmos antilhanos para o local. Na segunda metade da década de 1960, houve um grande êxodo de haitianos para o Canadá, particularmente Quebec, fugindo da ditadura. Segundo Icart (2004, p. 1), “muitos foram convidados para ocupar cargos importantes pela grande expansão dos serviços sociais, de saúde e de educação. [...] Havia mais de duzentos médicos haitianos em Quebec e quase mil professores”. Na década de 1980, um programa especial do Governo de Quebec concedeu o estatuto de imigrante a 4 mil haitianos que já estavam no local. Em 2001, a população de origem haitiana era estimada em 90 mil, constituindo 90% da presença haitiana no Canadá (idem, p. 1).

¹² Para mais informações sobre as dinâmicas migratórias haitianas na Guiana Francesa, ver os trabalhos de Piantoni (2009), Laëthier (2011a) e Handerson (2015a).

No final da década de 1960, na França, segundo Bastide, Morin e Raveau (1974, p. 13), “os haitianos eram estimados em 100 pessoas e, na primeira metade da década de 1970, o número cresceu para 400, entre eles, 70% eram estudantes”. De acordo com os referidos autores, “tanto esses estudantes quanto o restante de profissionais e intelectuais fugidos do regime de François Duvalier, eram originários da burguesia ou da classe média do meio urbano do país de origem” (idem, p. 13). O número aumentou significativamente na década seguinte e, em 1982, os censos do INSEE estipularam além de 5.000 haitianos, alcançando mais de 20.000 na década de 1990 (DELACHET-GUILLON, 1996, p. 66).

O fenômeno do *boat people*¹³ teve seu auge nesse segundo fluxo migratório de 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar. As embarcações naufragaram por problemas técnicos e, em outros casos, os próprios agentes norteamericanos afundaram os barcos, matando milhares de haitianos que tentavam alcançar Miami (STEPICK, 1992). Nesse contexto, insere-se a mobilização de diversos militantes e instituições religiosas, políticas e associativas em prol dos direitos humanos desses sujeitos como o *National Council of Churches* (organização religiosa nos Estados Unidos), o *Black Caucus* (organização representante dos negros americanos no Congresso) e o *Haitian Refugee Center* (Centro de Refugiados Haitianos)¹⁴.

Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba. Alguns ficaram presos por mais de um ano. Finalmente, “72% dos 36.596 interrogados pelos Serviços de Imigração (sigla em inglês: INS) nessa base tiveram o pedido de refúgio indeferido e, conseqüentemente, foram conduzidos ao país de origem” (LITTLE, 1997, p. 3).

De acordo com Wooding e Moseley-Williams (2009), mais de 100.000 haitianos deixaram o Haiti na época da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, no ano de 1991. Alguns se dirigiram para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantânamo, Cuba e os Estados Unidos. Dos países onde os haitianos solicitaram refúgio (Estados Unidos, República Dominicana, Guadalupe, Guiana Francesa e Bahamas) na época, alguns negaram-lhes o estatuto de refúgio. Os governos consideravam tratar-se de imigrantes econômicos, à exceção daqueles que conseguiam comprovar sofrerem perseguição por razões políticas, étnicas ou religiosas conforme estabelecido pela Convenção de Genebra.

O quarto registro de fluxo de mobilidade haitiana iniciou-se a partir de 2010. Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional.

Em decorrência do terremoto, houve um duplo movimento: algumas pessoas se deslocaram em direção ao meio rural, mesmo aqueles sem nunca haverem residido no interior do país. Outros aproximadamente 350.000 (AUDEBERT, 2012) que dispuseram de recur-

¹³ A maioria dos *boat people* saía do norte e noroeste do país em embarcações precárias, improvisadas e construídas pelos próprios navegadores. *Boat people* refere-se aos viajantes haitianos embarcados em direção a Miami ou às Ilhas caribenhas como Bahamas, Grand Turck, incluindo Cuba, dentre outras, para alcançar Miami. Quando Bahamas se tornou independente, em julho de 1973, o Governo do país iniciou uma campanha de expulsão dos haitianos e as políticas migratórias se tornaram cada vez mais restritivas. Nesse período, alguns deixaram o local e aproveitaram para alcançar Miami em embarcações precárias, como *boat people*.

¹⁴ Para saber mais sobre os programas americanos associados aos *boat people*, ver o texto de Laurent Dubois (1998).

sos variados, decidiram partir para o exterior. É nesse contexto, que se situa a chegada de centenas de pessoas de nacionalidade haitiana, em janeiro de 2010, pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente na Cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas e, posteriormente, no mesmo ano, pela fronteira Brasil, Bolívia e Peru, na Cidade de Brasileira, no Acre.

GÊNESE DO GRANDE FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS NO BRASIL

Quando alcancei a Tríplice Fronteira – Brasil, Colômbia e Peru –, em janeiro de 2012, havia aproximadamente dois mil haitianos no local e já eram passados dois anos desde a vinda deles por esse circuito. Na segunda semana de fevereiro de 2010, chegara um primeiro grupo de doze haitianos: quatro mulheres (duas menores de dezesseis e dezessete anos) e oito homens pedindo ajuda. A população local já conhecia o trabalho da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga¹⁵ e, quando eles aportaram, após passarem pelo Peru, querendo ser acolhidos, as pessoas disseram: *“Aqui quem acolhe os migrantes e refugiados é Padre Gonzalo”*. Este entrou então em contato com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) sediado em Brasília, informando a presença de alguns haitianos na cidade pedindo refúgio e recebera orientação para levá-los à Polícia Federal (PF), com o intuito de iniciar os procedimentos burocráticos¹⁶.

Uma semana depois da chegada desses primeiros, vieram mais 20 após 30 e assim, em maio de 2010, já 150 haitianos moravam em Tabatinga. As mulheres dormiam dentro da Igreja: de noite tiravam os bancos para fora e de dia eles eram recolocados; os homens dormiam no salão da Igreja. Lá os haitianos fizeram entrevistas, receberam o “protocolo” – documento legalizador da situação estrangeira no país –, no qual se mencionava solicitação de refúgio¹⁷.

¹⁵ Em 2005, foi criada a Pastoral da Mobilidade Humana na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, a partir de uma parceria entre três Igrejas fronteiriças localizada cada uma num desses países. No entanto, a Pastoral da Mobilidade Humana no Brasil já havia sido criada anteriormente pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Até então, antes da chegada dos haitianos, as ações da Pastoral na Tríplice Fronteira eram voltadas à questão dos fluxos migratórios na região entre peruanos, colombianos, brasileiros e pessoas vindas de outros lugares do mundo, particularmente do continente africano. Entre outras ações, fora criada uma casa de acolhida, além dos atendimentos aos carcerários de diferentes nacionalidades.

¹⁶ Nos trabalhos de Rosa Vieira (2014, p. 20), Marília Pimentel e Geraldo Cotinguiba (2014, p. 78) aparece o primeiro registro em 14 de março de 2010, dos primeiros haitianos chegados pelo Mato Grosso do Sul (MS), fronteira com Bolívia. Então, a vinda dos haitianos em fevereiro de 2010, pela Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente em Tabatinga, é um pouco anterior ao registro de Mato Grosso do Sul.

¹⁷ Os primeiros haitianos desembarcados, devido à intenção da maioria de ir à Guiana Francesa, não pediam visto na Embaixada brasileira no Haiti para ingressar no Brasil. Mas, para passar pelo Brasil e ir ao Departamento ultramarino era necessário ter visto brasileiro, e também, para aqueles que desejavam ficar no país, porque, dentre eles, alguns queriam permanecer no Brasil. Foi a partir dessas experiências que começaram os primeiros questionamentos dos agentes do Governo de como poderiam proceder para criar um novo dispositivo legal para receber os haitianos não na condição de refugiados porque CONARE e ACNUR já diziam não serem considerados refugiados, de acordo com o conteúdo da Convenção de Genebra de 1951. Nessa época, (até a presente data), para receber um visto de residência no Brasil, o candidato deveria cumprir certos requisitos: a) ser cônjuge de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil; ou b) ser membro imediato (dependente) da família de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil. Os haitianos vindos na época não se enquadravam nesses requisitos. Com a Resolução de 97/2012, o Governo simplificou a forma de acesso dos haitianos a um visto permanente no Brasil, e aumentaram significativamente os pedidos na Embaixada brasileira no Haiti. Por conseguinte, o processo de análise da documentação e da entrega dos vistos começou a demorar mais tempo do que antes de 2011 e 2012. Isso, de alguma forma, contribuiu para os novos candidatos optarem por realizar viagens clandestinas até as fronteiras brasileiras, particularmente no norte do país e, conseqüentemente, solicitar o visto permanente

Os agentes estatais não esperavam um número tão expressivo, pois a vinda dos primeiros era considerada um caso isolado. Como os haitianos diziam para os agentes da Pastoral que a sua intenção era ir à Guiana Francesa, então, era pouco provável imaginar que, em tão pouco tempo, a região se tornaria uma porta de entrada para a futura instalação de uma comunidade haitiana tão expressiva no Brasil, atualmente avaliada entre 60 a 65 mil pessoas. Aproximadamente 7 mil desses passaram pela fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, pelo Amazonas entre 2010 e 2012; 40 mil pela fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, pelo Acre entre 2010 e 2015, e os demais chegaram pelos aeroportos brasileiros – especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, e Brasília – com o visto solicitado na Embaixada do Brasil em Port-au-Prince.

Os dados etnográficos sugerem que a chegada dos primeiros na região da Amazônia aparece ligada à Guiana Francesa, pois boa parte não pretendia ficar no Brasil. De acordo com os meus interlocutores e os coordenadores da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga, inicialmente, a Tríplice Fronteira e o Brasil em si eram uma espécie de corredor, uma etapa para chegar ao Departamento ultramarino francês, embora muitos tenham permanecido no Brasil. Posteriormente, a partir de 2012, outros vinham diretamente para o país, alguns com o *visto humanitário* e no quadro da reunião familiar – como categoria burocrática a que os viajantes tiveram de se adaptar também – solicitada à Embaixada brasileira em Port-au-Prince¹⁸.

A partir dos formulários preenchidos em Manaus e Tabatinga (totalizando 445), coordenados pela Pastoral da Migração, em 2012, verifica-se estarem 63% entre 21 a 33 anos. Quanto a esses últimos, 51% tinham menos de 30 anos; 26% entre 34 a 41 anos e seis por cento entre 42 a 48 anos, mas isso não significa não existirem exceções, como um homem de 47 anos ou uma senhora de 62 anos. No referente ao estado civil, 56% se declaravam casados (incluindo união estável), enquanto 40% diziam ser solteiros.

Os 14% com curso superior estudaram Direito, Enfermagem, Farmácia, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo, Teologia, Ciências Informáticas, Veterinária, Ciências da Educação/Normal Superior etc. No Ensino Médio, 59% o completaram e no Ensino Fundamental, 27%. Comparativamente à população total de Haiti, esse universo pesquisado tem boa formação educacional. Segundo os Dados do *Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique* (2003), o grau de analfabetismo da população com 10 anos ou mais é de 61% em todo o país: os homens representam 63,8% e as mulheres 58,3% no meio urbano, sendo 80,5% contra 47,1% no meio rural. Entretanto, de acordo com a investigação realizada pelo Observatório Migratório Internacional (OBMigra) em Brasília, coordenado por Leonardo Cavalcanti e coautores, houve o aumento da presença de haitianos classificados como *analfabetos*,

brasileiro nos estabelecimentos da Polícia Federal nos municípios fronteiriços e não na Embaixada brasileira no Haiti, pois o processo demora atualmente entre cinco a oito meses para análise e recebimento do visto.

¹⁸ “Desde fevereiro de 2010, o protocolo recebido na PF pelos haitianos chegados às fronteiras brasileiras sem visto exigido pelo Governo do país, mencionava a solicitação de refúgio, mas, a partir de maio do mesmo ano, não eram considerados refugiados. A fim de criar um novo dispositivo legal para acolher os haitianos vindos ao Brasil sem os vistos exigidos, o Governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, promulgou, em 12 de janeiro, a Resolução Normativa nº 97/2012, criando um *visto humanitário* até então não existente na legislação brasileira. Inicialmente, a Resolução permitia duas leituras: a produção de uma possibilidade de legalização dos haitianos no país e, ao mesmo tempo, a restrição da chegada de novos migrantes” (HANDERSON, 2015a, p. 33-34).

No tocante ao grau de instrução dos haitianos com vínculo de trabalho formal no Brasil, ocupam o primeiro lugar aqueles com *Ensino Médio Completo*, que representavam 39,4% do total em 2011, passando para 30,8% em 2012 e 32,5% em 2013. Este segmento manteve crescimento proporcional razoavelmente estável de 2011 para 2012 (295,6%) e para 2013 (273,6%). Cresceu também a presença de indivíduos com *Ensino Fundamental Completo*, de 17,7% do total em 2011 para 20,7% em 2013. Cresceu significativamente a presença daqueles com educação do 6º ao 9º ano incompleto do *Ensino Fundamental*, que eram 8,6% em 2011, passando para 11,7% em 2012 e 15,8% em 2013. Houve, ainda, o aumento da presença de haitianos classificados como *analfabetos*, de 979,1% de 2012 para 2013 (DUTRA, et al, 2015, p. 59)¹⁹.

Nos dados coletados pela Coordenação da Pastoral da Mobilidade em Tabatinga, os homens representam 84%, as mulheres 16%²⁰ e os menores de idade 0,4%²¹. A partir de março de 2012, diminuiu o ritmo da chegada de haitianos em Tabatinga, mas novas turmas continuam até a presente data, particularmente no estado de Acre em Brasileia²². No universo pesquisado, a maioria tinha por procedência o meio rural, incluindo os dez diferentes departamentos da divisão geográfica do Haiti. Além de ter preenchido nos formulários que nasceram no meio rural, também, saíram de lá quando decidiram realizar a viagem. Assim como há alguns que se diziam ter nascidos no meio rural, mas residiam em Port-au-Prince há alguns anos.

A maioria dos meus interlocutores vindos diretamente do Haiti constituiu a multipolaridade da migração entre o oeste e o centro, Port-au-Prince, Croix-des-Bouquets, Léogâne, Ganthier, Fond-Parisien e Gonaïves, e também, entre o sul e o sudeste, Jacmel, Aquin, Les Cayes, Fond-des-nègres e Miragoâne. No entanto, observei um grupo pequeno de Cap-haïtien, do norte. Eram poucos os vindos do norte do país, visto a maior parte da mobilidade dos haitianos do norte ser orientada mais em direção à República Dominicana, Porto Rico, Cuba, Martinica, Guadalupe, Bahamas, Grand Turck, França, Canadá e Estados Unidos, particularmente Miami, Nova York e Nova Jersey. Cabe salientar que os do sul também vão a esses últimos lugares.

No final de 2011, houve um processo de urbanização da mobilidade haitiana para o Brasil: o fato de as pessoas de Port-au-Prince, da Capital do país, e também de Gonaïves e de Croix-des-Bouquets começarem a investir na viagem para esse país. Mas isso não significa que, antes desse período, não havia um pequeno grupo dessas localidades. No início de 2012, entre os meus interlocutores, três de cada seis pessoas eram dessas últimas localidades. Isso chama a atenção para a extensão social do processo de mobilidade

¹⁹ Segundo o resultado dos dados do OBMigra baseados no banco de dados do Ministério do Trabalho (MTE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os haitianos, dentre as populações migrantes no Brasil, são os que mais possuem vínculo formal de trabalho, "houve um crescimento de 525,3% de 2011 para 2012 e de 267,4% para 2013 (DUTRA, et al, 2015, p. 58). Pela primeira vez, na história das populações migrantes no Brasil, os haitianos ultrapassam os portugueses que foram por várias décadas a população migrante no país que possuía mais vínculo formal de trabalho.

²⁰ Essas fontes são: a) os dados coletados pela Coordenação da Pastoral da Mobilidade em Tabatinga pela Irmã Patrícia Licandro; b) os formulários da Pastoral da Migração em Manaus, vinculada à Igreja de São Geraldo, e c) os formulários distribuídos por mim nas reuniões da Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil (AIHB).

²¹ Na minha tese (HANDERSON, 2015a, p. 47-48), utilizo informações quantitativas e qualitativas que permitem analisar: 1) a circulação de homens, mulheres e menores haitianos que passaram pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, entre o mês de janeiro de 2010 e janeiro de 2012; 2) os dados quanto a sexo, idade, cidade de procedência, estado civil e escolaridade dos sujeitos da pesquisa; 3) a cidade de procedência daqueles chegados à Tríplíce Fronteira de janeiro a fevereiro de 2012.

²² Desde meados de 2015, houve uma diminuição significativa em relação à chegada de haitianos pelo Acre. Para saber mais sobre os fatores que impulsionaram essa redução, ver a minha entrevista concedida ao MigraMundo, em 22 de fevereiro de 2016. <http://migramundo.com/2016/02/22/dolar-alto-cri-se-economica-e-xenofobia-afetam-diaspora-haitiana-no-brasil-afirma-pesquisador/>

Interessa observar, que inicialmente, a maioria não era da capital, Port-au-Prince, ou das outras Comunas (Leogâne, Carrefour, Delmas etc), onde ocorreu o terremoto em janeiro de 2010. No entanto, independentemente de o terremoto ter sido ou não a razão da vinda de boa parte deles para o Brasil, é evidente que uma tragédia da dimensão como foi, teve impacto na vida das pessoas e pode ter precipitado a decisão de sair e impedido os planos de outros afetados que pensavam migrar e não puderam fazê-lo. Mas, também é importante salientar que a mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural entre os haitianos. Ela é constitutiva do mundo social haitiano. É quase impossível encontrar uma casa no Haiti, que não possui algum familiar no exterior.

Os fatores mobilizadores da chegada dessas pessoas ao Brasil são diversos. Ficava claro não serem apenas motivações econômicas, mas também, políticas, educacionais, culturais, estratégias geográficas e sociais, sobretudo. Não pretendo discutir uma por uma, não é o foco do trabalho, mas vale mencionar algumas delas.

Então, quais são os diversos mecanismos que favoreciam aos haitianos virem ao Brasil? Como se constituiu a intenção deles de virem ao país? Do ponto de vista dos interlocutores, são diversas as causas e o *leitmotiv* contribuídores dessa escolha:

- 1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França;
- 2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)²³;
- 3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos;

²³ Além do crescimento econômico de 0,9% em 2012, o país ocupou o ranking da sexta economia mundial em 2013. A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que tem como objetivo a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, também joga um papel importante na visibilidade internacional do Brasil. Este país nunca foi desconhecido pela população haitiana. Há décadas, o país sempre foi familiar ao universo haitiano, particularmente pelo futebol, pela música, pelo samba, pelas suas novelas e carnavais cariocas transmitidos nas televisões haitianas. Frequentemente, as gerações mais velhas lembram à ida do Pelé ao Haiti em 1978. Há um ditado no país caribenho que diz, “Os haitianos são mais brasileiros do que os próprios brasileiros”, visto mais de 60% da população torcer pela seleção brasileira de futebol. Esse fato pôde ser observado em 18 de agosto de 2004, na ocasião do “Jogo da Paz”, a partida amistosa de futebol realizada no Haiti com um dos objetivos do Governo brasileiro, dentre outros, de ganhar o cenário político internacional, mostrando a sua potência promissora para, conseqüentemente, realizar a Copa do mundo em 2014 no país. Do ponto de vista empírico, nenhum dos meus interlocutores associavam a vinda deles ao Brasil devido à atuação brasileira no comando da MINUSTAH no Haiti, a qual atua, particularmente em Port-au-Prince onde está concentrada a maioria das tropas, e ainda, nem em toda a Capital, mas sim em algumas áreas específicas. Não há dúvida de a atuação brasileira na missão ter tornado o Brasil mais familiar no universo haitiano, através dos diferentes projetos desenvolvidos, além da presença de outras organizações brasileiras como Viva Rio. Contudo, também não há evidências empíricas de o Brasil se tornar um dos circuitos da mobilidade haitiana pela presença das tropas brasileiras no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) criada em abril de 2004 (mesmo ano do Jogo da Paz). A MINUSTAH é composta de tropas de cerca de 21 países, incluindo Espanha, Guatemala e os vizinhos brasileiros: Paraguai, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina. Ademais, os dados desta pesquisa evidenciam que a maioria dos vindos para o Brasil não são originários e tampouco saíram de Port-au-Prince quando realizaram a viagem, o local de atuação das tropas brasileiras. Boa parte dos haitianos chegados ao Brasil entre 2010 e 2012 nem residiam no Haiti quando decidiram vir para esse país: eram de procedência da República Dominicana, Equador, Cuba e Chile.

4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e no exterior) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico);

5) a propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador²⁴;

6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganharia moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 mensais.

Somando a tudo isso o acontecimento de 12 de janeiro de 2010, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a impulsionar a mobilidade haitiana para mais um lugar que até então demonstrava, aos olhos internacionais, “estar comprometido” no cenário político, econômico, educacional, da “estabilização” e do “desenvolvimento do Haiti”, do ponto de vista dos representantes dos governos haitiano e brasileiro²⁵.

Segundo os meus interlocutores, após o terremoto, mesmo as pessoas não afetadas diretamente por ele já estavam numa crise no Haiti que piorou do ponto de vista social e humanitário. Nas palavras de Gerard, conhecido em Tabatinga: “A miséria aumentou” (*Mizè a ogmante*). Os censos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Inter-American Development Bank (CAVALLO; POWELL E BECERRA, 2010, p. 3) mostram que entre 200.000 a 250.000 pessoas morreram devido ao terremoto e aproximadamente 500.000 se deslocaram da Capital Port-au-Prince onde a maioria foi afetada, para ir às regiões do interior do país e outros 300.000 emigraram para outros países²⁶.

Quais são e de que modo se constituíram os circuitos da mobilidade haitiana para o Brasil? Estes se referem aos lugares percorridos, vividos e praticados pelas pessoas entre diferentes polos do espaço da mobilidade internacional. Os circuitos da mobilidade devem ser entendidos a partir da circulação dos bens, das pessoas e da informação entre diferentes polos e suas implicações sobre a construção dos espaços sociais.

Do ponto de vista etnográfico, a trajetória dos meus interlocutores, mostra que os primeiros chegados à Tabatinga saíam do Haiti, passavam na República Dominicana com escala em Panamá. Depois, iam ao Equador, à Lima, no Peru, de Lima a Iquitos, de lá para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros deixavam Haiti, faziam escala em Panamá, iam direto para Peru até a Tríplice Fronteira. Há também vários itinerários e circuitos diferentes: alguns saíam de Port-au-Prince diretamente a Lima, no Peru; de lá para Iquitos; depois, para Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outros passavam por Peru, Bolívia

²⁴ Nas palavras de um interlocutor que residia na República Dominicana quando decidiu ir à Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru: “Pode ser intelectual, pode ter dinheiro ou ser bonito, basta ser haitiano, eles (os dominicanos) te tratam como lixo”. A discriminação racial foi o motivo de deixar o país para vir ao Brasil. Ele fala seis línguas e trabalhava no setor do turismo na República Dominicana, ganhando entre U\$ 1.000 a 1.500 mensais. De acordo com ele: “Brasil é um país em desenvolvimento, teria oportunidades de emprego e as pessoas não seriam tão ignorantes quanto os dominicanos”.

²⁵ Em fevereiro de 2012, na ocasião da visita oficial da Presidente Dilma Rousseff a Port-au-Prince no Haiti, ela afirmou: “Como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil”. Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120131_haiti_dilma_jf.shtml Acessado em 25 de junho de 2013

²⁶ Esses dados devem ser problematizados, visto não haver consenso entre as agências que produzem os censos no tangente ao número de mortos pelo terremoto, e tampouco, os deslocados para as regiões do interior do país, bem como para o exterior. Mas, de qualquer maneira, eles são importantes na medida em que mostram o quadro de destruição e as pessoas afetadas. <http://www.irinnews.org/fr/report/88202/ha%C3%8Fti-l-%C3%A9migration-pour-fuir-les-catastrophes-et-la-diaspora-pour-faire-marcher-l-%C3%A9conomie> Acessado em 15 de dezembro de 2014

até a fronteira com o estado do Acre. A rota que utilizavam parecia estar relacionada às condições econômicas, ao nível de instrução, às redes sociais e migratórias e ao local de procedência.

Mapa 4: As flechas indicam os circuitos da mobilidade haitiana em direção ao Brasil e à Guiana Francesa



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps.

Interessa observar o conjunto dos espaços percorridos pelas pessoas, para além das fronteiras. Esses espaços da mobilidade compreendem o conjunto dos lugares da vida deles, não como uma sucessão de espaços às fronteiras delimitadas, mas como uma pluralidade de campos, ao mesmo tempo autônomos e articulados, nos quais os papéis desses sujeitos haitianos aparecem de maneira mais eficaz na dinâmica da mobilidade.

Uma das singularidades da mobilidade haitiana no Brasil é o seu atingir rápido os estados geográficos. Em quatro anos, os haitianos já estão em aproximadamente 15 estados dos 26 existentes, além do Distrito Federal. Geralmente, para os grandes centros do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul etc. A difusão espacial da mobilidade haitiana no país merece uma análise aprofundada. A minha hipótese é terem as lógicas das redes de trabalho e os contratos de empresas das diversas regiões brasileiras, influenciado e impulsionado essa difusão.

A opção dos haitianos pelas metrópoles não é uma especificidade haitiana e tampouco acontece somente no Brasil. A mobilidade haitiana nos Estados Unidos, também é mais orientada, notadamente pelos grandes centros Miami, Nova York e Boston. Importa ressaltar a importância das grandes metrópoles na organização do espaço da mobilidade haitiana. Ela se traduz pelos seus papéis preponderantes na instalação de novos migran-

tes, mas também pela facilidade de trânsito e de circulação em outras cidades menores localizadas na região polarizada pelas metrópoles. Tal como pode ser observado em São Paulo, alguns se deslocaram da capital para trabalhar e residir em Sorocaba. E da mesma forma, no Rio Grande do Sul, alguns ficaram na Capital, em Porto Alegre e outros foram para as cidades vizinhas como Viamão, Gravataí, Canoas, Bento Gonçalves etc. É procurando compreender a mobilidade haitiana orientada para as metrópoles, que se situa a discussão acerca da presença de haitianos em Brasília, no Distrito Federal.

A PRESENÇA DE HAITIANOS NO DISTRITO FEDERAL

Em 2011, aumentou significativamente a presença de pessoas de nacionalidade haitiana no Distrito Federal (DF). Estes estavam em diversos bairros, mas tinham-se concentrado nos lugares como Paranoá e Varjão do Torto²⁷. Na ocasião da pesquisa do OBMigra com os haitianos em 2015, em Brasília, alguns já completavam quatro anos no local e outros eram recém-chegados. Viviam em apartamentos, quartos e casas nas quais havia entre duas a três pessoas. Eram poucas as residências nas quais apenas um haitiano vivia. A maioria dividia o local com outros haitianos, pais, irmãos, primos, amigos ou conhecidos, particularmente por razões financeiras, pois preferiam dividir o espaço com outros para diminuir os custos da hospedagem.

A experiência de morar em coletivo expõe os laços de solidariedade e assistência mútua entre esses migrantes. Não eram apenas as refeições preparadas em comum, as próprias despesas acarretadas por essas refeições e, às vezes, os produtos de higiene (sabonete, pasta de dente etc) eram utilizados e pagos em comum, além do orçamento da residência alugada e as despesas de água e luz. A divisão do espaço de moradia levou-os a se submeterem a algumas regras de despesas.

Os dados da pesquisa sugerem que a maioria dos haitianos no DF é homem e possui mais de 30 anos de idade, pois, boa parte dos interlocutores possui entre 30 a 50 anos. A cada 10 haitianos entrevistados na pesquisa, 1 possuía curso superior (in)completo, 2, segundo grau (in)completo, 5, primeiro grau (in)completo e 2 se consideram analfabetos.

Os interlocutores já possuíam alguma rede familiar e ou de amigos no DF quando decidiram realizar a viagem para essa localidade. Antes de realizar a mesma, alguns já residiam em outros estados do Brasil, como Amazonas, Acre, Goiânia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, saíram desses lugares para ir ao DF a procura de trabalho. A maioria chegou pelos estados do Acre (Brasileia) e Amazonas (Tabatinga), solicitaram o visto na Polícia Federal dos respectivos estados. Entre eles, um grupo chegou pelos aeroportos brasileiros, especialmente pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, com visto solicitado desde Haiti, na Embaixada Brasileira em Port-au-Prince.

Interessa analisar, – da mesma maneira como foi observado, em relação aos haitianos chegados a Tabatinga – aqueles residentes no DF também não saíram do Haiti pela primeira vez, todos os 37 haitianos entrevistados pelo OBMigra, antes de virem para o Brasil, já residiram na República Dominicana ou já estiveram nesse país como turista. É o caso de Cenel e de Exan, entre outros, que moraram, respectivamente, 15 e 20 anos na República Dominicana. Segundo esses interlocutores, “Brezil ouvè” (Brasil está aberto), diferentemente da República Dominicana, onde viviam e que os haitianos em situação indocumentada eram e continuam sendo deportados diariamente²⁸. Nas suas narrativas,

²⁷ Antes do ano de 2011, havia haitianos residentes no DF, mas eram executivos da Embaixada do Haiti em Brasília e alguns estudantes e profissionais.

²⁸ Como foi possível observar na primeira parte do texto, a República Dominicana é um dos primeiros países junto com Cuba onde se iniciou a emigração haitiana no início do século XIX. No entanto, há nesse país uma forte discriminação racial contra os haitianos residentes em território dominicano. Isso se evidencia nas crises diplomáticas desses dois países ao longo da história política de

aparece muito caso de racismo vivenciado por eles nesse último país.

Desde 2010, as políticas migratórias de abertura do Governo brasileiro em relação às pessoas de nacionalidade haitiana, muito contribuíram para os viajantes tomar a decisão de vir para o Brasil. Segundo Wesley,

O Canadá também estava aberto, no entanto teria que estar com os requisitos, visto, tudo, entendeu? Mas aqui, não precisava disso, quando você chega, eles dão todos os documentos provisórios, entendeu? E depois você entra e começa a trabalhar, mas no Canadá precisava ter os documentos, chegando lá você tem que ter um documento para trabalhar que é diferente do Brasil, você chega, eles dão um documento mesmo que seja provisório, você consegue trabalhar, entendeu? Mas no Canadá, precisava ter o visto, precisava ter também um familiar que mora lá, é fácil também, mas não tanto como o Brasil fez. Muita gente veio aqui porque nós haitianos, eu tenho que dizer isso, nós temos sede de viajar, nós temos essa sede de sair do nosso país. Quando a gente escuta “viajar”, pode ser para Guiana, pode ser para Santo Domingo, o haitiano vai. Pode ter a casa, vai vendê-la, vai vender a vaca dele, vai vender tudo que possui como se fosse uma pessoa que nunca mais vai voltar para o país, tudo isso só para viajar, ele não quer saber o que vai encontrar na frente (Junho de 2015, Brasília).

O leitmotiv que os levaram a virem para o Brasil, também está ilustrado na trajetória de Joceline, de 52 anos. Ela reside no Paranoá com um de seus filhos, chamado Wesley. Tentou vir para o Brasil uma primeira vez, havia juntado dinheiro, mas foi deportada no Equador. A segunda vez vendeu sua casa no Haiti para novamente, investir na viagem. Durante o grupo focal, quando perguntada sobre o motivo de vir para o Brasil, Joceline diz, “Para mim tem duas razões, por causa do terremoto e porque o haitiano gosta de viajar” (Junho de 2015, Brasília). Logo em seguida, Wesley, filho de Joceline solicitou a palavra e disse,

É sobre isso que eu iria falar, Brasil abriu a porta por causa do terremoto, mas o haitiano não viaja por causa do terremoto. O haitiano tem um mito na cabeça dele, o mito é: se viajar vai ter uma vida melhor, entendeu? Pode fazer esse teste, posso te mandar no Haiti, você pode passar a sua vida inteira procurando uma pessoa que não quer viajar, você não vai achar. Todo mundo quer viajar (Junho de 2015, Brasília).

Wesley também acrescentou:

Tem gente no Haiti que não vai viajar, tem alguns que eu conheço que não vão viajar. Viajar para o haitiano, não é porque ele tem uma loucura para viajar, mas está procurando uma vida melhor para si e para os familiares, ele tem uma necessidade. Tem um monte de coisas que o governo não oferece para ele e acho que todo haitiano que chegou aqui (no Brasil), mesmo que o país não seja do jeito que estava esperando, acho que ele não pode se arrepender de ter viajado para cá. Não acho que o haitiano tenha uma loucura para viajar, acho que ele está mais a procura de uma vida melhor, da mesma forma que o brasileiro também viaja, ele vai para um país melhor a procura de uma vida melhor (junho de 2015, Brasília).

A mobilidade, do ponto de vista de alguns desses interlocutores, era percebida como um modo de vida, um modo de ser e de estar no/com o mundo. Os espaços vividos, percorridos, habitados, eram marcados por essas pessoas em movimento, pelo conjunto de bens,

ambos. Somando a sucessão de atos de violação de direitos humanos dos haitianos nesse país, em 2013, o Tribunal Constitucional negou a nacionalidade e a documentação de identidade aos filhos de haitianos nascidos na República Dominicana. Esta pesquisa sugere que a quantidade expressiva de haitianos chegados à região Amazônica que residiam na República Dominicana quando decidiram realizar a viagem está associada a esses acontecimentos, pois muito contribuíram para que os haitianos na República Dominicana seguissem a viagem para países como Equador, Chile, especialmente Brasil. Para mais detalhes, ver http://www.el-nacional.com/mundo/Republica-Dominica-nacionalidad-descendientes-haitianos_0_286171544.html Acessado em 14 de abril de 2014.

de ideias, de valores, de línguas, de costumes, de competências e de artefatos que eles mobilizavam na circulação. Estes possuíam papéis e documentos de mais de um país para facilitar os deslocamentos, constituindo o poder-circular.

Assim, dizer que a mobilidade é constitutiva de boa parte da vida dos haitianos no Brasil, não significa afirmar que todos os haitianos estavam ou estão em mobilidade. Como mostra Wesley, há aqueles que não podiam ou não estavam em mobilidade por diversos fatores, doenças, a falta de recursos (econômicos, familiares, físicos, psicológicos etc), não pertenciam às redes sociais de mobilidades etc. A mobilidade de alguns permite a imobilidade dos outros e vice-versa. Assim como não se pode pensar nos que viajam sem pensar nos que ficam, também não se pode pensar a mobilidade sem a imobilidade. Esta questão sociológica havia sido levantada por Georg Simmel (1908) em relação às pessoas migrantes. Ele discutia os efeitos sociais das migrações nas relações entre grupos móveis e grupos fixos.

As expressões haitianas, *chèche lavi miyò* (tentar uma vida melhor), *chèche lavi lòt bò dlo* (tentar a vida além do mar), *chèche lavi aletranje* (tentar a vida no exterior) expressam muito bem as questões enunciadas por Wesley e Roger. Como explicitado por eles, essa mobilidade e busca por uma vida melhor não se resume apenas à pessoa que viaja, mas também aos familiares que ficam. *Chèche lavi miyò, lòt bò dlo, aletranje* é a busca de uma melhor condição de vida, um melhor salário para garantir à família, um melhor nível de educação, sobretudo, uma moradia digna que se concretiza através da construção de uma casa no Haiti, chamada por alguns de *kay dyaspora* (casa diáspora)²⁹. As palavras de Joceline, Wesley e Roger permitem entender a maneira pela qual se articula a decisão de partir e a organização da viagem, no que tange aos recursos mobilizados, os sonhos, sobretudo, as obrigações e os deveres para com aqueles que ficaram, filhos, irmãos, pais, amigos etc.

Joceline era comerciante no Haiti, comprava roupas (calça jeans, sutiã, camisa) em grande quantidade e vendia no mercado de Croix-des-Bossales em Port-au-Prince. Em 2006, Joceline decidiu ir à República Dominicana, morou durante quatro anos em Santo Domingo, onde também atuava no setor do comércio. Estando no país vizinho, a ideia dela era mandar buscar o filho Wesley para cursar medicina, mas, segundo ela, era difícil conseguir um bom emprego para poder juntar dinheiro e concretizar esse sonho. Em 2010, decidiu seguir para Equador, permaneceu dez meses no local, trabalhando num restaurante. Estando no Equador, uma amiga lhe informou que os haitianos estavam indo para o Brasil e que a vida era melhor lá, por isso, decidiu seguir para Tabatinga. De lá, foi a Manaus, ficou dez meses. Em Manaus, uma colega conhecida no local, que já estava em Brasília lhe informou que no DF, o salário era maior. Por conta disso e do calor, que também não agradava Joceline no Amazonas, rumou a Brasília em 2012, ficou os primeiros meses na casa dessa amiga no Varjão. Depois de um ano mandou buscar seu filho Wesley que atualmente mora com ela.

As redes de familiares, de solidariedade e a circulação de informações dos itinerários entre os viajantes são importantes, permitindo às pessoas criar o seu trajeto e o circuito da mobilidade. Essas trajetórias mostram a complexidade dessas novas figuras de migrantes e em que medida as narrativas dessas pessoas são importantes na análise. A experiência de Joceline e de seu filho Wesley também mostra a importância das redes familiares na dinâmica da mobilidade. Segundo Wesley:

²⁹ Na minha tese de Doutorado em Antropologia Social, desenvolvi conceitualmente a noção de “casa diáspora”. Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver o capítulo 4 da tese, sobre “Casa diáspora, diáspora da casa” (HANDERSON, 2015a, p. 270-339) e o meu artigo sobre “*Diaspora*. Sentidos sociais e mobilidades haitianas” (HANDERSON, 2015c)

Olha, minha mãe já estava aqui, a razão é a minha mãe. O que eu vou falar não é por nada, o motivo era a minha mãe, não tive uma ideia do Brasil, para mim eu não sabia que o Brasil estava no mapa, sabia que existia apenas no futebol, colocando o Brasil na minha cabeça para viajar, não, minha mãe me deu a ideia, “ok”, eu vim, mas não tinha esse pensamento (Junho de 2015, Brasília).

Nem todos que chegaram ao Brasil, contaram com as redes familiares, como evidenciado por Roger,

Quando eu cheguei aqui não tinha ninguém, estava na República Dominicana, sabe, lá tem muita dificuldade, o haitiano não pode trabalhar em qualquer lugar, apenas o pior trabalho que ele consegue arrumar, quando eu comecei a trabalhar, juntei um dinheiro e fui para o Haiti, emprestei mais dinheiro e peguei um avião até o Equador, quando cheguei lá peguei o ônibus até o Peru e de lá entrei pelo Acre. Foi desse jeito que eu vim, mas eu não tinha família aqui (Roger, junho de 2015, Brasília).

A experiência de Joceline, Wesley e Roger permite refletir sobre a economia da viagem. No que se refere às lógicas do financiamento, visto que alguns fizeram empréstimo e contaram com remessas dos parentes e amigos residentes em outros lugares para realizá-la, tal como Joceline enviou dinheiro para financiar a viagem de Wesley. Ela vendeu também, sua casa no Haiti para financiar a sua própria viagem para o Brasil.

Dentre os interlocutores, alguns deixaram para trás empregos (como agentes de turismo, comerciantes, professores, enfermeiros). Outros saíram do trabalho, pegaram o dinheiro guardado no banco ou emprestado por amigos e parentes, entre outras variações e investiram na viagem, com a esperança de encontrar melhores empregos e salários no Brasil.

Como foi destacado por Massey, Alarcón, Durand e González (1987), a migração suscita um processo social que se constrói, a partir das experiências individuais e, que contribui, por sua vez, a reproduzir às condições de movimento para os futuros viajantes. A dinâmica coletiva das lógicas de mobilidade merece uma atenção. Para além das sociais, há várias lógicas familiares no mundo social das mobilidades. Uma série de estratégias é utilizada em algumas famílias, para decidir quem viaja e a ordem dos candidatos à viagem. Uns são escolhidos antes do que outros para viajar. Esse processo não é uma construção mecânica e unidimensional. Para tomar tal decisão, uma variedade de questões é levada em conta pelos que financiam a viagem.

Nesse sentido, concordo com Karen Richman quando a autora afirma que,

A estratégia de longo prazo de uma família para sua segurança coletiva diferencia aqueles que irão migrar daqueles que irão permanecer [...] Um filho ou filha visto como generoso e obediente pode-se esperar que fique para trás, mesmo que essas qualidades parecem definir o migrante ideal, enquanto que outro seja percebido como incerto, possa ser aquele no qual se investe para partir. Depois de que os migrantes começam a construir sua “garantia” em casa, eles necessitam de outros que estão dispostos a permanecer (no Haiti) para manter seus investimentos e cuidar das crianças que ficaram para trás até que elas possam migrar também (RICHMAN, 2005, p. 71-72).

Um conjunto de corpo social é mobilizado para tomar a decisão de quem deve partir. Por exemplo, o grau de parentesco do candidato, os recursos individuais, sociais e intelectuais possuídos, a conduta, a honestidade, o caráter deste, dentre outros, e o fato do indivíduo, quando chegara *aletranje* (no exterior), se teria condições de ajudar os que ficam. Às vezes, “mandar buscar” (*voye chèche*) algum membro da família é uma forma de diminuir a ajuda econômica (de parte daquele que manda buscar) aos que ficam e para que o recém-chegado se responsabilize pela manutenção de alguns familiares que estão no Haiti. Há um processo de capitalização das experiências do candidato à viagem. O seu estatuto social exerce um papel importante na escolha de quem viaja e quando. Baseando-se nesses aspectos, dentre outros, a observação das lógicas sociais e familiares da mobilidade toma todo seu sentido.

Os interlocutores no DF manifestam o desejo de “mandar buscar” alguns membros da família (pais, filhos, irmãos, esposa e esposo) que ficou no Haiti ou na República Dominicana. Nas palavras de Frantz, “*É muito bom quando a família está por perto, estou sofrendo muito, quando estou pensando no meu filho no Haiti, não o conheço ainda, a criança nasceu e eu já tinha saído, pensei muito e é muita tristeza*” (Junho de 2015, Brasília). Os dados sugerem que há uma preocupação maior entre aqueles que deixaram filhos para trás para enviar remessas ao Haiti ou na República Dominicana, onde também possuem familiares. Segundo Cenel, “*Eu deixei meu filho no Haiti, quando eu estava vindo minha irmã me ajudou, me deram dinheiro e é por isso que tenho que lembrar sempre deles, se eu ganho R\$ 1.000,00, pode ser R\$ 200 ou R\$ 300,00, tenho que mandar todo mês*” (Junho de 2015, Brasília).

No Haiti, as pessoas costumam dizer ser quase impossível encontrar uma *kay* (casa) ou uma família haitiana que não tenha algum membro *aletranje, lòt bò dlo*, isto é, no exterior. Para os que ficam, “ter familiares” (*gen fanmi*)³⁰ *aletranje* é sinônimo de um dia poder-viajar (*mwen ka vwayaje*) ou poder-partir (*mwen ka pati*). Mas, possuir familiares na diáspora não garante a mobilidade dos que ficam. Isso exige disposições internas (capacidade da pessoa mobilizar as redes) e disposições externas (recursos dispostos ao indivíduo). São duas dimensões essenciais do *capital social* dos candidatos à viagem, mas não são as únicas.

Há uma relação estreita entre as pessoas que partem e as que ficam. Isso incide especialmente nas relações diferenciais entre os maridos que viajam e as mulheres que ficam e vice-versa; entre pais e filhos, tios e sobrinhos. A mobilidade molda as relações internas da família num contexto de circulação. Desde cedo as crianças convivem com a mobilidade dos seus colegas da escola ou dos seus bairros, partindo ou viajando. A mobilidade é constitutiva do cotidiano haitiano.

Como está ilustrado na experiência de Cenel, entre outros interlocutores, as famílias estão presentes desde a organização e os preparativos da viagem até, posteriormente, os envios de remessas e objetos por aquele que foi. A viagem envolve vários agentes próximos, mas fisicamente distantes. O sucesso da viagem depende de várias redes de “contribuintes” que colaboram material, física ou ainda espiritualmente. Tais participações passam a constituir o solo emocional, psicológico e psíquico do viajante. A viagem reforça, reorganiza as redes sociais e familiares. Se, de um lado, o viajante se beneficia de vários apoios materiais, emocionais e espirituais, do outro, tais apoios tornam-se uma pressão social sem precedente.

A ele, é negado imperativamente o fracasso financeiro da empreitada. O envio de dinheiro aos amigos e familiares desempenha subjetivamente algumas funções: manter financeiramente a família; mostrar que o processo de mobilidade está sendo um sucesso; renovar as proteções espirituais que possibilitam um revigoramento emocional e psicológico. Mas, para legitimar o sucesso, deve “mandar buscar” outro familiar como foi observado nas trajetórias de alguns dos interlocutores.

Ficar muito tempo sem mandar nada, passa a ser sinônimo de desonra e de fracasso individual e coletivo (família). Nessa mesma linha de raciocínio, Richman mostra que antes de os migrantes pensarem nos investimentos pessoais no Haiti, construção de casas ou abrir negócios, eles devem dar-se conta de algumas obrigações mais urgentes. Segundo ela,

³⁰ De acordo com Louis HERNES MARCELIN, “a palavra em créole haitiano que designa, parentesco e família, ambos os conceitos analíticos, é *fanmi*. Com variações do rural ao urbano, entre as classes, entre Haiti e a diáspora, *fanmi* é o principal referencial que define o universo e a identidade das pessoas. Por extensão, também ela se refere a vários níveis de proximidade e familiaridade – na prática com a capacidade para englobar determinadas formas de relacionalidade social como vizinho, conhecido, amigo, comunidade ou até mesmo, a humanidade comum” (MARCELIN, 2012, p. 257).

Antes que os migrantes possam “garantir” a eles mesmos por meio de investimentos na terra natal, entretanto, eles têm que satisfazer obrigações mais urgentes lá. Os migrantes são cobrados a pagar a educação (taxas, uniformes, materiais escolares) de crianças que eles deixaram para trás sob o cuidado de outros e, muitas vezes, a escolarização de seus consanguíneos também – irmãos, sobrinhas e sobrinhos. Como resultado das remessas dos migrantes para a educação, quase todas as crianças em idade escolar de Hamlet frequentam as escolas, que estão se proliferando na área. A educação é um meio de preparar (ou produzir) um parente para a migração futura, e o financiamento de suas passagens é, ainda, outra responsabilidade dos migrantes (RICHMAN, 2005, p. 76).

Tais constatações de Richman estão em sintonia com as palavras dos interlocutores. De acordo com Wesley,

Quando recebe o salário aqui, já sabe que tem que pensar na família. Temos que pagar o aluguel, água, luz e também enviar remessas, quase não sobra para Western Union, porque depois de pagar todas as contas, não sobra quase nada. Você liga para a pessoa (no Haiti) e fala que tem apenas isso. Anteontem eu quis enviar U\$ 100 para o Haiti, gastei quase R\$ 400,00, imagina 100 poucos dólares, são R\$ 3.42 por um dólar americano (Junho de 2015, Brasília).

Interessa destacar que, boa parte dos salários desses migrantes vem do setor formal do mercado de trabalho. Os empregos que forneciam um nicho no mercado de trabalho para as mulheres haitianas e têm tido um crescimento permanente eram: empregadas domésticas, babás, funcionárias de restaurantes, particularmente como cozinheiras. Para os homens, o setor da construção civil (ajudante de pedreiro e pedreiro), mas havia aqueles obtidos em restaurantes como garçons ou entregadores de encomendas. O setor com melhores salários mensais era a construção civil, aproximadamente R\$ 1. 200 a R\$ 1. 500 reais. De acordo com Wesley,

Desde no trajeto (da viagem), falaram (os haitianos) que rola muito dinheiro na construção (pedreiro). A maioria dos haitianos sabe disso, construção aqui dá mais dinheiro, sabemos isso desde o caminho e quando chegamos vimos que era isso mesmo, um haitiano que trabalha como ajudante ganha R\$ 1.500,00, mas quando trabalha em empresas, você ganha um salário mínimo e algum benefício, na construção tem mais benefícios e mais dinheiro (Junho de 2015, Brasília).

Numa perspectiva comparada, James Ferguson (2003) mostra que muitos empresários dominicanos do setor da construção civil em extensão na República Dominicana recorreram à mão de obra haitiana por ser considerada barata. Os dados oficiais revelam que os haitianos representam mais de um quarto da força de trabalho nesse setor. Nas ilhas Bahamas, por exemplo, eles estão “super-representados em três principais setores: serviços à pessoa (por exemplo, babá, jardinagem, cozinheira); à construção civil: à agricultura, totalizando 60% contra 15% do resto da população ativa” (AUDEBERT, 2012, p. 49). De acordo com Ermitte St. Jacques, “a estigmatização dos haitianos nas Bahamas está baseada na situação de pobreza caracterizada pelo emprego servil e habitações precárias” (2011, p. 98). O mesmo autor explica: “O trabalho servil que os haitianos realizam na agricultura, jardinagem, construção, hotelaria e restaurantes é comumente referido como ‘o trabalho dos haitianos’” (idem, p. 98).

Os trabalhos encontrados por esses migrantes quando chegaram ao Brasil não necessariamente eram nos setores nos quais foram formados profissionalmente ou naqueles já trabalharam no Haiti ou nos países onde residiam antes de vir para o Brasil. Alguns eram enfermeiros no Haiti, por sua vez, quando chegaram ao Brasil, trabalhavam como cozinheiros ou no setor doméstico. Como sugere a experiência dos interlocutores, a situação do trabalho se inscreve na lógica de mudança de *status social*. Na origem da sua experiência de mobilidade, há uma decadência socio-profissional resultante das relações sociais. Essa decadência existe pelo fato de realizar um trabalho menos valorizado

do que aquele desenvolvido, anteriormente, no lugar de procedência. Além do mais, é uma decadência, visto o setor do trabalho ocupado (o doméstico e a construção), tanto no Haiti quanto no Brasil, ser desvalorizado material e simbolicamente (HANDERSON e JOSEPH, 2015b).

Por mais que boa parte dos haitianos no DF pensa ficar no Brasil. Mas, por conta da decadência de status social e pelo baixo salário, há de se ponderar que alguns se frustraram quando aqui chegaram, porque esperavam encontrar melhores salários no Brasil, tal fato contribui na decisão de alguns retornarem ao Haiti ou seguirem a viagem, como é o caso de Gilbert, “*Não posso jogar fora o meu país, entendeu? Vim para cá para passar um tempo e pedir visto para um país melhor do que o Brasil*” (Junho de 2015, Brasília).

Essa ideia de retorno está ainda mais presente nos planos daqueles que deixaram bens materiais no Haiti, estes afirmam que tinham uma vida econômica razoável no país, como explicitado por Eltius,

Por exemplo, tem muitos haitianos que vieram para cá, entendeu? Quando chegaram se arrependem e voltaram para o Haiti e do jeito que o Wesley falou, o haitiano tem um mito na cabeça dele, tem que viajar para ser rico, para ter dinheiro. Mas tem gente que vende tudo para viajar. Por exemplo, encontrei um haitiano que falou que possuía 3 caminhonetes e alugava elas para fazer transporte público. Ganhava por semana 20.000 gourdes (moeda do Haiti) de aluguel de cada caminhonete. Colocou na cabeça que aqui no Brasil ia ser melhor, então, ele vendeu duas das caminhonetes para financiar a própria viagem. E agora está ganhando R\$ 767,00 por mês. Quando chegou aqui e viu que o salário era esse, ele chorou muito, mas ele tinha falado que iria ficar apenas três meses aqui (no Brasil) e depois iria embora (Junho de 2015, Brasília).

Wesley mostra como o investimento para a realização da viagem e as expectativas criadas pelos viajantes estão articuladas com a propaganda que os *raketè* (agenciadores das viagens no Haiti e na República Dominicana) faziam do mundo social brasileiro,

Tem alguns que vieram porque foram enganados por raketè que moram em Santo Domingo e que foram para o Haiti, eles falaram da seguinte forma: “Gente, tem uma viagem para o Brasil, vocês vão ser ricos”. No meu caso, no momento que eu estava vindo para cá, tinha um haitiano que estava dizendo que no Brasil você ganha por volta U\$ 3.500,00 por mês, muitos falaram isso e muitos foram enganados, quando ouviram “U\$ 3.000,00 - U\$ 4.000,00 por mês no Brasil”, eles decidiram vir (Wesley, Junho de 2015, Brasília).

Alguns dos viajantes gastaram muito dinheiro para realizar a viagem. Esses recursos financeiros mobilizados para a realização da mesma mostram que os haitianos aqui chegados não estão entre os mais pobres do/no Haiti, tal explica Wesley,

Tem um haitiano que gastou U\$ 9.000,00, ele fez uma primeira tentativa e mandaram ele de volta, uma segunda e mandaram de volta de novo, fez uma outra e chegou a gastar U\$ 9.000,00. No Haiti, com U\$ 9.000,00 você não é qualquer pessoa, quer dizer, você poderia fazer um bom uso desse dinheiro (Junho de 2015, Brasília).

Como já foi observado, entre aqueles que tinham uma vida econômica superior daquela vivenciada no Brasil, alguns desses optam por voltar ao Haiti ou seguir a viagem para outros países, como França e Guiana Francesa, Estados Unidos, Canadá, são os países designados *peyi blan* no mundo social haitiano³¹.

³¹ “*Peyi blan* é uma categoria prática possuidora de várias significações e sentidos. Em alguns casos, pode ser entendida também como *peyi etranje* (país estrangeiro), *peyi lòt bò dlo* (país além do mar). São expressas e utilizadas entre os haitianos (aqueles residentes no Haiti e no exterior) para reportar-se aos países estrangeiros industrializados e desenvolvidos economicamente, na sua grande maioria compostos por uma população branca significativa, mas não necessariamente. Além disso, principalmente, nos quais podem ganhar em *lajan diaspora*, dólar americano e euro” (HANDERSON, 2015a, p. 374).

Aqueles que optam por permanecer no Brasil, esses têm preferência pelo setor do trabalho formal do que o informal, mas trabalham entre 9 a 10 horas diariamente, 6 dias por semana, fazendo hora extra. Para estes, o setor do trabalho formal os dá mais segurança e garantia do que os empregadores cumprirão com o contrato, pagando pelo serviço. Além disso, segundo estes, o setor formal garante quando são demitidos ou sofrem algum acidente no trabalho que poderão ser amparados pelas leis trabalhistas brasileiras.

No entanto, interessa observar, que os dados de 2013 do *Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique*, mostram ser o desemprego no Haiti avaliado em 35%. Dos 2.9 milhões de pessoas da população ativa, somente no setor informal há 1.9 milhão, ou seja, 64,5% desenvolvendo alguma atividade remunerada³². Já as condições econômicas do país caribenho são descritas como as “piores do mundo”. Com o terremoto de janeiro de 2010, agravou mais ainda a economia do país. Esse quadro socioeconômico também é um (não o único) dos fatores do estímulo da emigração e da mobilidade.

As palavras de Wesley iluminam essa preferência dos migrantes pelo setor formal do trabalho,

Quando a pessoa pega a sua carteira de trabalho, ela assina e faz o desconto, ela tem um valor para te dar por mês, você trabalha durante 10 dias e vai receber pelos dias trabalhados, pode ser 20 dias ou 6 meses você vai receber os dias trabalhados com os descontos, mas quando trabalha sem a carteira assinada, acho que não é uma vantagem, entendeu? Porque às vezes o cara foge, às vezes fica te devendo e se você se machucar no trabalho ninguém é responsável, porque o estado não sabe se você está trabalhando, os caras perceberam que nós não gostamos muito, não é fácil também, tem um grupo de haitianos que veio aqui e já que são pedreiros, querem que a carteira seja assinada para ganhar R\$ 1.200,00, são obrigados a trabalhar como gato, entendeu? A empresa assina a carteira, mas não é uma que o estado reconhece, é terceirizado, está prestando serviço a outra empresa, muitos fogem e conheço muita gente que sofreu esse golpe até agora não acharam ninguém para dar baixa na carteira, entendeu? Quando eu vou para uma empresa normal, viram que sua carteira está vazia, não vão assinar como especialista mas como ajudante, se eu for trabalhar como informal vou ficar de dois a três meses depois vou embora, então vou numa empresa normal, entendeu? Tem tanta gente que fala mal do trabalho informal que ninguém se interessa mais (Junho de 2015, Brasília).

Além dessa visão crítica de os interlocutores em relação ao setor informal, alguns demonstram também, ter conhecimento de algumas leis trabalhistas brasileiras, tal como Eltius,

Tem uma outra coisa ainda, o trabalho informal não é fácil também porque tem uma lei muito severa, o cara que pega um estrangeiro para um trabalho informal tem que pagar uma multa de mais de R\$ 25.000,00, é por isso que as empresas não querem pegar ninguém para trabalhar sem assinar a carteira, não é porque o serviço é ruim mas é porque a lei exige (Junho de 2015, Brasília).

Segundo Abdemalek Sayad (1998), a condição do ser migrante coloca o indivíduo numa situação de aceitar o trabalho mais penoso e menos remunerado. Mas, a experiência haitiana mostra ser mais complexa essa situação, visto os haitianos reclamarem do salário e deixarem seus empregos para buscarem outros por causa de baixos salários, da precariedade e dos maus tratos nos locais de trabalho. Isto desmistifica a ideia de os migrantes serem passivos quanto aos baixos salários, ou reféns em trabalhos menos qualificados e precários.

Com o dinheiro ganho no trabalho, além de enviar remessas para a manutenção dos que ficam, alguns juntam dinheiro para adquirir bens materiais no Brasil, tal como Cenel que

³² <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/124222/Le-chomage-evalue-en-chiffres.html> Acessado em 15 de agosto de 2014.

comprou uma casa no DF. Segundo ele, “*a casa fica longe de Brasília*”, mas é um investimento de um imóvel. Do ponto de vista dos viajantes, a aquisição de um imóvel, tanto no Haiti quanto no Brasil, possui um valor social e moral, ela é uma maneira de mostrar o sucesso da viagem, tal como a “casa diáspora” construída no Haiti pelos haitianos residentes no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procurei, na primeira parte, situar a (e)migração haitiana no tempo e espaço, considerando a sua dimensão histórica e os diferentes espaços (trans)nacionais por onde os haitianos circulam e residem. Na segunda, examinei algumas questões da mobilidade haitiana no Brasil, particularmente na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Na terceira, privilegiei as dinâmicas da mobilidade haitiana em Brasília, no Distrito Federal. Nas três partes do texto, evidenciei do ponto de vista histórico e dos próprios haitianos residentes no Brasil, a maneira como a mobilidade se revela constitutiva do mundo social haitiano e dos horizontes de possibilidade dos haitianos. Mostrei como a mobilidade dos que partem contribui à imobilidade dos que ficam e vice-versa, particularmente quando aqueles em mobilidade enviam remessas para a manutenção dos que ficam ou quando quem fica financia a viagem dos que partem.

As configurações das mobilidades haitianas num plano global, à cuja geografia, o Brasil se integrou com mais intensidade recentemente, permite criticar etnograficamente as teorias migratórias que sustentavam a unilateralidade dos fluxos migratórios entre os “polos do sul” (países pobres) em direção aos “polos do norte” (países ricos, desenvolvidos) ou as relações binárias instauradas, inicialmente, entre os países colonizados e os seus antigos colonizadores.

A mobilidade haitiana permite refletir sobre diferentes formas migratórias. A sua dinâmica coloca em questão a problemática atual da globalização das migrações internacionais e a relação do Estado-nação com o território, tanto a nível nacional como supranacional. A mobilidade pesquisada tem múltiplas formas, dependendo da experiência de cada sujeito: 1^a – os saídos das zonas rurais do Haiti pela primeira vez; 2^a – aqueles já deslocados dentro do próprio país; 3^a – outros emigrados já fora do território nacional, vindos à Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru ou Brasil, Bolívia e Peru. Quando decidiram realizar a viagem, residiam principalmente na República Dominicana, Chile ou Equador. Um grupo significativo não saiu do Haiti pela primeira vez.

Além dos países mencionados, alguns dos meus interlocutores já tinham residido na Guiana Francesa, nos Estados Unidos, nas Bahamas, em Guadalupe, em Grand Turck, Curaçao, entre outros. A especificidade do trabalho mostra que, em algumas ocasiões, tinham sido deportados, devido à falta de visto de residência permanente nesses locais. A meu ver, essa configuração das mobilidades internacionais haitianas, as partidas e saídas realizadas não do lugar de origem, mas sim, de um espaço internacional, modifica a abordagem dos campos migratórios que fundamentava e privilegiava o conhecimento dos fluxos de partidas desde o local de origem.

Diversos recursos espaciais são acionados e negociados para constituir o espaço da mobilidade haitiana. Tanto os lugares de chegadas quanto os de partida são múltiplos e diversos, caracterizando a noção de “multipolaridade da migração”, tal como formulada por Emmanuel Ma Mung (1992), através dos seus trabalhos com os chineses na França. Através dessa multipolaridade se estabelece a “interpolaridade das relações”. Como explicado por Ma Mung (idem, p. 187), “essas relações físicas (migração de pessoas), financeiras, comerciais, industriais se desenham e se apoiam sobre as redes de solidariedade familiares e comunitárias, de interesses econômicos e frequentemente políticos convergentes”.

REFERÊNCIAS

- AUDEBERT**, Cédric. *La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- BASTIDE, Roger; MORIN, Françoise e RAVEAU, François. *Les Haïtiens en France*. Paris: Ed. Mouton – la Haye, 1974.
- CASIMIR, Jean. *Haïti et ses elites*. L'interminable dialogue de sourds. Ed. De l'Université d'État d'Haïti (Coll. Haïti Poche), 2009.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; TONHATI, Tânia (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no Mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- CAVALLO, Eduardo A.; POWELL, Andrew e BECERRA, Oscar. *Estimating the Direct Economic Damage of the Earthquake in Haiti*. Inter-American Development Bank, IDB Working Paper Series n° IDB-WP-163, 2010.
- DELACHET-GUILLON, Claude. *La communauté haïtienne en Ile-de-France*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- DUBOIS, Laurent. Les réfugiés haïtiens et la politique d'immigration aux États-Unis. *Hommes et Migrations*, n° 1213, mai-juin, p. 47-59, 1998.
- FERGUSON, James. *Migration in the Caribbean: Haiti, the Dominican Republic and Beyond*. London: Minority rights group international, 2003.
- FIRMIN, Anténor. *De l'égalité des races humaines*. Anthropologie positive. Édition présentée par Jean Métellus. Québec: Mémoire d'encrier, 2005 [1885].
- HANDERSON, Joseph. *Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo afro-latino-americano*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- _____. *Diaspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.
- HANDERSON, Joseph e JOSEPH, Rose-Myrle. “As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V. 9, N. 2, p. 1-33, 2015b.
- _____. *Diaspora*. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015c <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>
- ICART, Jean-Claude. *Négriers d'eux-mêmes*. Essai sur les boat people haïtiens en Floride. Montréal: Éditions du CIDIHCA, 1987.
- _____. La communauté haïtienne de Montréal. *Haiti Tribune* do 18 de nov ao 01 de dez 2004, n° 10. [on line] <http://www.cidihca.com/haititribunemtl/HT10-PAGE4.pdf> Acessado em 24 de outubro de 2013.
- Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI). *Enquête sur les conditions de vie en Haïti*. Port-au-Prince: ECVH, 2003.
- _____. *Enquête sur l'emploi et l'economie informelle (EEEI), (Phase 1), juillet, 2010*.
- JACQUES, Ermitte St. Between Periphery and Center in the haitian Diaspora. In: JACKSON, Regine O. *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York: Routledge, p. 91-110, 2011.

LAËTHIER, Maud. *Être migrant et haïtien en Guyane*. Paris: Éditions du comité des travaux historiques et scientifiques, 2011a.

_____. Le Surinam, passages vers la Guyane. D'un pays à l'autre dans la circulation migratoire des Haïtiens », *Cahiers de l'Urmis* [En ligne], 13 | 2011b, mis en ligne le 12 octobre 2011. Acessado em 21 de novembro de 2013. URL : <http://urmis.revues.org/951>

LITTLE, Cherry. *Haitians deserve benefits Nicaraguans and Cubans got through legislation*. Declaração escrita não publicada apresentada à comissão do Senado sobre Imigração, no dia 17 de dezembro de 1997, em Washington D. C, 1997.

LOGAN, Rayford W. Education in Haiti. *The Journal of Negro History*, v. 15, n.4, p. 401-460, 1930.

Ma MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources spatiales: éléments d'une économie de diaspora. *Revue européenne des Migrations Internationales*, v. 8, n. 3, p. 175-193, 1992.

MARCELIN, Louis Herns. Blood symbolism and the political habitus of violence in Haiti. In: *American Anthropologist*, v. 114, n. 2., p. 253-266, 2012.

MARTÍNEZ, Samuel. The onion of oppression: haitians in the Dominican Republic. In: JACKSON, Regine O. *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York: Routledge, p. 51-70, 2011.

MASSEY, Douglas S; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge e GONZÁLEZ, Humberto. *Return to Aztlan*. The Social Process of International Migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1987.

MOÏSE, Claude (dir.). *Dictionnaire historique de la Révolution haïtienne (1789-1804)*. Montréal, CIDIHCA (Coll. Du Bicentenaire), 2003.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). *Perfil Migratório do Brasil 2009*. Geneva: Organização Internacional para as migrações, 2010.

PIANTONI, Frédéric. *L'enjeu migratoire en Guyane française*. Matoury, Guyane: Ibis Rouge Editions, 2009.

PIMENTEL, Marília e COTINGUIBA, Geraldo Castro. Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73 – 86, 2014.

RICHMAN, Karen. *Migration and Vodou*. Florida: University Press of Florida, 2005.

SAYAD, Abdemalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Sidney Antonio da. “Aqui começa o Brasil”: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da (Orgs.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec Editora, p. 300 – 321, 2012.

SIMMEL, George. Traduction française en 1999. *Sociologie*. Études sur les formes de la socialisation, Paris, PUF, 1908.

STEPICK, Alex. The refugees nobody wants: Haitians in Miami. In: GRENIER, Guillermo e STEPICK, Alex (dir.). *Miami Now! Immigration, Ethnicity and Social Change*. Gainesville: University Press of Florida, p. 57-80, 1992.

VIEIRA, Rosa. *Itinerâncias e governo: a mobilidade haitiana no Brasil*. Dissertação (mestrado) – IFCS/UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2014.

WOODING, Bridget e MOSELEY-WILLIAMS, Richard. *Nécessaires mais indésirables*. Les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009.

CAPÍTULO VII

VIAJANTES DO CARIBE: POSICIONANDO BRASÍLIA NAS ROTAS MIGRATÓRIAS HAITIANAS³³

Gustavo Dias³⁴

“Life, in short, is a movement of opening, not of closure”

(Tim Ingold, 2011).

INTRODUÇÃO

Esse capítulo examina a presença de Brasília nas rotas de migração haitiana que conectam o Haiti à América do Sul. Esse trabalho objetiva responder a lacuna deixada por estudos de migração que focam exclusivamente nos supostos pontos iniciais e finais da jornada migratória (FITZGERALD 2009, HUNTER et al. 2010). Assim, proponho incorporar as complexidades da mobilidade atual, bem como as mudanças contínuas de itinerários individuais e as mudanças de “posição” que podem ocorrer durante esses movimentos (SCHROOTEN, SALAZAR e DIAS, 2015). Ao mapear as trajetórias dos haitianos que atualmente residem em Brasília, mas que não vêm diretamente do Haiti, eu destaco o papel da capital brasileira para um grupo de pessoas cujas biografias são marcadas por distintos lugares e pessoas que conectam seus movimentos através do continente americano. Definindo-se como viajantes que se deslocam em busca de uma vida melhor, sem cortar suas ligações com o Haiti, esses haitianos compreendem Brasília como parte de seu movimento migratório em curso. Portanto, eu argumento que esta cidade não é vista como um destino final por esses viajantes que estão envolvidos na mobilidade, mas como um novo lugar temporário que sustenta a rota de migração internacional haitiana através da América do Sul (SILVA 2013, HANDERSON 2015).

O capítulo está estruturado em cinco seções principais. Primeiramente, eu sublinho os principais debates teóricos sobre a mobilidade migratória. O objetivo dessa primeira seção é revisar a literatura sobre mobilidade e jornada, contribuindo para a análise dos dados empíricos. Na segunda seção, exploro brevemente as características da mobilidade por trás da migração realizada por haitianos. Meu foco aqui é mostrar como esses migrantes têm historicamente produzido diferentes rotas migratórias que conectam o Haiti a diferentes lugares ao redor do mundo, e qual a extensão desses itinerários que possibilitam uma constante circulação de pessoas e informações dentro desse pequeno país caribenho. Vou, então, expor como a recente presença de Brasília na mobilidade realizada por haitianos deve ser compreendida através de uma malha dinâmica de lugares, pessoas e informações ao longo da América do Sul. Na quarta seção, demonstro como tal malha produz duas principais rotas da migração haitiana – o *Corredor do Pacífico* e o *Corredor Aéreo* – nas quais Brasília está inserida. Finalmente, na última seção, o artigo argumenta que Brasília não pode ser considerada como um ponto final na jornada, mas sim como um lugar temporário para muitos desses haitianos, que estão engajados em uma permanente mobilidade.

³³ Tradução de Priscilla Menezes de Oliveira - LAEMI – UnB.

³⁴ Doutor em Sociologia pela *Goldsmiths College-University of London* e professor de Sociologia no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG.

VIVER EM MOVIMENTO

O movimento humano é o foco de uma gama de disciplinas das ciências sociais, incluindo a geografia, sociologia, ciências políticas, demografia e antropologia. Ainda assim, muitos dos estudos continuam baseados em uma concepção abstrata de fluxo (KNOWLES, 2011; SCHROOTEN, SALAZAR e DIAS, 2015). Com exceção de algumas contribuições iniciais na migração circular (HUGO, 1982; PROTHERO e CHAPMAN, 1985), migração gradual (CONWAY, 1980; RIDDELL e HARVEY, 1972), e, mais recente, uma abordagem transnacional da migração (GLICK SCHILLER e SALAZAR, 2013; FAIST, 2000), a maioria dos pesquisadores da migração têm seguido uma leitura “enraizada” e estática da migração. Interpretam migração como um movimento unidirecional através do qual os migrantes “desenraizam-se, deixam para trás o lar e o país, e enfrentam o doloroso processo de incorporação numa sociedade e cultura diferente” (GLICK SCHILLER, BASCH e SZANTON-BLANC, 1992. p. 48). A investigação relacionada com a migração tradicional tem focado fortemente sobre o começo e os chamados pontos finais da jornada, dando especial atenção, de um lado, ao processo de tomada de decisão antes da partida e, de outro lado, à integração nos países de destino, bem como a manutenção de contatos transnacionais (FITZGERALD, 2009; PIORE, 1980).

No entanto, “o conteúdo da linha entre elas permaneceriam inexplorados. Os efeitos cumulativos desses movimentos são também os que permanecem como certos na mais recente teoria social nas quais o movimento é codificado como *viagem, nomadismo, rota ou linhas de fuga*.” (CRESSWELL, 2006, p.2).

Considerando que nos estudos da migração o atual interesse não é o movimento, mas sim a partida e/ou a chegada (envolvendo questões de desenraizamento e integração), “mobilidade” tornou-se a palavra chave das ciências sociais, delineando um novo domínio dos debates, aproximações e metodologias que busquem compreender os processos de movimento contemporâneo (ADEY, 2014; CRESSWELL, 2006; GLICK SCHILLER e SALAZAR, 2013; URRY, 2007).

Embora a mobilidade em si não seja uma ideia nova nas ciências sociais (Cresswell, 2010), a ideia de um ‘paradigma’ da mobilidade (Sheller e Urry, 2006) tem ganhado considerável velocidade ao longo da última década. A estrutura conceitual desenvolvida no âmbito dos estudos de mobilidade tem o potencial de enriquecer nosso entendimento das dinâmicas que constituem as experiências contemporâneas de mobilidade de pessoas e dar uma visão às mobilidades em estudo (SCHROOTEN, SALAZAR E DIAS, 2015, p.05).

Estudiosos, assim, têm dado grande atenção às práticas de mobilidade vivida pelos sujeitos (INGOLD 2000, 2011A, 2011B; DE CERTEAU, 1997; KNOWLES, 2011; CRESSWELL, 2006). Dentro desta área de estudos, o movimento é interpretado raramente apenas como movimento; ele carrega consigo o fardo do significado e da experiência vivida e produzida no espaço. Em outras palavras, “movimento torna-se mobilidade” (CRESSWELL, 2006, p. 06). Tais estudos argumentam que a mobilidade deve ser entendida como uma prática subjetiva, que envolve espaço e negociação. “Se mover é fazer algo. Estar em movimento envolve fazer uma escolha com, ou apesar, das restrições da sociedade e da geografia” (CRESSWELL e MERRIMAN, 2011, p.5). É ao desnudar estas linhas que o pesquisador objetiva mostrar que tipo de negociações e escolhas estão por trás da migração. Eles revelam não apenas as razões pelas quais os migrantes mudam para um lugar determinado, mas como e por que o lugar foi escolhido.

Dessa forma, a estrutura conceitual, desenvolvida no âmbito dos estudos de mobilidade, tem potencial para enriquecer a nossa compreensão da dinâmica que constituem as experiências da mobilidade contemporânea haitiana. No que se segue, eu discuto dois aspectos que estão no cerne do meu estudo empírico acerca das rotas migratórias ha-

tianas. Primeiro, os estudiosos de mobilidade argumentam que não há diferença entre lugar e espaço. Há somente espaços, onde os habitantes cruzam ao longo de caminhos que os levam de lugar para lugar. “Lugares, então, são delineados por movimento, não pelos limites exteriores à circulação” (INGOLD, 2011a, p.34). Nesse sentido, vidas são conduzidas *através, de, para e ao redor* e não *sobre* o espaço. Esse, por sua vez, é entendido enquanto uma dimensão social não reduzida apenas a ideia de localização, mas também atrelado às histórias vivenciadas.

Tim Ingold, por exemplo, sugere conceituar espaços através da mobilidade de pessoas em trilhas emaranhadas e complexas que compõem suas vidas em diferentes níveis de conexão social. Conforme ele argumenta em seu livro *Lines: a brief history* a vida é vivida ao longo de caminhos, conexões e malhas de conhecimento, pessoas e objetos em constante circulação. E não em lugares encarados essencialmente como pontos físicos

para ser um lugar, é preciso situar-se em um ou vários caminhos de circulação de e para outros lugares. A vida é vivida ao longo de caminhos, e não apenas em lugares, e caminhos são uma espécie de linha. É ao longo de caminhos, também, que as pessoas crescem em um conhecimento do mundo em torno deles, e descrevem tal mundo através das histórias que eles próprios contam (2007, p.02).

A ideia de *malha* (2011a, 2011b) torna-se, portanto, uma ferramenta de pensamento eficiente para analisar essa relação entre pessoas e espaço através de rotas migratórias. Em seu argumento, Ingold (2000) diz que o viajante é o seu próprio movimento existencial. Tal mobilidade humana tem a capacidade de conectar lugares, trazendo-os a uma malha de rotas onde as pessoas carregam em suas vidas cotidianas. “Unidos pelos itinerários de seus habitantes, lugares não existem no espaço, são como nós em uma matriz de movimento” (INGOLD, 2000, p.220). Tomando emprestada a definição lefebvriana de malha, ele (2011a) define mobilidade como,

[...] uma rede de conexões ponto-a-ponto, mas uma emaranhada malha de entrelaçadas e complexas vertentes amarradas. Cada vertente é um modo de vida, e cada nó um lugar. Na verdade, a malha é algo como uma rede em seu sentido original de um tecido aberto de fios entrelaçados ou nodosos (2011 a, p. 37).

Portanto, lugares, migrantes e movimento compõem essa malha entrelaçada que, consequentemente, produzem rotas migratórias.

A segunda contribuição é o argumento acadêmico da mobilidade, o qual abrange diferentes formas de deslocamento de pessoas. Estudos empíricos têm demonstrado que turistas, refugiados, migrantes e pessoas de negócios internacionais desenvolvem formas particulares e até mesmo distintas cadências de movimento. “Mobilidade pode ter efeitos diferentes e pode, por conseguinte, apresentar distintas características. Na verdade, há um contínuo de mobilidades populacionais que vão desde movimentos temporários de curto prazo até a migração permanente” (SCHROOTEN, SALAZAR e DIAS, 2015, p.5). Então, desvendar cada tipo de migração nos dá a oportunidade não só de vislumbrar tal pluralidade de movimento, mas também de enriquecer este conceito de maneira mais ampla. Bell e Ward (2000), por exemplo, procuram conceituar diferentes formas de mobilidade física, comparando mobilidade temporária à migração permanente. Eles definem mobilidade temporária como um movimento não permanente de duração variável, o que pressupõe um retorno circular a uma residência habitual, enquanto que a migração permanente é vista como uma mudança permanente de residência. Mobilidade temporária e migração permanente, além disso, são distinguidas através de dimensões-chave de frequência e sazonalidade. Como tal, há lugar um maior significado na intenção de seguir em frente. As trajetórias dos haitianos analisadas nesse capítulo também refletem uma variedade de mobilidades. Esta variedade é notável entre os diferentes entrevistados, bem como dentro da trajetória de cada entrevistado. Para melhor compreender estas trajetórias, na seção seguinte examino a mobilidade haitiana para a América Latina.

ROTAS HAITIANAS INTERNACIONAIS

Historicamente, o Haiti tem sido um país de migração maciça para diferentes destinos. No entanto, estudos mostram que a migração haitiana não pode ser compreendida apenas como uma resposta automática à crise política e econômica. De acordo com Casey (2012), a sociedade haitiana tem sido marcada pela constante circulação de pessoas, especialmente desde a abolição da escravidão no século XIX. Nesse período, houve um movimento constante de haitianos no exterior. Era, por exemplo, comum para as elites haitianas ser educado na França. Além disso, “os indivíduos também se moviam entre o Haiti e as primeiras comunidades de haitianos-americanos nos Estados Unidos em cidades como Filadélfia, Baltimore, New York, New Orleans, Charleston, Savannah, e outros” (CASEY, 2012, p. 39). Todavia, o Haiti era também um destino de migração da Europa e das Américas. Casey argumenta que essa participação do Haiti na expansão atlântica do fluxo de bens, pessoas e ideias criaram fortes ligações com outros lugares do Atlântico.

Nas primeiras décadas da independência do Haiti, os líderes haitianos Henri Christophe e Jean-Pierre Boyer apoiaram tentativas de trazer os afro-americanos dos Estados Unidos para o Haiti. Apesar de muitos projetos de colonização terem falhado, cerca de “13.000 afro-americanos fizeram a viagem para o Haiti entre 1824 e 1827”, embora a maioria tenha eventualmente retornando. Movimentos também ocorreram independentemente destes projetos de colonização conhecidos. Antes de a escravidão ser abolida em Puerto Rico, escravos fugitivos tentaram chegar ao Haiti através do “roubo de pequenos barcos ou navios de pesca ou a contratação de seus serviços como marinheiros.” 100 indivíduos provenientes da Europa, Oriente Médio e outras partes das Américas também chegaram ao Haiti (CASEY, 2012, p.40).

Mesmo quando fronteiras territoriais foram impostas com maior rigidez no século XX e a migração passou a ser rigorosamente controlada, os haitianos ainda agiam com suas próprias aspirações e exerciam algum grau de controle sobre sua mobilidade internacional. Estudos que exploram a atual migração haitiana para o Brasil argumentam que essa prática intensa de circulação internacional está muito presente entre os seus respondentes (SILVA, 2013, 2015; HANDERSON, 2015). Além do cenário caótico produzido pelo terremoto, golpes de Estado e pela crise econômica, a emigração de haitianos para o Brasil ainda é parte do processo histórico de migração internacional que começou no século XIX.

Na verdade, pesquisadores têm mostrado que os haitianos não necessariamente migram do Haiti para o Brasil. Eles vêm de outros países, onde viveram temporariamente. Silva, por exemplo, revela em seu estudo sobre os haitianos que vivem no estado do Amazonas que muitos desses viajantes já tinham migrado para a República Dominicana, vivendo lá por pouco tempo, ou por alguns anos, o que “indica que alguns tenham utilizado este país como uma parada no caminho para o Brasil. Desde 2013, os haitianos vindos da Venezuela também têm aumentado, talvez em razão do incentivo de membros da família ou compatriotas já no Brasil” (SILVA 2013, p. 08). Para muitos haitianos, a prática de deixar suas casas para migrar para o Brasil ou qualquer outro lugar não é um abandono de seu país, mas sim uma tática para melhorar a sua posição social e econômica.

Assim, estudos sugerem que a mobilidade é uma prática comum entre os haitianos. Em outras palavras, trata-se de uma mobilidade temporária como um movimento não permanente de duração variável, o que pressupõe um retorno circular e temporário para a residência habitual, no Haiti. Em seu trabalho etnográfico sobre imigrantes haitianos no Brasil, Suriname e Guiana Francesa, Handerson (2015) chama atenção para o termo *diáspora* utilizado entre seus correspondentes. Segundo o autor, nesses países, bem como nos Estados Unidos, França, Canadá e outros países do Caribe, o termo é utilizado pelos haitianos a fim de descrever compatriotas que residem no exterior, mas que voltam temporariamente ao Haiti e, em seguida, retornam novamente no exterior.

Não há *diaspora* sem a volta temporária. Do ponto de vista etnográfico, não é um retorno, é uma nova chegada. Essa última ideia deve ser explicada nas próprias categorias e expressões nativas. Os meus interlocutores não usavam a palavra crioulo *tounen*, significando retorno para descrever a experiência da nova chegada da pessoa *diaspora*, mas sim, a expressão *diaspora rive: diaspora chegou* ou *diaspora vini: diaspora veio*, do ponto de vista dos que ficaram. Os viajantes utilizavam a expressão, “*Diaspora pral vizite Ayiti*”, “Diaspora vai visitar o Haiti” ou “*Diaspora ap desann Ayiti*”, literalmente: “Diaspora vai descer para o Haiti” (HANDERSON, 2015, p.354).

Nesse sentido, aqueles que voltam para ficar no Haiti já não são considerados em *diáspora*, e isso pode significar o fracasso em termos de desempenho da mobilidade contínua.

DESVENDANDO OS LUGARES POR TRÁS DAS ROTAS DE MIGRAÇÃO HAITIANA NA AMÉRICA DO SUL

Ao analisar cada jornada migratória individual dos respondentes da pesquisa, chamo a atenção para o fato de que a mobilidade dos haitianos inclui vários lugares antes de chegar à Brasília. Enquanto que em algumas entrevistas eu pude identificar com mais detalhes os nomes das cidades e o papel de redes migratórias nestes lugares, em outros, os entrevistados não forneceram muita informação sobre os lugares onde haviam vivido e o porquê. Em vez disso, eles apenas mencionaram os nomes dos países pelo qual passaram. Dessa forma, tive que trabalhar com diferentes camadas - cidades e países - para compor as rotas migratórias produzidas por estes viajantes, mesmo assim as entrevistas proporcionaram bons resultados.

Meus resultados sugerem que os haitianos não migram diretamente do Haiti para a capital brasileira. Seus itinerários são oriundos de diferentes países da América Latina. Joceline, uma mulher migrante de 52 anos, salienta que um número considerável de lugares acessados na América Latina é por si só relacionado ao fato dos “haitianos serem acostumados a viajar”. De acordo com ela, eles têm a prática de se mover de país a país ou de cidade a cidade na busca por condições melhores de vida. E isso inclui não apenas o trabalho, mas também o clima e até mesmo um melhor ambiente para criar os filhos.

Além disso, as entrevistas também evidenciam que um número considerável de haitianos, na verdade, já vivem fora deste país caribenho. A República Dominicana parece ser o país mais explorado. 23 dos 45 entrevistados tinham vivido na capital da República Dominicana antes de chegar a Brasília. Frantz, por exemplo, disse que viveu lá, “por seis anos. Mas, em idas e vindas. Eu fiquei [em Santo Domingo] entre seis meses e um ano, então eu retornei para o Haiti. Depois de um tempo, eu voltei para a República Dominicana.” Como ele informou, este país vizinho foi escolhido porque poderia fornecer melhores condições de vida para sua família no Haiti. Portanto, a mobilidade temporária entre ambos os lugares deu a ele a oportunidade de manter contato com sua terra natal. Na mesma linha, Roger diz que a distância entre a sua cidade no Haiti e Santo Domingo podia ser facilmente coberta por ônibus. “Eu estava acostumado a fazer isso ... entrar e sair do Haiti ... chegar na República Dominicana, em seguida, voltar para o Haiti. [...] De ônibus, da capital da República Dominicana para o Haiti leva apenas quatro ou cinco horas.” Depois de seis anos produzindo tal mobilidade temporária ao longo da ilha Hispaniola, Frantz decidiu mudar-se da República Dominicana para o Brasil. Ele lembra que, sem muito dinheiro, viajar de ônibus foi a melhor opção para cobrir a maior parte de sua jornada. “Eu viajei para o Equador, em seguida, Peru. Em seguida, outro país ... Cada estado que eu chegava, eu pegava um novo ônibus.”

Frantz não foi o único entrevistado que se mudou de país para país. Outros entrevistados também tinham passado por outros lugares antes de chegar em Brasília. Colômbia, Venezuela, Bolívia, Bahamas, Panamá e Equador, e cidades brasileiras, como São Paulo, Manaus e Rio Branco foram alguns dos lugares que os entrevistados mencionaram quan-

do questionados onde eles estavam antes de vir a Brasília. Assim, os resultados indicam que nenhum dos entrevistados migrou através de um movimento linear com partida ou chegada bem definidas. Além disso, nas cidades onde estes viajantes viveram temporariamente, eles comentam que eram incentivados a mudar para outro lugar, em busca de novos atrativos. Este foi o caso com Raoul, um migrante de 34 anos de idade, que explicou como ele entrou no Brasil através da fronteira venezuelana. Segundo ele, os haitianos que vivem neste país sul-americano tem a vantagem de cruzar a fronteira para obter um visto de refugiado em território brasileiro. Em seu estudo, Silva (2013) descobriu que os haitianos “acreditavam que o pedido de refúgio seria uma justificativa incontestável para a permanência no país. Como o Brasil é signatário de convenções sobre refugiados e é conhecido por sua tradição de conceder abrigo, esse pedido não poderia ser negado” (SILVA, 2013, p. 5).

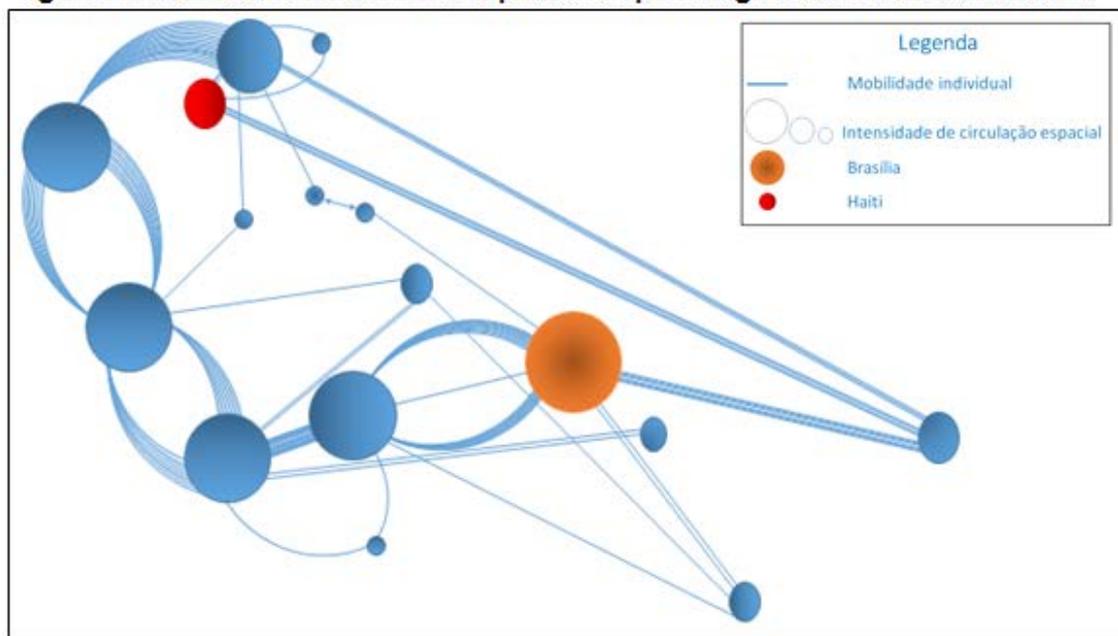
No entanto, no caso de Raoul, ele optou por um visto de turista. Caso contrário, a “polícia federal não me permitiria circular entre os dois países.” Então, ele foi para a “Embaixada do Brasil na Venezuela e solicitei um visto [de visitante] para entrar em território brasileiro. Isso foi em abril de 2014. Depois de obtê-lo, fui para Boa Vista, Roraima, e permaneci ali por vinte dias.” Raoul explica que ele se locomovia entre Venezuela e Roraima por alguns meses devido a seu “negócio particular”, que não foi revelado na entrevista. Após esse período, ele decidiu continuar sua viagem no território brasileiro. Assim, em vez de se estabelecer, os haitianos são encorajados a se manterem em movimento para outros destinos, graças às diversas possibilidades encontradas no novo local de chegada. Se a mudança não funciona como planejado, eles retornam e avaliam novas alternativas.

[...] o caminho do viajante move lentamente para cá e para lá, e pode até mesmo fazer uma pausa aqui e ali antes de prosseguir. Mas não tem começo nem fim. Enquanto esta na pista, o viajante esta sempre em algum lugar, mesmo que esse ‘algum lugar’ esteja no caminho para outro lugar qualquer. (INGOLD, 2007, p. 81).

A mobilidade produzida por esses haitianos, portanto, não é linear. Trata-se de uma migração que ocorre ao longo de suas vidas. Cidades presentes na conexão entre Haiti e Brasília não são entendidas apenas como pontos de passagem. Pelo contrário, são parte de complexas malhas migratórias compostas, ainda, de pessoas e saberes conectando esse pequeno país caribenho à capital brasileira. Portanto, migrar é um processo em constante construção, mutável e sujeito a escolhas, retornos e avanços. Tal observação possibilita-nos afirmar que a migração investigada nesse livro não pode ser entendida como uma simples viagem entre alguma cidade haitiana e Brasília.

A análise dos itinerários de 34 dos 45 entrevistados revela quais as cidades ou países da América Latina foram e são acessados pelos haitianos antes de chegar à Brasília. A figura abaixo dedica-se ao registro da *geografia de ação* (PERERA, 2009) resultante dessa constante mobilidade ao longo de distintos territórios. Seu objetivo é registrar o movimento improvisado tecido por esses viajantes caribenhos. É importante notar que o movimento realizado por esses migrantes não só liga as cidades ou países pelo qual cada um passou, mas também mostra como esses viajantes passam continuamente através e entre estes lugares como fizeram Raoul, Frantz e Roger mencionados acima. Enquanto o círculo vermelho retrata o Haiti, o laranja representa Brasília. Já os distintos círculos azuis representam os locais acessados pelos entrevistados. O propósito é demonstrar quantas localidades, negociações e movimentos são produzidos através dessas duas localidades. Os grandes círculos indicam cidades e países que foram mais frequentados pelos entrevistados – graças às redes migratórias existentes – enquanto os círculos pequenos sugerem locais visitados por uma única pessoa ou um pequeno grupo.

Figura 1 Mobilidade haitiana: Malha produzida pela viagem dos haitianos a Brasília



Através do mapa de mobilidade haitiana mostrado acima, este capítulo argumenta que os haitianos e as cidades e países da América Latina estão entrelaçados em uma malha complexa que conecta o Haiti à América do Sul. As linhas e os círculos representam abstratamente a maneira como eles produzem e interagem com o espaço através da sua mobilidade. Os haitianos “colidem de maneira desajeitada criando percursos conforme eles se movimentam; eles esbarram uns contra os outros; eles desviam, param e vão, negociam obstáculos, recuam e se movem em novas direções impulsionadas por diferentes lógicas que se interseccionam” (KNOWLES, 2011, p. 174). Apesar do fato de não haver uma rede única de cidade-a-cidade que compõem itinerários lineares entre Haiti e Brasília, a repetição e improvisação ainda produzem eficientes rotas migratórias. A quantidade de movimentos individuais e, assim, o tamanho dos círculos ilustra isso. Portanto, desvendar os motivos por trás de tais itinerários é importante para compreendermos o porquê de certos lugares serem escolhidos nas rotas de migração, bem como o papel desempenhado por Brasília nesta malha migração.

TRAÇANDO AS DUAS ROTAS MIGRATÓRIAS QUE CONECTAM BRASÍLIA

“Todo mundo que vem ao Brasil passa pelos coiotes”

(Wesley, imigrante haitiano entrevistado)

Depois de revelar os locais envolvidos nas diferentes mobilidades migratórias produzidas pelos entrevistados, proponho identificar as duas principais rotas exploradas pelos haitianos para chegar a Brasília (ver Mapa 1). A primeira rota – o *Corredor Aéreo* – é a mais curta e trata-se de uma rota essencialmente aérea que liga Port-au-Prince à cidade de São Paulo, onde desembarcam os haitianos em território brasileiro. A outra rota – definida nesse artigo como o *Corredor do Pacífico* – explora a conexão aérea existente entre a Cidade do Panamá e os Andes, representada principalmente por Quito e o Peru, antes de cruzar a fronteira com o Brasil. Na verdade, esta rota parece ser a mais utilizada pelos

haitianos em Brasília. Conforme as entrevistas sugerem, ambas as rotas são construídas através da presença de ‘coiotes’, um termo definido pelos respondentes, e a relação entre os viajantes e essas pessoas de fronteira começa ainda no Haiti. Daniel, por exemplo, um dos entrevistados, lembra que, apesar dos parentes e amigos que vivem no exterior o aconselham a não entrar em contato com estes atravessadores de fronteiras, os agentes de viagens ainda assim forçam a compra de tais serviços. Ele comenta que “a agência de viagens adverte que a viagem não vai funcionar. Eu tenho que viajar com coiotes. O que você vai fazer? Você tem que entrar em contato com um coiote”.

Mapa 1: A presença de Brasília na rota de migração haitiana



O CORREDOR AÉREO

A primeira rota de migração desvendada nesta pesquisa é a que liga Port-au-Prince ou Santo Domingo à cidade de São Paulo. Ela é essencialmente uma conexão aérea entre o Haiti e/ou a República Dominicana ao Brasil. O trabalho de campo revela que esse movimento é considerado como o “método oficial de partida” da Ilha Hispaniola para o Brasil. Tal argumento é baseado no fato de que os viajantes precisam solicitar o visto, chamado visto humanitário, que é emitido pelo Consulado Brasileiro em Port Port-au-Prince antes de embarcar no avião. Na verdade, esta é considerada a melhor maneira de entrar no território brasileiro e, então, prosseguir a viagem dentro do território. Afinal, como

Bertha, outra entrevistada explica, “chegamos com o visto certo solicitado às autoridades brasileiras”. Portanto, a meta é deixar a Ilha Hispaniola e aterrissar em São Paulo, onde adquirem o visto humanitário. Este os possibilita serem registrados na Polícia Federal e, então, obter o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e posteriormente a CIE (Carteira de Identidade de Estrangeiro). Documentos essenciais para poder transitar livremente pelo território brasileiro, bem como conseguir trabalho.

No entanto, os entrevistados mencionaram que a burocracia e o baixo número de vistos emitidos diariamente pelo Consulado do Brasil dificultam o acesso pela via oficial. O tempo gasto para se candidatar a este tipo de visto no consulado brasileiro em Port-au-Prince e o alto custo significa que apenas os haitianos com bons recursos financeiros podem pagar por tal visto. De acordo com Roger, o “governo haitiano nos pede para pagar. Além disso, há um forte mercado em torno desse visto. Não é fácil. Às vezes o preço pode variar entre duas centenas de dólares e até dois mil dólares “. Eltius e Wesley, dois jovens haitianos que migraram por esta via, explicam que aqueles que decidem pela rota aérea acabam sendo ligado aos coiotes já que esses atravessadores de fronteiras são capazes de acelerar a emissão de vistos para seus clientes. Wesley explica:

Os coiotes têm contatos com pessoas dentro da embaixada [brasileira]. Deixe-me te dizer o que eles fazem. Se você está sozinho, eles não vão falar com você porque o coioote já deu algum dinheiro para eles. Isso significa que o coioote é o único a intermediar a negociação.

Joceline acrescenta que alguns destes coiotes também têm contato com pessoas que trabalham nos aeroportos a fim de tornar mais fácil para os viajantes embarcar no avião. Como resultado, ela explica, esta conexão é menos utilizada pelos haitianos para entrar no Brasil. Eles preferem ir pelo Corredor Pacífico, pois não necessitam de visto.

O CORREDOR DO PACÍFICO

Nesta viagem realizada pelos haitianos, alguns lugares possuem papéis fundamentais. Entre os países incluídos neste percurso, a República Dominicana, o Panamá, o Equador e o Peru são frequentemente mencionados. De acordo com Eltius, partir de Santo Domingo é a melhor estratégia para os haitianos. Ele lembra,

[...] pessoas que foram paradas pela imigração de Port-au-Prince e, às vezes, foram enviados de volta. Isso significa que as pessoas que saem da República Dominicana têm mais segurança, e sorte. [...] Eu sei que muitos haitianos que vieram direto do Haiti, não através da República Dominicana, assim que puseram os pés sobre a imigração [controle das fronteiras] do aeroporto de Port-au-Prince começaram a desperdiçar dinheiro.

Tal como acontece com a rota de migração anterior, Eltius observa como toda a viagem é organizada por atravessadores de fronteiras, no Haiti. De lá, eles são capazes de entrar em contato com outros coiotes distribuídos pelo Equador e Peru a fim de permitir a mobilidade através destes países. De acordo com Eltius, os atravessadores de fronteiras do Haiti trabalham em conjunto com agências de viagens. “Quando o coioote diz \$ 1.500,00 significa que ele vai comprar um bilhete de \$ 1.000,00 da agência. Você entende?” Na mesma linha, Daniel explica que “é o coioote que tem que levar a pessoa à agência de viagens. Caso contrário, o agente de viagens vai dizer que não há bilhetes aéreos”.

Assim, a partir de Santo Domingo ou Port-au-Prince, um vôo os leva para o Continente Americano. Na verdade, este corredor no lado do Pacífico (*Cidade do Panamá – Quito – Peru*) foi utilizado por 25 dos 34 haitianos entrevistados no Brasil. Estes países latino-americanos trabalham em conjunto como uma espécie de corredor que leva esses

migrantes à América do Sul. Esta via, em particular, “passa por países centro e sul-americanos que não necessitam de visto para acessar a fronteira com o Brasil nos estados do Amazonas ou Acre, onde seria mais fácil para entrar” (SILVA, 2013, p. 05). Eles compartilham em comum o fato de que as porosidades nos controles fronteiriços facilitam a mobilidade dos haitianos. A capital do Panamá oferece uma conexão de voo com visto de visitante para deixar a ilha de Hispaniola a caminho do continente; Quito e a política de imigração equatoriana fornecem entrada efetiva na América do Sul; e o Peru e sua indústria da migração, gerida por pessoas qualificadas nas fronteiras que são previamente contatadas pelos coiotes haitianos, fazem a conexão final ao território brasileiro, fornecendo acesso ao estado do Acre no Brasil.

CIDADE DO PANAMÁ – QUITO – PERU

É extremamente importante notar que a Cidade do Panamá enquanto o ponto de entrada para o continente é compreendida pelos entrevistados como sendo um lugar de passagem. Nenhum dos entrevistados ficou na cidade, ao contrário, eles fizeram conexão aérea para a capital equatoriana. De acordo com eles, esta é a maneira de entrar na América do Sul portando um visto de visitante sem chamar a atenção. Os resultados sugerem que o *Aeroporto Internacional de Tocumen* e as suas conexões aéreas para diferentes países da América do Sul é a principal razão pela qual os haitianos incluem a Cidade do Panamá nessa grande malha de migração que cobre a América Latina. Ele atua como um *elo da migração* que conecta a ilha de Hispaniola a muitas cidades da América do Sul, incluindo Quito.

Equador, por outro lado, não é considerado apenas um lugar de passagem; alguns entrevistados disseram que haviam realmente vivido no país por algum tempo antes de continuar sua jornada³⁵ migratória. Denolds, por exemplo, viveu e trabalhou na capital equatoriana durante quatro meses. No entanto, depois de perceber que muitos compatriotas continuaram sua jornada para o Brasil, ele decidiu fazer o mesmo. Ele explica que em 2013 e 2014 os haitianos não precisavam solicitar um visto para entrar no país, “Equador dá entrada para nós. Nós podemos entrar sem qualquer visto”. Na verdade, Denolds recorda que,

[...] havia um monte de haitianos vivendo lá. A maioria deles está apenas de passagem, mas outros ficam, eu também fiquei por um tempo. Então eu disse a mim mesmo, eu também vou para o Brasiltodo mundo está indo. Deve ter algo de bom por lá [Brasil]. Então eu trabalhei e guardei algum dinheiro e vim.

De acordo com os entrevistados, oportunidades econômicas e amizades incentivam esses haitianos a continuar a sua viagem até o Brasil. A solução encontrada por eles foi fazer contato, em território peruano, com a indústria de migração e com as pessoas de fronteira encarregadas de fornecer a conexão entre o Equador e o Brasil. Chamados de ‘coiotes’ pelos mesmos entrevistados, essas pessoas especializadas em cruzar fronteiras usam seu conhecimento sobre os postos de controle fronteiriço entre Peru e o Brasil, além do conhecimento sobre as conexões terrestres entre os dois países, para enviar os migrantes através das fronteiras. Wesley afirma que o preço da passagem dessa viagem através da fronteira pode variar entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500, o que inclui um visto falso para facilitar a mobilidade através do território peruano. “Havia um coiote que me cobrou R\$ 1.000 para um visto de cinco anos. Ele, na verdade, carimbava meu passaporte. Quando eu vi isso imediatamente o removi. A página quase rasgou...”.

³⁵ Em julho de 2008, o Equador abriu suas portas aos imigrantes estrangeiros e postulantes a asilo, caindo todos os requisitos de vistos e abrindo as comportas para milhares de haitianos chegarem ao Equador e ao longo da fronteira com a Colômbia.

A viagem do Equador ao Peru e de lá para o Brasil é feito de ônibus, e como dito pelos entrevistados, pode levar entre 9 e 22 dias. Gilbert, por exemplo, recorda que após o desembarque em Quito, ele pegou um ônibus para a fronteira com o território peruano, “em seguida, outro ônibus ... em cada região que eu cheguei, tinha que tomar outro ônibus. Eu não tinha documentos e sem visto eu não podia viajar de avião... Eu também não tinha dinheiro. Embora, viajar de ônibus não seja barato”. Sua viagem do Equador ao Peru e Brasil durou 13 dias no total.

Os principais pontos de entrada no território brasileiro através deste circuito migratório são as cidades de Rio Branco e Brasileia, no estado do Acre, e Manaus no estado do Amazonas. Três informantes acessaram a capital do estado da Amazônia, Manaus, mas Rio Branco e Brasileia juntos representaram dezessete haitianos entrevistados. O estado do Acre, em particular, é o lugar onde os haitianos passam a fim de solicitar refúgio, o que os permite obter carteira de trabalho e o Certificado de Pessoa Física – CPF. Sem estes documentos, as chances desses imigrantes se tornarem parte da sociedade brasileira estão muito menores³⁶.

De lá, outro ônibus assegura sua mobilidade no território brasileiro. Os entrevistados explicaram que a partir do Acre eles acessam cidades em Goiás, São Paulo e Santa Catarina antes de chegar à Brasília, enquanto a mobilidade de outros havia sido direta.

BRASILIA NA ROTA DE MIGRAÇÃO HAITIANA

Há brasileiros que sempre perguntam ‘Por que você veio para o Brasil? (no sentido de “por que você escolheu o Brasil?”)’. Os haitianos veem para o Brasil, porque é difícil viajar do Haiti para outro país, se você perceber que existem haitianos que vêm para cá [Brasil], é porque é fácil de entrar. Eu não posso negligenciar meu país, sabe? Eu vim aqui para passar o tempo e me candidatar a um visto para um país melhor do que o Brasil.

Gilbert, um haitiano que vive em Brasília desde 2014, deu esta resposta durante uma entrevista. Na verdade, esta não foi uma resposta isolada entre o grupo entrevistado³⁷. Muitos outros haitianos compartilharam o sentimento de esperança de que Brasília seja um lugar temporário. A maioria dos entrevistados chegou à capital brasileira entre 2012 e 2014 através das duas rotas migratórias citadas acima. No entanto, Brasília não é considerada por eles como o destino final. Eles afirmam que outras cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, ou países como os Estados Unidos, França e Holanda podem ser o próximo destino de seu movimento diaspórico.

Raoul, por exemplo, não planeja se estabelecer em Brasília. Os Estados Unidos é seu principal objetivo. Ele compara o salário médio do Brasil com o que ele poderia fazer em dólares, e salienta que a diferença é considerável. Ele afirma que, no Brasil, “faço cerca de 250 dólares. E eu tenho o aluguel, contas e ainda tenho que enviar algum dinheiro para minha família. Você acha que isso é suficiente?” Então, depois de viver na República Dominicana, Venezuela e Roraima, Brasília não é a última parada para este haitiano jovem adulto cujo filho vive em Port-au-Prince. “Eu tenho planos de me mudar para os

³⁶ No Acre, os haitianos podem solicitar um documento que ateste o pedido de refúgio e o registro no Ministério do Trabalho, além de serem vacinados contra doenças tropicais. Além disso, Silva (2013) revela que Brasileia é uma parada obrigatória, “porque a Polícia Federal tem a sua sede na cidade vizinha de Epitaciolândia. Os haitianos devem comparecer àquele escritório e solicitar o protocolo de refugiados” (SILVA, 2013, p. 5).

³⁷ Segundo a imprensa brasileira (ANÍBAL, RIBEIRO e COVELLO, 2015), por conta da crise econômica e política enfrentada pelo país de 2015 em diante, muitos haitianos passaram a trocar o Brasil pelo Chile e até pelos Estados Unidos.

Estados Unidos ... e no futuro eu quero juntar a minha família em qualquer lugar. Pode ser no Brasil, Estados Unidos, Venezuela, Haiti ... em qualquer lugar”. No mesmo sentido, Raymond explica que depois de viver em Manaus e Santa Catarina decidiu seguir um amigo que estava morando em Brasília. Isso foi há três anos. Desde então, Raymond não se vê morando de modo permanente em Brasília. Para ele, a oportunidade de viver em um país de língua francesa seria uma grande oportunidade. “Eu estou pensando em viver em outro país ... [...] mas eu ainda estou avaliando os desafios para se candidatar a um visto. [...] Estou pensando na França”. Raymond é um haitiano cuja família está espalhada por vários países da América - República Dominicana, Estados Unidos, e Canadá - e na França.

Como ele, outros haitianos também têm parentes e amigos que vivem fora do Haiti. De acordo com eles, é uma oportunidade para se manterem em movimento para outros lugares em busca de melhores condições de vida. Vanel comenta que depois de viver nas Bahamas, ele retornou ao Haiti e de lá viajou para São Paulo e depois para Brasília. Ele viveu em Brasília por quase três anos, mas a dificuldade em encontrar um emprego rentável o forçou a considerar a possibilidade de deixar a cidade. “Minha esposa e filha estão vivendo nos Estados Unidos. Lá é melhor, mas eu não consegui obter um visto [...] eu me mudaria de Brasília para Santa Catarina, onde eu tenho um amigo ou então para o Paraná. [...] Meu filho está se vindo para o Brasil”. Vanel, Raoul e Raymond revelam o quão espalhados em diferentes países e cidades brasileiras seus parentes e amigos estão. Além disso, eles também mostram que o contato e a troca de informações são intensos, e como isso permite a continuidade dessa mobilidade temporária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao posicionar Brasília nas rotas migratórias haitianas em toda a América Latina e a forma como os migrantes criam sua própria mobilidade, este capítulo defende que a migração haitiana não é um movimento linear com um ponto de partida e ponto final da viagem. Este trabalho mostrou que a migração haitiana para Brasília não pode ser compreendida como um movimento linear caracterizado por uma conexão entre o Haiti e Brasília. Ademais, essa cidade não pode ser definida como um lugar onde estes migrantes tentam se estabelecer. A pesquisa revela que os haitianos e sua histórica forma de viver em movimento os permitem lidar com os controles fronteiriços e circular por vários países da América do Sul. Desvendar como a mobilidade de cada um dos entrevistados foi produzida por estes lugares, permitiu-me delinear duas rotas migratórias específicas que levam os haitianos à Brasília: *o Corredor do Pacífico* e *o Corredor Aéreo*.

Como dito pelos entrevistados, o Haiti é o centro em torno do qual todos esses movimentos circulam. Apesar de existirem vários aspectos que tornam o Haiti um país difícil para se viver e esses migrantes têm ambições de se manterem em movimento, eles ainda reconhecem suas ligações afetivas com o país. Segundo eles, “o Haiti é a minha casa” e isso significa visitas esporádicas. Viver em uma mobilidade temporária, para os haitianos, significa que os viajantes não podem cortar seus laços com o Haiti. Nas entrevistas eles dizem que não podem retornar para ficar, mas em algum momento eles vão visitar sua terra natal. “Eu perdi meu interesse pela República Dominicana, mas não pelo Haiti. Eu quero ir para lá. Não para viver, passar a minha vida lá; Eu quero ir para visitar minha família e depois voltar pra cá”, diz David, um haitiano que morou na República Dominicana quase toda a sua vida, e que vive em Brasília desde 2012. Não há nenhum movimento contínuo sem um retorno temporário. Brasília é um lugar que, como outras cidades nos continentes americano e europeu, não é vislumbrada como a última parada, mas como um elo de uma ampla malha composta de cidades e países da América do Sul, pessoas de fronteira e conhecidos que permitem a estes viajantes do Caribe estar em constante movimento e abrir novas fronteiras.

REFERÊNCIAS

- ADEY, Peter. Secured and Sorted Mobilities: Examples from the airport. *Surveillance & Society*, v. 1, n. 4, p. 500-519, 2004.
- ANÍBAL, Felipe., RIBEIRO, Diego., e COVELLO, Brunno. Haitianos começam a desistir do sonho brasileiro. *Gazeta do Povo*, Paraná, 01 ago. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/sonho-haitiano/haitianos-comecam-a-desistir-do-sonho-brasileiro-dvdnp7f7bekwvkbkuzwpmmu5>
- BELL, Martin. e WARD, Gary. Comparing temporary mobility with permanent migration. *Tourism Geographies*, v. 2, n.1, p.87-107, 2000.
- CASEY, Matthew. *From Haiti to Cuba and Back: Haitians' Experiences of Migration, Labor, and Return, 1900-1940*. Thesis Submitted to the Graduate Faculty of the Department of History for the degree of Doctor of Philosophy, University of Pittsburgh 2012.
- CONWAY, Dennis. Step-Wise Migration: Toward a Clarification of the Mechanism. *International Migration Review*, v. 14, n.1, 1980, p.3-14.
- CRESSWELL, Tim. *On the move: mobility in the modern western world*. New York: Routledge Press, 2006.
- CRESSWELL, Tim. e MERRIMAN, Peter. *Geographies of mobilities: practices, spaces, subjects*. Surrey: Ashgate Publishing, 2011.
- DE CERTEAU, Michael. *The Practice of Everyday Life*. California: University of California Press, 1997.
- FAIST, Thomas. *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FITZGERALD, David. *A nation of emigrants: how Mexico manages its migration*, Berkeley: University of California Press, 2009.
- GLICK SCHILLER, Nina. e SALAZAR, Noel. Regimes of Mobility Across the Globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v.39, n.2, 2013, p.183-200.
- GLICK SCHILLER, Nina, BASCH, Linda. e SZANTON-BLANC, Cristina. (eds). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences, 1992.
- HANDERSON, Joseph. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana francesa*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.
- HUGO, Graeme. Circular Migration in Indonesia. *Population and Development Review*, v. 8, n.1, 1982, p.59-83.
- HUNTER, Cynthia, LEPLEY, Susannah. e NICKELS, Samuel. New practice frontiers: Current and future social work with transmigrants. In Negi e Furman (Eds) *Transnational social work practice*. New York: Columbia University Press, 2010, p. 222-241.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge Press, 2000.
- _____. Against Space: Place, Movement, Knowledge. In Kirby, P. W. (Ed) *Boundless worlds*. Oxford: Berghan Books, 2011a.
- _____. *Lines: a brief history*. London and New York: Routledge Press, 2007.
- _____. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge Press, 2011b.

- KNOWLES, Caroline. Cities on the move: Navigating urban life. *City*, v. 15, n. 2, p.135-153, 2011.
- PERERA, Suvendrini. Australia and the insular imagination: beaches, borders, boats, and bodies. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- PIORE, Michael. *Birds of passage*, Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- PROTHERO, Mansell. e CHAPMAN, Murray. *Circulation in Third World countries*, Routledge and K. Paul, 1985.
- RIDDELL, Barry e HARVEY, Milton. The Urban System in the Migration Process: An Evaluation of Step-Wise Migration in Sierra Leone. *Economic Geography*, v. 48, n.3, p.270-283, 1972.
- SCHROOTEN, Mieke, SALAZAR, Noel. e DIAS, Gustavo. Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/16432312/Living_in_mobility_Trajectories_of_Brazilians_in_Belgium_and_the_UK
- SILVA, Sidney. Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The case of Haitians and the Immigration Policy. *Urbanities*, v. 3, n. 2, 2013, p. 3-18.
- _____. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* v. XXIII, n. 44, 2015, p. 119-134.
- URRY, John. *Mobilities*, Cambridge: Polity Press, 2007.

CAPÍTULO VIII

MIGRANTES HAITIANOS E MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL.

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Delia Dutra³⁸

INTRODUÇÃO

A migração pode ser entendida como um permanente vir-a-ser do indivíduo moderno. Um movimento que está sempre acontecendo, pois, o migrante não sabe até quando, para onde ou como ficará (DUTRA, 2013a, p. 35). Essa procura por uma outra forma de ser e estar no mundo, que se evidencia ao longo de todo o processo de migração, vai adquirindo matizes tão dinâmicas que desafiam o trabalho de *pensar* sobre as migrações, notadamente quando isso se faz tendo como base para a reflexão as perspectivas dos próprios atores sociais envolvidos, os migrantes.

Ao longo das suas trajetórias de vida, os indivíduos vão configurando um espaço próprio, singular, que lhes outorga diferentes posições na estrutura social. Tais trajetórias são afetadas por diversos fatores, individuais e estruturais, dando como resultado uma variedade de formas de ação social³⁹, dentre das quais a *migração* – seja para além das fronteiras do Estado-nação ou dentro delas⁴⁰.

Os fluxos migratórios entre países existem desde muito antes da etapa que atualmente vivemos de globalização. Séculos atrás os fluxos internacionais de migração já geravam redes que agiam como pontes entre sociedades de origem, de trânsito e de destino (SASSEN, 2010, p.166).

Apesar de que tais redes apresentassem claras diferenças com as atuais, em termos de conteúdo e de modos de comunicação, elas existiam em quanto fato social. () autores dedicados à imigração têm apontado que atualmente se conservam muitos elementos do passado, como a migração em cadeia e a reunificação familiar (SASSEN, 2010, p.166).

Levando em conta o foco na dimensão trabalho para esta análise, tal como se explicita no título, é pertinente lembrar que, da mesma forma que no passado, as redes se iniciam pela existência de um país receptor onde existe a procura por determinados perfis de trabalhadores. A questão é que essa procura por mão-de-obra num determinado país

³⁸ Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) em Estudos Comparados sobre as Américas, CEPPAC/Universidade de Brasília. Pesquisadora do OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais) e do LAEMI (CEPPAC/UnB).

³⁹ Quando falamos de ‘ação social’, neste caso específico as ações dos migrantes e dos significados por eles dados a sua condição, estamos conceitualmente na linha proposta por Weber (1944). Isto é, uma ação social onde o sentido dado pelo sujeito está fazendo referência a outros: “passamos a maior parte das nossas vidas na presença imediata dos outros, por isso que, segundo Goffman, os nossos atos estão sempre socialmente situados o que trará consequências sobre a nossa compreensão e significação daquilo que vivenciamos” (Dutra, 2011, p. 135).

⁴⁰ Migração internacional ou migração interna, são categorias que entendemos como necessárias em termos analíticos, mas é preciso ter em mente que todo e qualquer ato migratório demanda uma mudança de tempo-espaço e, conseqüentemente, uma mudança no próprio ator social envolvido em quanto sujeito que vivencia identidades múltiplas e situacionais (Rivera, 1996) e que carrega sempre a marca do ser de fora (Schutz, 2003 [1944]), a marca de não-ser por não pertencer (SIMMEL, 1983).

pode desaparecer sem que, necessariamente, desapareça a rede de migrantes⁴¹. Isso porque, de fato, o retorno nem sempre é viável ou interessa, inclusive por ter se instalado uma cultura de migração que continua estimulando migrações independentemente das mudanças que possam ter acontecido no contexto social, econômico e político dos países de origem e destino.

No intuito de avançar numa compreensão sociológica do que definimos como sendo objeto desse capítulo: caracterizar a inserção de um grupo de migrantes haitianos no mercado de trabalho do Distrito Federal desde uma perspectiva de gênero, organizamos o texto apresentando duas seções principais, para além da introdução e da conclusão. *Primeira*, uma breve contextualização sobre a migração haitiana para o Brasil; *segunda*, levantamos algumas reflexões pontuais sobre gênero e migração, com foco nas especificidades dessa pesquisa em particular. Para isso, apresentamos o perfil dos migrantes entrevistados separados em dois grupos, mulheres e homens migrantes, para caracterizá-los a partir das seguintes variáveis: idade, ano de chegada ao país, estado civil e situação familiar, escolaridade e situação de moradia. Com base nisso, analisamos a inserção no mercado de trabalho dos e das migrantes identificando principalmente três tendências que ocorrem dentre o grupo de mulheres e homens migrantes: a divisão sexual do trabalho, a segregação ocupacional e a discriminação retributiva.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: O BRASIL E A MIGRAÇÃO HAITIANA

Passados já mais de 30 anos do que se convencionou chamar de “década perdida” na América Latina – anos 80 no século XX –, no entanto, cidadãos deste continente continuam à procura do seu lugar no mundo, de um espaço onde simplesmente outra vida seja possível.

A migração laboral no século XXI se destaca como um dos assuntos principais na agenda política de muitos países sejam esses países de origem, trânsito ou de destino de migrantes (OIT *apud* DUTRA, 2013b). Três fatores se identificam como essenciais para explicar esse fenômeno: *primeiro*, as mudanças demográficas e as necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; *segundo*, a pressão da população, o desemprego e as crises internacionais que atualmente afetam tanto os denominados países industrializados quanto os menos ‘desenvolvidos’; *terceiro*, a formação de redes entre países baseadas na família, cultura e história (*Idem*).

Historicamente o Brasil ofereceu, e continua a fazê-lo, melhores condições de trabalho para profissionais e migrantes qualificados da região da América Latina. Mas, foi a partir da década de 1990 que o país emergiu com mais força como sendo uma opção já não só para migrantes qualificados de países do Cone Sul, mais para aqueles com níveis de escolarização mais baixo (SALA, 2008), sejam eles do Cone Sul como de outros países do continente latino-americano e/ou do Caribe. Com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, Oliveira (2015) sustenta na sua análise que “muito embora as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto também tenham predominado nos fluxos nos anos 1990 (34,9%), chama atenção o expressivo aumento desse contingente na década seguinte (42,7%) (...)” (OLIVEIRA, 2015, p. 64)⁴².

Consequentemente, no início dos anos 2010 o lugar do Brasil como país de destino de migração regional se fortaleceu. Oliveira (2015) também analisa com base nos registros do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e da Relação Anual de Informações Sociais

⁴¹ O mesmo pode acontecer com políticas migratórias específicas e de caráter temporário, ou não permanente. Seria o caso do “visto humanitário” atualmente vigente que o Brasil outorga a cidadãos haitianos.

⁴² 57% das mulheres entrevistadas declaram ter atingido uma escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto, fato que ocorre com 30% dos homens entrevistados.

(RAIS) e explica que a partir desse momento, “(...) o movimento de atração de estrangeiros inclusive se intensificou. Isso levou o IBGE a considerar em suas hipóteses para as projeções populacionais que o país até 2035 experimentaria saldo migratório ligeiramente positivo” (OLIVEIRA, 2015, p. 49).

Nesse cenário brasileiro, a imigração haitiana começa a crescer sistematicamente a partir do ano 2011 chegando em 2013 a se constituir como a primeira nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e em 2014, como a nacionalidade que teve mais admissões durante o ano (CAVALCANTI et al, 2015, p. 107).

GÊNERO E MIGRAÇÃO: ESPECIFICIDADES DA PESQUISA

As reflexões aqui apresentadas tomam como base a interpretação dada à experiência migratória por um grupo de migrantes haitianos e haitianas residentes no Distrito Federal, Brasil. Durante a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas⁴³ entre o mês de março e junho de 2015 com 14 mulheres e 23 homens migrantes, assim como um grupo focal no dia 6 de Junho de 2015.

Realizamos a análise desde uma perspectiva das relações sociais de gênero com base no conteúdo das entrevistas feitas junto aos migrantes. Isso porque concordamos com Harding (1996) que as diferenças de gênero constituem uma forma chave para que os seres humanos se reconheçam como tais. Além do mais, junto com Roca e Girona (2009), defendemos que adotar uma perspectiva de gênero na análise das migrações supõe compreender por um lado, a significação da construção social da feminilidade, da masculinidade e a desigualdade que se produzem entre os sexos e, por outro, o papel que jogam tais construções na decisão das mulheres e dos homens de migrar assim como o status que a sociedade de acolhida lhes outorga.

Nessa linha de pensamento, poderíamos acrescentar à análise outras categorias como a proposta por Piscitelli (2008, p.266) de “localização, para aludir à posição estrutural das nacionalidades que estão interagindo”. Entretanto, essa (a localização) está já demarcada no próprio recorte da pesquisa que refere a migrantes haitianos – homens e mulheres – residentes no Distrito Federal. Ou seja, não se trata de imigrantes de diversas nacionalidades, mas de homens e mulheres haitianos à procura de espaços no mercado de trabalho, i.e., à procura de tornar viável a vida.

Significa dizer que, o ponto de partida epistêmico encontra-se no entendimento da pertinência da análise da experiência migratória desde uma perspectiva de gênero, porque quando buscamos compreender como homens e mulheres migrantes haitianos residentes no Distrito Federal buscam se incorporar ao mercado de trabalho, nos deparamos com depoimentos que tornam nosso olhar mais atento para as singularidades: “*não quero mudar de emprego, tenho medo de acabar como empregada doméstica*” (Joceline, 52 anos, trabalha em restaurante); “*eu também sou costureiro [... mas,] aqui só mulher tem trabalho de costura*” (Jacques, 44 anos, trabalha na construção civil).

Desenvolver nossa análise com base na perspectiva dos próprios atores sociais envolvidos significa entender que, os significados dados pelos migrantes consultados durante a pesquisa não só referem ao presente vivido, o aqui e agora em Brasília. A interpretação que os migrantes fazem das suas vivências no presente, faz referência há um tempo passado que configura e, por sua vez, é configurado pelo presente e pelo futuro projetado.

⁴³ Foram realizadas no total 45 entrevistas semiestruturadas envolvendo tanto homens e mulheres migrantes haitianos, quanto atores intermediários. Para mais detalhes sobre o processo de pesquisa de campo, consultar o capítulo metodológico. Os nomes que são citados ao longo do texto são fictícios para dessa forma preservar a identidades dos e das migrantes que contribuíram com nossa pesquisa.

Isso tudo faz com que os migrantes ‘moldem’ espaços próprios de vida. Espaços produzidos onde aparecem marcas-traços das condições de serem mulheres, homens, trabalhadores que carregam culturas de origem, histórias de vida, que dizem respeito não só a países, regiões e rotas percorridas (Haiti, República Dominicana, Equador, Venezuela, Acre, São Paulo, Paraná, Santa Catarina...), mas, a núcleos familiares, a práticas cotidianas de ser e estar no mundo. Histórias de vida carregando marcas que se estampam nos próprios corpos racializados e generizados, que falam ou ‘gritam’ através da cor da pele, do sotaque, do penteado, das cores da roupa, das formas de expressar a religiosidade. Porque isso é o que lhes torna únicos, singulares, com características que os diferenciam, mas que também lhes são comuns uns aos outros, eles e nós, em definitivo pessoas que-endo *viver com* e já não mais *viver sem*.

PERFIL DOS MIGRANTES

Para apresentarmos o perfil dos migrantes entrevistados, 37 no total, fazemos uma primeira divisão por sexo – mulheres (14) e homens (23) – e, em cada grupo, apresentamos a seguintes variáveis: sexo, idade, ano de chegada ao país, estado civil e situação familiar, escolaridade e situação de moradia. Todas essas variáveis nos permitem definir um contexto social a partir do qual passamos a analisar a inserção no mercado de trabalho dos e das migrantes, foco principal da pesquisa.

MULHERES HAITIANAS NO DF

Foram 14 as mulheres migrantes (38%⁴⁴ do total dos entrevistados) que contribuíram com a pesquisa, com **idades** compreendidas entre os 33 e 52 anos. Todas chegaram à cidade de Brasília entre os anos 2011 e 2015.

No que tange ao **estado civil**:

- 43% casadas e com filhos no Haiti,
- 14 % casadas com filhos no Brasil (morando junto),
- 7% casada com filho e marido na República Dominicana,
- 14% viúvas,
- 7% separada,
- 7% solteira.

Dados que nos permitem apontar para o fato que 64% são mães-migrantes e trabalhadoras. Quanto ao nível de **escolaridade** atingido no país de origem, observamos baixos níveis de educação no âmbito formal, segundo elas próprias declararam:

- 57% ensino fundamental incompleto,
- 21% ensino fundamental completo
- 14% formação terciária (2 enfermagem)
- 7% curso técnico (cozinha).

Ao serem indagadas sobre a possibilidade de estudarem no Brasil, 36% declararam assistir a aulas de português e somente houve um caso de uma migrante ter feito um curso de corte e costura.

⁴⁴ A partir desse momento, ao longo do texto, os dados quantificados serão majormente expressados em porcentagem para viabilizar a comparação entre variáveis no marco de uma análise qualitativa.

A condição de **moradia** é outra das variáveis levada em conta para compreender as condições de vida desses migrantes que se deslocam à procura de trabalho no DF. A totalidade das entrevistadas mora de aluguel. Dessas, observemos que:

- 57% aluga com outros integrantes da família de origem,
- 14% mora sozinha,
- 21% divide moradia alugada com outros/as migrantes haitianos/as.

Teve somente o caso de uma migrante, trabalhadora doméstica, que mora no próprio local de trabalho, porém, também ela contava com o prejuízo financeiro de pagamento de aluguel, já que lhe era descontado do salário R\$400 de aluguel, ficando, dessa forma, R\$900 de renda líquida mensal (salário nominal R\$ 1300).

HOMENS HAITIANOS NO DF

A presente pesquisa entrevistou 23 homens migrantes com idades entre os 18 e os 53 anos, que chegaram ao Brasil entre 2010 e 2014. Podemos identificar através da variável **idade** que o universo de análise dessa pesquisa qualitativa confere com os dados quantitativos publicados pelo Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI et al, 2015). Observamos que, a partir do ano 2011 vem se consolidando, ano a ano, um predomínio dos homens sobre as mulheres, assim como uma alta concentração na faixa etária entre os 20 e os 39 anos, do coletivo haitiano inserido no mercado de trabalho formal no Brasil (DUTRA, 2015a).

No que respeita ao **estado civil** dos homens, aparecem diferenças claras se comparados às mulheres, assim como, há também coerência se levarmos em conta a variável idade antes descrita:

- 44% solteiros sem filhos
- 12% solteiros com filhos
- 22% casados com família no Brasil
- 22% casados com família no Haiti

Observemos que: (1) no grupo das mulheres não há nenhuma solteira com filhos. Os homens que se declararam solteiros com filhos, esses últimos foram deixados com a mãe da criança no Haiti, para quem enviam remessas sempre que possível e nenhum deles planeja retornar; (2) a porcentagem dos homens que se declaram solteiros (57%) é bem maior do que a de mulheres solteiras (7%), e isso pode ser explicado pela diferença na faixa etária do grupo dos homens se comparado ao das mulheres.

Entretanto, cabe destacar a importância atribuída ao casamento por parte de um dos jovens entrevistados, Walner, de 18 anos e solteiro, quando manifestou ser um dos seus principais projetos de vida casar com uma brasileira, ter filhos, estudar na universidade e ganhar muito dinheiro.

Quanto à **escolaridade** dos homens entrevistados, declararam:

- 30% ensino fundamental incompleto,
- 26% ensino fundamental completo,
- 17% ensino médio incompleto,
- 4% ensino médio completo,
- 4% sem estudos.

Quando indagados sobre as possibilidades de realizar estudos no Brasil, obtivemos as

seguintes respostas:

- 35% estão fazendo aulas de português,
- 4% (1 migrante) está cursando o ensino médio,
- 4% está no supletivo,
- 4% fez curso Pronatec,
- 4% fez curso técnico.

Da mesma forma que o grupo de mulheres, os homens entrevistados moram de aluguel, fato que dificulta mais ainda as chances de mobilidade social desse coletivo de migrantes, sendo que parte importante da renda familiar fica comprometida com o aluguel. Sobre as condições de **moradia** para além do aluguel, quando indagados sobre com quem dividiam a casa, observamos que a situação dos homens é muito semelhante à do grupo das mulheres:

- 61% aluga com outros integrantes da família de origem,
- 17% mora sozinho,
- 22% divide moradia alugada com outros/as migrantes haitianos/as.

Em momento algum, seja se tratando de homens quanto de mulheres, foram identificados casos de dividir a moradia com brasileiros ou migrantes de outras nacionalidades.

Tanto no grupo dos homens quanto das mulheres, todos encontram-se em situação regular de documentação no Brasil. Isso habilita a todos a possuírem a carteira de trabalho e o CPF. Nesse sentido, após ter caracterizado o grupo de migrantes estudado estamos em condições de iniciar nossa análise da situação laboral dos migrantes entrevistados no Distrito Federal.

SITUAÇÕES LABORAIS DOS HOMENS E DAS MULHERES MIGRANTES

Trabalho, desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva, segregação ocupacional, vulnerabilidade, são algumas das vivências que caracterizam a situação de homens e mulheres de determinadas origens sociais em todas as partes do mundo e que, para alguns – tal o caso dos migrantes haitianos consultados, representa o motor que os impulsiona a se embarcar no projeto de migração internacional.

Para avançar especificamente na análise dos migrantes objeto dessa pesquisa, podemos acrescentar outros fatores como: eventos extremos climáticos (terremoto), a expansão da rede de contatos das migrantes, a necessidade de aumentar e diversificar a renda da família, uma cultura de migração, já que “quanto mais habitual se torna a migração numa determinada comunidade [de origem e de destino], mais mudam os valores e as percepções culturais, de tal maneira que aumenta a probabilidade de futuras migrações” (SÁNCHEZ BARRICARTE, 2010, p.54).

Tais elementos condicionam a qualidade de vida desses homens e mulheres e suas famílias, limitando seriamente qualquer chance de mobilidade social e reproduzindo modelos de vida em sociedades altamente estratificadas. Assume-se, então, que a existência de discriminação para com a mulher e o homem trabalhador migrante, induz fenômenos como o da segregação ocupacional e a discriminação retributiva. Observe-mos, seguidamente, qual a situação de trabalho que os migrantes entrevistados se encontram no momento que foram consultados.

A situação de trabalho de mulheres e homens haitianos migrantes no DF

Das 14 migrantes entrevistadas:

- 64% estão empregadas, porém:

1 está cumprindo aviso prévio

2 estão em período de experiência, mas, já foram avisadas que não ficarão no trabalho

- 36% desempregadas, porém:

3 são vendedoras por conta própria

Do total de 23 homens migrantes entrevistados:

- 70% empregados

- 30% desempregados

O quadro 1 apresenta uma síntese das principais atividades desempenhadas pelas mulheres e os homens migrantes no Brasil ou antes da chegada ao país, i.e., no Haiti e/ou na República Dominicana, país que quase a totalidade dos entrevistados declararam ter morado de forma permanente ou temporária antes da migração para o Brasil.

Quadro 1 – Trabalhos realizados no Brasil, no Haiti e República Dominicana

Brasil		Haiti - República Dominicana	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Limpeza Restaurante	Construção Civil	Costureira	Agricultura
Construção Civil (limpeza)	Supermercado	Limpeza	Construção Civil
Trabalho doméstico	Aeroporto	Manicure	Costureiro
Vendedora conta própria	Restaurante	Vendedora conta própria	Vendedor por conta própria
Faxineira	Hotel Depósito loja	Cozinheira restaurante	Segurança
Diarista		Enfermeira	Proprietário escola
Costureira		Fábrica joias	informática Jardineiro
Limpeza em Escola		Recepcionista restaurante	Fábrica móveis
Atendente em Lançonete Cozinheira em Restaurante			Não trabalhava

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa

As categorias ocupacionais registradas neste quadro foram denominadas com base em termos utilizados pelos próprios migrantes. Apresentá-las de forma gráfica no quadro, permite-nos avançar na problematização sobre de que forma o processo migratório pode afetar o percurso laboral dos migrantes.

Nessa linha, observamos que as diversas ocupações ao serem separadas em função da variável sexo – tanto antes quanto depois da migração para o Brasil, nos permitem sus-
tentar que identificamos:

1. uma identidade profissional feminina e masculina que o próprio mercado de trabalho lhes atribui e que não se trata de um fenômeno isolado que acontece no Brasil com os trabalhadores e trabalhadoras migrantes. Trata-se de um fenômeno conhecido como *divisão internacional e sexual do trabalho* (HIRATA, 2009; HIRATA E KERGOAT, 2007) onde haveria profissões culturalmente consideradas como tarefas típicas de serem desempenhadas pelas mulheres (associadas originariamente ao denominado espaço reprodutivo, o doméstico, o cuidado, etc.) e outras típicas aos homens (associadas à condição masculina e, portanto, ao denominado espaço produtivo). Portanto, a divisão sexual do trabalho é um conceito que faz referência a formas de inserção diferenciada de homens e mulheres na divisão do trabalho existente, ou trabalho ‘disponível’ para esse perfil de migrante, tanto nos espaços de reprodução quanto nos de produção social.
2. o fenômeno da *segregação ocupacional* tanto para os homens quanto para as mulheres migrantes. No total dos homens haitianos que estão empregados, 75% trabalham na construção civil e o 25% restante no setor de serviços (aeroporto, supermercado, restaurante e hotel). Em nenhum dos casos, eles trabalham no setor de limpeza, e como mencionamos antes um dos migrantes que trabalhava como costureiro no Haiti e aqui desempenha atividade laboral na construção civil. Ele manifestou sua frustração por não conseguir exercer sua profissão de origem. Já no caso do grupo de mulheres haitianas, somente 21% trabalha na construção civil, e na área de limpeza; a mesma porcentagem trabalha também na limpeza em restaurante, e 14% no setor de serviços domésticos.

Em pesquisa desenvolvida junto a mulheres migrantes trabalhadoras na Espanha, Parella (2005) faz uma análise sobre o lugar de vulnerabilidade que ocupam as mulheres migrantes na sociedade receptora, produto da exploração e discriminação no mercado de trabalho. A autora define a vulnerabilidade como a brecha existente entre padrões de vida de um coletivo com relação a outro – por exemplo, o das mulheres migrantes e o das mulheres autóctones. O entrecruzamento das condições de classe, gênero e étnica, condena ao coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular.

No cenário analisado na nossa pesquisa, podemos por analogia também trazer essas reflexões para a situação dos homens migrantes, sem desconhecer o fenômeno da divisão sexual do trabalho antes mencionado, assim como as especificidades da segregação masculina. A segregação ocupacional nos permite compreender o quanto os/as trabalhadores/as migrantes podem sofrer pela falta de estima social associada à tarefa desempenhada. No caso particular das mulheres haitianas entrevistadas poucas trabalham no setor de serviços domésticos, algumas já o fizeram no momento da chegada à cidade, mais, no presente conseguiram mudar de emprego, tal o caso de: Yolande, 38 anos, hoje na construção civil e Joceline, 52 anos, hoje lava louça num restaurante. Essa última, quando consultada sobre a vontade de mudar de emprego diz que não pretende fazê-lo por medo a acabar como empregada doméstica⁴⁵.

Associado aos fenômenos de divisão sexual do trabalho e segregação ocupacional, identificamos através dessa pesquisa a existência de *discriminação retributiva* tanto para o grupo de mulheres quanto o dos homens haitianos. Todos os entrevistados recebem um salário mínimo ou pouco mais. O caso de maior renda foi antes mencionado, o da Marie,

⁴⁵ Em publicação recente de pesquisadores das migrações haitianas no Brasil e na França, Handerson e Joseph (2015) analisam a frustração de algumas migrantes haitianas ao precisar se inserir no mercado de trabalho francês no setor de serviços domésticos.

46 anos, casada com dois filhos no Haiti. Ela trabalhava no momento da pesquisa como trabalhadora doméstica e morava no local de trabalho. Tinha um salário de R\$1.300, porém, recebia 900 já que lhe era descontado R\$400 para o aluguel.

Significa dizer que, segundo declaram os entrevistados, todos recebem um salário mínimo chegando ao máximo a R\$1.000, no caso de Patrick, casado, 52 anos, que trabalha na construção civil, mas declara ter problemas para se sustentar já que paga R\$600 de aluguel e deve enviar dinheiro todo mês para as filhas que ficaram no Haiti.

Com exceção do Vanel (48 anos, casado com esposa e 4 filhos no Haiti) e da Emmanuelle (43 anos, viúva e sem filhos), todos declararam receber igual salário aos colegas brasileiros que desempenham a mesma tarefa. No caso do Vanel, desempregado no momento da entrevista, ele trabalhava na construção civil. Ele recebia R\$829 mensais, sendo que os colegas brasileiros em igual função recebiam R\$1.000. Não soube explicar o motivo dessa diferença. Emmanuelle, que cumpria aviso prévio no momento da entrevista, trabalhava em restaurante preparando saladas; ela declarou receber salário menor do que as colegas brasileiras, mas, também não soube explicar o motivo.

Com base nessas reflexões, cabe reforçar a ideia de que as condições muito precárias de trabalho e a situação de vulnerabilidade em que muitos dos trabalhadores migrantes se encontram trazem implicações não somente para a vida deles como, notadamente, para o núcleo familiar do qual são responsáveis, gerando mudanças na estrutura social, com repercussões na comunidade local de origem e de destino. Identificamos uma situação de *discriminação retributiva* – pela impossibilidade de receberem salários acima do salário mínimo, seja que se trate de homens e de mulheres – que, associada à segregação ocupacional e à discriminação por gênero produto da divisão internacional e sexual do trabalho, resultam numa situação de total vulnerabilidade da população de trabalhadores migrantes e de possibilidades praticamente inexistentes de mobilidade social na sociedade brasileira.

Apesar disso, as condições de vida no país de origem mostram-se tão desfavoráveis que quando consultados sobre o que eles e elas projetam para os próximos anos, 74% dos homens declaram querer ficar no Brasil, porém, somente 36% das mulheres tem a mesma intenção.

Identificamos nas mulheres que deixaram filhos no Haiti muita angústia para melhorar as condições de emprego no Brasil para dar melhores chances de vida para os filhos e tentar a reunião familiar. É o caso da Marianne, 33 anos, desempregada, casada mora com marido e deixou dois filhos no Haiti, para quem enviam dinheiro todo mês mesmo ficando eles sem nada aqui: *“eles [filhos] não tem como aguentar sem comer”*. Marianne sonha com mudar de cidade dentro do Brasil para poder arrumar emprego, porém ressalta *‘que não seja no setor de serviços domésticos’*. Ela quer trazer os filhos, mas, *“a vida no Brasil está difícil. Tem haitiano que consegue viver melhor aqui”*, mas para ela e o marido tem sido difícil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe, nessa instância, apontar para três elementos que nos interessam nessa dinâmica migratória: a emergência do Brasil como país de destino dos fluxos migratórios regionais, a crescente migração de haitianos para o Brasil e as contribuições da análise de gênero para se aprofundar no estudo desse fenômeno.

Buscando avançar numa compreensão sociológica do que definimos como sendo objeto desse capítulo, caracterizar a inserção de um grupo de migrantes haitianos no mercado de trabalho do Distrito Federal desde uma perspectiva de gênero, foram levantadas algumas reflexões sobre gênero e migração com foco nessa pesquisa em particular. Para

isso, apresentamos o perfil dos migrantes entrevistados e analisamos a inserção no mercado de trabalho dos e das migrantes identificando principalmente três tendências que ocorrem dentro o grupo de mulheres e homens migrantes: a divisão sexual do trabalho, a segregação ocupacional e a discriminação retributiva.

Entendemos que trata-se de situações que se sobrepõem e, no marco do processo migratório, reforçam o ciclo de desvantagens cumulativas, iniciado já desde a sociedade de origem, deixando os migrantes numa situação de praticamente inexistentes possibilidades de mobilidade social que lhes permitisse diminuir o impacto cotidiano das três tendências antes mencionadas. Tendências que reforçam sentimentos nos migrantes que vão além da falta de mobilidade social e que dizem respeito a sofrer um não reconhecimento do seu trabalho duro cotidiano no país de destino.

Desta forma, vai se formando uma ordem social onde a distribuição da “honra social” ou prestígio social (Weber, 1969, p. 58) esvazia algumas profissões, como é o caso antes mencionado de rejeição de algumas migrantes para voltar a assumir um emprego no setor de serviços domésticos. No cotidiano do trabalho, não somente os migrantes lutam por sobreviver e por levar adiante seus sonhos e projetos, eles também sofrem pela falta de estima social. Parece ser que, para Thelor, migrante de 31 anos, em Brasília se torna muito difícil mudar o emprego que atualmente possui num restaurante para retomar sua profissão de origem no setor de serviços informáticos. Seus planos agora passam por juntar dinheiro para abrir uma lanchonete no bairro onde atualmente mora para, depois sim, num futuro voltar para o Haiti e voltar a abrir seu próprio negócio de serviços informáticos que perdeu com o terremoto ocorrido em 2010.

Nesse sentido, entendemos que a experiência de migração internacional, independentemente das necessidades básicas mais urgentes que os e as migrantes de forma geral devam atender, leva incluído finalmente a possibilidade de mudar de vida. Uma mudança que os migrantes estão cientes que poderá ser atingida na medida que uma melhoria no nível de renda aconteça. Fato diretamente vinculado tanto às possibilidades ocupacionais que eles possam encontrar na sociedade de acolhida, assim como ao acesso a opções de moradia e às possibilidades de qualificação técnica profissional de acordo com as demandas do mercado de trabalho no Brasil.

A retomada de uma profissão inicialmente desenvolvida no país de origem como é o caso do Thelor, assim como também a possibilidade de explorar outras e novas ocupações através da migração internacional, estão diretamente condicionadas às possibilidades de educação formal e/ou de atualização tecnológica em setores de atividades que registram crescimento no país receptor.

As ações até o momento desenvolvidas no Brasil para qualificar os imigrantes haitianos referem basicamente ao ensino do idioma português por parte de algumas organizações do terceiro setor e a abertura de vagas em algumas poucas universidades brasileiras destinadas à qualificação de imigrantes haitianos.

Além do mais, na medida em que a renda dos migrantes não fique tão comprometida com a moradia (aluguel), na medida em que eles possam ser também incluídos em programas habitacionais junto à população local, e que diversos cursos de capacitação sejam oferecidos de forma a estimular a capacidade da população imigrante se adaptar e aproveitar às necessidades do mercado de trabalho no Brasil, estar-se-á investindo numa população imigrante, residente regularmente no Brasil, predominantemente jovem e disposta a trabalhar e projetar sua vida no país.

O Brasil para os imigrantes haitianos até pode não ser o país que muito deles escolhessem como primeira opção de migração, porém, o Brasil vem sendo uma porta que se abre para uma migração regular, com possibilidades de acesso à documentação necessária para procurar o emprego e para trazer suas famílias. O desafio é dar conta de não tão somente sobreviver, mas de se projetar e se realizar tanto no âmbito laboral quanto

familiar e cultural. Poder viver em quanto haitianos imigrantes no Brasil, a sua cultura e suas crenças, numa interação com a diversidade da cultura local e de outras culturas imigrantes.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L.; ALMEIDA, S.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. Os imigrantes haitianos: perfil e características da principal nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (orgs.) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/

Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015, p.105-124.

DUTRA, Delia. Os migrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010-2014, a partir dos dados da RAIS. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; TONHATI, T.; DUTRA, D. (orgs.) *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Emprego/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015a, p. 59-76.

DUTRA, Delia; ALMEIDA, Sandro de; TONHATI, Tania; PALERMO, Gabrielle. Os estrangeiros no mercado formal de trabalho brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. *Cadernos OBMigra*, v.1, n.2, 2015b, p. 74-135.

DUTRA, Delia. *Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília*. Brasília: CSEM; Sorocaba, São Paulo: OJM, 2013a.

DUTRA, Delia. Mulheres do sul também migram para o sul, paraguaias no Brasil. *Anuario Americanista Europeo*, n.11, p. 93-108, 2013b.

DUTRA, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. *Rev. Inter. Mob. Hum., REMHU*, n.40, p. 177-193, 2013c.

DUTRA, Delia. Experiências e significados de ser migrante. Mulheres residentes em Aracaju e Caxias do Sul. In: DUTRA, D.; MARINUCCI, R.; SANTIN, T. *Vidas em trânsito. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos*. CSEM: Brasília, 2011, p. 128-143.

HANDERSON, Joseph; JOSEPH, Rose-Myrlie. As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.9, n.2, 2015, p.1-33.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Sociologias*. Porto Alegre, No21, p. 24-41, jan/jun 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v 37, No 132, p. 595-609, set/dez 2007.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. *Cadernos OBMigra*, v.1, n.2, 2015, p.48-73. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra/article/view/14895/10661>.

PARELLA RUBIO, Sònia. Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia. In FLAQUER, Lluís; SOLÉ, Carlota (Eds.). *El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes*. Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005, p.97-136.

- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p.263-274.
- QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, enero-abril, 2004, p.75-97.
- RIVERA, Silvia C. Desafíos para una democracia étnica y de género en los albores del tercer milenio. In: RIVERA, S.C. *Bircholas. Trabajo de mujeres: explotación capitalista y opresión colonial entre las migrantes aymaras de La Paz y El Alto*. La Paz, Bolivia: Mama Huaco, 1996, p.01-69.
- ROCA i GIRONA, Jordi. Reproducir la reproducción: mujeres migrantes y economía informal. In: TÉLLEZ INFANTES, A.; MARTÍNEZ GUIRAO, J.E. (eds.). *Economía informal y perspectiva de género en contextos de trabajo*. Barcelona: Icaria, 2009. p.153-168.
- SALA, Gabriela Adriana. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. *Migraciones Internacionales*, v.4, n.4, julio-diciembre, 2008, p. 73-106.
- SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. *Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- SASSEN, Saskia. La conformación de los movimientos migratorios internacionales. In SASSEN, S. *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- SCHUTZ, Alfred. *L'Étranger*. Paris: Allia, 2003 [1944].
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In : MORAIS FILHO, Evaristo de (org.). Georg Simmel: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.
- WEBER, Max. Classe, Status, Partido. In : Bertelli, A. ; PALMEIRA, M. ; Velho, O. (orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro : Zahar, 1969, p. 57-75.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México : Fondo de Cultura Económica, 1944 [1922], Vol. I.

CAPÍTULO IX

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NA INTEGRAÇÃO DOS/AS HAITIANOS/AS NO BRASIL

Lúcia Maria de Assunção Barbosa⁴⁶

Mirelle Amaral de São Bernardo⁴⁷

INTRODUÇÃO

Estudos de diferentes áreas têm mostrado que o aprendizado da língua e da cultura do país de acolhimento favorece a inclusão social e profissional dos imigrantes e das imigrantes. Esse conhecimento propicia maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potencializa qualificações enriquecedoras para quem chega e quem acolhe.

Este breve estudo traz dados de entrevistas realizadas pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com a intenção de analisar a relação dos haitianos com a *língua de acolhimento*⁴⁸. Nesse sentido, partimos dos pressupostos defendidos por FREIRE, (1970, 1977, 1980) e por PENNYCOOK (2001) da importância da aquisição da língua-alvo para a integração e transformação social.

Ainda, de acordo com Freire (1980), o ser humano não pode participar ativamente da história, da sociedade e a transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade, a “pronunciar o mundo” e a perceber sua própria capacidade para transformá-lo. Ninguém luta contra as forças que não compreende, e a realidade não pode ser modificada senão quando se descobre que é modificável e que isso é possível de ser realizado. O mesmo autor ressalta que para efetivar a prática de uma educação que visa a autonomia, uma das tarefas mais importantes é possibilitar condições para que os educandos possam “assumir-se” (2000a, p. 46). Isso envolve assumir a condição sócio-histórica, a condição de ser pensante, comunicante, transformador, criador, sonhador, que ama e sente raiva (FREIRE, 2000a).

Conforme Pennycook, e acreditando que o ensino de língua de acolhimento prevê a compreensão das relações de poder, se o ensino de línguas “continuar a trivializar-se, recusando-se a explorar aspectos políticos e culturais da aprendizagem (...), ele estará mais vinculado à acomodação do que a qualquer noção de acesso ao poder” (PENNYCOOK, 1998, p. 27). Portanto, como professores(as) e/ou pesquisadores(as), temos que estar conscientes das “conexões entre o nosso trabalho e as questões mais amplas de desigualdade social”, rompendo “com os modos de investigação que sejam associais, apolíticos e a-históricos” (p. 42-43).

Desse modo, faz-se necessário que o acesso ao aprendizado da língua de acolhimento seja facilitado ao/à imigrante e que este se dê de forma holística e crítica, em um ambiente de acolhimento e hospitalidade. Para isso é imprescindível indagarmos quais são as necessidades linguístico-sócio-culturais dos/as refugiados/as e imigrantes para sua inserção na sociedade de acolhimento? Essa pergunta é um dos aspectos motivadores para escrever este texto.

⁴⁶ Professora de Português para estrangeiros na Universidade Federal de Brasília e coordenadora do Núcleo de ensino e pesquisa em português para estrangeiros (NEPPE).

⁴⁷ Professora de Português/Inglês do Instituto Federal Goiano

⁴⁸ Conceito que será explicitado mais à frente.

Na próxima seção, apresentaremos alguns pressupostos teóricos que darão suporte às análises e reflexões. Focalizaremos algumas características da Pedagogia Crítica e, posteriormente, exploraremos aspectos básicos da Linguística Aplicada Crítica, uma frente da Linguística Aplicada que, segundo Pennycook (2001, p. 6), “é a maneira de explorar língua em um contexto social que vai além de meras correlações entre linguagem e sociedade, estabelecendo questões mais críticas sobre acesso, poder, disparidade, desejo, diferença e resistência”⁴⁹.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No contexto do ensino de línguas, podemos considerar que a Pedagogia Crítica (doravante PC) fornece bases consideráveis para o desenvolvimento da consciência cultural crítica, pois inclui a compreensão do processo de ensinar a produção e a reprodução dialética e dialógica do conhecimento. Além disso, refere-se a esse processo como negociação e produção de sentido entre professores/as e alunos/as.

Sob o viés desta teoria, os/as professores/as assumem o papel de promotor(a) do intelecto, do conhecimento a fim de formar cidadãos críticos para atuarem na sociedade. Os/as professores/as o fazem abrindo os olhos de quem aprende para a compreensão, a reflexão e, conseqüentemente, a transformação das injustiças na sociedade. Sob essa perspectiva, ensinar no espírito da PC não se limita a ajudar os/as alunos/as a adquirirem capacidade de pensamento crítico, mas também fazê-los/las compreender seu poder de construção da sociedade, para, em seguida, tomarem medidas para resistir à injustiça e à hegemonia. Não se trata de uma questão de discutir ou de trocar pensamentos críticos na sala de aula, mas de aplicar o pensamento crítico no cotidiano como um hábito de vida adquirido.

Paulo Freire propõe a pedagogia da autonomia, na medida em que seus ideais estão fundados “na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando” (FREIRE, 2000a, p. 11). A temática da autonomia ganha em Paulo Freire um sentido sócio-político-pedagógico: autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado, das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação e de transformação. Conquistar a própria autonomia implica, para Freire, libertação das estruturas opressoras. “A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” (FREIRE, 1983, p.32). Não há libertação que se faça com homens e mulheres passivos, é necessária conscientização e intervenção no mundo. A autonomia, além da liberdade de pensar por si, além da capacidade de guiar-se por princípios que concordem com a própria razão, envolve a capacidade de realizar, o que exige consciência e atitude.

De acordo com Freire (1982), o ser humano, ao contrário dos animais, possui existência. “O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores - domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade” (FREIRE, 1982, p. 66). É no domínio da existência que os homens e mulheres se fazem autônomos/as.

Para Freire, a construção da autonomia passa pela conscientização, ele propõe a conscientização como um esforço de “conhecimento crítico dos obstáculos” (FREIRE, 2000a, p.60) que impedem a transformação do mundo, que impedem a superação das condições de heteronomia. O homem é o único ser vivo que consegue tomar distância do mundo, objetificá-lo, admirá-lo, para promover uma aproximação maior, para conhecê-lo. No entanto, essa aproximação espontânea que o ser humano faz do mundo ainda não é

⁴⁹ Texto original: “a way of exploring language in social contexts that goes beyond mere correlations between language and society and instead raises more critical questions to do with access, power, disparity, desire, difference, and resistance”.

uma posição crítica sobre ele, é uma posição ingênua, é tomada de consciência, mas não é conscientização. A conscientização nos possibilita entender que não há situações determinadas, tudo pode ser modificado, transformado, melhorado. É papel da educação motivar os grupos populares para que percebam criticamente a violência e a injustiça de sua situação concreta e que também percebam que essa situação, ainda que difícil, pode ser mudada.

No que concerne ao ensino de línguas para a cidadania intercultural, cabe ressaltar sua importância nesse contexto, pois ele possibilita aos/às aprendentes sentirem-se confiantes em suas próprias identidades, engajando-se como cidadãos/ãs em suas casas e comunidades. Além disso, permitir que pessoas de diferentes origens vivam juntas em qualquer sociedade. Da mesma forma, para ensinar uma língua estrangeira criticamente, de modo a transgredir as fronteiras hegemônicas e disciplinares de uma educação meramente técnica, é necessário extrapolar “as meras correlações entre linguagem e sociedade, estabelecendo questões mais críticas sobre acesso, poder, disparidade, desejo, diferença e resistência”⁵⁰ (PENNYCOOK, 2001, p. 6), sugerindo o uso da língua como prática social.

Guilherme (2002), afirma ser o ensino de línguas interdisciplinar por natureza e transfere aos cursos de formação de professores de línguas a responsabilidade de preparar educadores/as e cidadãos/ãs críticos/as para um mundo intercultural. Por conseguinte, ensinar/aprender uma língua/cultura estrangeira implica ter uma visão ideológica do mundo além das nossas fronteiras culturais, que reflète a maneira como percebemos a nós mesmos dentro da nossa própria cultura e nossa posição em relação ao outro.

Ao ensinar, de acordo com os pressupostos da pedagogia da autonomia, devemos respeitar os saberes socialmente construídos pelos/as aprendentes na prática comunitária. Discutir os problemas por eles/as vividos, estabelecer uma intimidade entre os saberes e a experiência social que eles/as têm como indivíduos, discutir as implicações políticas e ideológicas, e a ética de classe relacionada a descasos.

Da mesma forma, é fundamental considerar as experiências trazidas pelos/as aprendentes, pois suas experiências vividas em seu país de origem (ou em outros países), na sociedade de acolhimento, nas ruas, praças, no trabalho e nas salas de aula são cheias de significação. Neste contexto, a questão da identidade cultural não pode ser desprezada.

A barreira linguística é um dos desafios principais enfrentados por imigrantes no que se refere à adaptação a uma sociedade de acolhimento. Ao nos referirmos à língua nesta pesquisa, aludimos ao construto língua-cultura, entendido como um processo que envolve não só o conhecimento linguístico estrutural de uma língua, mas também suas variantes sociais e os elementos culturais intrínsecos ao pensamento humano, transformados pela língua e transmitidos por meio dela.

A experiência como imigrante não é homogênea, no entanto ela pode estar ligada à condição de perda, perseguição e trauma. A consciência dessa condição e do significado da relação entre professor/a e aluno/a traz uma forte motivação para a busca por mudança e por encontrar uma metodologia de ensino apropriada que atenda às necessidades dos/as imigrantes e que corrobore o desafio do reestabelecimento dessas pessoas.

Em se tratando do ensino de português como língua de acolhimento, principalmente no que se refere a um curso para um público tão específico como os participantes deste estudo, é fundamental que esse ensino ofereça a capacitação linguística necessária ao desenvolvimento da Competência Comunicativa dos/as aprendentes – e, conseqüentemente, das subcompetências que a compõem, incluindo a intercultural. Isso implica não somente desenvolver a habilidade linguística, mas expandir o conhecimento cultural e

⁵⁰ Texto original: “mere correlations between language and society and instead raises more critical questions to do with access, power, disparity, desire, difference, and resistance”.

a capacidade de interação intercultural, propiciando ao aprendente uma sensibilidade cultural, ou ainda uma *Consciência Cultural Crítica*, conceito proposto por Byram (1997) no modelo de Competência Intercultural, descrito pelo autor como ‘habilidade de avaliar criticamente com base em critérios explícitos, perspectivas, práticas e produtos na sua própria cultura e na cultura do outro’. Tal competência possibilita a conscientização das diferenças culturais e o modo como essas diferenças interferem na interação e na comunicação, facilitando a integração dessas pessoas à sociedade que as acolhe. Byram (2008) compara o conceito central da consciência cultural crítica ao conceito de Gagel (2000, *apud* BYRAM, 2008, p. 164) de Consciência Política:

A pré-condição para o engajamento democrático é quando o cidadão se torna consciente da relação entre destino individual e processos e estruturas sociais. (...) A pessoa politicamente consciente e informada não deve ser um objeto passivo de política, mas como sujeito deve participar da política (GAGEL *apud* BYRAM, 2008, p. 164, *tradução nossa*).⁵¹

Para os imigrantes, a apropriação da língua do país de acolhimento não é meramente um fim em si, mas um meio de integração: “aprendizagem é uma necessidade ditada pelos imperativos da vida em meio exolingual” (HERVÉ, 2009, p. 38). As urgências do cotidiano em termos de trabalho, transporte, consumo, saúde e relações interpessoais trazem uma orientação pragmática ao processo de aprendizagem da língua de acolhimento. Quando nos referimos à língua-alvo como língua de acolhimento, ultrapassamos a noção de língua estrangeira ou de segunda língua. Para o público adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a saber agir, saber fazer e a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas nessa língua, bem como com a possibilidade de tornar-se cidadã(o) desse novo contexto, de forma cultural e politicamente consciente, participando como sujeito dessa sociedade. Grosso (2010) explica a escolha pelo conceito língua de acolhimento, definindo a relação entre a língua e o contexto a que ela se aplica:

Orientada para a ação, a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional” (GROSSO, 2010, p.71).

A autora defende ainda que “ao se operacionalizar a língua de acolhimento em conteúdos de ensino-aprendizagem, o seu âmbito ultrapassa largamente o domínio profissional”, no entanto, esse nível é de extrema importância para a integração do indivíduo à nova sociedade. Apesar disso, as necessidades comunicativas estão ligadas a tarefas e a situações que divergem da cultura de origem e que perpassam por diversos setores da vida, como a educação, trabalho, saúde, moradia, relações pessoais.

Além dessas características explicitadas pela autora, o conceito de língua de acolhimento, ao nosso entender, refere-se também ao aspecto emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa que se apresenta no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento, a julgar pela situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer (ou não) nesse lugar. Nesse contexto, o papel do professor traduz-se também como um amenizador do conflito inicial entre aprendente e língua, permitindo que o/a mesmo/a comece a vê-la como um recurso de mediação entre ele/a e a sociedade que o/a recebe, bem como, percebê-la como aliada no processo de adaptação e de pertencimento ao novo ambiente, que não é o seu lugar, sua casa. Ainda assim, a língua pode ser usada como elemento de luta e

⁵¹ Texto original: “The pre-condition for democratic *engagement* is that the citizen becomes aware of the relationship between individual destiny and social processes and structures. () The political aware and informed person should not be a passive object of politics, but as a subject should participate in politics”.

transgressão.

Sob essa ótica, um trabalho, em sala de aula, com temas que sejam próximos à realidade em que vivem os/as aprendentes pode facilitar a aquisição dessa nova língua, pois aproxima o grupo dessa língua e o incentiva a produzir textos em geral e as narrativas pessoais, que contem sua própria história. Por esse motivo, é importante que o material a ser utilizado com esses grupos, em específico, evidencie unidades que sejam tematizadas de acordo com a realidade que eles vão enfrentar ou já enfrentam no seu cotidiano no país estrangeiro.

Dessa maneira, o aprendizado da língua se dará mais pelo processo de aquisição, que por aprendizagem consciente, conforme diferencia Krashen (1987). Segundo o autor, a **aquisição** é um processo de assimilação **natural, intuitivo, subconsciente, fruto de interação** em situações reais de convívio humano em que o aprendiz participa como sujeito ativo, desenvolvendo habilidades práticas e habilidades funcionais sobre a língua. Esse processo tem semelhança com a assimilação da língua materna pelas crianças. Essa assimilação se dá pela interação da criança com as pessoas que a cercam, como família e comunidade. A criança desenvolve a familiaridade com a fonética da língua e sua estrutura, adquire também vocabulário e capacidade de entendimento oral, a fim de compreender e ser compreendida em diversas situações, possibilitando assim uma comunicação criativa. Um curso que tenha como base a aquisição pode reforçar e incentivar o ato comunicativo, levando o aprendiz a desenvolver-se na língua e a adquirir autoconfiança ao usá-la.

Ao contrário da aquisição, a **aprendizagem** é um processo **consciente, com atividades** baseadas no **ensino tradicional/gramatical** da língua, focadas, em geral, no aprender *sobre* a língua. Com **esforço intelectual** e a **capacidade dedutiva e lógica**, tenta-se aprender o **funcionamento** da língua e espera-se que através da **língua escrita** o aprendente entenda e desenvolva a capacidade de falar a nova língua, o que muitas vezes não ocorre.

Almeida Filho (2002, p. 12) nos diz que “a nova língua para se desestrangeirizar vai ser aprendida para e na comunicação sem se restringir apenas ao domínio de suas formas e do seu funcionamento enquanto sistema”. Para que se encontre sentido no que se está aprendendo, é preciso que o aprendizado seja tomado em conjunto e em relação a outras coisas. Portanto, é importante que o aprendiz se envolva em situações reais de interação e de comunicação efetiva na nova língua, o que pode ser facilitado por meio do ensino baseado em temas. No que tange à distinção entre aquisição e aprendizagem, o autor, assim como Krashen, acredita que a aprendizagem é um processo consciente, é o saber a respeito de uma nova língua, é o conhecimento formal gramatical do sistema linguístico. Para ele, este conhecimento por si só nem sempre garante a aquisição.

Segundo Widdowson (1991), a língua deve ser ensinada para a comunicação. No caso dos/as alunos/as desse curso isso é ainda mais que preferível, é necessário. O objetivo principal desses/as alunos/as é poderem comunicar-se através da língua portuguesa para que consigam inserir-se no contexto social e que possam encontrar no Brasil sua nova casa, bem como, vivenciar um sentimento de acolhimento e, concomitantemente, um sentimento de pertencimento a esse novo lugar, uma vez que essas pessoas dificilmente voltarão à sua terra natal.

Levando em consideração que a aquisição da língua traz consigo o conhecimento da cultura que ela representa, da maneira com que os falantes dessa língua enxergam as situações do cotidiano, do como fazer, como agir, como solucionar os problemas do dia-a-dia, essa proposta objetiva ir além da simples aceitação desses fatores socioculturais por parte do/as alunos/as. É desejável que hajam trocas de experiências entre a língua-cultura que se adquire e aquela que já lhe é de pertencimento, com o objetivo de fomentar a relação estreita entre a língua, o modo de pensar e a construção das identidades de

um grupo social.

Dessa forma, o(a) professor(a) precisa estar ciente de que a sala de aula – enquanto espaço intercultural - pode ser um ambiente autêntico onde relações autênticas são experienciadas. Nesse contexto, a comunicação deve se dar pelo princípio da solidariedade e da verossimilhança aliada à aprendizagem da língua como elemento capaz de auxiliar o sujeito na transformação social e pessoal (FREIRE, 1970).

ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES HAITIANOS/AS

Os dados foram coletados por meio de entrevistas a um grupo focal e foram, em princípio, selecionados e categorizados para uma posterior análise. Os nomes foram substituídos para manter sigilo sobre a identidade dos/as participantes.

Dentre as principais reflexões advindas dessa experiência está o fato de o ensino de português como língua de acolhimento: ser uma abordagem mais próxima da realidade e das necessidades dos(as) alunos(as); desencadear discussões socialmente relevantes, colaborando com a ressignificação dos discursos e práticas hegemônicas vigentes; e permitir que os(as) alunos(as) se desenvolvam melhor linguístico e comunicativamente.

Durante as entrevistas, percebemos que a maioria ainda apresenta um nível baixo de proficiência linguístico-cultural em língua portuguesa. Parte dos/as participantes fala além de francês e crioulo – espanhol – por ter morado na República Dominicana antes de virem para o Brasil.

Essa é a realidade dos entrevistados Roger, Denold, José e Cenel quando citam as línguas que falam:

Roger: Inglês, algumas palavras. Falo espanhol, francês, crioulo, e um pouco de português.

Para Denold, José e Cenel, o falar espanhol facilita a compreensão do português:

E- Vocês falam espanhol não falam?

Denold- Fala.

José- Fala um pouquinho espanhol, não muito...

E- E o espanhol ajuda com o português?

Denold- Ajuda.

E - E como é que você sente a questão da língua, do idioma? Você acha que... Você morou muito tempo na República Dominicana, né.

Cenel - É

E - Certamente você fala o espanhol bem.

Cenel - Sim.

E - Você acha que isso facilita, que isso, saber o espanhol, te ajudou...

Cenel - Sim, ajudou.

E - A falar português?

Cenel - O espanhol me ajudou a aprender a falar português, porque muita coisa não tem diferença.

No que se refere a falantes de espanhol, a aquisição do português enseja didáticas diferenciadas, pois são duas línguas tipologicamente próximas que possuem estruturas e grupos de palavras muito parecidas. Esse fator da proximidade facilita a comunicação entre os falantes dessas línguas. No entanto, os mesmos aspectos facilitadores – pela proximidade tipológica – podem culminar na “fossilização” que Ferreira (2002, 142) define como “(...) o nível de estacionário da interlíngua, no qual o aprendiz deixa de progredir em direção à língua-alvo e não distingue entre os dois sistemas linguísticos (...)”.

Os/as haitianos/as ainda contam com pouco acesso a oportunidades de estudarem formalmente a Língua Portuguesa. Entre os que estão participando de aulas de português para estrangeiros, a maioria frequenta as aulas oferecidas por voluntários, uma vez por semana, em locais próximos de onde moram. Os dados aqui apresentados não nos permitem aferir se no curso frequentado por eles há materiais ou abordagens que considerem o fato de que dentre eles hajam alguns que são também falantes de espanhol.

No que tange à dificuldade enfrentada para aprenderem o idioma, os depoimentos dos os/as participantes trazem indicações importantes, como evidenciamos nos trechos a seguir:

Roger: Aqui não, eu não estou, se eu for lá pegar o curso eu não, o curso de português, eu irei só, eu quero estudar, mas eu, **ainda não dá pra estudar.**

Raoul: Não é bem um professor, mas eu to aprendendo. Si no tem outra coisa de fazer.

E: E o idioma de vocês? Facilita ou dificulta?

Anna: Que?

E: A língua? Dificulta arrumar emprego?

Anna e Berta: Iiii muito! (risos) Antes é mui mui mui dificil

E: Como que vocês conseguiram falar português... enfim o que fizeram...

Anna: Com jornal

Berta: Estudar Varjão

Anna: É depois estudar Varjão...

No depoimento de Roger, é possível perceber que, embora deseje estudar, a urgência imposta pela necessidade do trabalho constitui impedimento. A situação de Raoul contrapõe-se a de Roger, pois, ao expressar que o curso de português - ainda que não seja dado por um voluntário que não é professor - preenche o tempo que, em princípio, deveria ser dedicado possivelmente a um trabalho.

Não falar a nova língua torna a jornada pela busca do emprego mais árdua. Além disso, dificulta o crescimento profissional dos/as haitianos/as, impedindo que façam cursos profissionalizantes, que cresçam nas empresas onde trabalham ou encontrem outras oportunidades de melhores empregos. Por outro lado, saber um pouco mais do idioma pode facilitar a conseguir trabalho. Essas constatações ficam evidenciadas nas falas de José, Denold e Wesley:

E: Mas você pretende fazer algum curso, algo assim?

José: Sim.

Denold: Ele sempre fala, curso, mas tava na cabeça que **não vai entender nada** que o professor fala (risos).

José: Tem que aprende um pouquinho e depois que falar mais eu vai fazer o curso...

Denold: Eu também, pronatec tá oferecendo muito curso

E: Mas você acha que o fato de você saber outras línguas, ajudou a encontrar esse emprego?

Wesley: Na verdade não, porque...eu achei esse emprego porque ela percebeu que eu falo um pouco melhor português, mas não porque eu falo outra língua. Se for por outra língua, eu acho que eu ia trabalhar em outro lugar, no aeroporto. Porque eu deixei currículo, mas nunca chamou, né? **Mas estou trabalhando porque eu falo um pouco, né, melhor português**, mas se eu não falo português eu não ia conseguir.

No caso de Wesley, depreendemos que falar “um pouco melhor português” foi o fator que fez a diferença para obter o emprego, caso contrário, não seria bem sucedido nessa busca.

Do mesmo modo, o conhecimento de outras línguas também constitui um diferencial importante para ter acesso a melhores empregos e salários. Essa é a constatação de Thelor que, em lugar de dar entrevistas, preferiu e ter suas respostas compiladas em forma de um relato do entrevistador:

Thelor:

Quanto à língua, o entrevistado afirma que o conhecimento o ajuda muito. Recebe um adicional no salário por saber falar inglês, por exemplo. Acha que aprender o português é fundamental, mas o conhecimento que dispõe do inglês e do espanhol o ajuda sobremaneira, tanto no trato com os clientes, como com a equipe de trabalho.

Embora reconheça que o aprendizado do português seja um fator importante, destaca o fato de ser valorizado em seu emprego pelo conhecimento que possui de inglês e de espanhol.

Na visão de Roger, falar outras línguas pode ser uma vantagem para os imigrantes a ter um emprego melhor. No entanto, não sabe como se beneficiar desse diferencial.

E: Você fala várias línguas, você acha que isso ajuda, no emprego, para arrumar emprego? (14:40)

Roger: Sim, sim, eu acho, tem um amigo que me fala que tem um hotel aqui que precisa de estrangeiro que fala muita língua, mas eu não sei aonde ir que precisa da gente, que eu acho para trabalhar. (15:03)

Este depoimento de Roger dá indicações de que se há um problema para acessar eventuais oportunidades de trabalho, pois elas não são facilmente identificadas, conforme explicitado nesta passagem: “mas eu não sei aonde ir que precisa da gente, que eu acho para trabalhar”. Evidentemente esta percepção de Roger indica falhas nos mecanismos de divulgação de postos de trabalho e nas orientações de como acessá-los.

Outro aspecto concernente à relação entre proficiência da língua no País de acolhimento e melhores oportunidades de trabalho está explicitado no relato de **Thelor**:

No Haiti, fez curso superior na área de tecnologia da comunicação. Um mês após chegar ao Brasil, trabalhou em dois restaurantes. No primeiro, localizado no Pier 21, trabalhou por 5 meses lavando louça. Depois disso, trabalhou como garçom em um restaurante de cozinha internacional no Terraço Shopping. Trabalha agora como garçom no restaurante Mercado 153, no Brasília Shopping. Mas continua fazendo extra às sextas, sábados e domingos no Hotel Mercure.

A partir dessa narrativa do percurso de Thelor, é possível inferir que a baixa proficiência na língua do país de acolhimento faz com que a pessoa execute tarefas que estão, em alguns casos, abaixo do seu nível de formação acadêmica. Além disso, dificulta o crescimento profissional e a possibilidade de conseguir empregos e salários melhores. Embora Thelor possua curso superior, trabalha, desde à sua chegada ao Brasil, como garçom.

A integração de imigrantes à sociedade de acolhimento é um outro aspecto influenciado pela falta de proficiência na língua do país. Em geral, os/as brasileiros/as não falam outros idiomas e, talvez por isso, sentem-se inseguros/as em tentar se comunicar com estrangeiros/as. Os/as haitinos/as, embora sejam falantes de mais de um idioma, não se sentem totalmente integrados/as à sociedade na qual vivem agora e, presumidamente por essa razão, costumam manter suas relações sociais limitadas aos/às conterrâneos/as ou aos/às brasileiros/as com os/as quais convivem no ambiente de trabalho.

Nas horas vagas, alguns vão à igreja. Essa constatação fica demonstrada nos depoimentos a seguir:

E: Vocês sentem que as pessoas integram vocês na comunidade? As pessoas conversam com vocês ajudam?

Anna: No, no tem ninguém pra conversar...

E: Não tem relações com outras pessoas que não vocês?

Anna: No. Se eu não tem nada pra fazer eu vou na igreja.

E: E agora? Você sente que você é um pouco brasileira já?

Anna: Brasileira um pouquinho... rs

Berta: Um pouquinho...

E: Você já se sente um pouco brasileira, ou mais haitiana, como é? Se sente parte dos dois países?

Marianne: No, haitiana sempre.

E: Quais os aspectos de suas vidas que melhoraram/pioraram em relação a sua situação antes de emigrar? Se sente integrado?

Marie: Aqui é difícil encontrar trabalho, e me sinto sozinha, queria estar junto do meu marido, não me sinto integrada aqui, não tenho dinheiro e me sinto estrangeira.

Anna, Marie, Berta e Marianne dizem expressamente não se sentirem acolhidas. Suas respostas curtas desdobram-se em um misto de solidão e decepção. Anna e Berta arriscam dizer que se sentem “um pouquinho” brasileiras. No entanto, o uso do diminutivo expressa a medida exata do sentimento de estrangeiridade. Estrangeiridade que, por sua vez, desdobra-se na constatação do não-acolhimento expresso no desabafo de Marie: “(...) e me sinto sozinha... não me sinto integrada (...) e me sinto estrangeira. ”. Ao expressarem essa percepção, indicam-nos a relação estreita entre ser ou não estrangeiro em um espaço que (não) acolhe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise aqui empreendida por nós dá-nos indicações do papel que a língua de acolhimento possui para uma integração linguístico-cultural e laboral de diferentes públicos imigrantes. Neste caso específico, tratamos de haitianos(as) com diferentes perfis profissionais e percursos linguísticos.

Do ponto de vista do reconhecimento do papel da língua nesse processo, entendemos que há um longo caminho a ser percorrido, com paradas obrigatórias no estabelecimento urgente de políticas públicas, nas parcerias urgentes com o mundo do trabalho, na formação de professores, na elaboração de um sistema de avaliação que não seja excludente e na produção de materiais didáticos que atendam as especificidades desse ensino-aprendizagem ainda pouco reconhecido no meio acadêmico.

Das experiências aqui relatadas emergem sobretudo a dinamicidade e a complexidade que estão imbricadas no processo de inserção e de instalação dessas pessoas na sociedade brasileira que se pretende (ou se vê) acolhedora. Contudo, essa é, a nosso ver, uma outra longa história a ser (re)visitada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. *Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- Byram, M. (1997) *Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence*. Clevedon: Multilingual Matters.
- _____. (2008) *From Foreign Language Education to Education for Intercultural Citizenship*. Clevedon: Multilingual Matters.
- FERREIRA, I. A.. Português/Espanhol - Fronteiras Linguísticas que devem Ser Delimitadas. In: Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, Percília Santos. (Org.). *Tópicos em Português Língua Estrangeira*. Brasília: Editora UNB, 2002, v. 1, p. 11-215.
- Freire, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Trad. Kátia de Mello e Silva. 3ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000b.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GROSSO, M. J. R. (2010). *Língua de acolhimento, língua de integração*. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n.2, p. 61-77.
- Guillerme, M. (2000). Intercultural Competence, in: MICHAEL, B. (Ed.) *Encyclopedia of Language Teaching and Learning*. London: Rutledge, pp. 298-299.
- _____. (2002) CRITICAL CITIZENS FOR AN INTERCULTURAL WORLD: FOREIGN LANGUAGE EDUCATION AS CULTURAL POLITICS. Clevedon / Buffalo: Multilingual Matters.
- PENNYCOOK, A. A lingüística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 23-49.
- _____. *Critical Applied Linguistics: a critical introduction*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
- Krashen, Stephen D. *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. Prentice-Hall International, 1987.
- WIDDOWSON, H. G. *O ensino de línguas para a comunicação*. Trad. José Carlos P. de Almeida Filho. Campinas: Pontes, 1991. p.41-68.

CAPÍTULO X

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E LABORAIS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

Leonardo Cavalcanti⁵²

Tânia Tonhati⁵³

A presente obra pretendeu unificar informações sobre as principais características da imigração haitiana no Brasil, especificamente na Região Sul e no Distrito Federal. Ao fornecer dados unificados, podemos conhecer de forma sistematizada as principais variáveis e informações sobre a primeira nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. Esse grupo de imigrantes possui uma importância singular no atual contexto da imigração no país. Além de ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, é o único coletivo de imigrantes que tem uma Resolução Especial do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que permite a concessão de visto por razões humanitárias.

Nos primeiros anos da presente década, foram emitidos 48.361 vistos para haitianos e 51.124 autorizações de residência pelo CNIg, com um crescimento constante desse fluxo migratório durante a primeira metade da atual década. No entanto, esses dados, não permitem afirmar que todos os imigrantes com vistos emitidos nas repartições consulares entraram no país. Da mesma forma, os imigrantes que tiveram as autorizações de residência via CNIg podem ter retornado ao lugar de origem ou reemigrado para outro país. Além disso, nem todas estas pessoas estão entre a População por Idade Ativa (PIA). Portanto, pode haver decisões familiares em que um membro da família provê os recursos econômicos e os outros integrantes se dedicam a outras atividades. Para ter uma maior precisão da situação desses imigrantes no mercado trabalho seria necessária uma chave primária que possa fazer o *linkage* entre as bases da Polícia Federal e os registros administrativos dos ministérios para fazer os cruzamentos necessários. Por último, é importante considerar o fator da informalidade. Em um país em que os nacionais possuem uma alta taxa de trabalho informal, há uma grande possibilidade que os imigrantes também exerçam esse tipo de atividade. Em síntese, devido às próprias características do fenômeno migratório e as razões apresentadas anteriormente, não é possível fazer uma relação direta entre os vistos emitidos e as autorizações do CNIg com a situação dos imigrantes no país e a sua empregabilidade.

No entanto, uma parte considerável desses imigrantes estão no mercado de trabalho formal. Os dados apresentados neste relatório demonstraram que, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁵⁴, observa-se o crescimento com taxas positivas do coletivo haitiano na primeira metade da presente década, passando de 815 pessoas no mercado de trabalho formal em 2011 a 30.484 em 2014, com taxas de crescimento anual de: 107,44% (2014/13); 255,98% (2013/12) e 406,50% (2012/11). Trata-se do coletivo cujo crescimento desponta sobre o dos demais e mantém o primeiro lugar, em termos de variação (%), nos três últimos períodos comparados. Levando em conta as quantidades consolidadas (homens e mulheres) de imigrantes para cada ano, os haitianos passam a

⁵² Professor da Universidade de Brasília e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

⁵³ Doutoranda da Universidade de Londres, Goldsmiths College, pesquisadora e coordenadora executiva do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

⁵⁴ A RAIS não capta algumas formas de trabalho, como: trabalho doméstico, autônomos, freelances, donos de empresas, entre outras.

ocupar a primeira posição no mercado de trabalho formal pela primeira vez no ano de 2013 e se mantém nessa posição até a atualidade.

Os haitianos estão empregados, principalmente, nas seguintes atividades econômicas: construção de edifícios; abate de aves, frigorífico – abate de suínos, restaurantes e similares e limpeza em prédios e em domicílios. A maioria das mulheres está empregada no abate de aves, restaurantes e similares e limpeza em prédios e em domicílios. Os homens na construção de edifícios, abate de aves e frigorífico – abate de suínos.

Na região sul, o final da cadeia produtiva do agronegócio, especificamente a atividade econômica de abate de aves é o setor da economia que mais emprega haitianos. Já no Distrito Federal a principal atividade econômica é a construção de edifícios.

O estudo sociohistórico da pesquisa, observou que a chamada “cultura de migração”⁵⁵ é uma marca do Haiti. Como bem observado no capítulo VI, do início do século XX até os dias atuais, a migração internacional haitiana teve como principais países e regiões de destino os seguintes: República Dominicana, Estados Unidos, França e ilhas caribenhas (Bahamas, Martinica, Guadalupe) e Guiana Francesa. Corroborando os estudos clássicos dessa migração, os entrevistados da pesquisa ratificam que o Brasil não pertence à ordem de prioridade da diáspora haitiana. A possibilidade de migrar para o Brasil surge apenas como alternativa aos destinos clássicos da emigração haitiana.

O atual fluxo haitiano para o Brasil tem origem nos primeiros anos da presente década. Tanto o material coletado nas entrevistas e nos grupos focais, quanto a pesquisa documental a fontes bibliográficas, constata que marco histórico do atual fluxo da imigração haitiana no Brasil é o período pós-terremoto no Haiti de 12 de janeiro de 2010 e as subsequentes crises humanitárias que se desdobraram, como por exemplo, no mesmo ano o surto de cólera, que matou mais de 8.000 pessoas. E, ainda, em 2012, os furacões, Issac e Sandy, que atingiram o país, vindo a destruir a produção agrícola, principal fonte de recursos econômicos da população. Esses eventos no Haiti, somado aos seguintes fatores são decisivos para determinar o direcionamento desse fluxo migratório para o território brasileiro:

- 1) O Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França;
- 2) O lugar destacado do país no cenário internacional com a realização de grandes eventos (Olimpíadas e Mundial de Futebol) e, ao mesmo tempo, o fato de comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH);
- 3) O contexto de pleno emprego e a valorização do real em relação ao dólar no início da presente década;
- 4) Posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos.
- 5) A ideia do Brasil como um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador;
- 6) A informação de que o migrante ganharia Brasil moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 dólares mensais.

⁵⁵ Para mais detalhes sobre o conceito “Cultura de Emigração”, consultar Kalir, B (2005).

Como o estudo revelou, na sua maioria, os haitianos no Brasil procedem de Gonaïves e da capital do país, Porto Príncipe. Ainda que é um fluxo diversificado em relação às cidades de origem, essas duas cidades podem ser consideradas como principais pontos partida da emigração haitiana para o Brasil.

Os imigrantes que não conseguiram o visto por razões humanitárias, utilizam diferente itinerários e rotas migratórias para chegar ao país. Como observado no capítulo VI, temos a rota via Tabatinga que saía do Haiti, passava pela República Dominicana com escala no Panamá, com destino a Quito. Chegando ao Equador começava a parte terrestre que passava por Lima, IQUITÓS, Santa Rosa até a Tríplice Fronteira. Outra rota era saindo do Haiti, com escala no Panamá, direto para o Peru e de lá até a Tríplice Fronteira. Além de outros itinerários, como por exemplo, passando Peru-Bolívia até a fronteira com o Estado do Acre. Todas as rotas estavam estritamente relacionadas às condições econômicas, ao nível de instrução, às redes sociais e migratórias e ao local de procedência.

Em relação aos lugares de destino, São Paulo é a cidade que mais emprega haitianos em termos absolutos, e o Paraná é o estado que teve, depois Santa Catarina, o maior incremento relativo da admissão dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015). Como foi observado no capítulo V e seguindo a mesma tendência da imigração histórica no país, que foi concentrada no sul e sudeste, os imigrantes haitianos na atualidade não se encontram dispersos em todo o território nacional. O coletivo está concentrado no chamado Brasil Meridional (Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Assim, a presença desses imigrantes parece resgatar o papel que essa região desempenhou na história da imigração para o Brasil, ainda que com diferenças significativas entre a imigração europeia nos séculos XIX e XX e a atual chegada dos haitianos.

No que tange à variável sexo, tanto no mercado de trabalho quanto nos registros da Polícia Federal, predominam os imigrantes do sexo masculino. Vale a pena salientar que essa predominância dos homens sobre as mulheres está relacionada com as demandas e características do mercado de trabalho formal brasileiro.

No tocante à faixa etária, observou-se que a imigração haitiana no Brasil é marcada, eminentemente, por pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2015).

A atividade econômica que mais empregou haitianos entre os anos de 2011 e 2014 foi à construção de edifícios, seguida por Abate de Aves e em terceiro lugar Frigorífico - Abate de Suínos. Assim o setor da construção civil e o final da cadeia produtiva do agronegócio, foram os principais responsáveis pela contratação dos haitianos no mercado formal de trabalho.

A pesquisa revelou que as condições e ocupações dos haitianos dependem da região no Brasil e do vínculo (formal e informal). No Paraná, os nichos de mercado é o final da cadeia produtiva do agronegócio. No Distrito Federal, construção e limpeza. Assim os haitianos não tem uma atividade ou um nicho de trabalho específico que seja característico de todas as regiões do país. Pelo contrário, a inserção responde as demandas e características das regiões e localidades.

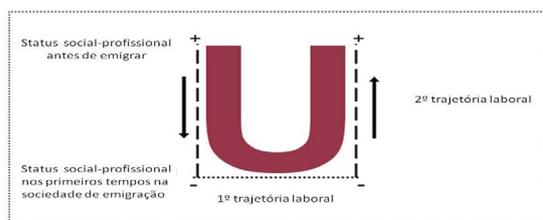
O estudo constatou diferentes dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no mercado de trabalho. Os trabalhadores que estão no mercado informal relatam condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva e vulnerabilidade. Além de vários relatos de falta de informação sobre capacitação. Outra dificuldade relatada com frequência é o tema da revalidação de diplomas, o que faz com que, por exemplo, pessoas com nível superior estivessem sofrendo inconsistência

de status, ou seja, realizando um trabalho aquém da sua formação.

Os haitianos tem um nível de formação médio e alto. Além de um importante capital linguístico de origem com o domínio, em alguns casos, de línguas como o francês e o espanhol, além do crioulo. Mas esse capital não é valorizado como um diferencial para ocupar melhores postos de trabalho no Brasil. Os setores hoteleiro e de restauração são uma exceção, pois nesses contextos o domínio das línguas francesa e/ou espanhola mostra-se como um importante diferencial na qualidade do serviço prestado. Segundo o relato dos imigrantes, essa realidade ganhou importância durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Um elemento chave no relato dos imigrantes é a dificuldade de uma inserção laboral que permitam uma mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem, em termos econômicos e simbólicos. Em geral, os imigrantes entrevistados partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao Brasil devido a uma série de fatores da condição migratória (domínio do idioma, discriminação, revalidação de diplomas, redes sociais, etc). Essa é uma situação característica em que os estudos migratórios denominam de “curva em U” para explicar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Portanto, os imigrantes partem de uma posição média na sociedade de origem, mas perdem essa posição social no momento de chegada ao país de destino. Sendo necessário um tempo de acomodação e outras estruturas de oportunidades para recuperar a posição de partida ou ter mobilidade social ascendente. Na chamada curva em U (U-Shaped), os imigrantes haitianos entrevistados ainda estão na 1ª trajetória. Não encontramos relatos de imigrantes que tenham completado a Curva.

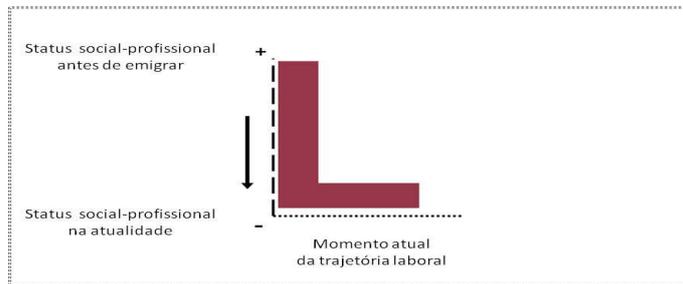
Figura 1. Curva em U



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

No atual contexto de crise, alguns imigrantes percebem a dificuldade de alcançar a 2ª trajetória laboral e em vez da U-Shaped, eles têm o temor de realizar uma trajetória na forma de L-Shaped e, portanto, uma estagnação sócio-laboral. E como alternativa a esta situação, alguns relatos evidenciam a possibilidade de retorno ou reemigrar para outro país.

Figura 2. Curva em L



Fonte: elaboração própria a partir de Chiswick, Liang Lee, Miller (2002).

Ainda que a pesquisa foi realizada antes do aprofundamento da atual recessão, o presente estudo, especialmente os dados coletados na parte qualitativa da pesquisa, sinalizam que os imigrantes estão sentindo a crise econômica, caracterizada pela retração da economia brasileira e pelo maior “encolhimento” do PIB desde 1990 (IBGE, 2016), e que tem impactos diretos na população migrante, geralmente mais vulnerável em épocas de crise, que se cristaliza na precariedade do trabalho e na perda do poder aquisitivo.

De forma geral, as crises econômicas vêm acompanhadas de uma mudança no panorama migratório. Em grande parte porque a migração internacional é um fenômeno dinâmico que se autorregula em épocas de crise, principalmente, em função de dois motivos: pela capacidade de absorção no mercado de trabalho e pelas políticas adotadas pelos governos nacionais. Um exemplo disso é o ocorrido com as migrações, a reboque das crises econômicas internacionais mais relevantes nos últimos cinquenta anos no Ocidente: a crise do petróleo em 1973; a década perdida na América Latina nos anos oitenta; a crise asiática de 1990 e a atual crise financeira internacional iniciada em 2007 nos Estados Unidos. Todas elas deixaram importantes lições em termos de fluxos migratórios (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI e DUTRA, 2015).

Grosso modo, a crise de 1973 foi decisiva para a redução brusca dos programas para os chamados “*gastarbeiter*” (trabalhadores convidados) na Alemanha e, em menor escala, nos Países Baixos e na Bélgica. Além da paulatina deslocalização das empresas do Norte global para países do Sul do planeta, o que levou a uma redução da necessidade de mão de obra imigrante. As sucessivas crises na década de 1980, também conhecida como “década perdida” nos países latino-americanos, levaram a uma inédita emigração das classes médias para os Estados Unidos e a uma redução expressiva da imigração nos países latinos. Na crise asiática de 1990, as projeções eram que as migrações se estancariam nas economias industrializadas, incrementando as expulsões e o retorno dos imigrantes. Houve retorno e expulsões, mas os países do Norte global seguiram dependendo dos imigrantes para retomar o crescimento (PAJARES, 2010).

A atual recessão econômica no Brasil certamente afetará o cenário migratório, especialmente dos chamados novos fluxos, surgidos no início da presente década, como é o caso da chegada e inserção dos haitianos. No entanto, a atual crise não implica que, necessariamente, o mercado de trabalho deixará de absorver imigrantes. É preciso levar em conta outros fatores, como por exemplo, a desvalorização cambial. As empresas que se situam no final da cadeia produtiva do agronegócio – aquelas que estão empregando imigrantes na região sul – podem ter as exportações ampliadas com perda de poder do Real frente ao Dólar, e assim a demanda por trabalhadores imigrantes nesse setor específico

continuar no país. Outro elemento a ser considerado é que o desemprego não é homogêneo em todas as regiões. A região sul, marcada pela presença dos haitianos, é o espaço geográfico que tem as menores taxas de desemprego no país (IBGE, 2016).

Além disso, o Brasil tem a singularidade de ter aproximadamente 27% do seu território nacional como área de fronteira com dez países da América do Sul. Por um motivo ou outro os fluxos migratórios continuarão através dessa extensa fronteira, seja com entradas ou saídas. Por isso é fundamental uma política de gestão de fluxos plenamente harmonizada e dialogada com os países da região.

Em suma, o presente estudo contribuiu com as diversas pesquisas sobre os haitianos no país, possibilitando um denso conhecimento sobre os principais dados sociodemográficos desses imigrantes no Brasil e sobre as principais características da inserção laboral dos haitianos no mercado de trabalho na Região Sul e no Distrito Federal. No entanto, é imprescindível continuar avançando com as pesquisas, tanto quantitativas, quanto qualitativas sobre os haitianos para conhecer a mobilidade geográfica do coletivo e as diversas formas de mobilidade ascendente e descendente no mercado de trabalho, além dos principais desafios no processo de integração na sociedade brasileira. Da mesma forma, é igualmente imperativo o desenvolvimento de estudos que analisem as respostas dos imigrantes frente ao atual contexto de crise econômica.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, A.Tadeu.; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

IBGE, 2016. Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em maio de 2016.

KALIR, B (2005). “The Development of a Migratory Disposition: Explaining a “New Emigration””. *International Migration*, vol. 43, núm. 4. pp. 167-196